Centro
de Referência
Paulo Freire

Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire

acervo.paulofreire.org

InstitutoPauloFreire

MAYSA DIAS GARCIA

DEDALUS - Acervo - FE

20500022893

AÇÃO EDUCATIVA E MOVIMENTO POPULAR
A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação à Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Celso de Rui Beisiegel

Universidade de São Paulo
São Paulo - 2001

Secretaria de Pós-Graduação
Recebido em:
26 MAIO 2001
FEUSP

301.153(81.62)
G216a
Pt.1

Biblioteca / FEUSP
43793

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que apoiaram e participaram de diferentes formas da realização deste trabalho:

Ao Prof. Dr. Celso de Rui Beisiegel, meu orientador, pelo apoio, pela disponibilidade e pela confiança, aspectos de grande importância para a superação das inúmeras dificuldades enfrentadas e para a conclusão desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Antonio Joaquim Severino e ao Prof. Dr. Luiz Eduardo Wanderley que na banca de qualificação contribuíram com valiosas críticas e sugestões.

A Capes pela concessão de uma bolsa de estudos que viabilizou a realização desta pesquisa.

Ao Centro de Formação Irmã Araújo pelo acesso a informações fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Ao grupo de assessores pela disponibilidade que demonstraram nas entrevistas, enriquecendo com sua análise o resgate da história dos movimentos populares em Curitiba e no Paraná.

A Alina Gasparello de Araújo pela revisão atenta dos originais.

A Sônia Branco Beltrame pelo apoio e pelas sugestões.

A Sílvia por ter cuidado das crianças e da casa com carinho.

A todos os participantes do movimento popular, sujeitos da história aqui resgatada.

Aos integrantes das turmas de 1988 e 1989 do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular por terem participado e contribuído com esta experiência de construção coletiva do conhecimento.

A minha mãe e meu pai por terem possibilitado minha formação e compreendido meu compromisso com as classes populares.

Ao Clemente, meu companheiro, com quem há tantos anos compartilho sonhos, esperanças, alegrias e tristezas. Mas, principalmente, a quem admito pelo trabalho de educação que desenvolve junto ao movimento popular e sindical.

À Beatriz e Luiza, minhas filhas, nascidas e crescidas durante a elaboração deste trabalho. Brincando e cantando coloriram este período de nossas vidas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
I - INSERÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR.....01
1. Os bairros da periferia sudeste de Curitiba.....01
2. O processo de formação do Grupão.....09
3. A atuação dos leigos.....19
4 O trabalho realizado pelos religiosos.....26
II - O CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO.....38
1. Primeiros passos.....38
2. O surgimento das ONGs no Brasil.....40
3. Construindo a idéia.....44
4. Desenvolvendo a proposta de trabalho.....55
III - O CENTRO DE FORMAÇÃO E OS MOVIMENTOS POPULARES.....65
1. O movimento popular em Curitiba - Organização e representação.....65
2. O Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB.....71
2.1. Organizando o MAB - participação e representação popular.....75
2.2. As Comissões de Trabalho.....81
2.2.1. A Comissão de Creches.....81
2.2.2. A Comissão de Transportes.....87
2.3. O processo de desarticulação.....91
3. Apoiando outros movimentos populares.....100
3.1. Xapinhal.....101
3.2. Movimento de Luta Contra o Desemprego - MLCD.....110
3.3. Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC.....114
3.4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.....117
IV – O TRABALHO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO CENTRO DE FORMAÇÃO.....122
1. Priorizando a educação popular.....122
2. O Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular.....134

2.1. Elementos estruturantes da concepção metodológica.....138
2.1.1. Pesquisas.....142
2.1.2. Técnicas de trabalho em grupo.....146
2.1.3. Debates e sínteses. Exposição de conteúdo e sistematizações.....147
2.2. Exercícios de elaboração.....150
2.2.1. Equipes de Trabalho.....150
2.2.2. Leituras.....153
2.2.3. Planejamento.....154
2.2.4. Avaliação.....155
2.3. O desenvolvimento do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular.....156
2.3.1. Seleção e perfil dos participantes.....156
2.3.2. A questão urbana.....160
2.3.3. Movimentos sociais urbanos.....165
2.3.4. A estrutura de classes da sociedade.....168
2.3.5. O sistema capitalista - ideologia e Estado.....171
2.3.6. O planejamento da ação política.....175
2.3.7. Mobilização, organização, articulação e capacitação.....179
2.3.8. Avaliação final dos participantes.....180
2.3.9 Avaliação da Equipe de Coordenação.....182
V – PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS ASSESSORES DO CENTRO DE FORMAÇÃO.....185
1. A Ação Católica e a Juventude Universitária Católica.....185
2. Comunidades Eclesiais de Base.....189

3. Teologia da Libertação.....199
4. Intelectuais Orgânicos.....206
5. Educação Popular.....211
6. Assessoria aos movimentos populares.....216
7. O grupo de assessores do Centro de Formação.....221
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....232
ANEXOS – Volume II

LISTA DE MAPA

I - Mapa da Cidade de Curitiba.....4

LISTA DE QUADROS

I - Quadro resumo da primeira etapa do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular.....159

II - Quadro resumo da segunda etapa do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular.....164

III - Quadro resumo da terceira etapa do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular.....167

IV - Quadro resumo da quarta etapa do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular.....170

V - Quadro resumo da quinta etapa do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular.....174

VI - Quadro resumo da sexta etapa do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular.....178

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACO - Ação Católica Operária
ANSUR - Associação Nacional do Solo Urbano
AR - Administrações Regionais
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CEASA - Companhia de Abastecimento
CEB - Comunidade Eclesial de Base
CIC - Cidade Industrial de Curitiba
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COHAB - Companhia de Habitação
COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPO - Comissão Pastoral Operária
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRB - Conselho dos Religiosos do Brasil
CURA - Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
ESMA - Escola Margarida Alves
FETAEP - Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná
FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica
ICE - Instituto de Cultura Eclesial
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
JEC - Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana

MASTES - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Sudoeste do Paraná

MASTRO - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Paraná

MLCD - Movimento de Luta Contra o Desemprego

MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organizações Não-Governamentais

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

SNI - Serviço Nacional de Informação

URBS - Companhia de Urbanização de Curitiba

RESUMO

O objeto deste estudo é a ação educativa desenvolvida por um grupo de assessores, o Grupão, junto às classes populares residentes em bairros da periferia de Curitiba, através do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, entidade que presta apoio e assessoria aos movimentos populares. Abrange o período entre o final dos anos 70, quando teve início a inserção destas pessoas em Comunidades Eclesiais de Base, e o final da década de 80, quando afastaram-se do Centro de Formação.

O objetivo deste trabalho é resgatar e analisar as principais influências que marcaram e caracterizaram a prática política e pedagógica destes assessores e sua contribuição ao processo de organização popular, enfatizando sua prática educativa que tinha por principal objetivo tornar os participantes dos movimentos populares sujeitos autônomos, capacitando-os para darem direção à sua luta pela transformação social.

A atuação destes assessores e o apoio do Centro de Formação contribuíram para o surgimento e para o fortalecimento de diversos movimentos e organizações populares em Curitiba e no Paraná, favorecendo o processo de constituição destes movimentos populares como novos sujeitos sociais no cenário político da época.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma pesquisa e a elaboração de uma tese são atividades que afetam nossas vidas de diferentes formas, em especial se este trabalho aborda um tema com o qual estamos profundamente envolvidos, participando de forma ativa, o que nos torna sujeitos do próprio objeto de estudo.

Durante todo o tempo em que freqüentei a Universidade, cursando Ciências Sociais na graduação e no Mestrado, atuei de diversas formas e com níveis diferentes de inserção junto aos movimentos populares. Este fato fez com que minha formação acadêmica fosse marcada por minha atuação política e que esta fosse realimentada pelo conhecimento teórico a que tive acesso.

Iniciei minha participação junto aos movimentos populares em 1982, acompanhando as atividades desenvolvidas pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, entidade criada em 1981 com o objetivo de prestar serviço de apoio e assessoria às comunidades de base e movimentos populares em Curitiba e no Paraná. Em 1982, o Centro de Formação iniciou um processo de mobilização e de organização popular que resultou na criação do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, no qual atuei no início como militante, em seguida como assessora, trabalhando diretamente com o Movimento de Creches e, entre 1985 e 1986, como contratada para acompanhar a Coordenação Geral e a Coordenação Executiva, assessorando o processo de organização e articulação das lutas desta entidade. De 1987 a 1990, atuei na Equipe de Educação Popular do Centro de Formação que foi responsável pela organização e coordenação de diversas atividades, entre elas o Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular.

Na segunda metade dos anos 80, o MAB desarticulou-se completamente. Motivada por compreender este processo e recuperar a história desta entidade resgatando sua importância no cenário das lutas populares, ingressei no Curso de Mestrado. Um dos

objetivos ao desenvolver a pesquisa era que o conhecimento produzido fosse apropriado pelas lideranças do movimento popular e que, na medida do possível, subsidiasse sua atuação política, pois apesar de não estarem mais participando do MAB, continuavam acompanhando o trabalho desenvolvido junto às comunidades, associações de moradores e outros movimentos populares.

Uma das atividades que desenvolvi junto ao MAB foi a coordenação de algumas pesquisas participantes, como a que preparou sua II Assembléia e a que foi realizada pelo Movimento de Creches. Estas pesquisas tinham por objetivo colher dados e informações sobre a realidade das classes populares residentes nos bairros da periferia de Curitiba como forma de encaminhar suas reivindicações e subsidiar o planejamento do trabalho das lideranças junto ao movimento popular. Além disso, pretendia-se capacitar estas lideranças para que utilizassem, sempre que necessário, este instrumental de análise.

Durante a elaboração da dissertação de Mestrado não foi possível desenvolver uma pesquisa participante junto ao MAB, pois este já se encontrava desarticulado. No entanto, o fato de ter coordenado o Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular no mesmo período em que escrevi a dissertação propiciou algumas oportunidades nas quais o conhecimento produzido através da pesquisa acadêmica foi apropriado pelas lideranças que participaram deste curso. Este processo forneceu elementos que favoreceram o desenvolvimento da análise realizada, o que possibilitou que fossem estabelecidas relações entre a teoria e a prática.

Também coordenei algumas pesquisas participantes no Centro de Formação, como por exemplo as que foram realizadas ao longo do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular. Entretanto, como já havia ocorrido anteriormente, não foi possível recorrer à pesquisa participante no momento de pesquisar a ação educativa desenvolvida pelo Centro de Formação, pois não atuava mais como assessora desta entidade.

Apesar de não ter sido possível estabelecer durante a pesquisa sobre o MAB e posteriormente sobre o Centro de Formação uma vinculação direta com o grupo pesquisado, acredito que este trabalho contenha características da pesquisa participante. Outros fatores devem ser considerados, entre eles minha inserção durante vários anos junto ao grupo realizando um trabalho de educação popular, o compromisso em definir as questões que seriam analisadas nas pesquisas realizadas no Mestrado e no Doutorado a partir dos interesses do movimento popular, recuperando a história de suas lutas, sistematizando sua experiência e produzindo um conhecimento que fosse apropriado por suas lideranças.

> *O que entendo por pesquisa participante é justamente aquilo que resulta da inserção orgânica e participativa do intelectual/pesquisador na história concreta das classes populares, no sentido de registrá-la sob o ponto de vista do dominado. Isto implica numa postura que evoca outras paixões e ambições além do diletantismo acadêmico. O alerta de Gramsci expressa claramente que o intelectual não pode saber sem compreender e sem estar apaixonado pelo objeto do saber.*[1]

É possível dizer que resgatei um pouco de minha própria história ao pesquisar na dissertação de Mestrado o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB. Este processo teve continuidade no Doutorado ao estudar o trabalho de educação popular realizado pelo Centro de Formação enfatizando uma de suas expressões, o Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular.

O fato de ser sujeito do objeto de pesquisa gera uma situação que apresenta algumas vantagens, entre elas a proximidade com o tema analisado, a facilidade de acesso às pessoas entrevistadas e também ao material de consulta. Mas também impõe algumas limitações, como a necessidade de uma constante vigilância durante o processo de

---

[1] - Ana Maria DOIMO, *Movimento social urbano, Igreja e participação popular. Movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo*, p. 17.

pesquisa, de forma a não correr o risco de realizar uma análise assumindo um ponto de vista militante ou parcial, registrando somente a minha versão dos fatos.

A respeito desta questão, Luiz Alberto Gómez de Souza analisa que

> *Trabalhar sobre um tema que fez parte da experiência pessoal não provocaria uma certa distorção na análise? Poderia correr-se o risco de permanecer no plano do simples testemunho para escorregar, inconscientemente, seja do lado da apologia, seja a de uma severa crítica, que esconderiam mal os condicionamentos emocionais. É possível ver 'do lado de fora' o que se viveu do 'lado de dentro'?*
>
> *A verdadeira ou falsa neutralidade de nossas pobres e capengas ciências sociais e o próprio tema da objetividade são problemas já bastante debatidos e, na maioria das vezes, abstratamente. Torna-se cada vez mais claro que sempre analisamos de um 'lugar epistemológico', muito ligado ao 'lugar social'. (...) A análise de quem viveu de perto pode ser mais rica do que a miopia dos que apenas se debruçam em textos e recordações alheias. E não haveria uma certa obrigação, por parte dos que viram de perto, de testemunhar e de tratar de entender melhor, com o apoio do tempo que passou, o que aconteceu de rico e de sugestivo?* [2]

No final da década de 70, início dos anos 80, os movimentos sociais emergiram em resposta à espoliação urbana e à exploração econômica, e colocaram-se contra as diferentes formas de exploração e de dominação. Desenvolveram sua ação política fora dos canais institucionais de participação e representação popular fechados pela ditadura militar, sobretudo partidos políticos e sindicatos. Construíram uma nova prática política através da qual procuravam quebrar as relações clientelistas e assistencialistas que marcaram os movimentos sociais que existiram anteriormente, estabelecendo formas democráticas de organização e preservando sua autonomia diante dos partidos

---

[2] - Luiz Alberto Gómez de SOUZA, *A JUC: os estudantes católicos e a política*, p. 10 – 11.

políticos e do Estado. De acordo com Ruth Cardoso, a grande contribuição dos movimentos sociais foi promover uma mudança na cultura política.[3]

As necessidades objetivas de reprodução da força de trabalho não satisfeitas geram demandas que se expressam através de reivindicações situadas na esfera do consumo coletivo e dirigidas, prioritariamente, ao Estado. Através deste processo os movimentos denunciam as más condições de vida das classes populares e reivindicam a superação desta situação mas principalmente explicitam contradições do sistema capitalista geradas pelo desenvolvimento urbano.

A base social dos movimentos populares é marcada pela heterogeneidade, em especial no que se refere às diferentes formas de inserção dos participantes na divisão social do trabalho. No entanto, este aspecto deve ser relativizado, pois é preciso considerar a existência de uma diversidade limitada pelo universo de ocupações desenvolvidas pelos moradores das periferias das grandes cidades. Também há entre eles uma grande uniformidade no que diz respeito a valores fundamentais, hábitos, gostos e aspirações.[4] Além disso, essas pessoas vivenciam a espoliação urbana de forma muito semelhante, principalmente em relação à carência de infra-estrutura básica e à oferta de bens e serviços de consumo coletivo nos bairros de periferia .

Concordamos com Maria da Glória Gohn quando define os movimentos sociais populares urbanos como sendo

> *manifestações coletivas emanadas das camadas sociais, que se encontram numa situação de exploração e expropriação no plano da estrutura econômica, de subordinação no plano da política e, consequentemente, de espoliação no plano da vivência cotidiana em seus locais de moradia.* [5]

---

[3] - Conforme Ruth CARDOSO, "A trajetória dos movimentos sociais."

[4] - De acordo com Eunice DURHAN, "A sociedade vista da periferia."

[5] - Maria da Glória GOHN, *A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo*, p. 55 - 56.

A realidade vivida nas periferias das grandes cidades favoreceu a unificação da separação gestada pelo capital entre trabalhar e viver.[6] O processo político desencadeado pelos movimentos populares no final da década de 70 revalorizou as práticas sociais presentes no cotidiano popular e permitiu que os moradores de bairros das periferias das grandes cidades tomassem consciência de sua segregação social e econômica e de seus direitos sociais. Neste contexto constituíram-se e foram reconhecidos como sujeitos, passando a representar uma nova força no cenário político e social.

Segundo Éder Sader, nos movimentos sociais cruzam-se diferentes atores que produzem novos significados, pois se operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente.[7] Através deste processo foi possível descobrir a multiplicidade de espaços onde se faz a classe [8], o que levou a uma nova configuração das classes sociais no cenário urbano. Constituíram-se novos sujeitos que elaboram representações sobre si mesmos e sobre suas práticas e se autodenominam de classes populares.

Como enfatiza Ana Maria Doimo,

> *Enquanto teóricos andam por terreno tão movediço, debatendo-se entre si ao sabor do ranço de conceitos já consagrados, corre solto entre os protagonistas dos movimentos sociais, o auto-reconhecimento de que pertencem ao movimento popular.*
> *Mas, os teóricos diriam: Como podemos fazer uso do termo popular, se ele é carregado de uma conotação ideológica à medida que advém do conceito de classes populares, forjado para significar uma aliança de interesses distintos de*

---

[6] - Conforme Irlys Alencar BARREIRA, "Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais."

[7] - De acordo com Éder SADER, *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 1980.*

[8] - De acordo com Éder SADER & Maria Célia PAOLI, "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro."

classes na fase populista? Além do mais, a palavra popular vem de povo; e povo é uma categoria que dilui ou mesmo encobre as diferenças de classe!

De fato, o conceito de classes populares expressa, segundo Weffort, uma relação entre grupos e facções de classes que integram a aliança populista, e não são capazes de expressar seus interesses como classe social

... Enquanto o conceito de classes populares tem em Weffort um conteúdo conjuntural específico, expressando, descritivamente, relações políticas bastante definidas, os recentes sujeitos e protagonistas de movimentos sociais apropriaram-se tão-somente do significante classes populares atribuindo-lhes um significado diametralmente oposto àquele consagrado por Weffort.

Nesse novo contexto, as classes populares, do ponto de vista dos movimentos sociais, significam os dominados, os oprimidos, os explorados. Enquanto tal, devem se organizar e criar legítimos representantes de modo a não serem manipulados por líderes ou partidos da classe dominante. Devem, portanto, constituir-se enquanto Movimento Popular a fim de exercer pressão sobre o Estado, percebido como expressão da classe dominante, e sobre as relações capitalistas que geram a exploração.

... É o antipopulismo. É a práxis transmutando, num outro contexto histórico, o significado de um conceito. E, embora os teóricos resistam à absorção deste novo significado, ele cumpre importante papel como um dos fatores geradores da identidade de base dos movimentos sociais.[9]

Apesar de reconhecermos a polêmica existente ao redor do conceito de classes populares, ele é utilizado no presente trabalho considerando que é desta forma que os participantes dos movimentos populares se reconhecem e se denominam. Além disso, este conceito surgiu como uma necessidade histórica de se elaborar uma categoria que desse conta do movimento concreto da sociedade.[10] Acreditamos que os debates

---

[9] - Ana Maria DOIMO et alii, "Os novos movimentos sociais – teoria e prática", p. 21 e 22.

[10] - Maria da Glória Gohn, *op. cit.*, p. 70.

acerca das diversas análises realizadas a respeito da práxis das classes populares contribuirão para tornar este conceito menos impreciso.

O processo de organização popular vivido no Brasil a partir dos últimos anos da década de 70 encontrou na ala progressista da Igreja Católica um de seus apoios mais significativos. Através do trabalho que desenvolviam, principalmente nas CEBs e nas pastorais, contribuíram para a construção de condições que favoreceram a mobilização das classes populares ao redor da luta por melhores condições de vida, pela conquista de seus direitos sociais e pela transformação da sociedade. Neste contexto, ganha relevância o resgate da atuação dos membros do Grupão e também da ação educativa desenvolvida pelos assessores do Centro de Formação.

Ao escrever a dissertação de Mestrado resgatei um pouco da história do Centro de Formação, pois através da atuação de seus assessores iniciou-se a mobilização, articulação e organização do MAB. Este processo suscitou o interesse pela análise mais aprofundada do trabalho de educação popular desenvolvido por estas pessoas junto ao movimento popular. Assim, este foi o tema escolhido para a presente pesquisa. Esta abrange o período entre os últimos anos da década de 70, quando teve início o processo de formação do Grupão, responsável pela criação do Centro de Formação, e final da década de 80, quando foi realizado o último Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular coordenado pela Equipe de Educação Popular da qual participei.

O foco da presente pesquisa é a ação educativa desenvolvida por um grupo de pessoas, denominado Grupão, que no final da década de 70 incentivou o surgimento das primeiras Comunidades Eclesiais de Base - CEBs em Curitiba, participou do processo de formação de várias associações de moradores, assessorou a organização de oposições sindicais no campo e na cidade e apoiou o movimento sindical urbano e rural, favorecendo o processo de mobilização, organização e articulação das classes populares, fortalecendo sua luta por melhores condições de vida.

O trabalho realizado pelo Grupão gerou a necessidade de criar um espaço que oferecesse informação e capacitação para os agentes de pastoral, para as lideranças e para os assessores dos movimentos populares de forma que pudessem responder melhor aos desafios apresentados pelo avanço das lutas populares. Atendendo a esta demanda surgiu, em 1981, o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, uma organização não-governamental que tinha como proposta ser um instrumento de apoio à organização da classes populares, capacitando lideranças que surgiam no trabalho de base. Através desta entidade foi possível que este grupo de assessores desenvolvesse um processo de educação popular de forma articulada recorrendo a diferentes atividades, entre elas o Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular.

Nesta pesquisa pretendi resgatar as principais influências que marcaram a prática política e educativa dos membros do Grupão e também do grupo de assessores do Centro de Formação. Procurei discutir em que contexto foi forjada a concepção de educação popular desta entidade, quais eram suas principais características e qual sua contribuição no processo de organização popular e capacitação de lideranças do movimento popular. Enfoquei também os diferentes papéis desempenhados por estes assessores como lideranças e dirigentes do movimento popular, como educadores e como intelectuais orgânicos.

Para desenvolver esta pesquisa recorri a meu arquivo pessoal referente ao movimento popular de Curitiba e do Paraná, mais especificamente sobre o Centro de Formação e sobre o MAB. Nos momentos em que foi necessário complementar ou checar alguma informação, consultei também a documentação existente no Centro de Formação e material produzido por alguns dos assessores nos quais são analisadas questões relativas ao trabalho desenvolvido pelo grupo de assessores do Centro de Formação.

As entrevistas foram privilegiadas no processo de pesquisa, especialmente aquelas realizadas com membros do Grupão e com assessores. Foram elaborados roteiros que serviram como fio condutor mas, de modo geral, estas desenvolveram-se de forma

aberta. Os temas foram abordados conforme surgiam na conversa e iam sendo esclarecidos na medida em que isso se tornava necessário. Algumas pessoas foram entrevistas várias vezes, devido a dificuldades de horário e disponibilidade de tempo e também para que alguns assuntos fossem aprofundados segundo exigências colocadas pelo processo de pesquisa.

Na impossibilidade de entrevistar todas as pessoas que participaram do Grupão e do grupo de assessoria do Centro de Formação, selecionei algumas das que estiveram diretamente vinculadas ao processo de criação desta entidade e que atuaram junto aos movimentos populares pesquisados. O processo de realização destas entrevistas foi muito interessante, pois possibilitou que ao abordar aspectos da história dos movimentos populares dos quais participaram, os assessores resgatassem parte de sua história e, de certa forma, avaliassem sua atuação nestes movimentos.

A reflexão e a análise realizada pelos entrevistados a respeito dos temas abordados possibilitou que muitos aspectos fossem aprofundados e esclarecidos, principalmente em relação a questões que não constam em documentos oficiais do Centro de Formação ou do movimento popular. No entanto, o material resultante destas entrevistas foi analisado com cuidado, considerando que a memória seleciona fatos, supervaloriza determinadas situações em detrimento de outras, obscurece conflitos, privilegia e também omite informações.

Os nomes dos entrevistados foram omitidos no corpo do texto, pois não pretendíamos enfatizar as ações individuais e sim o trabalho coletivo desenvolvido pelo grupo. No entanto, por considerarmos a trajetória de vida e a atuação destas pessoas junto aos movimentos populares bastante significativas em relação ao processo de organização das classes populares, foi elaborado um breve relato a respeito das motivações que os fizeram iniciar sua atuação nestes espaços, as principais influências que marcaram sua ação política e educativa, as funções que desempenharam no Centro de Formação e em diferentes movimentos populares, as atividades que exercem atualmente e o grau de envolvimento com o Centro de Formação e com as CEBs hoje em dia (Anexo 1).

O Capítulo I trata do processo de formação do Grupão, enfatizando um pouco da história de vida e da inserção política de alguns de seus membros e o trabalho que desenvolviam junto às comunidades. Através das entrevistas foi possível constatar que, além da questão política, muitos outros aspectos influenciaram as opções que essas pessoas fizeram ao longo de sua atuação junto aos movimentos populares, como por exemplo a amizade existente entre elas e a sua experiência relacionada à fé.

O Capítulo I também apresenta informações sobre a urbanização e a formação dos bairros da região sudeste de Curitiba e traça um perfil de seus moradores. Objetiva, assim, fornecer elementos que permitam compreender as condições que possibilitaram que fosse desencadeado um processo de organização popular nesta região.

O Capítulo II resgata a história do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, desde sua criação até o ano de 1989. Enfoca como foram sendo definidos seus objetivos, como foi construída e sistematizada sua concepção de educação popular e como esta se concretizou na atuação junto às comunidades e movimentos populares. Trata também da complexa relação entre esta entidade e a Arquidiocese de Curitiba, marcada por divergências e conflitos.

A primeira parte do Capítulo III aborda o processo de organização e de representação do movimento popular em Curitiba, ocorrido no final da década de 70 através da organização das primeiras associações de moradores em bairros da periferia da cidade e da criação do Conselho de Representantes das Associações de Moradores e Amigos das Vilas e Bairros de Curitiba. Posteriormente, através do surgimento de duas entidades populares, a Federação das Associações de Moradores do Paraná e a União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana.

Em seguida, resgata o processo de criação do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, entidade articulada a partir da ação desencadeada pelo Grupão junto às associações de moradores, que se contrapunha às outras entidades populares existentes em Curitiba e que, certamente, foi uma das

experiências mais importantes do ponto de vista do trabalho de educação popular desenvolvido pelo Centro de Formação.

Ainda no Capítulo III, são tratadas as relações que o Centro de Formação estabeleceu através do trabalho desenvolvido por sua assessoria com diversos movimentos populares, especialmente aqueles mobilizados a partir da atuação de membros das CEBs e das pastorais sociais da Igreja Católica, como por exemplo o Xapinhal, o Movimento pela Participação Popular na Constituinte – MPPC, o Movimento de Luta Contra o Desemprego – MLCD, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

O Capítulo IV inicia com o relato sobre como foi sendo estruturado e encaminhado o trabalho de educação popular do Centro de Formação. Em seguida, destaca a experiência do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, realizado em Curitiba no ano de 1988, enfatizando as principais influências que marcaram esta proposta, principalmente o pensamento de Paulo Freire e os debates a respeito da educação popular.

Este Curso foi a atividade de capacitação de maior complexidade e abrangência desenvolvida, até aquele momento, pelos assessores do Centro de Formação. A decisão em apresentá-lo detalhadamente tem por objetivo permitir que esta experiência seja analisada inserida em um contexto mais amplo, ou seja, como um momento de sistematização da concepção de educação popular do Centro de Formação.

O Capítulo V enfoca as principais influências que marcaram os membros do Grupão e também os assessores do Centro de Formação, entre elas a Ação Católica, sobretudo através da Juventude Universitária Católica – JUC e de sua proposta de formação na ação; a Teologia da Libertação através de seu princípio orientador básico que é a opção pelos pobres; o pensamento de Antonio Gramsci, especialmente o conceito de intelectual orgânico; e os debates acerca das diferentes práticas em educação popular.

O que caracteriza os membros do Grupão e também os participantes do corpo de assessores do Centro de Formação é a forma pela qual conjugaram estas diferentes influências em sua trajetória de vida e em sua experiência política. Sua inserção nas CEBs e sua participação no cotidiano das classes populares, gerou uma forma específica de atuação junto aos movimentos populares, sobretudo no que se refere ao papel desempenhado por estas pessoas no processo de mobilização e organização popular e, posteriormente, na realização de um trabalho de capacitação de lideranças.

A presente pesquisa pretende resgatar a experiência do Centro de Formação, sistematizando e analisando a ação educativa desenvolvida por seus assessores, de forma a contribuir com o processo de construção do conhecimento acerca do trabalho de educação popular realizado por diferentes sujeitos sociais que atuam e participam das inúmeras organizações populares existentes no Brasil.

I – INSERÇÃO E ORGANZAÇÃO POPULAR

1 - OS BAIRROS DA PERIFERIA SUDESTE DE CURITIBA

Os planejamentos urbanos implantados em Curitiba nos últimos trinta anos podem ser considerados como um dos fatores responsáveis pelo bom nível da qualidade de vida que parte de seus habitantes usufrui. A divulgação deste fato, por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, favoreceu a construção e a consolidação em âmbito nacional de uma imagem de "cidade modelo." No entanto, as carências urbanas com as quais os moradores dos bairros da periferia convivem diariamente não se diferenciam daquelas enfrentadas em outras capitais brasileiras. Assim, da mesma forma como ocorreu em outros centros urbanos, o crescimento da cidade de Curitiba se deu num contexto de espoliação urbana, que é definida por Lúcio Kowarick como sendo

> *a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.* [1]

Esta situação gerou problemas que os planejamentos urbanos propostos para Curitiba não foram capazes de resolver.[2]

Data de 1943 o primeiro Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, conhecido por Plano Agache, por ter sido elaborado por Alfred Agache, urbanista francês. A ocupação da região central da cidade e seus arredores ocorreu entre 1930 e 1960. A valorização do

---

[1] - Lúcio KOWARICK, "O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana", p. 34. Ver também Lúcio KOWARICK, *A espoliação urbana.*

[2] - Sobre os planejamentos urbanos de Curitiba ver Celso Veras BAPTISTA, "PMDU e estrutura policêntrica – novas diretrizes para o crescimento ordenado da cidade." Ver também EQUIPE PLAMEC, "Transformações recentes no espaço metropolitano de Curitiba."

solo urbano no anel central levou as camadas mais pobres da população a ocupar áreas cada vez mais distantes. Inicialmente esta ocupação ocorreu dentro dos limites da cidade de Curitiba, mas, posteriormente, estendeu-se até os municípios da Região Metropolitana [3], gerando o fenômeno da periferização.[4]

A crescente procura por lotes fez com que surgissem dezenas de loteamentos na periferia de Curitiba, muitos deles clandestinos. A existência de loteamentos clandestinos deve-se, por um lado,

> *'a desobediência da legislação civil que dispõe sobre a propriedade da terra, as formas de contrato, resultando até em casos de grilagem, ou seja, de imobiliárias que lotearam glebas que não foram efetivamente suas propriedades, vendendo o que não lhes pertencia' (Folha de São Paulo 10.06.81). Por outro lado, os casos mais simples, porém não mais fáceis de serem solucionados, são a desobediência por parte do loteador da legislação urbanística, que dispõe sobre as condições de arruamento, reserva de áreas livres, tamanho mínimo do lote etc. Quando estas exigências não são cumpridas, o loteamento é considerado à margem da lei, não sendo reconhecido pela administração pública e os moradores vêem-se, então, impossibilitados de obter suas escrituras.*
>
> *... A gestão do loteamento clandestino decorre de uma conivência entre o Poder Público e os loteadores, na medida em que a Prefeitura não exerce seu poder de polícia, obrigando-os a cumprirem a legislação de uso do solo que impõe a execução de uma série de obras de urbanização.*
>
> *... A clandestinidade do empreendimento, que impedia o recebimento da escritura, mesmo depois do lote já estar totalmente pago, se somava às péssimas condições urbanas e habitacionais, resultantes deste tipo de*

---

[3] - A Região Metropolitana de Curitiba é composta pelos seguintes municípios: Araucária, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Contenda, Colombo, Campina Grande do Sul, Bocaiúva do Sul, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Balsa Nova e Curitiba.

[4] - Sobre o fenômeno da periferização de Curitiba ver Rosa MOURA et alii, "RMC: O Censo confirma a metropolização." Ver também Rosa MOURA et alii, *Metropolização e intervenção metropolitana.*

loteamento, que não atendiam às mais elementares condições de reprodução da força de trabalho. [5]

O primeiro loteamento popular de Curitiba surgiu em 1951 na Vila São Pedro, região sudeste da cidade, no bairro do Xaxim. Sua regularização parcial ocorreu apenas em 1965. Entretanto, continuou sendo um loteamento irregular, pois algumas questões não foram resolvidas, como por exemplo, a dimensão dos lotes e o traçado das ruas. Esta mesma situação ocorreu, posteriormente, em diversos outros loteamentos implantados na periferia da cidade. "*Em 1981, segundo informações da Prefeitura Municipal de Curitiba, dos 1.000 loteamentos clandestinos da década de 60, haviam sido regularizados 400.*" [6]

O Plano Preliminar de Urbanismo para Curitiba foi elaborado em 1966 por uma equipe de São Paulo, chefiada por Jorge Wilheim. Esse Plano Diretor desaconselhava a ocupação da região sudeste da cidade, principalmente o bairro do Boqueirão e arredores (Xaxim, Alto Boqueirão, Sítio Cercado, Pinheirinho – Ver Mapa 1), por ser uma área cortada pela BR-116 e sujeita a inundações do Rio Iguaçu, o que acarretaria serviços públicos onerosos por causa da má drenagem do solo. Assim, por ser uma região não recomendável para ocupação e desprovida de serviços de infra-estrutura básica (luz, água, esgoto etc.), bem como sem acesso a equipamentos urbanos e bens de consumo coletivo (creches, escolas, postos de saúde etc.), o valor da terra nestes bairros tornou-se mais acessível quando comparado àqueles praticados no restante da cidade.[7]

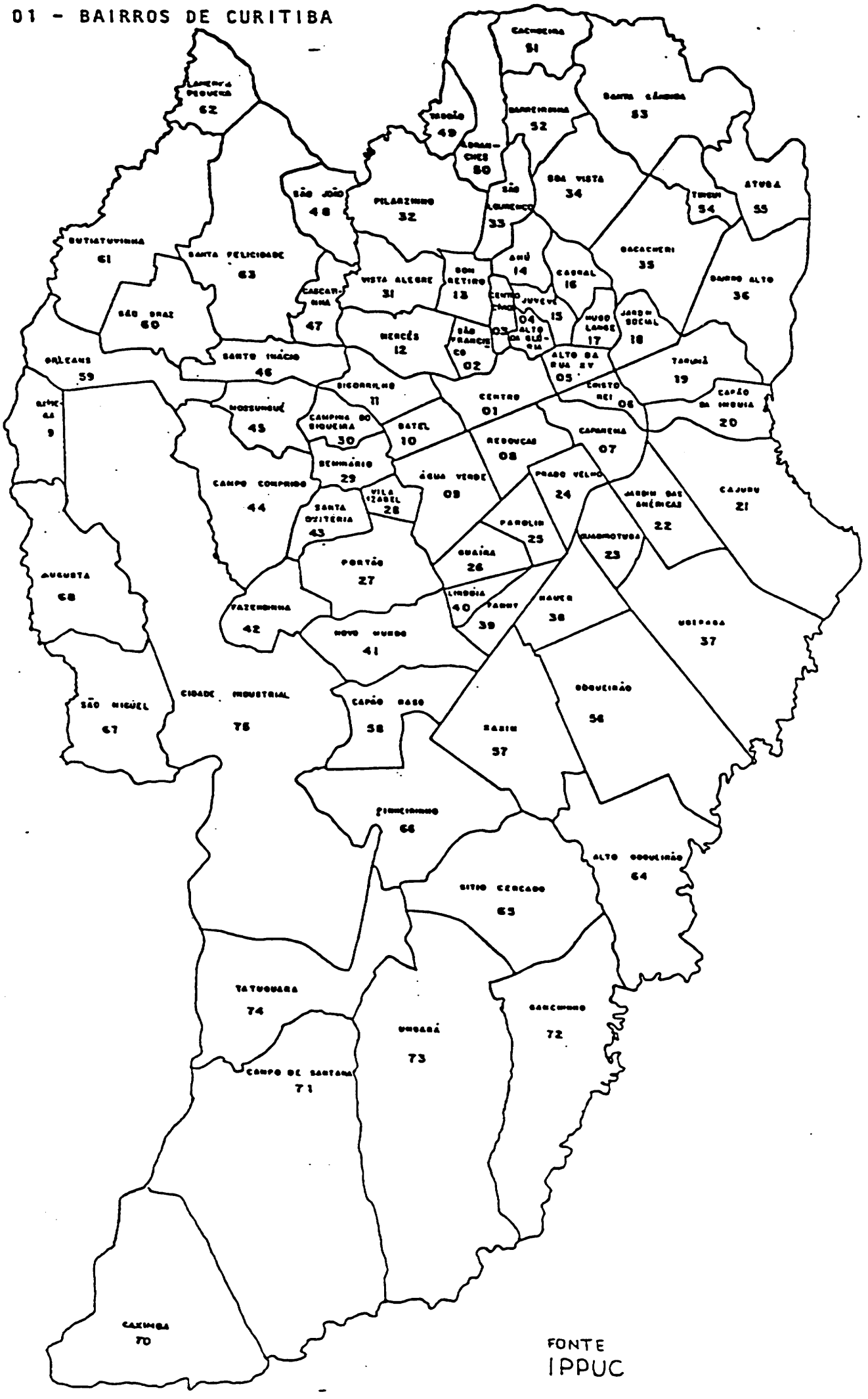
---

[5] - Pedro JACOBI, "Exclusão urbana e luta pelo direito à moradia", p. 57. Sobre o assunto ver também Sílvio Caccia BAVA, *A crise da moradia popular em São Paulo.*

[6] - Lafaiete Santos NEVES, *Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba (1970 – 1990).*

[7] - Sobre a questão do parcelamento do solo em Curitiba ver Darcy Marzullo RIBEIRO, "Parcelamento do solo urbano em Curitiba e Região Metropolitana."

MAPA 01 - BAIRROS DE CURITIBA



FONTE
IPPUC

Este fato gerou uma grande procura por lotes na região sudeste, especialmente por parte dos migrantes que, durante a década de 70 chegaram à capital vindos, principalmente, do norte do Paraná. Após terem sido expulsos do campo pela modernização e mecanização da agricultura decorrente do incentivo à produção da soja, pela progressiva concentração de terras e pelo esgotamento da fronteira agrícola, estas pessoas vinham em busca de emprego e de melhores condições de vida. Como decorrência desta migração, em 1970 a população não natural de Curitiba representava 46,9% do total dos habitantes, em 1976 esta taxa subiu para 54%.[8]

Grande parte desta mão-de-obra foi atraída pela possibilidade de trabalho nas indústrias recém-instaladas na Cidade Industrial de Curitiba – CIC. Entretanto,

> *Esse processo de modernização da expansão industrial de Curitiba gerou contradição entre a oferta de mão-de-obra constituída de trabalhadores sem qualificação profissional e a demanda de mão-de-obra urbana nas atividades que empregavam tecnologia, o que acarretava não apenas a restrição da absorção da oferta como também exigia mão-de-obra altamente qualificada, ausente no mercado de trabalho do Estado.* [9]

Essa mão-de-obra não qualificada e não absorvida pelas indústrias da CIC, foi integrada ao setor terciário, que se caracteriza por englobar uma grande variedade de atividades de prestação de serviços, empregando mão-de-obra com baixa qualificação e com menor grau de escolaridade e, consequentemente, pagando salários mais baixos. Grande parte desta população fixou residência na região sudeste da cidade e esta situação provocou um significativo crescimento populacional nos bairros em que a renda familiar era de até cinco salários mínimos. Em 1980 eles representavam 39% dos bairros de Curitiba e, em sua maioria, localizavam-se na região sudeste da cidade.[10]

---

[8] - IBGE – Censo Demográfico, 1970 e 1980.

[9] - Maria Arlete ROSA, *Movimento de associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba: resgate de sua trajetória histórica a partir da constituição das relações sociais e educativas – 1977 a 1983*, p. 33.

[10] - IBGE – Censo Demográfico, 1980.

Entre as décadas de 70 e 80 os índices de crescimento populacional da região sudeste de Curitiba foram bastante acentuados, como por exemplo nos bairros do Boqueirão – 94%, Xaxim – 180%, Cidade Industrial de Curitiba - 180%, Pinheirinho – 244%, Alto Boqueirão – 930% e Sítio Cercado – 1.977%. Neste mesmo período Curitiba apresentou uma taxa de crescimento populacional de 5,78%, tendo sido o maior índice verificado entre as capitais brasileiras.[11] É importante enfatizar que os maiores índices de crescimento deram-se em bairros onde as condições de infra-estrutura eram mais precárias e, consequentemente, era mais baixo o valor da terra.

No caso da ocupação do solo urbano em Curitiba é preciso considerar que

> *O estímulo quanto ao processo de expansão de Curitiba apresenta aspecto contraditório na medida que o Poder Público promoveu implantação de infra-estrutura na região sudoeste da cidade visando sua ocupação. Esse fenômeno ocorreu de forma contrária, pois a ocupação se realizou de fato na região sudeste da cidade.*
>
> *Isso significou que enquanto na região sudoeste, com a implantação da via estrutural e da zona industrial da cidade, ocorreu alta valorização da terra, a região sudeste, desprovida de infra-estrutura apresentava, em função da desvalorização do solo nessa região, baixo custo quanto ao valor da terra.*
>
> *Assim, a região sudeste foi ocupada por loteamentos populares caracterizados pelas precárias condições do solo, infra-estrutura e de serviços urbanos básicos – água, luz, transporte; e é neste espaço que se expande a periferia e se dá surgimento das favelas.* [12]

O processo de favelização verificado em Curitiba, bem como o adensamento das favelas existentes, foi resultado do crescimento acelerado e desordenado da cidade e da falta de uma política habitacional por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, aliado a um crescente processo de expropriação e pauperização sofrido pelas classes

---

[11] - IBGE - Censo Demográfico, 1970 e 1980.

[12] - Maria Arlete ROSA, *op. cit.*, p. 37.

populares. As primeiras favelas de Curitiba surgiram na década de 70. Em 1971 existiam cerca de 2.200 barracos nas favelas da cidade, em 1979 eram 6.067, e em 1984 já perfaziam um total de 11.388. Grande parte dos núcleos de favelas localizavam-se na região sudeste da cidade.[13]

Mas, além da proliferação de favelas, verificou-se também na região sudeste da cidade o surgimento de inúmeros conjuntos habitacionais populares e núcleos de desfavelamento, muitos deles construídos pela Prefeitura de Curitiba, através da Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB – CT. Com esta ação, o Poder Público induziu e incentivou ainda mais o crescimento de uma região que, de acordo com o Plano Diretor, não deveria ser ocupada.

Os aspectos abordados anteriormente em relação ao desenvolvimento urbano de Curitiba fornecem informações a respeito das condições de vida das classes populares residentes nas regiões periféricas da cidade e enfatizam elementos que favorecem a compreensão do contexto em que emergiram, no final da década de 70, movimentos sociais que se organizaram ao redor da luta pela melhoria da qualidade de vida.[14]

Pode-se dizer que a região sudeste de Curitiba, especialmente os bairros do Xaxim e Boqueirão, bem como os seus arredores, reuniam, no final dos anos 60 e início da década de 70, uma série de condições que favoreceram o surgimento de movimentos populares. Esta era uma região marcada pelos problemas decorrentes da ocupação desordenada do solo, através de loteamentos clandestinos e de ocupação de terrenos públicos e particulares, e também através da existência de inúmeros conjuntos habitacionais e núcleos de desfavelamento. Esta ocupação tornava-se ainda mais problemática à medida que a população não tinha acesso a equipamentos urbanos e a bens de consumo coletivo, bem como a serviços de infra-estrutura urbana básica. Esta região apresentou um acelerado crescimento, tornando-se a mais populosa da cidade,

---

[13] - Conforme Maria do Carmo ROLIM, *Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba.*

[14] - Sobre o assunto ver Elda Rizzo de OLIVEIRA, *Da cidade planejada à cidade espoliada: um estudo sobre o movimento social de apropriação do espaço urbano na Comunidade Santo Inácio de Loyola, Boqueirão, Curitiba.*

onde residiam pessoas de baixa renda, que se identificavam entre si por enfrentarem em seu cotidiano os mesmos problemas decorrentes de carências urbanas. Esta situação favoreceu o surgimento de movimentos populares através dos quais a população reivindicava melhores condições de vida.

No entanto, é importante enfatizar que a existência de problemas urbanos não leva, necessariamente, à mobilização e à organização popular. Para tanto é necessário, entre outros fatores, que as carências urbanas sejam entendidas como direitos negados aos moradores dos bairros das periferias das grandes cidades e que as classes populares acreditem que, através de sua organização, é possível conquistá-los. Neste contexto, o trabalho político desenvolvido por militantes de partidos e organizações de esquerda, profissionais liberais (advogados, sociólogos, arquitetos, economistas, professores, entre outros) e agentes de pastoral contribuiu para o surgimento e o fortalecimento dos movimentos sociais em Curitiba, assim como em tantas outras cidades brasileiras.

Foi na região do Xaxim e do Boqueirão que, no final da década de 60, início da década de 70, um grupo de pessoas, sensibilizado diante dos problemas vividos pelos moradores destes bairros, iniciou um trabalho que resultou na formação das primeiras Comunidades Eclesiais de Base de Curitiba – CEBs.[15] Foi nesta mesma região, e com a assessoria deste grupo que, no final da década de 70, surgiram diversas associações de moradores e inúmeros movimentos populares, muitos deles a partir da ação de membros das CEBs, como por exemplo, o movimento popular de luta pela regularização dos loteamentos clandestinos. Todo este processo gerou a necessidade de criar um centro de assessoria e de capacitação de lideranças dos movimentos populares. Assim, foi organizado o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo.

---

[15] - As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, surgiram no Brasil por volta do início da década de 60 e foram organizadas por agentes de pastoral da Igreja Católica. Eram formadas por grupos de cristãos que se reuniam para refletir sua vida e também as questões sociais à luz do Evangelho. Sobre o assunto ver Cândido Procópio et alii. "Comunidades Eclesiais de Base"; Frei BETTO, *O que é comunidade eclesial de base*; Carmem Cinira MACEDO. *Tempo de gênesis – o povo nas comunidades eclesiais de base* e João Carlos PETRINI. *CEBs: um novo sujeito popular.*

2 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO GRUPÃO

Nos bairros do Xaxim e do Boqueirão, uma parte do trabalho realizado junto à população iniciou-se através de um grupo de pessoas que acompanhava as comunidades ligadas à Igreja Católica. Eram leigos que, influenciados pelas propostas da Teologia da Libertação, organizavam Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

O cruzamento das diferentes trajetórias de cada uma dessas pessoas possibilitou que, em um determinado momento, algumas opções de vida fossem feitas e que uma nova história começasse a ser vivenciada, desta vez em grupo, denominado por seus participantes de Grupão. Esta história pode ser contada a partir de qualquer um dos seus personagens, pois neste caso não há atores principais e coadjuvantes, todos desempenharam um papel fundamental na composição desta trama. Sendo assim, escolhemos um dos membros do Grupão para dar início ao relato e mostrar como seus caminhos confluíram ao longo do tempo para, enfim, articularem-se ao redor de um mesmo objetivo: atuar na organização e capacitação dos movimentos sociais que lutavam pela melhoria da qualidade de vida das classes populares e pela transformação social.

Em meados da década de 60, E. morava em Santo André, São Paulo. Era secundarista e elaborou um trabalho para o colégio que tinha como objetivo mostrar como era a vida em uma favela da cidade. Durante o processo de pesquisa entrou em contato com um grupo de padres franceses que, assumindo uma postura bastante progressista para a época, morava na favela e desenvolvia um trabalho junto à população. Estes padres trabalhavam como operários durante a semana e tinham uma forte presença junto à Juventude Operária Católica - JOC[16], e nos finais de semana realizavam atividades na paróquia. A convivência com estes padres e com a vida dos moradores da favela fez

[16] - Juventude Agrária Católica – JAC, Juventude Estudantil Católica - JEC, Juventude Independente Católica – JIC, Juventude Operária Católica – JOC, Juventude Universitária Católica – JUC, eram organizações da Ação Católica Brasileira. Sobre o assunto ver Frei Romeu DALE (org.), *A Ação Católica Brasileira*, Valmir Franscisco MURARO, *Juventude Operária Católica*; Luiz Alberto Gómez de SOUZA, *A JUC: os estudantes católicos e a política* e Michael LÖWY, *A guerra dos deuses – religião e política na América Latina*.

com que E. *"entendesse melhor o que era ser um cristão dentro da vida, do seu trabalho, ser uma pessoa engajada e consciente."* Continuou acompanhando aquela CEB e, posteriormente, desenvolveu um curso de alfabetização de adultos, no qual era adotado o método de Paulo Freire. Casou-se e mudou-se para Curitiba onde, por indicação dos padres franceses, entrou em contato com um grupo de monges beneditinos, que moravam no Mosteiro da Anunciação.

L. era estudante secundarista em Santo André e atuava na Juventude Estudantil Católica - JEC. Também tinha contato com os padres franceses e acompanhava o trabalho desenvolvido nas CEBs. No final da década de 60 casou-se com E. e foi morar em Curitiba. Na Universidade Federal do Paraná cursou História e participou no movimento estudantil, onde conheceu um grupo de seminaristas do curso de Filosofia e, através deles, teve contato e começou a participar, juntamente com E., da Comunidade Eclesial de Base da Vila Santa Rosa, localizada na periferia da cidade. Participava também dos encontros realizados no Mosteiro, o que *"facilitava transitar no setor mais progressista da Igreja, ainda na época da repressão."*

R. veio do interior de Santa Catarina, no final da década de 60. Em Curitiba cursava Odontologia e sua inserção no movimento estudantil foi bastante marcada pela influência da irmã mais velha, que atuava na JEC. Participava do Centro de Diretórios Acadêmicos - CDAs, onde conheceu L. e E. Através deles tomou conhecimento da existência do Mosteiro e passou a freqüentá-lo, o que representou para ela a *"entrada na fé adulta."* Em meados da década de 70, começou a acompanhar o trabalho desenvolvido na Comunidade Eclesial de Base da Vila Santa Rosa.

EV. cursava Economia em Joinville, Santa Catarina, e participava da JEC. Posteriormente atuou também na Ação Católica Operária – ACO. As propostas da Ação Católica tiveram uma grande influência em sua formação e em sua militância no movimento estudantil, bem como no movimento operário. *"A Ação Católica tinha uma ação concreta no meio estudantil, no meio rural e no meio operário. Tinha um método de trabalho e um método de vivência da fé, que era uma revisão de vida. Relacionava a*

tua fé com a tua vida. Isso dava uma certa solidez." Casou-se com R. e através dela teve contato com o Mosteiro e passou a freqüentá-lo. Acompanhou o trabalho desenvolvido por um dos monges na Pastoral Rural que, posteriormente, deu origem à Comissão Pastoral da Terra.

MC. cursava Física e Química na Universidade Federal do Paraná e participava no movimento estudantil, onde conheceu L., E. e R. Através deles começou a acompanhar a Comunidade Eclesial de Base da Vila Santa Rosa, participando das reuniões que eram realizadas para planejar e avaliar o trabalho desenvolvido. Nesta época estava afastada da Igreja e o que a mobilizou para voltar a participar foi *"conhecer um pessoal ex-militante da JOC que tinha um engajamento político e social muito grande."* Foi morar na Vila São Paulo onde organizou um grupo de jovens e realizou cursos de alfabetização através do método Paulo Freire. Também participava das reuniões realizadas no Mosteiro.

G. era seminarista e cursava Filosofia na Universidade Federal do Paraná. Participando no movimento estudantil conheceu L., E., R. e EV. e através deles, tomou conhecimento das reuniões que eram realizadas no Mosteiro e passou a freqüentá-las. Ao participar de uma viagem a Imperatriz – MA, pelo Projeto Rondon, travou contato com uma realidade que até então desconhecia e, voltando a Curitiba, decidiu morar em uma favela e desenvolver um trabalho popular junto às Comunidades Eclesiais de Base. Foi por seu intermédio que L., E. e R. passaram a acompanhar a Comunidade da Vila Santa Rosa. Abandonou o seminário e casou-se com MC. Trabalhou como metalúrgico em uma indústria da Cidade Industrial de Curitiba.

MG. é um padre diocesano italiano que veio para o Brasil na década de 60 com a tarefa de *"organizar as paróquias da Igreja Católica, proteger o povo, através da catequese, contra a invasão das seitas pentecostais e, através da propagação da fé, defender o povo contra o castrismo, de Fidel Castro."* Foi morar em Curitiba, na região do Xaxim, e, ao deparar-se com a realidade das classes populares residentes nos bairros da periferia, reviu os objetivos de seu trabalho junto àquela população, pois percebeu que

esta necessitava de apoio para conquistar melhores condições de vida e que a Igreja poderia desempenhar um importante papel neste processo. Desenvolveu, então, um trabalho que deu origem às primeiras Comunidades Eclesiais de Base do Xaxim. Participava dos encontros realizados pelos monges beneditinos e, no Mosteiro, entrou em contato com vários leigos que também acompanhavam a formação de CEBs em outras regiões de Curitiba.

A. é um padre da Congregação dos Saletinos, que se caracteriza por ter uma atuação bastante progressista. Apesar de residir em um bairro de classe média alta em Curitiba, é original de Francisco Beltrão, município do interior do Paraná marcado por conflitos agrários, e tinha uma forte ligação com o movimento dos trabalhadores rurais e com o trabalho desenvolvido pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESSOAR, entidade fundada na década de 60, que atuava na formação e organização de pequenos produtores. Participava da Pastoral Rural que, posteriormente, passou a chamar-se Comissão Pastoral da Terra, e também das reuniões realizadas no Mosteiro.

Irmã Tereza Araújo era missionária da Ordem Filhas da Caridade São Vicente de Paula. Nasceu no Ceará e foi morar em Curitiba na década de 60, no bairro do Boqueirão. Desempenhou um papel fundamental na organização de um posto de saúde que atendia à população residente naquele bairro.[17] Freqüentava as reuniões do Mosteiro junto com outras religiosas de sua congregação, que também atuavam nas comunidades dos bairros do Pinheirinho e Vila Nossa Senhora da Luz, na região sudeste de Curitiba. Morreu em 1981.

É interessante notar que as histórias de todas estas pessoas convergem para o Mosteiro da Anunciação, construído no início dos anos 60 por monges vindos da França com o objetivo de viver uma nova experiência monástica pois, em geral, os mosteiros franceses eram bastante conservadores e centravam suas atividades nas orações e nos estudos, sem contato com o mundo exterior. Optaram por

[17] - Sobre o assunto ver Elda Rizzo de OLIVEIRA, *op. cit.*

estabelecerem-se no sul do Brasil, cujo clima era semelhante ao europeu, e em Piraquara, município localizado na Região Metropolitana de Curitiba, com intenção de dar continuidade à experiência que tinham desenvolvido até então junto a pequenos produtores rurais.

De uma forma geral, os monges possuem características diferenciadas dentro da estrutura da Igreja Católica, pois não desenvolvem um trabalho paroquial ou pastoral direto. Vivem do seu trabalho, sendo responsáveis pelo seu próprio sustento. Assim sendo, suas atividades estão relacionadas ao trabalho que desenvolvem, ao estudo e à oração. Os monges beneditinos de Curitiba, por exemplo, criavam gado e vendiam o leite produzido para laticínios da região. Desenvolveram um trabalho educativo junto aos pequenos produtores da região, introduzindo a mecanização na ordenha do gado, adotando o rodízio do pasto como forma de não desgastar o solo e garantir pastagem durante todo o ano, e assessoraram a organização de uma cooperativa para a venda do leite.

Os quatro monges que residiam no Mosteiro dividiam entre si as tarefas, estabelecendo suas funções. Assim, P. cuidava do gado e dos aspectos ligados à saúde da população. H., que posteriormente saiu do Mosteiro para casar-se, cuidava dos serviços de manutenção. M. era um estudioso da Bíblia e realizava palestras para a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e para as pastorais sociais. F. era o superior do Mosteiro, havia participado da Resistência Francesa e tornou-se monge após o término da Segunda Guerra Mundial. Foi o principal responsável pela instalação do Mosteiro no Brasil. Era o intelectual do grupo e quem organizava os cursos oferecidos aos cristãos que se reuniam no Mosteiro para a realização de retiros e para refletir sobre sua atuação junto às comunidades.

Os monges eram bastante articulados não somente em âmbito local, mas também nacionalmente, e estes contatos ampliavam a rede que se formava ao redor do Mosteiro envolvendo religiosos, leigos e intelectuais católicos e não católicos que desenvolviam diferentes formas de resistência ao Estado autoritário. Assessoravam

pequenos grupos, realizando discussões filosóficas e teológicas, exercendo desta forma uma grande influência na formação dessas pessoas. Caracterizavam-se por serem bastante intelectualizados e por adotarem uma postura progressista, quando comparada àquela adotada por grande parte do clero em Curitiba.

Assim sendo, o Mosteiro representou

> *um espaço de liberdade e discussão que atraía intelectuais e estudantes de esquerda, assim como religiosos, que sofreram grande influência dos monges. Esta influência foi determinante na formação e prática desses assessores e religiosos, que atuaram a nível institucional e popular na Igreja Católica de Curitiba e do Paraná no final dos anos 70 e na década de 80.* [18]

É possível afirmar que os monges beneditinos foram os principais articuladores das pessoas que posteriormente participaram do Grupão, tendo assessorado a reflexão a respeito do trabalho que realizavam junto às CEBs e sobre o processo de organização popular desencadeado nos bairros da periferia sul da cidade, principalmente Xaxim e Boqueirão.

A organização de inúmeras CEBs em Curitiba fez surgir a necessidade de capacitar o trabalho desenvolvido nas comunidades pelos agentes de pastoral que, de uma forma geral, são religiosos ou leigos, residentes ou não no próprio bairro, que se propõem a trabalhar junto às comunidades e se formam neste processo. Sua atuação consiste, fundamentalmente, em dinamizar e multiplicar os grupos, planejando suas atividades de forma a favorecer o trabalho em equipe, despertar lideranças e formar coordenadores. Desenvolvem uma ação pedagógica na qual, abordando problemas específicos das comunidades, refletem a realidade à luz do Evangelho.

> *O papel do agente junto ao povo é aprender as coisas do povo, sistematizá-las com o próprio povo e contribuir para que o povo ordene a sua experiência*

[18] - Lafaiete Santos NEVES, *op. cit.*, p. 32.

> *histórica na forma de percepção prospectiva, projeto a longo prazo, visão emergente dessa realidade dada, capaz de conceber uma nova forma de organização geral.* [19]

Atendendo à demanda por capacitação de agentes de pastoral foi criado, por iniciativa dos monges beneditinos, de algumas pessoas que participavam das reuniões do Mosteiro e contando com o apoio da Arquidiocese de Curitiba, o Instituto de Cultura Eclesial – ICE. Os cursos oferecidos pelo ICE aos agentes de pastoral abordavam questões referentes à doutrina da Igreja Católica, formação bíblica, capacitação de lideranças sob o ponto de vista eclesial e análise da realidade. Para desenvolver tal trabalho os monges convidaram alguns leigos que atuavam junto às Comunidades Eclesiais de Base e que freqüentavam o Mosteiro, o chamado Grupão.

A Arquidiocese de Curitiba adotava, na época, uma postura bastante conservadora. As pessoas que foram trabalhar no ICE sabiam disso, mas acreditavam que era importante ocupar este espaço. Organizaram e desenvolveram o trabalho com o objetivo de formar agentes de pastoral com uma visão crítica da realidade, comprometidos com as classes populares e que animassem a criação de CEBs por toda a cidade. No entanto, os participantes dos cursos, apesar de serem agentes de pastoral, tinham diferentes tipos de inserção social (trabalhadores, empresários etc.) e, sendo assim, a diretriz proposta não se enquadrava com o perfil de todo o público alvo e não agradou aos bispos, que consideraram este trabalho *"avançado demais."* Além disso, por este grupo ter uma presença muito marcante e hegemônica nos trabalhos junto às CEBs, com uma forte influência em uma série de paróquias e junto a diversas congregações religiosas, foi acusado de estar criando uma *"igreja paralela."*

De acordo com o depoimento de um dos integrantes do Grupão,

---

[19] - Frei BETTO, *op. cit.*, p. 48. Sobre o trabalho desenvolvido pelos agentes de pastoral ver também Josival Lemos BARBOSA, *Pastoral popular e pedagogia da liberdade* e Clodovis BOFF, "Agente de pastoral e povo."

"A Igreja sabia que o nosso grupo poderia criar uma situação que dificultaria a administração das dissidências existentes no interior da Arquidiocese, principalmente em relação ao trabalho pastoral. Assim, a estratégia deles era inteligente: era melhor manter estas pessoas ao seu lado e não na oposição. Além disso, nós não éramos um grupo de 'excluídos' do ponto de vista daquilo que a Igreja entendia como ser cristão, apesar de considerarem nosso trabalho muito materialista. Eles acreditavam que estávamos criando uma 'igreja paralela' mas que, de qualquer forma, ainda era Igreja. Sendo assim, mesmo achando que tudo era 'avançado demais', eles não podiam ir contra. Nós estávamos preparados para o conflito porque sabíamos que nossa linha de trabalho não sobreviveria dentro da estrutura eclesial. "

É preciso considerar que, "*a Igreja como expressão organizada de uma atividade religiosa, está inserida na sociedade e seus membros pertencem, simultaneamente à estrutura de classes desta sociedade. Eles levam pois, para o interior da Igreja os conflitos e as alianças da própria sociedade.*" [20] Desta forma, ainda de acordo com a análise de Luiz Alberto Gómez de Souza,

> *Uma observação atenta das práticas religiosas no Brasil revela bispos, sacerdotes e leigos, uns realizando uma pastoral tradicional ligada a velhas estruturas sociais, outros uma pastoral modernizante – adaptada às classes médias urbanas e à nova classe dominante – e finalmente, o que é o grande elemento novo na Igreja brasileira, uma pastoral popular. Freqüentemente eles se dividem, não pelo lugar que ocupam na instituição eclesial, mas por sua posição no conflito social, como opção vital ou ideológica. Em outras palavras, sem negar a especificidade e a autonomia do campo religioso, há diferentes comportamentos religiosos que se organizam de acordo com a maneira como os membros da Igreja se articulam com as classes sociais e com as diferentes opções políticas, sociais, éticas e ideológicas da sociedade.* [21]

---

[20] - Luz Alberto Gómez de SOUZA, *op. cit.*, p. 25.

[21] - *Ibid.* p. 27.

O Mosteiro havia se tornado, segundo uma expressão utilizada por diferentes integrantes do Grupão, *"um núcleo de esquerda dentro da Igreja"*, articulando pessoas que não concordavam com a postura conservadora adotada pela Arquidiocese e que pretendiam desenvolver um trabalho na área social. Os monges assessoravam, por exemplo, a organização de comunidades em que os padres responsáveis pelas paróquias não o faziam por discordarem desta forma de atuação junto à população. Isto gerava uma espécie de disputa, na qual os padres acusavam os monges de estarem realizando um trabalho social paralelo ao da Igreja e de estarem subvertendo o povo. Os monges, por sua vez, criticavam o episcopado de Curitiba, pois acreditavam que este, ao tentar impedir a organização das comunidades, estaria sendo conivente com o sistema opressor. Essas críticas desagradaram aos bispos, que passaram a tratar com reservas os monges, bem como a todos aqueles que estivessem ligados a eles. Assim, pode-se dizer que um dos aspectos que favoreceu a existência de divergências entre a Arquidiocese e o Grupão foi o fato deste ter sido apoiado e assessorado pelos monges beneditinos.

A Arquidiocese de Curitiba exercia uma forte pressão visando o controle do trabalho desenvolvido por este grupo, com o objetivo de não perder a influência sobre as comunidades, principalmente aquelas localizadas na região do Xaxim e do Boqueirão, e mantê-lo sob controle na disputa pela hegemonia nos trabalhos pastorais. Algumas atitudes tomadas pela Arquidiocese acirraram ainda mais este conflito, como por exemplo, os participantes do Grupão não terem sido mais chamados para trabalhar nos cursos oferecidos pelo ICE e serem impedidos de se reunir com a população nas paróquias. Com o passar do tempo a situação tornou-se insustentável e, em 1977, o grupo como um todo, incluindo os monges, afastou-se do ICE.

Neste mesmo ano, os monges avaliaram que o trabalho que haviam proposto realizar em Curitiba estava concluído e transferiram o Mosteiro para Goiás, onde contaram com o apoio do bispo Dom Tomás Balduíno para dar continuidade a suas atividades. A postura adotada por este bispo é um exemplo da existência de opiniões e posições diferenciadas a respeito de um mesmo assunto no interior da hierarquia da Igreja

Católica, que possibilitam mediações e cenários alternativos. Em relação à Arquidiocese de Curitiba pode-se citar como exemplo o fato de que na época em que o conflito entre o Grupão e a Arquidiocese estava ocorrendo, o bispo auxiliar de Curitiba desempenhou um importante papel de mediador, tentando impedir que este grupo de leigos se afastasse não só do ICE, mas também da Igreja, o que poderia representar uma ruptura absoluta. Alem disso, o apoio deste bispo foi fundamental para que fosse criado o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, entidade que tinha como principal objetivo a capacitação de lideranças e agentes de pastoral para o desenvolvimento de um trabalho popular junto às comunidades e aos movimentos sociais.

Este breve relato sobre a história do Grupão permite destacar alguns aspectos comuns aos participantes e que representaram o ponto de união entre estas pessoas. Ser cristão é, certamente, a característica principal, pois de acordo com o depoimento de um dos membros do Grupão, "*o que levou ao envolvimento com o movimento popular foi a formação cristã, o senso de justiça. Não era uma formação de esquerda marxista, era o chamado catolicismo de esquerda.*" Foi este posicionamento que motivou a participação no movimento estudantil através das organizações da Ação Católica e a experiência de acompanhar o processo de organização das CEBs. Os integrantes do Grupão, influenciados pela Teologia da Libertação, fizeram uma opção pelos pobres que se manifestava em suas vidas de diferentes formas, como por exemplo através de sua atuação junto às comunidades e aos movimentos populares; na decisão de residir em bairros da periferia de Curitiba com o objetivo de participar do processo de organização popular; no esforço em criar um espaço para a capacitação de lideranças e para a assessoria ao movimento social; na insistência em atuar no interior da Igreja Católica, apesar de todos os conflitos existentes, defendendo um projeto que, naquele momento, também estava surgindo em diversos países da América Latina, o de construir uma "Igreja dos pobres."

Um trecho do depoimento de um integrante do Grupão é bastante interessante, pois resgata a importância do trabalho desenvolvido por estas pessoas no processo de organização das comunidades e dos movimentos populares em Curitiba.

"Eu acho que a gente constituiu um grupo interessante de pessoas, que tinha uma identidade. O mais importante é que este grupo, constituído por padres, freiras e leigos, teve um papel fundamental na resistência em termos de Igreja conservadora, de confronto mesmo. Foi um grupo muito coeso, sobreviveu a uma repressão interna muito pesada e saiu em bloco, unido. Criou o Centro de Formação, criou associações de moradores, organizou o movimento sindical e teve um papel determinante na construção do Partido dos Trabalhadores. Esse grupo todo fortaleceu a construção do movimento de bairros, através do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana.
É interessante que o setor progressista da Igreja manteve o apoio ao grupo. Tanto é que eles estão aí, no Centro de Formação. Este grupo é importante, é uma referência muito clara da capacidade de construir o movimento social dentro de uma evolução, avançando numa visão social e política, partidária, sindical e cultural."

3 – A ATUAÇÃO DOS LEIGOS

A atuação do Grupão foi fundamental para que surgissem, no final dos anos 60 e início da década de 70, as primeiras CEBs em Curitiba. O primeiro contato de algumas dessas pessoas com as comunidades deu-se através da Comunidade Eclesial de Base da Vila Santa Rosa. No Mosteiro travaram conhecimento com leigos, padres e freiras que acompanhavam comunidades em outros bairros. Após o afastamento do ICE e com a transferência do Mosteiro para Goiás, este grupo continuou a reunir-se na Paróquia da Vila São Pedro, no Xaxim. Este fato fez com que conhecessem melhor o trabalho desenvolvido na região.

A partir dos debates travados sobre sua atuação junto às comunidades e refletindo em conjunto a respeito da necessidade de realizarem o acompanhamento às CEBs de forma mais sistemática, os membros do Grupão decidiram morar na periferia de Curitiba. Os bairros escolhidos foram aqueles em que tinham alguma inserção junto às comunidades, ou seja, o Xaxim, o Pinheirinho e o Boqueirão, pois *"valia a pena investir de forma articulada nesta região, porque aí localizavam-se as CEBs que realmente faziam um bom trabalho."* Outro aspecto que favoreceu essa escolha foi o Arcebispo de Curitiba ter decidido dividir a paróquia do Xaxim em cinco pequenas paróquias, o que, de acordo com a avaliação dos participantes do Grupão, enfraqueceria o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelas comunidades. Diante disso, formaram uma equipe pastoral que atuava com o objetivo de animar a criação de CEBs na região e mantê-las organizadas.

Naquela época a presença dos padres junto às comunidades localizadas em bairros de periferia era esporádica e, sendo assim, havia a necessidade de acompanhar de uma forma bastante abrangente as atividades realizadas nas CEBs. O trabalho desenvolvido pelo Grupão consistia em organizar a missa, a catequese, o círculo bíblico [22], as novenas de Natal, entre outras tarefas, e caracterizava-se como uma espécie de coordenação do trabalho pastoral na comunidade.

De acordo com o depoimento de um dos participantes do Grupão

"Era objetivo deste trabalho reunir as pessoas da comunidade. Mas, também era nosso objetivo chegar a uma visão política mais engajada, conscientizar. Fazer o pessoal colocar em prática aquilo que era debatido e refletir sobre esta prática, no sentido de melhorar a vida das pessoas. As palavras da época eram essas: engajamento, conscientização, fé e política."

[22] - Os círculos bíblicos, criados pelo Frei Carlos Mestres, eram reuniões realizadas na quais os participantes debatiam trechos da Bíblia apresentados através de cadernos populares. Este recurso também foi muito utilizado nas reuniões das Comunidades Eclesiais de Base.

A experiência desenvolvida pelos agentes de pastoral através dos círculos bíblicos foi aproveitada no processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base. Os debates realizados motivavam as pessoas a traduzir sua fé de uma forma vinculada à realidade, a partir da análise de sua vida concreta na família, no bairro e no trabalho. Ao refletir sobre estas questões os membros da comunidade percebiam que a situação de carência em que viviam e os problemas urbanos com os quais conviviam em seu cotidiano não eram enfrentados apenas por eles, mas também por todos os moradores daquele e de outros bairros da periferia de Curitiba e do Brasil. Deveriam, portanto, assumir sua condição de espoliados, unindo-se e organizando-se para lutar por melhores condições de vida para todos.

Nos debates realizados nas CEBs eram abordados temas como as carências e as desigualdades, as injustiças sociais e a dignidade humana. Um aspecto interessante a ser considerado é que

> *As fundamentais exigências cristãs de igualdade são colocadas como critério para condenar a espoliação refletida em toda a tecitura da organização do espaço metropolitano. Surgem neste contexto, dos grupos organizados nas CEBs, reivindicações dirigidas às autoridades. Sua natureza política é marcada por traço característico: trata-se de uma exigência de justiça e não de um pedido de favor.* [23]

Esta consciência construída no espaço de reflexão contrastava com a realidade vivida pelos membros das CEBs. O desejo de mudança era canalizado para a possibilidade de realizar um enfrentamento organizado. De uma forma geral, os integrantes do Grupão sabiam que

"o *trabalho nas comunidades acabava desembocando em associações de bairros e em outras formas de organização. Quando a gente começou já sabia que as CEBs eram limitadas e que era preciso ampliar o seu horizonte, porque ficavam muito vinculadas à*

---

[23] - Cândido Procópio CAMARGO et alii, *op. cit.*, p. 75.

estrutura eclesiástica. As CEBs poderiam ampliar seu espaço social de luta à medida que a população começasse a ir além da paróquia, a ter contato com a cidade, com o poder local e, a partir daí, ter um crescimento político, ter conhecimento dos embates e das lutas sociais."

Assim sendo, na região sudeste de Curitiba, principalmente nos bairros do Boqueirão, Xaxim e arredores, parte do processo de organização das classes populares ocorreu de modo muito semelhante àquele verificado em outras capitais brasileiras, ou seja, inicialmente as comunidades organizaram-se em CEBs e, em seguida, como resultado de um processo de reflexão e desenvolvimento de uma prática social, perceberam a necessidade de criar associações de moradores, com o objetivo de ampliar a participação envolvendo não só os membros da comunidade, mas também toda a população do bairro.

Apesar de haver a intenção de *"abrir-se à participação da população do bairro como um todo"*, as associações de moradores surgidas a partir da atuação dos membros das CEBs e de pessoas oriundas de movimentos da Igreja Católica mantiveram como uma de suas principais características o fato de serem *"de Igreja."* Este aspecto favoreceu a construção de uma identidade entre estas associações e, posteriormente, representou o ponto de união que possibilitou a articulação de uma entidade que as representava, o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, que, por sua vez, também era identificado como sendo *"de Igreja."* O processo de organização do MAB será abordado no Capítulo 3.

É preciso destacar o importante papel que a religiosidade tem desempenhado no processo de mobilização e de organização popular,

> *No universo cultural multifacetado e socialmente difuso dos bairros, a religiosidade tem-se apresentado como um fator de aglutinação das pessoas e como um elemento mantenedor de identidades grupais, à medida que se sobrepõe a pequenas clivagens, nivelando interesses, proporcionando unidade*

na ação e mantendo setores populares relativamente mobilizados e predispostos a participarem em movimentos sociais reivindicatórios e de protesto. Não qualquer religiosidade. Mas aquela que, já arraigada na consciência e na cultura do povo brasileiro, passa a ser praticada através de uma nova forma ritual criada e estimulada por determinados setores da Igreja Católica. Uma nova forma ritual descentralizada e participativa que confere aos símbolos religiosos uma dimensão crítica e identificada com os interesses dos setores populares. [24]

O fato das associações que participavam do MAB serem *"de Igreja"* evidenciava-se através da forma como determinadas atividades eram desenvolvidas, como por exemplo as reuniões serem realizadas nas Igrejas ou em salões paroquiais. As diretorias destas associações alegavam não haver espaços disponíveis no bairro para a realização de reuniões que contassem com a presença de um grande número de pessoas. Argumentavam também que a associação não dispunha de recursos financeiros para a construção de uma sede. Esta situação limitava a participação, pois uma parte da população residente no bairro não era católica e sentia-se constrangida por freqüentar reuniões realizadas na Igreja Católica. Mas, apesar disso, em momentos específicos do desenvolvimento de determinadas lutas populares, os moradores atendiam aos convites feitos pela associação de moradores e participavam, ou seja, *"em certos momentos da luta, quando o confronto exigia, a presença da população aumentava, eles engrossavam o movimento."* Desta forma, pode-se dizer que havia a participação de apenas uma parcela dos moradores nestas associações de bairro e, além disso, esta participação não ocorria de forma contínua.

A diretoria de grande parte dessas associações era composta por membros das CEBs ou pessoas que tinham uma *"vida comunitária."* O argumento utilizado para justificar tal atitude era que *"este era o pessoal que já tinha uma experiência de organização, já era treinado, preparado. Já sabiam se organizar, se reunir, desenvolver tarefas necessárias para atender às suas demandas."* No entanto, esta atitude limitava ainda mais a participação dos moradores do bairro de forma mais abrangente.

---

[24] - Ana Maria DOIMO, "Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade", p. 123.

Em um debate realizado sobre a questão da participação política dos cristãos, Herbert de Souza desenvolveu uma reflexão bastante interessante que ajuda a compreender as limitações existentes na forma de atuação dessas associações de moradores, que teoricamente apresentava a intenção de ampliar a participação a todos os moradores do bairro, mas na prática restringia-se apenas àqueles que eram membros das CEBs.

> *Buscar na fé o fundamento para a ação política só pode ser suficiente para quem tem fé e, como o mundo também é composto pelos sem fé, seria muito importante que os cristãos buscassem fundamentar sua presença na política num tipo de princípio que, sem contrariar a fé, não tivesse a fé como princípio.*
> *...Creio que a proposta de uma sociedade democrática (radicalmente igualitária e participativa) é compatível com uma leitura do Evangelho, mas não é demais repetir que essa não tem sido a única leitura, nem a dominante. A questão, portanto, não é disputar um lugar ao sol para a fé e os cristãos, no terreno da política, ou sua supremacia, mas se perguntar como elaborar uma proposta democrática de sociedade onde cristãos e não cristãos possam se encontrar.* [25]

O fato de as associações de moradores, criadas a partir da atuação de membros das CEBs, desenvolverem seu trabalho de forma vinculada à comunidade não significou um problema a ser enfrentado pelos membros do Grupão. Mas, apesar disso, estes reconheciam que as associações de moradores deveriam ser autônomas em relação à Igreja Católica. Assim sendo, tornou-se necessário que as lideranças, os agentes de pastoral e os assessores envolvidos neste processo elaborassem uma forma específica de trabalhar junto às associações e que aprendessem a atuar neste novo cenário.

Um dos principais problemas enfrentados pelos membros do Grupão era o reduzido número de pessoas envolvido no processo de acompanhamento às comunidades e às associações de moradores. Essa situação gerava uma contínua tensão, ou seja, *"à medida que a pessoa da comunidade passava a ser absorvida pelo trabalho da associação, era cobrada porque abandonava o dia a dia da comunidade. Por outro*

---

[25] - Herbert de SOUZA, "Os cristãos e a democracia", p. 115 –116.

lado, a pessoa era cobrada também na associação, tinha que estar sempre presente e disponível para o trabalho."

Esta questão também aparece no depoimento de um padre que atuava junto às CEBs, o qual constatou que, *"nos anos 80 o pessoal das comunidades estava motivado para trabalhar no político, no social. Entraram na organização do PT, dos sindicatos, das associações e se sentiram mais à vontade nestes espaços, porque era um campo leigo. E houve um esvaziamento das CEBs."*

Sobre este assunto é interessante introduzir uma reflexão realizada por Luiz Alberto Gómez de Souza, que afirma existir dificuldade em separar temas como fé e política. O autor se refere ao fato de que, muitas vezes, é a partir da reflexão religiosa que os cristãos descobrem a importância da atividade social, de se comprometer politicamente, de "sair" para o mundo. Mas ele indaga: como "sair" para o mundo se nunca estiveram fora dele? Além disso, há uma outra questão que deve ser considerada,

> *Os que ocupam funções dentro das instituições religiosas podem ter inclusive uma postura contraditória: insistem num compromisso social fora da instituição e ao mesmo tempo temem que os que o fazem não 'voltem' para o redil. Aliás, o não voltar pode indicar duas coisas totalmente diversas: o abandono definitivo da prática religiosa ou apenas não continuar a realizar atividades estritamente pastorais, o que de modo algum poderia ser caracterizado como um abandono da igreja.* [26]

Os participantes do Grupão não encontraram uma solução a curto prazo para esta questão e, com o passar do tempo, foram acumulando atividades e responsabilidades nas comunidades e nas associações. No entanto, esta prática tornou-se inviável e colocou como exigência e como desafio a necessidade de ampliar o número de pessoas que, independentemente de sua atuação junto às comunidades, acompanhassem o processo de organização das associações de moradores. A partir

---

[26] - Luiz Alberto Gómez de SOUZA, "A política e os cristãos", p. 97 – 98.

3 – CONCRETIZANDO A IDÉIA

A idéia de criar o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo surgiu no final dos anos 70, início da década de 80, em uma conjuntura política marcada pelo crescimento das lutas sociais e pela retomada do processo de organização dos partidos políticos, dos sindicatos e de movimentos sociais. A Igreja Católica vivia um momento de abertura para as questões sociais, através do trabalho realizado nas pastorais sociais e nas Comunidades Eclesiais de Base, fortemente influenciado pelas idéias da Teologia da Libertação, e a partir da atuação de um grupo de pessoas que tinham uma identidade política e religiosa.

O Centro de Formação constituiu-se como uma organização não-governamental que tinha por objetivo prestar um serviço de assessoria e de apoio às diversas organizações populares, capacitando suas lideranças e articulando suas lutas. De uma forma geral, apresentava muitos aspectos que o assemelhavam a inúmeras ONGs que surgiram no país na mesma época. No entanto, o resgate de seu processo de organização possibilita analisar as questões que são específicas e que o caracterizam.

De acordo com o depoimento prestado por um dos membros do Grupão,

"A proposta de criar um centro de assessoria aos movimentos populares aglutinou pessoas que desenvolviam diferentes experiências de luta contra a injustiça social e a exploração dos trabalhadores. Seus objetivos eram semelhantes. Tinham uma formação cristã e uma leitura da Bíblia direcionada na perspectiva da Teologia da Libertação. De uma forma geral, tinham uma certa inserção social, rompendo com aquela Igreja mais voltada à espiritualidade e desencarnada de qualquer envolvimento político."

Desta forma,

> *... (os) agentes cristãos verão nas ONGs, que pouco a pouco se criam, um novo espaço de atuação, onde serão atualizadas antigas redes de relações estabelecidas no pré-64, costuradas por fios eclesiais.*
> *Ao lado desses 'velhos combatentes', surgiam os novos agentes cristãos, convertidos a uma prática social junto a setores dominados da população no âmbito da nova pastoral popular da Igreja, que reza a unidade entre fé e política, entre experiência vivida e Evangelho, entre prática religiosa e libertação, na linguagem de uma nova teologia.* [11]

O grupo que criou o Centro de Formação era composto por leigos e religiosos que apoiavam os movimentos populares em sua organização, através da capacitação de lideranças, coordenando debates, elaborando material popular para reflexão e folhetos para mobilização. As pessoas que participavam desse processo constataram que o trabalho desenvolvido até então havia sido dirigido a agentes de pastoral que atuavam no espaço da Igreja Católica. No entanto, naquele momento, a exigência era capacitá-los para atuar junto ao movimento popular e isso requeria "*análise da realidade (contextual e estrutural); amadurecimento de uma proposta de transformação da sociedade; e reflexão da fé, com suas implicações sociais e políticas.*" [12]

Ao redor da idéia de organizar um centro de assessoria e de serviço aos diversos movimentos populares elaborou-se um roteiro de perguntas que tinha por objetivo envolver as comunidades, as associações de moradores, as oposições sindicais e movimentos populares no debate acerca da criação do Centro de Formação. As perguntas eram:

- *"Quais as principais dificuldades que o seu movimento enfrenta para crescer e se tornar mais eficaz no caminho da libertação do povo?*

---

[11] - Leilah LANDIM, *op. cit.*, p. 32.

[12] - Relatório do encontro de preparação da assembléia do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 2 de maio de 1981.

- *Em que uma iniciativa como um Centro de Formação – CF, poderia contribuir para a busca da solução desses problemas? Você pensa que esta idéia do CF é de fato útil?*
- *Que tipo de atividades o CF deveria desenvolver para cumprir tais objetivos?*
- *Pensou-se, até agora, em 4 áreas de atuação: Formação Bíblico-teológica, Formação Sindical, Formação Político-partidária e Movimentos Populares. O que deveria ser aprofundado nessas áreas? Quais deveriam ser as outras áreas?*
- *Como deve ser organizado o CF de modo que ele, de fato, sirva ao povo e pelo povo seja dirigido?"* [13]

É interessante destacar que a Área Bíblico-teológica marcava de forma bastante significativa a relação que se estabelecia entre as Comunidades Eclesiais de Base e o Centro de Formação que, atendendo a uma demanda apresentada pelas CEBs organizou sua primeira atividade, um Curso de Releitura Bíblica.

Com o objetivo de agilizar o processo de debates ao redor da proposta de criação do Centro de Formação, foi designada uma pessoa responsável por sua organização e administração, e também por sistematizar as respostas dadas às questões enviadas anteriormente às comunidades de base e movimentos populares. O resultado deste trabalho foi, posteriormente, apresentado em uma reunião realizada em maio de 1981.

Os debates travados nessa reunião definiram quais seriam os princípios básicos que deveriam nortear a linha de atuação do Centro de Formação, como por exemplo, *"Não substituir o povo e suas lideranças em sua caminhada de libertação e em sua organização. A relação com os movimentos deve ser de prestação de serviços e não de controle. O comando político deve ser das bases. Cada atividade desenvolvida pelo Centro de Formação deve ser avaliada e reformulada na base. Debater e esclarecer como se dá a relação com os movimentos populares e outras organizações. Desenvolver um método de análise da realidade adequado aos desafios."* [14]

---

[13] - Roteiro para reflexão sobre o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, sem data.

[14] - Documento interno do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, sem data.

Na ocasião também foram tratadas questões relativas ao processo de organização do Centro de Formação, como por exemplo a criação de uma estrutura mínima e funcional, composta por Assembléia Geral, Conselho e Diretoria Executiva, que garantisse uma forma democrática de gestão, avaliando sua eficácia em relação aos objetivos propostos.

Os objetivos do Centro de Formação também foram definidos nessa reunião e eram *"Ser um serviço de ajuda, de apoio e de assessoria aos trabalhos de base e às organizações populares. Proporcionar às lideranças populares, surgidas da ação, uma formação que as capacite para agir em organismos, associações e movimentos sociais. Proporcionar uma integração no campo da formação entre os diversos organismos que atuam no campo social (Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral Operária, Comunidades Eclesiais de Base, etc.)."* [15]

No dia 28 de junho de 1981, foi realizado um segundo encontro para dar continuidade ao processo de organização do Centro de Formação, no qual estiveram presentes 78 pessoas representantes de movimentos populares urbanos e rurais, movimento sindical e de pastorais sociais, provenientes de Curitiba, Francisco Beltrão (PR), Joinville e Chapecó (SC), e que apresentaram uma proposta de atuação para as áreas de formação do Centro de Formação. (No Anexo 2 encontra-se o *folder* do Centro de Formação).

"Área Bíblico-teológica:

- *Temas: Releitura bíblica. Papel do leigo na Igreja. Aprofundamento da análise do documento de Puebla.*
- *Cursos feitos por etapas, para dar continuidade e aprofundamento, dirigido às lideranças antigas e novas, para repassarem nas bases. Formar uma equipe volante que realize os cursos em diversos locais.*

---

[15] - De acordo com o Relatório de Atividades do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba. 1982.

Área Sindical:

- *Temas: História do sindicalismo no Brasil. Estrutura sindical e novo sindicalismo. Função do sindicato. Relação de sindicatos e partidos políticos. Os direitos trabalhistas.*
- *Cursos de formação de longo alcance para todas as categorias. Produzir subsídios e atividades que divulguem essas matérias em todas as regiões abrangidas pelo Centro de Formação.*

Área Político-partidária:

- *Temas: O que é a atividade política. A política partidária e a relação com a fé. A relação das CEBs com os partidos. Análise dos programas de diversos partidos. Análise do capitalismo, socialismo e comunismo.*
- *Cursos de formação e conscientização. Elaborar uma cartilha popular sobre política.*

Área de Movimentos Populares:

- *Temas: Como funciona a sociedade. O que é capitalismo. Como se organiza uma associação de moradores. Lutas específicas: loteamentos clandestinos, compras comunitárias, custo de vida e movimento de mulheres."* [16]

Os participantes dessa reunião indicaram uma pessoa, que era vinculada à Pastoral Operária, para que dedicasse algumas horas semanais ao trabalho de organização do Centro de Formação. Posteriormente, quando já existiam recursos financeiros para tal, foram contratadas duas pessoas para desempenhar estas atividades de forma mais sistemática. AM., um ex-padre, trabalhava meio período no Centro Comunitário de Manutenção – CECOMA[17], e ficou responsável por atender às demandas enviadas

[16] - Relatório da reunião do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, 27 de novembro de 1982.

[17] - CECOMA – Centro Comunitário de Manutenção foi criado em 1975, a partir do trabalho das CEBs na região do Xaxim, em Curitiba. Inicialmente organizava compras comunitárias, nas quais seus participantes elaboravam uma lista dos produtos de que necessitavam, arrecadavam o dinheiro e realizavam a compra. Este tipo de organização só funcionou enquanto as taxas de inflação mantiveram-se altas. Posteriormente, passaram a comprar alguns produtos hortifrutigranjeiros diretamente dos produtores, que eram revendidos a preço de custo. No entanto, verificaram que os custos para manter este serviço eram muito elevados e que não tinham condições de competir com os atacadistas. Retomaram as compras comunitárias, chegando a organizar cerca de 40 grupos, que envolviam aproximadamente 500 pessoas. Com o passar do tempo, constataram que não possuíam estrutura para armazenar os produtos e passaram, então, a organizar feiras semanais, abrangendo 25 comunidades. Diante desta concorrência, os comerciantes locais baixaram os preços dos produtos e, assim, muitas pessoas voltaram a realizar suas compras nos mercados locais. Este fato, aliado à iniciativa da Secretaria de Agricultura em criar mercadões populares, fez com

pelas Comunidades Eclesiais de Base. C. que até aquele momento havia atuado na Pastoral da Juventude e mantinha um contato mais próximo com as associações de moradores, foi contratado para ser responsável pela questão urbana, estabelecendo contatos, organizando e articulando as associações de moradores. Encaminhou também o processo de estruturação e legalização do Centro. É interessante destacar que ambos atuavam em organizações ligadas à Igreja Católica.

A proposta inicial para o funcionamento do Centro de Formação era de que se organizasse apenas enquanto um grupo disposto a trabalhar junto aos movimentos populares, evitando, desta forma, sua institucionalização. Deveria ser mantido financeiramente com o auxílio de pessoas e principalmente de entidades interessadas em apoiá-lo, buscando, a longo prazo, sua sustentação e autonomia financeira, mesmo que parcial.

Como enfatiza Leilah Landim,

> *A origem religiosa, por um lado, e a conjuntura política, por outro, conferem um caráter de voluntariado e de militância às práticas dos agentes das ONGs, nesses primeiros tempos. Muitas entidades, inclusive, começaram a funcionar em termos de grupos informais, só passando a institucionalizar-se posteriormente.*
> *... O clima inicial caracterizado por uma certa fraternidade, por uma cumplicidade entre pessoas com interesses comuns, por relações informais, vai certamente gerar um estilo institucional bem específico às ONGs.* [18]

Para o Centro de Formação o processo de institucionalização iniciou-se a partir da possibilidade de conseguir apoio financeiro de uma organização internacional, a Miserior, uma entidade católica alemã que arrecada fundos e repassa para projetos da

---

que as feiras do CECOMA perdessem um pouco de sua importância. Apesar disso, funcionam até hoje, agora centralizadas em sua sede.

[18] - Leilah LANDIM, *op. cit.*, p. 31.

Igreja (construção de Igrejas, escolas, hospitais) e projetos sociais desenvolvidos nos países do Terceiro Mundo. O contato com esta entidade, que apoiava algumas atividades da Arquidiocese de Curitiba e do Regional Sul II da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, foi feito através de padres que trabalhavam neste Regional e que estavam envolvidos no projeto do Centro de Formação.

Havia, por parte dos integrantes do Grupão, a preocupação em manter sua autonomia, principalmente em relação à Igreja, visto que os recursos financeiros previstos eram provenientes de organizações eclesiásticas. Para que o financiamento fosse aprovado, a Miserior exigia que a entidade fosse legalmente constituída, elaborasse projetos relacionados à organização popular e contasse com o apoio dos bispos locais. Para que o projeto fosse renovado era exigido o relatório de atividades, acrescido de uma avaliação anual e o relatório financeiro. A Miserior, em princípio, não estabelecia nenhum tipo de controle e não interferia diretamente na forma como o trabalho era conduzido. No entanto, gerava uma relação de dependência entre o Centro de Formação e a estrutura eclesiástica ao condicionar a aprovação do projeto ao aval de, pelo menos, um dos bispos.

Para viabilizar o financiamento do projeto por parte da Miserior, o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo constituiu-se como uma associação civil sem fins lucrativos e encaminhou sua legalização jurídica através da eleição de uma diretoria e da elaboração de seus estatutos. Ficou decidido que sua estrutura de organização seria composta por:

- Assembléia Geral – órgão máximo de direção onde os associados deveriam definir a linha de atuação do Centro de Formação e seu plano de trabalho.
- Conselho – tinha como objetivo apoiar a Diretoria na implantação do plano de trabalho. Deveria ser composto por pessoas que participassem e fossem representativas dos movimentos populares urbanos, do movimento sindical urbano e rural e das CEBs. Através do Conselho, essas organizações deveriam ter uma participação efetiva na administração do Centro de Formação. Cada entidade seria

representada por um agente e uma liderança ou pessoa da base, que seriam referendados pela Assembléia Geral.

- Diretoria Executiva – sua atribuição era coordenar a execução do plano de trabalho, acompanhando também a atuação da área administrativa e financeira. Seria composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário geral, dois coordenadores de formação, um coordenador de pesquisa e documentação, e um coordenador de divulgação. Cada coordenação abrangeria as quatro áreas de atuação: bíblico-teológica, político-partidária, movimentos populares e sindical.

É interessante destacar que as pessoas indicadas para ocupar os dois principais cargos da direção, eram padres que haviam participado do Grupão e desempenhado um papel fundamental na concepção, articulação e organização do Centro de Formação e também trabalhavam no Regional Sul II da CNBB, estando, desta forma, vinculados à estrutura eclesial. Além deles, outros integrantes do Grupão também fizeram parte da primeira diretoria do Centro de Formação.

A situação destes padres gerou diversos conflitos com a Arquidiocese de Curitiba pois, ao mesmo tempo que ocupavam cargos de confiança direta dos bispos do Paraná na estrutura da Igreja de Curitiba, do Paraná e na CNBB e, desta forma, relacionavam-se em seu cotidiano com toda a hierarquia eclesiástica, participavam também do Grupão e do Centro de Formação. Porém, estas divergências apresentavam um aspecto contraditório dado que, por um lado, o arcebispo questionava e pressionava o Grupão em relação à sua atuação junto às comunidades e aos movimentos populares mas, por outro, necessitava do trabalho que estas pessoas desenvolviam para manter contato com as CEBs, visto que nenhum outro grupo no interior da Igreja realizava trabalho semelhante. Por sua vez, os dois padres mediavam os conflitos existentes entre os bispos e o Grupão.

A discussão em torno do projeto de criação do Centro de Formação foi marcada por diversos problemas de comunicação entre os bispos e o grupo que criou esta entidade e dificultaram o entendimento a respeito de sua abrangência. A proposta deste centro

de assessoria aos movimentos populares foi apresentada e amplamente debatida com os bispos do Regional Sul II da CNBB e foi aprovada, inclusive pelo Arcebispo de Curitiba. No entanto, um dos bispos auxiliares, que não havia participado da reunião, opôs-se à idéia, pois considerou que a organização deste Centro representaria a criação de uma estrutura paralela à Igreja, visto que o trabalho que propunham desenvolver já era realizado pelas pastorais sociais.

Em uma entrevista concedida pelo padre que apresentou o projeto do Centro de Formação aos bispos, ele relata um episódio que ilustra as divergências que existiam entre as propostas do Grupão e aquelas defendidas por parte do clero de Curitiba.

"O bispo auxiliar questionou o fato de este trabalho ser muito horizontal. E eu disse: a Igreja é toda vertical e nós estamos tentando fazer só um pouquinho para atender às necessidades do povo. Tem que ser sempre só vertical? Não pode dar uma mãozinha para o povo sofredor, no sentido de que ele possa se organizar e ser cidadão?"

É preciso considerar entretanto, que esta posição em relação à organização do Centro de Formação não era consensual entre os bispos de Curitiba, pois o outro bispo auxiliar, que era secretário geral do Regional Sul II da CNBB, apoiou desde o início a proposta de criação do Centro de Formação e foi um dos responsáveis pela viabilização do projeto ao assinar a documentação enviada à Miserior solicitando recursos financeiros.

Durante todo o processo de organização do Centro de Formação os conflitos com a Arquidiocese de Curitiba foram acumulando-se e a obtenção do financiamento agravou ainda mais esta situação, visto que o apoio da Miserior permitia que o Grupão desenvolvesse um trabalho de forma autônoma em relação à estrutura eclesiástica. No entanto, é preciso relativizar esta autonomia, pois o Centro de Formação havia sido criado com o objetivo de prestar um serviço de assessoria a agentes de pastoral, lideranças de movimentos populares e de Comunidades Eclesiais de Base, através de

um projeto que era financiado por uma entidade católica e contava com o aval de um bispo, o que o mantinha vinculado à Igreja Católica de diferentes formas.

Os bispos, apesar de não concordarem com a proposta do Centro de Formação, não puderam impedir sua criação, visto que este aglutinava diversos setores da Igreja Católica, inclusive representantes do clero, e contava com o apoio por parte do bispo auxiliar que havia se responsabilizado pelo projeto perante a Miserior, que era uma entidade católica internacional. Além disso, não puderam tomar nenhuma atitude que impedisse o funcionamento do Centro de Formação, pois este havia sido concebido de forma independente da hierarquia eclesial, que não participava e também não estava formalmente representada nesta entidade e, sendo assim, não detinha o controle sobre a concepção do trabalho que seria desenvolvido ou sobre as atividades realizadas.

Outra questão que deve ser considerada é que os bispos de Curitiba, apesar das críticas que tinham em relação à Comissão Pastoral da Terra e à Comissão Pastoral Operária, aceitavam o trabalho pastoral que era realizado nestas organizações, pois pertenciam à estrutura eclesial e sua atuação dava-se no interior da Igreja. Mas no caso do Centro de Formação os conflitos com a Arquidiocese tiveram origem, entre outras questões, pelo fato do trabalho realizado por esta entidade não estar sob controle da hierarquia da Igreja, ou seja, de acordo com a análise dos bispos, ocorrer de forma paralela à Igreja.

Além disso, várias pessoas que em diferentes momentos haviam representado a Arquidiocese de Curitiba nacionalmente, elaborado documentos, relatórios e textos de apoio, e que, portanto, eram de sua confiança, passaram a atuar no Centro de Formação e, sob o ponto de vista dos bispos, haviam sido cooptadas. Para eles esta cooptação não ocorrera apenas entre o grupo de assessores, mas também em relação às lideranças e junto aos membros das Comunidades Eclesiais de Base, pois muitos conflitos estavam surgindo entre as CEBs e a Arquidiocese de Curitiba, e estes eram fruto de questionamentos suscitados através do trabalho realizado pelo Centro de Formação.

Inicialmente, o projeto criação do Centro de Formação previa envolver os três estados do sul do país, tendo em vista que entidades populares do Paraná, como por exemplo a ASSESSOAR; organizações de Santa Catarina, onde existia o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em Joinville, e do Rio Grande do Sul, também haviam participado do processo de discussão ao redor da necessidade e da possibilidade de organizar um centro de assessoria aos movimentos populares. O objetivo principal desta proposta era trocar experiências, informações e materiais populares, assim como possibilitar a avaliação e o encaminhamento de uma atuação conjunta. Entretanto, após a realização de algumas reuniões, constatou-se a inviabilidade de realizar um trabalho com tal amplitude e a atuação do Centro de Formação ficou limitada ao Paraná. As demais organizações encarregaram-se de atuar regionalmente e mantiveram contatos periódicos, o que possibilitou que fosse mantida uma certa articulação entre elas.

Num primeiro momento, não houve a preocupação em obter um espaço físico que servisse como sede para o Centro de Formação, pois havia apenas a necessidade de um local específico para o funcionamento da secretaria e da administração. A diretriz era, na medida do possível, utilizar a estrutura já existente, como por exemplo, seminários, colégios ou centros comunitários. É interessante destacar que todos esses espaços pertenciam à Igreja Católica.

Inicialmente, uma sala foi cedida no prédio onde funcionava o Regional Sul II da CNBB. Dois anos depois, como resultado da pressão sofrida pelo trabalho que realizava, o Centro de Formação teve que desocupá-la. O novo endereço escolhido foi um edifício no centro de Curitiba, localizado numa região próxima ao terminal de ônibus que atendia os bairros do Xaxim e do Boqueirão, onde se localizavam grande parte das CEBs, associações de moradores e movimentos populares com as quais o Centro de Formação trabalhava. Na mesma ocasião, como conseqüência da pressão exercida pela Arquidiocese de Curitiba, os dois padres que faziam parte da diretoria do Centro de Formação foram afastados de seus cargos no Regional Sul II.

4 - DESENVOLVENDO A PROPOSTA DE TRABALHO

No dia 27 de novembro de 1982 realizou-se a Assembléia Geral do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, que recebeu esse nome em homenagem à Irmã Tereza Araújo, falecida em 1981, que havia participado do Grupão e sido uma das responsáveis pala concepção da idéia de criar um centro de assessoria aos movimentos populares. Estiveram presentes 41 representantes de comunidades de base, pastorais sociais, associações de moradores e organizações populares.

Na ocasião foram avaliadas as atividades realizadas até aquele momento e elaborado um planejamento para o próximo ano. A principal preocupação era saber o que as comunidades e os movimentos populares pretendiam fazer em 1983 e no que o Centro de Formação poderia ajudar. O debate sobre esta questão gerou uma proposta de atuação cujos objetivos foram:

"1 - Capacitar os militantes e agentes de diversas áreas de atuação. Buscar formas de encaminhar essa formação através dos recursos disponíveis e procurando descobrir novos recursos. 2 - Duas áreas se destacam para 83 - Movimento Sindical e Movimentos Populares. A área bíblico-teológica estará a serviço dessas duas para uma fundamentação. 3 - Assessorar o movimento popular e sindical na sua mobilização, animação, luta, reflexão e em seu comportamento diante do novo governo. 4 - Solicitações imediatas: discussão e avaliação das eleições de 1983 e mobilização do povo para apresentar suas propostas para o novo governo." [19]

Os grupos de discussão da assembléia propuseram algumas atividades que deveriam ser desenvolvidas durante o ano de 1983, apontando as demandas dos movimentos populares, bem como as dificuldades enfrentadas pelos agentes e pelas lideranças em sua atuação, como por exemplo,

---

[19] - Relatório da assembléia do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, 27 de novembro de 1982.

- *"Reorganizar as associações de moradores e suas reivindicações por melhorias urbanas e creches.*
- *Reorganizar o Movimento de Saúde.*
- *Organizar o Movimento de Mulheres.*
- *Organizar o CECOMA e as feiras comunitárias.*
- *Projeto de Alfabetização de Adultos – Método Paulo Freire.*
- *Cursos básicos para a formação de lideranças e formação de animadores para as comunidades.*
- *Assessorar a fundação de sindicatos e oposições sindicais urbanas e rurais. Formação para trabalhadores rurais e cursos específicos de formação operária.*
- *Debates com os políticos eleitos e não eleitos. Conhecer e divulgar o plano de governo. Articular o movimento popular frente ao novo governo de oposição, com o objetivo de levar a realidade do povo e suas reivindicações.*
- *Incentivar formas alternativas de expressão e comunicação."*[20]

É interessante enfatizar que estas demandas abrangiam diferentes áreas de atuação e, em alguns casos, envolviam atividades bastante especializadas, como por exemplo a realização de cursos de alfabetização de adultos ou o debate sobre o plano de governo. Além disso, exigiam por parte dos assessores um grande investimento de tempo, para estudo, planejamento e execução dos trabalhos. Sendo assim, tornava-se inviável atender a todas. Entretanto, o debate na assembléia revelou que a principal exigência que se colocava naquele momento era a formação das lideranças, ou seja, a necessidade de capacitação para atuarem junto aos movimentos populares. Diante desta constatação, o Centro de Formação priorizou, no ano de 1983, as Áreas de Movimento Popular e Sindical.

A Área de Movimento Sindical Rural tinha como atividade principal organizar a oposição à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná – FETAEP e acompanhar o trabalho desenvolvido por um grupo que articulava e coordenava o

[20] - Relatório da assembléia do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, 27 de novembro de 1982.

movimento dos trabalhadores rurais no Paraná e que era formado pela ASSESSOAR, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Sudoeste do Paraná - MASTES, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Paraná - MASTRO, e pela Comissão Pastoral da Terra. Este assunto será retomado com maiores detalhes no Capítulo 3.

A Área de Movimento Sindical Urbano atuava junto à Comissão Pastoral Operária, assessorando a formação de oposições sindicais e do acompanhamento do processo de criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Num segundo momento, o Centro de Formação contratou uma pessoa para acompanhar a organização da Secretaria de Formação Sindical da CUT. Posteriormente, ao avaliarem o desenvolvimento deste trabalho, contataram que não era mais necessário investir recursos nesta área, visto que encontrava-se suficientemente organizada através do programa de formação sindical que vinha sendo elaborado pela CUT e da atuação da Comissão Pastoral Operária, que continuava organizando oposições sindicais.

A partir de então, o Centro de Formação passou a priorizar o trabalho junto ao movimento popular, pois este não possuía a mesma estrutura e os mesmos recursos do movimento sindical e diversos movimentos estavam surgindo e precisando de apoio em seu processo de organização, como por exemplo o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB.

Em 1984, o Centro de Formação atravessou uma crise interna resultante de divergências entre os integrantes do grupo de assessoria. Estas decorriam da existência de diferentes propostas metodológicas e visões conflitantes a respeito de qual grupo deveria ser priorizado no trabalho popular, as bases ou as lideranças. Além disso o Centro de Formação ficou aproximadamente um ano sem direção, pois seu presidente havia assumido um cargo no Conselho dos Religiosos do Brasil - CRB. Diante desta situação era preciso eleger uma nova diretoria e que esta desse encaminhamento ao debate sobre a linha de atuação a ser adotada.

Um documento elaborado por um dos assessores apontava a necessidade de superar este momento de crise através de um amplo debate que definisse coletivamente as principais tarefas do Centro de Formação, sob o risco de inviabilizar sua continuidade.

"O Centro de Formação não é a assessoria e nem os assessores. Mas, um espaço onde estes e os serviços que oferecem podem acontecer de forma articulada. O Centro de Formação não é a base, mas onde esta encontra subsídio para seu trabalho. O Centro de Formação deve ser aquele que dá o impulso e o suporte, ser um espaço aonde as coisas possam vir a acontecer. Assim, as grandes tarefas do Centro de Formação são: contribuir com o conjunto de seus recursos humanos para que o processo de teorização/reflexão da prática seja apropriado pelo conjunto da população; possibilitar que o processo de conhecimento brote da ação, mas que a supere na perspectiva de um conhecimento mais complexo, que planeja a continuidade da ação; ser um espaço de registro da memória, da recuperação das histórias das lutas populares; ser um espaço de contato com outras experiências, de encontro e de articulação dos movimentos populares e dos assessores."

Os debates realizados pelo grupo de assessores com o intuito de superar a crise enfrentada pelo Centro de Formação possibilitaram que, em 1985, fosse elaborada uma nova proposta de trabalho, na qual procuravam dar resposta às questões colocadas pelo movimento popular através da priorização do trabalho de capacitação de lideranças. Para tanto, foram redefinidos seus objetivos:

"Objetivo Geral:

- *Ser um espaço e um momento de articulação do conjunto dos movimentos e entidades que trabalham na organização popular no campo e na cidade.*
- *Ser um serviço permanente, elaborado coletivamente, para cumprir metas específicas, definidas a partir das necessidades gerais dos movimentos populares.*
- *Atuar prioritariamente e permanentemente no trabalho de formação dos agentes, assessores e lideranças que atuam no conjunto dos movimentos.*

Objetivos específicos:

- *Apoiar e animar o surgimento de entidades populares.*
- *Ter um Conselho formado pelo conjunto das entidades que se relacionam com o Centro de Formação.*
- *Avaliar e buscar permanentemente linhas comuns de ação.*
- *Ampliar a organização da infra-estrutura em termos de recursos humanos, físicos e materiais para apoio às entidades.*
- *Proporcionar formação teórico-instrumental para os assessores, agentes e lideranças do movimento.*
- *Assessorar a organização dos trabalhos de formação das entidades e movimentos que formam o Centro de Formação."*[21]

Para atender a estes objetivos foram elaborados sete projetos: Administração do Centro de Formação; Dinamização do Conselho; Apoio a outras entidades; Comunicação popular e assessoria de imprensa; Documentação e arquivo de material popular; Assessoria jurídica e Constituinte e Capacitação de agentes do movimento popular.

O projeto de Comunicação Popular envolvia a elaboração de alguns veículos informativos e formativos dirigidos às lideranças dos movimentos populares, como por exemplo o Boletim de Análise Conjuntural. Este era elaborado por um grupo coordenado por um dos assessores do Centro de Formação e composto por pessoas de diversos movimentos populares interessadas na área de análise de conjuntura e realidade econômica, inclusive alguns economistas. Os temas eram selecionados tendo como critério principal as necessidades do movimento popular diante do contexto sócio-econômico e político do momento. Havia a preocupação em tornar a linguagem acessível, porém sem deixar de ser técnica. As lideranças tinham acesso a este Boletim através de um sistema de assinaturas.

Através do Boletim de Análise Conjuntural o Centro de Formação desenvolvia um trabalho educativo que visava capacitar as lideranças para realizar análises de

[21] - Documento interno do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, junho de 1986.

conjuntura, pois de acordo com um documento interno, *"contribuir para a prática de uma análise correta da conjuntura é um dos principais desafios que se colocam hoje para o conjunto dos movimentos populares. Esse trabalho pode ser desenvolvido fazendo a análise, fornecendo elementos para que tal análise seja possível e ensinando a fazer a análise."* [22]

O informativo denominado Em Destaque (Anexo 8) tinha como objetivo subsidiar os debates que eram travados no movimento popular urbano. A equipe que coordenava a Área de Movimentos Populares do Centro de Formação selecionava e publicava notícias que haviam sido divulgadas pela grande imprensa referentes a assuntos de interesse imediato dos movimentos populares, tais como transporte coletivo, creches, saúde e educação. Este material era distribuído gratuitamente às lideranças dos movimentos populares e Comunidades Eclesiais de Base.

Os serviços de diagramação, ilustração, em alguns casos a elaboração do conteúdo, e impressão de convites, jornais e boletins eram oferecidos de forma gratuita aos movimentos populares pelo Centro de Formação, que contratou uma pessoa para desenvolver este trabalho. Atendendo a solicitações dos movimentos também foram realizados alguns audiovisuais e programas em vídeo-cassete.

O projeto de Documentação Popular envolveu a criação de uma biblioteca que continha publicações populares produzidas por diversas organizações do Paraná e de outros estados brasileiros; um arquivo com recortes de jornais da grande imprensa, com notícias referentes a assuntos de interesse dos movimentos populares e documentação relativa à história do movimento popular rural e urbano no Paraná. Era oferecido também um serviço de venda de publicações populares e de alguns títulos de livros que tratavam de assuntos relacionados às lutas travadas pelos movimentos populares.

Em relação ao projeto de Assessoria jurídica e Constituinte, o Centro de Formação apoiou a criação do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte – MPPC,

---

[22] - Documento interno do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, 1986.

disponibilizando um assessor para acompanhar seu processo de articulação e organização, realizando um trabalho educativo junto às comunidades de base, às associações de moradores e diversos movimentos populares, fornecendo recursos financeiros e infra-estrutura necessária. O Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte será retomado no Capítulo 3.

Em 1986, o Centro de Formação deu encaminhamento ao projeto de criar um serviço de assessoria jurídica. Um grupo de advogados que havia participado do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte – MPPC, constatou a necessidade de continuar organizado realizando um acompanhamento sistemático da questão institucional junto aos movimentos populares. Entretanto, o que determinou a criação deste serviço foi a existência de problemas enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra decorrentes da violência no campo, visto que *"a estratégia dos latifundiários era incriminar os integrantes do MST e também todos aqueles que tinham alguma ligação com o trabalho junto aos movimentos dos trabalhadores rurais e a questão agrária."* A assessoria prestada ao MST será tratada, posteriormente, no Capítulo 3.

A assessoria jurídica reunia um grupo de advogados e estudantes de direito que atendiam causas coletivas encaminhadas pelos movimentos populares, sem excluir aquelas de caráter individual que fossem relevantes. As custas processuais e outras despesas do processo eram assumidas pela parte interessada.

De acordo com o depoimento de uma advogada que participava do grupo de assessores,

"Desenvolvíamos um trabalho de educação popular na área do Direito, tornando as leis uma ferramenta a serviço dos trabalhadores. No rural a necessidade de acompanhamento jurídico era de defesa. Mas, no urbano, colocavam-se outras questões, como por exemplo, ensinar a organizar uma associação de moradores,

debater sobre planejamento urbano, analisando as políticas públicas que poderiam ser desenvolvidas para regularizar a posse da terra."

Neste sentido, foi prestada uma assessoria direta ao Xapinhal, acompanhando junto à Prefeitura Municipal de Curitiba e à COHAB, a negociação da terra para as famílias que haviam ocupado um terreno no Pinheirinho, bairro da periferia sudeste de Curitiba. Esse assunto será retomado no Capítulo 3.

O Centro de Formação reuniu alguns dos advogados mais competentes do Estado do Paraná ao redor da proposta de organizar um grupo de assessoria jurídica aos movimentos populares. Atualmente desempenham funções que atestam sua competência, como por exemplo Procurador Geral de Justiça do Ministério Público e juíza do Tribunal Regional do Trabalho. Alguns deles especializaram-se em determinadas áreas e estão entre as maiores autoridades em direito civil no Brasil e entre os melhores constitucionalistas do país. Este grupo de juristas prestava um serviço voluntário e gratuito, reunindo-se semanalmente para analisar os casos apresentados e, posteriormente, o resultado deste estudo era repassado e debatido com os advogados responsáveis. Através deste trabalho foi possível articular uma rede de profissionais que abrangia diversos municípios do Estado do Paraná.

A assessoria jurídica do Centro de Formação foi organizada e coordenada por dois estudantes de Direito. CL., era vinculado à Comissão Pastoral da Terra e também acompanhava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e GR., que havia sido designada pelo Centro de Formação para assessorar o processo de organização do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, tendo sido uma de suas coordenadoras, foi uma das principais responsáveis pela articulação do grupo de advogados que compôs a assessoria jurídica.

Os serviços prestados pela assessoria jurídica eram gratuitos mas, apesar disso, geravam despesas. O MST e a Comissão Pastoral da Terra, junto com o Centro de Formação, arcavam com alguns dos custos, principalmente o salário dos

coordenadores. No entanto, em 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra concluiu que necessitava de advogados que acompanhassem exclusivamente o movimento e que passaria a investir na formação de seus próprios advogados. Além disso, os demais movimentos populares que eram atendidos pela assessoria jurídica constataram que não dispunham de verbas que garantissem a continuidade deste trabalho. Este fato gerou uma grave crise financeira e fez com que fosse preciso buscar outras fontes de recursos.

Entretanto, apesar de considerar a assessoria jurídica um serviço importante para o movimento popular, o Centro de Formação não apresentou alternativas para viabilizá-la e tampouco nenhuma proposta que solucionasse o problema da falta de financiamento. Partindo de uma iniciativa pessoal, alguns participantes da assessoria jurídica entraram em contato com diversas entidades e elaboraram alguns projetos solicitando apoio financeiro. Porém, não obtiveram nenhuma resposta afirmativa. Diante disso, em meados de 1990, este serviço desarticulou-se completamente.

Em junho de 1986 foi realizada, na Vila São Pedro, uma assembléia do Centro de Formação. Naquele momento o movimento popular encontrava-se bastante enfraquecido e esta realidade colocava novas demandas, entre elas capacitar as lideranças para enfrentarem os desafios que surgiam. Diante disso, o Centro de Formação precisava definir sua prioridade: atuar junto às bases ou capacitar lideranças? Por um lado, existia a proposta de dar continuidade ao processo de organização popular, acompanhando atividades desenvolvidas nas associações de moradores e comunidades de base. Por outro, havia a necessidade de prestar uma assessoria mais especializada ao trabalho de capacitação de lideranças visando superar a crise que o movimento popular atravessava.

É importante destacar que esta tensão não foi vivenciada apenas neste momento, mas permeou toda a história do Centro de Formação e pode ser apontada como responsável por divergências existentes entre o grupo de assessores. Esse assunto será retomado posteriormente.

O Centro de Formação nasceu vinculado a uma proposta de educação popular, com forte influência das propostas da Teologia da Libertação, das idéias de Paulo Freire e da prática da Ação Católica. Tinha como diretriz básica *"fazer a formação na ação, na dinâmica do movimento, através de participação em reuniões, na preparação de mobilizações, entre outras atividades."* [23] Buscava valorizar o saber popular e sistematizar as experiências de organização popular existentes, propiciar as condições que favorecessem a apreensão de instrumentais de análise e a produção de um novo conhecimento por parte das classes populares através do trabalho que realizada junto às lideranças, utilizando diferentes recursos, como por exemplo promovendo debates, cursos, encontros e grupos de reflexão, e também elaborando e publicando material popular.

Ao longo dos anos, o Centro de Formação desenvolveu uma experiência de trabalho popular junto às bases e às lideranças que orientou a elaboração de sua proposta de educação popular, pois o grupo de assessores acreditava que *"para fazer um movimento de transformação da sociedade é preciso desenvolver um trabalho de educação popular."* [24] Para tanto, em 1986 foi criada a Equipe de Educação Popular que tinha como tarefa elaborar uma síntese desta experiência acumulada, planejando o programa de capacitação de lideranças, agentes, militantes, dirigentes e assessores, através da assessoria prestada à organização de associações de moradores e de movimentos populares, realizando estudos, pesquisas e cursos a partir de suas demandas, como forma de subsidiar sua ação e favorecer sua articulação.

Esta Equipe foi a responsável pela organização e coordenação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, realizado nos anos de 1988 e 1989 em Curitiba, que tinha como proposta metodológica partir da realidade dos participantes, apreendida através de pesquisas; agregar conhecimento novo, que deveria ser incorporado mediado pelas lutas sociais; e gerar um novo conhecimento direcionado para a ação dos movimentos populares.

---

[23] - Documento interno do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, s.d.

[24] - *Ibid.*

CAPÍTULO III - O CENTRO DE FORMAÇÃO E OS MOVIMENTROS POPULARES

1 – O MOVIMENTO POPULAR EM CURITIBA - ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

O acelerado processo de urbanização e de periferização ocorridos em Curitiba e na Região Metropolitana a partir dos anos 60, aliados à carência de uma política habitacional destinada às classes populares, agravou-se durante a década de 70 como resultado, por um lado, do aumento no fluxo migratório campo-cidade e, por outro, da crise econômica vivida na década de 80, que provocou grande arrocho salarial e crescimento das taxas de desemprego. Diante desta situação, as camadas de mais baixa renda da população foram obrigadas a recorrer à ocupação de terrenos urbanos, geralmente públicos ou áreas em litígio, onde eram construídos barracos, formando núcleos de favelas. Este fenômeno ocorreu em praticamente todas as grandes cidades do país.[1]

Para enfrentar este problema, o Prefeito de Curitiba, Saul Raiz (ARENA, 1974 - 1978), implantou uma política de desfavelamento que foi efetivada através da erradicação das favelas existentes, com a remoção dos barracos e transferência dos moradores para núcleos habitacionais e impedimento à construção de novos barracos ou à realização de melhorias nos já existentes. Para garantir esta política, foram designados funcionários, conhecidos como "fiscais da Prefeitura", que recorriam à violência e contavam com o apoio da polícia quando a população não obedecia às suas ordens. Os moradores das favelas também sofreram ameaças e ações violentas por parte dos proprietários dos terrenos que pretendiam, desta forma, intimidá-los e expulsá-los das áreas ocupadas.

---

[1] - Sobre o assunto ver Maria da Glória GOHN, *Luta pela moradia popular em São Paulo – movimentos de moradia 1975 - 85* e Sílvio Caccia BAVA, *A crise da moradia popular em São Paulo.*

Um fato ocorrido na Vila Formosa, em outubro de 1977, desencadeou o processo de organização dos moradores das favelas de Curitiba. Uma área litigiosa, ocupada por cem famílias, foi cercada com o objetivo de impedir o acesso dos moradores que, revoltados, arrebentaram o arame farpado. O proprietário reagiu com violência. Em busca de orientação, os moradores procuraram o apoio de um grupo de advogados e realizaram uma reunião contando com a presença da imprensa para denunciar o ocorrido. Na ocasião, surgiu a idéia de fundar uma associação de moradores que representasse e defendesse os interesses dos moradores da área.

Em decorrência da repressão sofrida durante o período da ditadura militar, os integrantes de organizações e partidos de esquerda encontravam-se desarticulados e sem espaço para sua atuação política. Assim, algumas dessas pessoas mobilizaram-se ao redor da luta desencadeada pelos moradores de áreas de favelas e iniciaram um trabalho voluntário, visto que não recebiam nenhum tipo de apoio financeiro e não eram oficialmente vinculados a nenhuma instituição. Recorreram a experiências desenvolvidas em outras cidades brasileiras e optaram por priorizar a criação de associações de moradores. De acordo como depoimento de um dos advogados que assessorou este processo, *"esta era uma forma democrática e coletiva de organização dos trabalhadores e, por ser um instrumento jurídico que, num regime autoritário, era mais eficaz na defesa dos direitos dos cidadãos."*

Moradores de outras favelas de Curitiba tomaram conhecimento da experiência da Vila Formosa, principalmente através da divulgação dada pela imprensa, e passaram a buscar apoio para formar novas associações de moradores. Surgiu, então, a necessidade de estruturar um núcleo de assessoria que atuasse de forma mais articulada, realizando levantamentos sobre a real situação nas favelas, selecionando as principais reivindicações a serem encaminhadas e elaborando um plano de ação. Como resultado de todo este processo, no final da década de 70 foram fundadas várias associações de moradores.

No dia 1º de Maio de 1979 foi realizada uma manifestação na Vila Nossa Senhora da Luz com o objetivo de debater e denunciar a questão das áreas ocupadas por favelas. Na ocasião foi elaborado um documento que reivindicava o fim da violência por parte dos "fiscais da Prefeitura", a posse da terra, a legalização e a urbanização das favelas. Cerca de 3.500 pessoas entregaram este documento ao Prefeito Jaime Lerner (ARENA, 1978 - 1982) que afirmou que num prazo de quarenta e cinco dias seriam encaminhadas soluções para os problemas enfrentados pelos moradores das favelas. No entanto, nada aconteceu e a população resolveu agir por conta própria organizando um mutirão na Vila Formosa, do qual participaram cerca de vinte associações de moradores e aproximadamente seiscentas pessoas que limparam, dividiram os lotes e definiram a nova localização das casas.

O surgimento de diversas associações de moradores gerou a necessidade de organizar uma entidade que as representasse. Assim, durante o I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba, realizado no dia 13 de julho de 1980, foi criado o Conselho de Representantes das Associações de Moradores e Amigos das Vilas e Bairros de Curitiba, com o principal objetivo de buscar o fortalecimento do movimento popular através da organização e da união de todos os trabalhadores, garantindo sua autonomia perante o Estado.

É importante enfatizar que algumas das propostas resultantes do I Encontro estavam além das possibilidades de mobilização e de organização apresentadas naquele momento pelas associações de moradores e pelo movimento popular como um todo, bem como estavam além dos limites de compreensão que os participantes tinham da realidade. Como exemplo destas propostas tem-se a articulação das lutas dos moradores dos bairros de periferia e das favelas com a luta dos operários, dos trabalhadores da cidade e do campo; a necessidade de lutar por eleições diretas e a importância da participação da população nos partidos políticos. Estas propostas surgiram articuladas à estratégia de ação política dos assessores e faziam parte das expectativas destes em relação ao potencial de transformação social do movimento.

No entanto é preciso considerar que, apesar disso, a introdução destas questões para o debate representou uma tentativa de articular lutas específicas e localizadas de cada favela ou bairro da periferia de Curitiba, com questões políticas e sociais mais amplas, fazendo com que, desta forma, o movimento obtivesse informações que permitissem uma análise crítica do processo político como um todo. Com o passar do tempo muitas destas questões foram sendo compreendidas, divulgadas e apropriadas enquanto bandeiras de luta ao redor das quais o movimento popular se organizava.

O trabalho realizado pelo Conselho de Representantes tinha um caráter técnico, como por exemplo quando os arquitetos ensinavam a população a elaborar projetos de urbanização. Mas também era educativo e este processo de aprendizagem envolvia tanto população quanto assessores. Como relata uma participante do grupo que prestava assessoria aos moradores da favela e que trabalhava com planejamento urbano em um órgão da Prefeitura de Curitiba:

"Eu descobri o que significava para os moradores da favela a palavra urbanização. Era abrir ruas, colocar uma casa ao lado da outra, cada um com seu terreno delimitado pela cerca, batizar as ruas com um nome, colocar placa nas casas com um número. E assim tudo ficava resolvido: eles agora eram cidadãos, poderiam receber cartas, poderiam ser localizados."

É possível afirmar que o caráter pedagógico deste trabalho não estava presente apenas em atividades específicas, como por exemplo através da urbanização da favela, mas permeava o processo de organização da população como um todo. Segundo a análise de um assessor,

"Houve um processo de tomada de consciência da situação e da necessidade de se organizarem para enfrentar a realidade. Todo o processo de conscientização é um processo educativo. A debilidade foi não ter ocorrido um debate sobre os objetivos desse processo, e isso pode ter ocorrido por causa do momento que o movimento passava e pela conjuntura nacional da época, onde as questões de natureza política

tinham uma grande urgência e as questões de análise científica ficavam em segundo plano."[2]

Assim, a ação política era a razão de todo o trabalho realizado e gerou, em muitos momentos, a polarização entre posições político-ideológicas divergentes, o que dificultava a participação dos representantes das associações de moradores nos debates e interferia nos rumos do movimento, determinando-os em alguns casos.

A reformulação partidária gerou muitas divergências entre os assessores do Conselho de Representantes, pois uma parte do grupo defendia a necessidade de fortalecer o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, e a outra defendia uma postura mais próxima ao Partido dos Trabalhadores - PT, na época em processo de organização. Outro foco de conflito foi a possibilidade de criar uma Federação, abrangendo todas as associações de moradores de Curitiba e do Paraná, defendida pelo grupo ligado ao PMDB que, em 1981, criou a Federação das Associações de Moradores do Paraná. Por não acreditar na existência de condições concretas para este tipo de articulação, visto que praticamente não havia nenhum trabalho desenvolvido no interior do Estado do Paraná, o grupo vinculado ao PT não apoiou este encaminhamento e fundou, em 1982, a União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana.[3]

Assim, a existência de duas entidades que articulavam e representavam as associações de moradores e que defendiam diferentes projetos político-ideológicos, enfraqueceu o poder de mobilização e de pressão exercido pelo movimento popular junto ao Poder Público na luta pela conquista de suas reivindicações e gerou um certo refluxo em sua atuação política.

---

[2] - Sobre o assunto, ver Maria Arlete ROSA, *Movimento de associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba – resgate de sua trajetória a partir da constituição das relações sociais educativas – 1977 a 1983.*

[3] - *Ibid.*

É importante enfatizar que os movimentos populares não são homogêneos, ou seja, comportam projetos políticos, ideológicos e cultuais diferenciados dependendo das articulações de forças que contém. De acordo com Maria da Glória Gohn, esses projetos são o conjunto de propostas e diretrizes que explicam e organizam a prática de um movimento e o caráter transformador desse projeto é dado pela natureza em si da práxis do grupo, ou seja, suas metas, seus objetivos, suas lutas e os encaminhamentos dados. [4]

Em Curitiba, assim como em diversas cidades brasileiras, as associações de moradores haviam se tornado um espaço privilegiado de luta política e de exercício da cidadania. Com o processo de abertura política, com a reorganização dos partidos políticos, de diversas entidades civis, de sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade e de diferentes movimentos populares, as associações sofreram um certo esvaziamento, visto que uma parte significativa de seus assessores e de suas lideranças passou a participar de outros espaços de representação popular, principalmente de partidos políticos.

O surgimento da União Geral e da Federação de Moradores tornou explícitas as diferenças existentes entre estas entidades e permitiu, em alguma medida, que as lideranças e as associações de moradores adotassem uma postura mais consciente diante delas, o que, por sua vez, gerou descontentamentos e o surgimento de uma terceira entidade, o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB.

---

[4] - Conforme Maria da Glória Gohn, *Movimentos sociais e luta pela moradia.*

2 - O MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - MAB

O grupo de assessoria do Centro de Formação desenvolvia um trabalho junto às associações de moradores e comunidades que se diferenciava daquele realizado pelo Conselho de Representantes e, posteriormente, pela União Geral e pela Federação de Moradores. As diferenças evidenciavam-se na prática política de cada uma destas entidades e eram, de modo geral, decorrência de como cada uma havia sido organizada, do contexto político em que havia sido criada e da identificação existente entre a proposta política de seus integrantes, entre outros fatores.

O Centro de Formação foi criado por um grupo de pessoas que tinham em comum a experiência de assessoramento às pastorais sociais da Igreja Católica e às CEBs, o que influenciava sua prática política. O trabalho realizado atingia, basicamente, associações de moradores que surgiram a partir da atuação de membros das comunidades, localizadas em conjuntos habitacionais e loteamentos clandestinos. Era incentivada a organização da população na luta por seus direitos, fortalecendo o crescimento do movimento pela base e buscando capacitar as lideranças que surgiam neste processo. Apesar de algumas pessoas que articularam o Centro de Formação participarem do PT, o Centro procurou manter uma postura apartidária.

De um modo geral, o Conselho de Representantes assessorava associações de moradores localizadas em áreas de favelas. Articulou-se numa conjuntura de repressão política e de fechamento de canais institucionais de participação popular, colocando-se como uma das poucas alternativas de participação popular. Seus membros eram provenientes de diversos grupos e partidos políticos de esquerda, que tinham entre si divergências referentes ao encaminhamento da ação política, concretizadas no envolvimento de assessores e lideranças com o PMDB e com o PT, o que por sua vez, favoreceu a criação da Federação de Moradores e da União Geral.

USP

As dificuldades encontradas pelo Centro de Formação em trabalhar em conjunto com a União Geral e a Federação podem ser explicadas pelo fato de que grande parte das pessoas que compunham este Centro, principalmente membros das CEBs, buscava preservar uma posição apartidária e, sendo assim, não aceitava participar de entidades vinculadas a partidos políticos. As diferenças existentes entre estas organizações geraram divergências que dificultaram, e até mesmo impediram, que trabalhassem de forma conjunta. No entanto, é importante ressaltar que quando a articulação entre estes grupos viabilizou-se, o movimento popular de Curitiba apresentou um grande poder de mobilização, de pressão e de representatividade perante o Estado.

As associações de moradores organizadas pelo Grupão, ou seja, por assessores do Centro de Formação, tinham em comum uma determinada concepção a respeito do trabalho de organização popular e, consequentemente, uma prática política que as diferenciava das outras organizações populares que representavam associações de moradores existentes em Curitiba. Construíram uma forte identidade baseada no fato de serem "de Igreja" e, com o passar do tempo, foram sentindo a necessidade de criar uma entidade que as representasse e fosse reconhecida como uma força política, principalmente na relação com o Estado. Assim, em 1982 foi criado o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB.

Pode-se dizer que o processo de articulação do MAB ocorreu, em grande parte, através do trabalho realizado pelos assessores do Centro de Formação e que sua organização teve início no dia 6 de dezembro de 1982, quando foi promovida uma reunião com lideranças do movimento popular, CEBs e associações de moradores para avaliar os resultados das eleições realizadas em novembro daquele ano. Na ocasião, surgiu a idéia de realizar um levantamento dos principais problemas enfrentados pelos moradores dos bairros da periferia de Curitiba que deveriam ser priorizados pelo futuro governo.

O resultado deste trabalho subsidiou a elaboração de um documento que continha as reivindicações das associações de moradores e exigia que as promessas de

participação popular, feitas pelo PMDB durante a campanha eleitoral, fossem cumpridas. Para tanto, foram apresentadas sugestões que possibilitariam esta participação, entre elas a definição de um dia e horário fixos para que o Prefeito atendesse às associações de moradores e entidades de bairros; participação das associações de moradores na Câmara de Vereadores com direito a voz; acesso ao plano orçamentário do Governo do Estado e da Prefeitura de Curitiba, bem como à aplicação de recursos; formação de Conselhos Comunitários em que fossem ouvidas e atendidas as reivindicações das associações de moradores; e a participação popular na escolha do secretariado do Estado e da Prefeitura.

No dia 15 de dezembro de 1982 este documento foi entregue a representantes do futuro governador do Paraná José Richa, entre eles o deputado federal Maurício Fruet que, posteriormente, foi indicado Prefeito de Curitiba (Anexo 3). Participaram também dessa reunião representantes da União Geral e da Federação de Moradores que, na ocasião, propuseram a realização de um encontro no qual o debate desencadeado pelo Centro de Formação fosse ampliado para todas as associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana.

Iniciou-se então um processo de preparação do II Encontro de Bairros de Curitiba e, a partir dos debates travados nas reuniões realizadas nas associações de moradores, os assessores da União Geral, da Federação e os "igrejeiros" (como eram conhecidos os participantes das associações que eram assessoradas pelo Centro de Formação) constataram que os problemas enfrentados pelos moradores dos bairros periféricos de Curitiba eram muito semelhantes e referiam-se, basicamente, às mesmas carências urbanas, o que favorecia o encaminhamento das lutas de forma articulada. Baseados neste fato, definiram como tema do encontro a frase "Bairros unidos por uma vida melhor" (Anexo 4) e teve entre seus objetivos, *"fortalecer e unificar o movimento de bairros em Curitiba; lutar pela autonomia e independência do movimento popular; intensificar as lutas em defesa dos direitos e reivindicações dos moradores das*

USP

periferias e estabelecer a postura política do movimento popular em relação ao novo governo." [5]

O II Encontro de Bairros de Curitiba foi realizado no dia 20 de março de 1983. Participaram setenta e nove associações de moradores de Curitiba e de diversos municípios da Região Metropolitana, e cerca de cento e sessenta observadores entre assessores, representantes de movimentos populares e entidades de assessoria. É interessante destacar a elevada presença de assessores, que representavam metade dos participantes.

O Governador José Richa não compareceu ao encontro marcado com o movimento popular no qual seria entregue o documento elaborado e aprovado pelos participantes no II Encontro. O documento foi recebido pelo Prefeito Maurício Fruet (PMDB, 1982-1985) que se comprometeu a responder às reivindicações nele expostas em um encontro a ser organizado pelas entidades populares. Mas apesar da expectativa criada, pouca coisa foi respondida ou encaminhada no dia 22 de maio de 1983 para as 15.000 pessoas que estiveram presentes no Ginásio do Tarumã, representando associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana. O Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba argumentaram que estavam enfrentando sérios problemas no orçamento e não havia recursos suficientes para atender a todas as demandas da população.

Apesar disso, uma parte das reivindicações foi atendida, em geral aquelas relativas a demandas por infra-estrutura nos bairros da periferia de Curitiba. Além destas, outras questões foram encaminhadas conforme reivindicações do movimento popular, por exemplo a fixação de dia e horário para atendimento das associações de moradores pelo Prefeito; a destinação de uma sede para as entidades populares; a participação de representantes do movimento popular em órgãos públicos, principalmente naqueles ligados a serviços utilizados pela população, como o Conselho de Consumidores da

[5] - De acordo com material de divulgação do II Encontro de Bairros de Curitiba, Curitiba, 1983.

Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, o Conselho de Administração do CEASA e o Conselho Municipal de Transporte Coletivo.

2.1 – ORGANIZANDO O MAB – PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POPULAR

O Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana foi, certamente, a experiência de organização popular que a assessoria do Centro de Formação acompanhou de forma mais direta e no qual foi possível desenvolver um trabalho de educação popular mais sistemático. O MAB articulava cerca de 60 associações de moradores de Curitiba e de municípios da Região Metropolitana em torno de lutas por melhores condições de vida para as classes populares residentes em bairros da periferia e por participação popular na gestão da coisa pública. Esteve organizado por um período de quatro anos, desempenhando importante papel no cenário das lutas populares.

O Centro de Formação já acompanhava, há bastante tempo, algumas das associações que passaram a constituir o MAB e, desta forma, a relação que se estabeleceu entre estas entidades sempre foi muito forte. Na realidade, o MAB nunca chegou a desligar-se totalmente do Centro de Formação que fornecia toda a infra-estrutura para a realização de suas atividades, como local para reuniões e produção de material popular a preço de custo. No entanto, foi principalmente através do trabalho realizado pelos assessores que o Centro de Formação se fez presente junto ao MAB.

Durante o processo de organização do MAB, os assessores do Centro de Formação (que posteriormente também seriam assessores do MAB) foram definindo o perfil desta entidade, juntamente com algumas lideranças do movimento popular. Concluíram que para que as lutas fossem levadas adiante pelas associações de moradores, seus participantes precisavam conhecer a realidade em que viviam, compreender o porquê

de tal situação e acreditar na possibilidade de transformá-la. Para tanto, deveriam estar organizados para a ação e ter propostas concretas para realizar as mudanças necessárias. Para que isso ocorresse era preciso, entre outras coisas, capacitar as lideranças através da troca de experiências e da socialização de informações; motivar o debate para clarear as propostas de ação e de intervenção; organizar ações coletivas; apoiar o surgimento de outras frentes de luta e ajudar na avaliação global das lutas e do movimento.

De acordo com um texto de apoio produzido por um dos assessores do Centro de Formação, quando se decidiu pela criação do MAB, optou-se pelo nome "movimento" porque caracterizava melhor a dinâmica vivida pelas associações de moradores e pelo próprio movimento popular, visto que estavam em constante transformação. Além disso, os assessores acreditavam que a palavra "movimento" definia a concepção que tinham a respeito de como o trabalho deveria ser desenvolvido, ou seja, favorecendo a participação das associações de moradores através das Comissões de Trabalho e constituindo a estrutura organizativa do MAB de forma que a direção fosse dada por um colegiado, composto por representantes destas associações. Buscava-se, desta forma, evitar a institucionalização, criando uma entidade na qual fosse possível investir o tempo das lideranças e dos assessores na articulação das lutas e não na sustentação de uma estrutura formal.

No entanto, as associações de moradores tinham outras expectativas em relação ao MAB, pois pretendiam que este fosse uma extensão de suas entidades de base, que as aglutinasse e se caracterizasse como uma instância superior de representação, com poder político para contrapor-se ao Estado. Para tanto, acreditavam ser necessário estruturá-lo legalmente, por exemplo através da eleição de uma diretoria e da elaboração de estatutos. Esta forma de organização era valorizada pelos moradores pois, através dela, esperavam ser legitimados por parte do Estado, que em momentos de negociação exigia a representação formal destes, em geral através dos presidentes das associações ou das entidades populares.

No dia 7 de agosto de 1983 foi realizada a I Assembléia Geral do MAB (Anexo - Foto 1), que tinha como principais objetivos possibilitar o intercâmbio entre as associações, analisar a realidade e os problemas urbanos enfrentados pelas classes populares residentes na periferia de Curitiba e nos demais municípios da Região Metropolitana e estruturar formalmente a entidade. Compareceram cento e cinqüenta representantes de quarenta associações de moradores, que prepararam essa assembléia realizando reuniões com a população de seus bairros e utilizando como subsídio um material elaborado pela assessoria do Centro de Formação e do MAB.

Na I Assembléia os participantes definiram, entre outras coisas, a estrutura organizativa do MAB, assim constituída:

- Coordenação Geral - composta por dois representantes de cada associação, eleitos em assembléia. Responsável por refletir a conjuntura do movimento popular, realizar estudos e formação para lideranças, deliberar sobre propostas gerais de organização das lutas, avaliar e encaminhar as lutas gerais e específicas e realizar o trabalho de articulação e de mobilização.
- Coordenação Executiva - composta por cinco representantes regionais, responsáveis pela articulação, acompanhamento, animação e assessoria das associações de uma determinada região e por dois assessores. Deveria ser o elo entre o MAB e as associações.
- Comissões de Trabalho - Terra, Saúde, Mutuários, Infra-estrutura, Creche e Transporte.

As Comissões de Trabalho tinham como objetivos articular as lutas específicas de cada bairro entre si e estas com questões mais amplas da sociedade; ser um espaço de capacitação e de informação de lideranças e de pessoas da base. Foram organizados pequenos grupos, nos quais era incentivada a participação de todos os seus componentes, como forma de tornar o trabalho mais democrático. No entanto, apenas as comissões que se articulavam ao redor de lutas mais urgentes envolveram um maior número de associações de moradores e desenvolveram um trabalho de maior fôlego, como por exemplo a de Creche e a de Transportes. A inexistência de uma assessoria

direta a cada uma das Comissões de Trabalho, subsidiando-as com informações e ajudando-as a organizar a população, também pode ser apontado como um dos fatores responsáveis pela pouca mobilização verificada em algumas delas.

A proposta de estrutura organizacional do MAB defendida pelas associações de moradores foi respeitada e prevaleceu. Entretanto, os assessores asseguraram o aspecto que julgavam ser o mais importante, ou seja, que não fosse constituída uma diretoria formal. É interessante enfatizar que as associações de moradores não ficaram totalmente satisfeitas com esta forma de organização, visto que retomaram diversas vezes o debate sobre a eleição de uma diretoria para o MAB, que não chegou a ser encaminhada.

Os debates travados durante a I Assembléia também resultaram na decisão de criar um órgão informativo, dirigido às lideranças das associações de moradores e do movimento popular, que divulgasse as lutas encaminhadas pelas associações de moradores e pelo MAB, informando a população sobre questões da cidade e ajudando a organizar o movimento. Assim, surgiu o Jornal do MAB, que foi publicado de junho de 1984 a agosto de 1987, com tiragem mensal de 1.500 exemplares que eram enviados para associações de moradores, entidades e movimentos populares, centros de documentação e de assessoria popular de Curitiba, do interior do Paraná e de todo o Brasil, e diversos órgãos públicos de Curitiba e da Região Metropolitana.

A Coordenação Geral do MAB selecionava as notícias que seriam publicadas, em geral relacionadas às lutas que estavam sendo travadas pelo movimento popular naquele momento, ou questões que precisavam ser de conhecimento das associações, mas que não tinham sido publicadas pela grande imprensa. Mesmo quando isto acontecia, considerava-se que eram pouco conhecidas, tendo em vista o número reduzido de pessoas que lêem jornais diariamente. Também eram publicadas notícias enviadas pelas associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana e pelas Comissões de Trabalho do MAB. Mensalmente era publicada a história de uma das

associações de moradores que participavam do MAB ou de um dos movimentos populares com os quais o MAB trabalhava em conjunto.

No final de 1984 iniciou-se o processo de preparação para a II Assembléia Geral do MAB, que mereceu uma atenção especial por parte dos assessores do Centro de Formação e do MAB e membros da Coordenação Executiva, pois o movimento popular experimentava naquele momento um sensível fortalecimento e, diante desse fato, era preciso obter dados concretos sobre os problemas vivenciados nos bairros, analisá-los mais profundamente e, a partir deste diagnóstico, elaborar um plano de ação.

Dentro deste contexto e atendendo a esta demanda, foi elaborada uma pesquisa que tinha como principal objetivo colher dados e informações que subsidiassem a organização da assembléia. Esta pesquisa foi realizada de agosto a dezembro de 1984 e foi aplicada por membros da Coordenação Executiva e da assessoria do Centro de Formação em vinte e sete associações de moradores, o que representava 66% do total daquelas que participavam do MAB.

A forma de aplicação dos questionários (Anexo 5) variou muito mas, em geral, foram formados grupos de pessoas interessadas que, enquanto debatiam as questões propostas, eram observadas pelo pesquisador. Este, posteriormente, anotava suas impressões sobre a associação e sobre o grupo entrevistado. É importante enfatizar que muitas pessoas que participaram deste processo não tinham nenhuma experiência relacionada à realização de pesquisas e que, portanto, este foi um momento privilegiado no qual foi possível ensinar a utilização desta técnica de investigação, aplicando-a a uma situação concreta que interessava aos participantes, pois possibilitava que colhessem dados e informações a respeito da realidade que viviam em seus bairros para posterior análise.

Através da pesquisa, por exemplo, foi possível constatar que as formas de manifestação e de organização das associações de moradores eram muito semelhantes. Em geral, buscavam a participação popular na decisão a respeito das

lutas que deveriam ser priorizadas. No entanto, encaminhavam suas reivindicações de forma isolada, através do presidente ou de membros da diretoria. É interessante destacar que, apesar disto, quando pretendiam exigir respostas para as suas reivindicações as associações freqüentemente recorriam a manifestações de massa, como passeatas e atos públicos. Também era comum organizarem mutirões como forma de resolver algum problema para o qual não haviam obtido solução por parte dos órgãos públicos.

Com o objetivo de preparar a assembléia o resultado da pesquisa foi publicado no Jornal do MAB (Anexo 6). A Coordenação Executiva, junto à assessoria do Centro de Formação e do MAB, elaborou algumas questões que deveriam ser debatidas nas associações de moradores abordando diferentes temas, entre eles, a possibilidade de articulação das lutas populares encaminhadas pelos diferentes bairros, o que entendiam por participarão popular e como esta era encaminhada concretamente nas atividades da associação de moradores.

No dia 3 de março de 1985 foi realizada a II Assembléia do MAB da qual participaram trinta associações de moradores de Curitiba e de municípios da Região Metropolitana, representantes da Central Única dos Trabalhadores – CUT, da Comissão Pastoral Operária e do Movimento de Luta Contra o Desemprego – MLCD. Seu principal objetivo era possibilitar o encontro das associações de moradores para que elaborassem um planejamento conjunto de suas atividades como forma de unificar suas lutas. O resultado deste processo foi a constatação da necessidade de fortalecer a organização popular e, para isto, o MAB deveria trabalhar de forma articulada com outros movimentos e entidades populares existentes em Curitiba, especialmente aqueles próximos ao trabalho realizado pelas CEBs, pelas pastorais sociais e pelo Centro de Formação.

2.2 – AS COMISSÕES DE TRABALHO

A assessoria prestada pelo Centro de Formação ao MAB deu-se através de diferentes formas e em diversos momentos. Entretanto, as Comissões de Creches e de Transportes merecem destaque, pois possibilitaram a realização de um trabalho de educação popular de forma mais organizada e mais contínua, o que contribuiu para que os movimentos populares conquistassem importantes vitórias.

2.2.1 - A COMISSÃO DE CRECHES

A carência de creches nos bairros da periferia é uma realidade em grande parte dos centros urbanos brasileiros[6] e em Curitiba foi uma das principais reivindicações apontadas no documento entregue ao governador do Paraná em 1982. No II Encontro de Bairros de Curitiba, esta questão foi amplamente debatida e, a partir de reuniões realizadas pelas associações de moradores com o Movimento 8 de Março (grupo organizado para debater questões específicas às mulheres), foi elaborado o documento "A creche que queremos", que abordava os critérios considerados fundamentais para o funcionamento das creches já existentes e para aquelas que seriam implantadas nos bairros da periferia da cidade. Surgia, assim, o Movimento de Creches.

Este documento foi entregue ao Prefeito de Curitiba em 1983, numa reunião realizada no Dia das Mães e, como forma de pressionar o Poder Público, cerca de cinqüenta crianças ocuparam o salão da Prefeitura (Anexo - Foto 2). Como resultado deste encontro foi criado um grupo de trabalho composto por representantes do MAB, da União Geral, da Federação, da Secretaria da Fazenda e do Departamento de Desenvolvimento Social, com o objetivo de debater e buscar soluções para o problema da falta de creches. Mas apesar deste encaminhamento, o Governo do Estado e a

---

[6] - Sobre o assunto, ver Maria da Glória GOHN, *A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo.*

Prefeitura de Curitiba informaram que, por falta de verbas, somente em 1984 seriam construídas novas creches em Curitiba. Diante disso, a Federação e a União Geral abandonaram o Movimento de Creches.

Em junho de 1983, o MAB criou a Comissão de Creches que contou com a assessoria direta do Centro de Formação e teve como uma de suas primeiras atividades a elaboração de uma pesquisa que buscava obter dados concretos sobre a real necessidade de creches nos bairros representados nesta entidade. Este trabalho também tinha como um de seus objetivos capacitar os membros da Comissão de Creches para a utilização deste instrumental de investigação. Para tanto, um assessor acompanhou todo o processo esclarecendo aos participantes a respeito de cada etapa da pesquisa (elaboração, aplicação, tabulação e análise). Pretendia-se também que, através dos contatos estabelecidos durante a pesquisa, os moradores fossem sensibilizados e mobilizados a participar do movimento. Foram aplicados 3.200 formulários em dezessete bairros da periferia de Curitiba e da Região Metropolitana, num processo que envolveu aproximadamente cinqüenta pessoas.

As informações obtidas na pesquisa subsidiaram a elaboração de um documento em que a Comissão de Creches do MAB e o Movimento 8 de Março estimavam a necessidade de construção de 400 creches em Curitiba (Anexo 7). Este documento foi entregue ao Prefeito Maurício Fruet que, apesar de reconhecer a validade dos dados, afirmou que apenas seis creches seriam construídas em 1984.

Na gestão do Prefeito Jaime Lerner haviam sido implantadas as Creches de Vizinhança, que eram administradas pelas comunidades através das associações de moradores com o apoio de órgãos públicos. A Prefeitura era responsável pelo pagamento e pela orientação técnica das funcionárias e a comunidade complementava os gastos com alimentação.

Este tipo de parceria apresentava aspectos positivos. Como exemplo disso tem-se a forte solidariedade gerada entre os moradores no processo de organização e de

participação de inúmeras promoções realizadas para arrecadar verbas para a creche. Mas havia também aspectos negativos, pois esta participação representava um grande esforço para a comunidade que dispunha de poucos recursos financeiros. Além disso, se por um lado a experiência adquirida em administrar e gerir um equipamento coletivo junto com o Poder Público proporcionava para a comunidade um aprendizado importante, por outro significava um compromisso difícil de ser assumido, pois existiam poucas pessoas com tempo disponível para dedicarem-se a tal tarefa.

As associações de moradores escolhiam as funcionárias das Creches de Vizinhança e acreditavam que estas, por estarem ligadas à comunidade, deveriam desenvolver um trabalho diferenciado. Por esta razão, apesar de ser responsabilidade da Prefeitura oferecer treinamento para as funcionárias, o Centro de Formação promoveu, através das pessoas que prestavam assessoria ao MAB, atividades com o objetivo de capacitá-las para a elaboração de um planejamento de trabalho a ser realizado com as crianças, que contasse com a participação dos pais e possibilitasse momentos de avaliação conjunta.

Uma das atividades oferecidas às funcionárias, pais e pessoas da comunidade pelo Centro de Formação através da Comissão de Creches do MAB foi uma oficina de fantoches, confeccionados com sucata. Este trabalho tinha como meta apresentar um recurso que pudesse ser utilizado não apenas no trabalho com as crianças, mas também nas atividades das associações de moradores. Em diferentes ocasiões, pequenos enredos foram criados pelos moradores e apresentados para animar reuniões e assembléias de associações de moradores e de movimentos populares. Algumas vezes, grupos de teatro infantil se apresentaram nas associações de moradores como forma de oferecer uma atividade cultural e incentivar o envolvimento dos participantes em atividades que utilizavam bonecos de fantoche (Anexo - Foto 3).

O trabalho desenvolvido pelo Centro de Formação e pelo MAB também tinha o objetivo de debater alternativas pedagógicas que respeitassem a realidade e as experiências vividas pelas crianças que moravam na periferia. As funcionárias das Creches de

Vizinhança residiam em bairros periféricos e gostavam destas propostas, pois identificavam-se com elas. No entanto, poucas vezes alteraram sua prática diária, bastante influenciada pela orientação dada pela Prefeitura e, em muitos momentos, autoritária e cerceadora da liberdade e da criatividade das crianças.

Esta postura refletia a expectativa existente por parte das funcionárias de que, se agissem assim, seriam contratadas pela Prefeitura para trabalhar em Creches Oficiais. É preciso considerar também que muitas destas funcionárias rejeitavam sua própria realidade, nutriam esperanças de residir em bairros que não fossem tão carentes e não se sentiam comprometidas com aquela comunidade.

Como resultado da pressão exercida pelo Movimento de Creches, na gestão do Prefeito Roberto Requião (PMDB, 1985 – 1988) muitas creches foram construídas. No entanto, o convênio com as Creches de Vizinhança não foi renovado e estas foram transformadas em Creches Oficiais, administradas e mantidas pela Prefeitura, sem nenhum tipo de participação da comunidade. Algumas mudanças ocorreram, como por exemplo as funcionárias não eram mais selecionadas pela comunidades e sim contratadas pela Prefeitura através da realização de concursos públicos e, desta forma, não estabeleciam uma relação de compromisso com a comunidade e não participavam das atividades desenvolvidas pela Comissão de Creches do MAB.

É importante destacar que o Prefeito Roberto Requião havia sido um dos assessores do Conselho de Representantes e, posteriormente, um dos principais articuladores da Federação de Moradores. Assim, conhecia a dinâmica do movimento popular e suas principais demandas e, em diferentes ocasiões durante sua administração, atendeu às reivindicações apresentadas pelos movimentos populares. No entanto, a participação popular, de modo geral, não foi encaminhada de forma satisfatória durante sua administração.

Apesar de ter gerado a desmobilização de alguns movimentos populares e, consequentemente o seu enfraquecimento, é possível afirmar que, especificamente em

relação às creches, o fim da participação popular não representou um problema para as comunidades, pois quando as creches tornaram-se oficiais o Movimento não se articulou ao redor desta luta.

De acordo com Ruth Cardoso, o Estado adota diferente posturas em sua relação com os movimentos populares e *"as várias faces que o Estado apresenta neste diálogo aumentam sua margem de manobra e são capazes de absorver efetivamente algumas das demandas populares."*[7] Mas é preciso destacar que, sendo o Estado o interlocutor privilegiado dos movimentos populares, para onde estes dirigem suas reivindicações e buscam soluções para os problemas que enfrentam, sua maior ou menor permeabilidade em relação a estas reivindicações determinam a dinâmica dos movimentos populares, influindo em suas condições de mobilização e de organização.[8]

Alguns fatores podem ser apontados como responsáveis por esta desarticulação, entre eles a falta de uma ação rápida da assessoria para reverter esta situação através de um amplo debate sobre a possibilidade e a necessidade de participação popular nas decisões referentes ao funcionamento de um equipamento urbano que atendia a população do bairro. Mas é preciso considerar também que, apesar de se organizarem em busca de melhorias na qualidade de vida, nem sempre as classes populares estão mobilizadas para lutar pela conquista da participação popular em diferentes níveis ou situações. Muitas vezes a população articula-se apenas para obter conquistas específicas, que tornam seu dia-a-dia menos sofrido. Quando reivindica um equipamento coletivo, está buscando obter algum grau de conforto para poder desenvolver suas atividades ou para simplesmente viver melhor.

No caso específico das Creches de Vizinhança, em muitos momentos o fato de serem co-responsáveis pela gestão do equipamento conquistado entrou em choque com este objetivo. pois além de trabalhar para garantir a sobrevivência de sua família, os pais

---

[7] - Ruth CARDOSO, "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico", p. 224.

[8] - Conforme Ana Maria DOIMO et alii. "Os novos movimentos sociais – teoria e prática."

deveriam contribuir financeiramente para a manutenção da creche e participar das reuniões de administração desta. Mas como gerar recursos a partir de uma população sem recursos? Assim, o equipamento coletivo que havia sido reivindicado como forma da população obter um pouco de tranqüilidade gerava mais trabalho e preocupação.

A Comissão de Creches não conseguiu reunir as associações de moradores ao redor da proposta de participação da comunidade nas creches oficiais, pois de acordo com a população: *"se as creches estão funcionando a gente não precisa mais se incomodar participando de reuniões."* Neste sentido, a transformação das Creches de Vizinhança em Creches Oficiais não deveria ter sido considerada pelos assessores como um problema e sim uma vitória, pois passaram a ser administradas e mantidas pela Prefeitura, que deveria ter sido responsável por este serviço desde o início.

Em 1985, os assessores do Centro de Formação e do MAB desenvolveram algumas atividades com o objetivo de rearticular a Comissão de Creches, entre elas realizar entrevistas nas creches que haviam sido conquistadas pelo movimento popular, como forma de recuperar, registrar e divulgar a memória das lutas destas associações; fazê-las refletir sobre a importância deste movimento, analisando os avanços organizativos que haviam sido alcançados e as falhas que ocorreram no processo; e, finalmente, fazer com que reassumissem o movimento, repassando suas experiências para outras associações. A partir deste material, a Comissão de Creches do MAB elaborou um audiovisual que foi utilizado em reuniões realizadas nas associações de moradores, nas quais era debatido e avaliado o trabalho desenvolvido até então, buscando elaborar um plano de ação para o futuro. No entanto, a Comissão de Creches do MAB não voltou a se mobilizar.

2.2.2 - A COMISSÃO DE TRANSPORTE

Em 1974 foi implantada a Rede Integrada de Transporte Coletivo de Curitiba, composta por vias estruturais, por onde circulam ônibus expressos em canaletas exclusivas; por ônibus que fazem ligações entre diferentes bairros da cidade – os interbairros; e por ônibus que fazem a ligação entre as áreas circunvizinhas aos terminais para embarque nas linhas expressas – os alimentadores. Através da Tarifa Social Única o usuário paga apenas uma passagem e pode deslocar-se para qualquer bairro da cidade. Este foi considerado um sistema de transporte coletivo modelo e chegou a ser adotado como parâmetro por diversas cidades brasileiras. Entretanto, existiam diversos problemas enfrentados cotidianamente pelos usuários.

Diante disso, em 1981 algumas associações de moradores e movimentos populares reuniram-se para debater a questão da qualidade do transporte coletivo e apresentaram suas reivindicações ao Prefeito Jaime Lerner, através de um abaixo-assinado com cerca de 70.000 assinaturas. O resultado deste movimento foi o aumento do número de ônibus em algumas linhas, um reajuste menor do que o previsto no preço das passagens e a representação do movimento popular no Conselho Municipal de Transportes.[9]

Entre 1981 e 1982, as reivindicações relativas ao sistema de transporte coletivo mobilizavam a população das principais cidades do país.[10] Em Curitiba, o MAB, a União Geral e a Federação articularam-se e organizaram o Movimento de Transportes que, em decorrência de um novo reajuste nas passagens, concluiu ser necessário saber como eram feitos os cálculos que definiam as tarifas.

---

[9] - Sobre o movimento de transporte coletivo em Curitiba ver, Lafaiete Santos NEVES, *Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba 1970 - 1990*.

[10] - Sobre o assunto, ver Nazareno Sposito Neto Stanislau AFFONSO, *Chega de enrolação, queremos condução – movimentos reivindicativos e transportes coletivos em São Paulo, 1979 – 1982*. Ver também Ana Maria DOIMO, *Movimento social urbano, Igreja e participação popular – movimento de transporte coletivo em Vila Velha, Espírito Santo*.

O MAB criou a Comissão de Transportes composta por dois representantes de cada município da Região Metropolitana, incluindo Curitiba, e por dois assessores ligados ao Centro de Formação, com o objetivo de obter dados que subsidiassem o trabalho de análise das planilhas de custos das empresas de transporte coletivo. Além de mobilizar e organizar o movimento, esta Comissão realizava também o trabalho de formação e de capacitação de seus participantes, debatendo e analisando a questão do transporte coletivo urbano, como por exemplo em um curso desenvolvido em quatro etapas do qual participaram aproximadamente setenta pessoas. Desta forma, buscava suscitar a reflexão sobre a qualidade do sistema de transporte coletivo em Curitiba e Região Metropolitana e sobre a importância da participação popular na gestão deste sistema. Além disso, em diversos momentos propiciou a troca de experiência entre os participantes de movimentos populares de diversas cidades do Brasil, que se articulavam ao redor da luta pela melhoria do transporte coletivo.

Em 1983, o Movimento de Transportes denunciou que em seis meses as tarifas tinham aumentado 128%, enquanto o salário mínimo havia sido reajustado em apenas 47%. Foram realizadas também diversas manifestações populares nas quais se exigia a realização de uma auditoria que verificasse a existência de irregularidades nas empresas de transporte coletivo de Curitiba e da Região Metropolitana (Anexo - Foto 4).

O deputado estadual Roberto Requião, que participava do Movimento de Transporte, denunciou na imprensa que havia adquirido um pneu por um valor muito inferior àquele que constava na planilha de custos do sistema de transporte e, desta forma, comprovou que esta estava sendo manipulada pelos empresários. Este fato, aliado à pressão exercida pelo Movimento de Transporte, serviu de estopim para que, em 1985, a Prefeitura Curitiba criasse a Comissão de Verificação de Custos do Transporte Coletivo de Curitiba (Anexo 8).

Esta comissão, composta por representantes do MAB, da União Geral, da Federação, da Associação Comercial do Paraná, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, e por vereadores, realizou uma auditoria nas empresas de

transporte coletivo de Curitiba, abrangendo o período de janeiro de 1983 a julho de 1984, verificando os documentos utilizados no cálculo da tarifa. Foram constatadas várias irregularidades, entre elas a existência de cerca de 8.000 quilômetros por dia que não eram rodados mas, apesar disso, eram cobrados dos usuários. Também ficou provado que dados relativos a gastos com combustíveis, pagamento de pessoal e outros itens que compunham a planilha também estavam sendo manipulados.

A Comissão de Transporte do MAB analisou as planilhas de custos das empresas de transporte coletivo que atendiam aos municípios da Região Metropolitana e constatou que, entre outras coisas, as empresas estavam cobrando, sem informar aos usuários, o seguro facultativo que a Secretaria de Transporte havia suspendido e que acrescia de Cr$ 1 a Cr$ 8 no preço da passagem. Ficou provado que estas empresas de transporte também estavam falsificando a quilometragem rodada, cobrando por um percurso que na realidade não faziam. Assim, algumas tarifas sofreram redução, como por exemplo em Piraquara, onde as passagens passaram de Cr$ 84 para Cr$ 66.

Apesar de o relatório da Comissão de Verificação de Custos não ter sido aprovado, e sim aquele elaborado pelos empresários, diversas informações fornecidas por esta Comissão foram utilizadas posteriormente na gestão do Prefeito Roberto Requião, o que possibilitou que alguns contratos com os empresários fossem anulados. Além disso, muitas das sugestões e das diretrizes apresentadas pelo movimento popular através desta Comissão foram incorporadas no novo regulamento para o sistema de transporte coletivo da cidade, como por exemplo a criação de uma frota pública e o gerenciamento do sistema de transporte coletivo pela Prefeitura.

Diante das constatações feitas pela Comissão de Verificação de Custos, o MAB e o Movimento de Luta Contra o Desemprego – MLCD, propuseram a criação de um grupo de fiscalização popular com o objetivo de controlar o sistema de transporte coletivo. Esse trabalho teve início em setembro de 1985, com proposta de durar três meses, e foi realizado por pessoas indicadas pelo MAB, pela União Geral e pela Federação, que fiscalizavam trinta e três linhas de ônibus por semana, sendo remuneradas pela

Prefeitura de Curitiba para trabalhar 40 horas semanais. O MAB conquistou também seis fiscais populares para alguns municípios da Região Metropolitana.

Durante o período de fiscalização popular os assessores do Centro de Formação e do MAB perceberam que alguns fiscais estavam afastando-se do movimento, não comparecendo às reuniões convocadas pelas entidades populares pois, sendo remunerados pela Prefeitura, tinham receio de "perder o emprego." Assim, foram realizados alguns encontros como forma de proporcionar aos fiscais a possibilidade de debater e refletir a respeito da importância do trabalho que estavam realizando e capacitá-los para desempenhar tal tarefa.

Fiscais da Prefeitura, motoristas e cobradores de ônibus exerceram muita pressão para que a fiscalização popular tivesse fim, pois temiam ser prejudicados a partir da constatação de irregularidades em suas atividades profissionais. No entanto, apesar de os fiscais populares terem colhido junto aos usuários inúmeras denúncias e terem sido apontadas diversas irregularidades, estas, em sua grande maioria, não foram averiguadas pela Prefeitura de Curitiba.

No final de 1985, o MAB e o MLCD reivindicaram que a fiscalização popular tivesse continuidade (Anexo - Foto 9). Porém, o Prefeito Roberto Requião transferiu para a Companhia de Urbanização de Curitiba – URBs, a responsabilidade pelo gerenciamento da fiscalização do transporte coletivo, alegando que os fiscais populares não haviam realizado um trabalho de qualidade.

Durante a gestão do Prefeito Jaime Lerner, o Movimento de Transportes conquistou uma vaga no Conselho Municipal de Transportes que era responsável por analisar e autorizar os aumentos nas tarifas do transporte coletivo. Contudo, por ser minoritário neste Conselho, o movimento popular não conseguia fazer valer suas propostas ou encaminhamentos. Posteriormente, na gestão do Prefeito Maurício Fruet, a participação de representantes do movimento popular no Conselho Municipal de Transportes foi oficializada e ampliada. O Conselho, no entanto, não foi capaz de impedir que

ocorressem irregularidades em relação à administração do sistema de transporte coletivo em Curitiba, assim como não havia apurado as denúncias apresentadas pela Comissão de Verificação de Custos. Desta forma, a Comissão propôs que o Conselho Municipal de Transporte fosse desativado e reformulado.

Atendendo a esta sugestão, o Prefeito Roberto Requião criou um novo Conselho Municipal de Transportes, composto por representantes de todos os sindicatos e federações de trabalhadores de Curitiba; por vereadores representando os partidos políticos e por representantes do MAB, da União Geral e da Federação de Moradores. Porém, este Conselho tinha um caráter apenas consultivo e nunca foi convocado para reuniões. Assim, as tarifas do transporte coletivo de Curitiba passaram a ser definidas pela Câmara Municipal junto com o Prefeito.

Essa situação foi responsável, em grande parte, pela retração e conseqüente desarticulação do Movimento de Transporte. Mas é preciso considerar também outros aspectos, como o fato de o Conselho Municipal de Transporte não ter um caráter deliberativo. Isto fazia com que este perdesse grande parte de seu peso político. Por outro lado, apesar de estar representado no Conselho, o movimento popular não tinha naquele momento capacidade de elaborar propostas ou de pressionar para que fossem encaminhadas, pois encontrava-se bastante desmobilizado.

2.3 – O PROCESSO DE DESARTICULAÇÃO

No final dos anos 80 o movimento popular em Curitiba enfrentou uma grave crise. Durante todo o ano de 1986, os assessores do Centro de Formação organizaram diferentes atividades com o objetivo de reunir diversos movimentos populares e associações de moradores em torno de um amplo debate sobre problemas enfrentados e buscar saídas para a crise, criando uma solução conjunta. Realizou, por exemplo, um

encontro com o tema "Por que os movimentos populares estão em crise?", do qual participaram representantes do MAB, do Movimento de Luta Contra o Desemprego - MLCD, do Movimento pela Participação Popular na Constituinte - MPPC, do Centro Comunitário de Manutenção - CECOMA, da Comissão Pastoral Operária, do Movimento Popular de Mulheres do Paraná – MPMP [11], e membros de algumas CEBs. Na ocasião, concluíram ser preciso fortalecer o trabalho realizado pelas associações de moradores através dos movimentos populares que ainda estavam articulados.

Como forma de conhecer a real situação do movimento popular nos bairros, foi realizada uma pesquisa e, a partir de sua análise, foi elaborado um planejamento que previa a realização de encontros que possibilitassem a troca de experiências entre lideranças dos diversos movimentos populares e as capacitasse para realizar o trabalho de organização popular. Assim, em março de 1986, o Centro de Formação organizou um seminário sobre "Como fazer o trabalho de organização popular", abordando questões como por que a sociedade deveria ser transformada, a relação entre o movimento popular e o Estado, e a análise das causas do refluxo verificado no movimento popular. Posteriormente, foi realizado um outro encontro para debater especificamente a relação dos movimentos populares com os partidos políticos.

No final de 1986 uma pesquisa foi encaminhada pelos assessores do Centro de Formação e por algumas lideranças. O objetivo dessa pesquisa era obter subsídios para a elaboração de um planejamento para 1987 que envolvesse várias entidades e movimentos populares atuantes na região sudeste de Curitiba, buscando dar unidade ao trabalho, articulando-o e evitando o desgaste causado pela multiplicidade de atividades.

[11] - Em encontros e reuniões do movimento sindical urbano e rural realizados no Paraná, as mulheres constataram as dificuldades que enfrentavam para participar e decidiram se organizar separadamente para debater esta questão e outras específicas às mulheres. Surgia assim, no final da década de 70, início dos anos 80, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná – MPMP. Este movimento contou com o apoio do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, que cedeu uma sala para o funcionamento de sua secretaria e colocou à disposição infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades. No início da década de 90 este movimento desarticulou-se em parte devido ao envolvimento de suas principais assessorias em outros espaços de participação popular e também como decorrência do refluxo verificado dos movimentos populares em Curitiba e no Paraná.

Em 1987, o movimento popular de Curitiba, assim como em todo o País, apresentava um grande refluxo organizativo e o MAB desarticulou-se completamente. Apesar do esforço realizado pelas lideranças e pelos assessores do Centro de Formação, pouco pôde ser feito para reverter esta situação. É preciso considerar, entretanto, que os debates realizados a respeito da crise enfrentada pelo movimento popular tiveram um caráter educativo, pois possibilitaram uma reflexão mais aprofundada por parte das lideranças e dos assessores quanto a ação política, avaliando o trabalho que haviam desenvolvido.

É interessante destacar que o MAB manteve-se organizado durante um período em que a União Geral e a Federação encontravam-se bastante enfraquecidas e praticamente desarticuladas. Um dos aspectos que pode ser apontado como responsável por esta situação é o envolvimento destas entidades com os partidos políticos, ou seja, com a vitória do PMDB nas eleições de 1982, muitos assessores e lideranças da Federação passaram a trabalhar em órgãos do Governo do Estado e da Prefeitura de Curitiba; e grande parte da assessoria e líderes da União Geral envolveu-se com o processo de organização do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, o MAB (assessorado por pessoas ligadas ao Centro de Formação), o Movimento de Luta Contra o Desemprego (articulado pela Comissão Pastoral Operária) e o Xapinhal (coordenado por membros de Comunidades Eclesiais de Base) continuaram atuando junto às associações de moradores e, em muitos momentos, desenvolveram atividades que contavam com a participação de associações ligadas à União Geral e à Federação.

Durante o tempo em que o MAB esteve organizado, os assessores do Centro de Formação desenvolveram um trabalho de educação popular, subsidiando o movimento popular com informações que possibilitassem a realização de uma análise crítica da realidade vivenciada pelos moradores dos bairros periféricos da cidade e a definição das ações que deveriam ser desencadeadas na luta por seus direitos. No entanto, de uma forma geral, a própria assessoria encontrou muita dificuldade em realizar análises mais aprofundadas sobre os movimentos, pois alguns assessores acreditavam que, em

virtude da conjuntura política daquele momento, a atuação política deveria ser priorizada.

É possível afirmar que esta postura impediu que fossem estabelecidas táticas e estratégias a curto, médio e longo prazos, o que se refletiu de diferentes formas nos movimentos populares, como por exemplo em relação à falta de clareza sobre a possível realização das alianças políticas com outras entidades populares, com o movimento sindical e com alguns partidos políticos.

Como decorrência deste fato, o MAB trabalhou de forma articulada apenas com entidades com as quais mantinha uma profunda identificação político-ideológica, ou seja, aquelas vinculadas ao Centro de Formação. Este relativo isolamento do MAB em relação ao conjunto do movimento popular fez com que, apesar de ter encaminhado algumas lutas que resultaram em um amplo processo de organização popular, (como por exemplo em relação à construção de creches ou à melhoria do transporte coletivo), tenha encontrado dificuldade em propor lutas mais gerais, que fossem assumidas pelo conjunto das associações de moradores, bem como em articular questões específicas e localizadas de cada associação, com questões sociais mais abrangentes unificando e fortalecendo o movimento.

Outra dificuldade enfrentada pelos assessores do Centro de Formação e do MAB era divulgar para a população as vitórias alcançadas pelo movimento popular e trabalhá-las como elementos de conscientização, de organização e de fortalecimento da luta por melhores condições de vida para as classes populares. De uma forma geral, estas conquistas não foram acumuladas em termos quantitativos para aumentar o poder de pressão do movimento, e tampouco em termos qualitativos, ou seja, analisando todo o processo de luta desencadeado de forma a aprender com a experiência vivida. Pode-se dizer que este foi um dos fatores que favoreceu o enfraquecimento do poder de pressão do MAB e, posteriormente, sua desarticulação.

Entretanto, esta dificuldade em divulgar as vitórias alcançadas através da organização popular não foi vivenciada apenas pelo MAB, mas também, como aponta Túlio Vigevani, por grande parte dos movimentos sociais.

> *A continuidade da ação não existe na maioria dos casos e a capitalização da experiência passada se tem demonstrado extremamente difícil. Não é apenas um problema político, é uma questão mais profunda: trata-se de cultura política (...) Cultura política se modifica apenas com o tempo, às vezes décadas e até séculos.* [12]

É interessante destacar que apesar do MAB ter encontrado, em diversas ocasiões, dificuldades em tornar-se visível para a população de Curitiba e da Região Metropolitana como uma entidade representativa das associações de moradores, em momentos de negociação era reconhecido como interlocutor legítimo pela Prefeitura de Curitiba e de outros municípios da Região Metropolitana, bem como por diversos órgãos públicos. Este aspecto é de fundamental importância, pois de acordo com Eunice Durhan,

> *Os movimentos são plenamente sociais, não apenas por suas características internas, mas, inclusive pelo fato de estarem voltados 'para fora', estabelecendo novos canais de comunicação dos indivíduos com a sociedade e com o Estado (...) O reconhecimento mútuo dos indivíduos como pessoas que se dá internamente, exige uma reação complementar que deriva do caráter necessariamente público do processo - é o reconhecimento do movimento pela sociedade e pelo Estado.* [13]

A participação em reuniões de diferentes entidades e movimentos populares, de associações de moradores, bem como seu reconhecimento como interlocutor por parte

---

[12] - Túlio VIGEVANI, "Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa", p. 139.

[13] - Eunice DURHAN, "*Movimentos sociais – a construção da cidadania*", p. 29.

do Estado, foi uma situação que num determinado momento fortaleceu politicamente o MAB, mas também representou uma das causas de sua desarticulação, ou seja, o acúmulo de trabalho aliado à desorganização interna para enfrentar tal demanda favoreceu o enfraquecimento e, consequentemente, a dissolução deste movimento.

Para compreender a dinâmica, bem como o processo de desarticulação vivido pelo MAB e por alguns movimentos populares de Curitiba ligados ao Centro de Formação, é importante destacar considerar alguns aspectos, entre eles a relação do movimento popular com o Poder Público em Curitiba e a forma como o trabalho da assessoria era desenvolvido.

Durante a gestão do Prefeito Maurício Fruet, os movimentos alcançaram um grande poder de mobilização e tiveram várias de suas reivindicações atendidas e, apesar de todos os problemas existentes, obtiveram algumas vitórias importantes. Por outro lado, é preciso observar também que este fato foi favorecido pela atuação do PMDB, marcada pela necessidade de criar canais de negociação com as classes populares organizadas buscando manter sua legitimação. No entanto, esta atitude sofreu muitas transformações ao longo do tempo em que este partido esteve à frente do Governo do Paraná e da Prefeitura de Curitiba.

É interessante enfatizar que a participação sempre foi uma das principais reivindicações do movimento popular. Contudo, de acordo com a avaliação de um de seus assessores, "*o MAB e os demais movimentos de Curitiba e da Região Metropolitana, acostumados a jogar 'na defesa', não se saíram bem 'no ataque'.*" Foi criada uma situação contraditória na qual o Poder Público havia atendido a algumas reivindicações do movimento e criado espaços para a participação popular, apesar de não ter sido explicitado como esta se daria. Mas, o movimento popular não se organizou para ocupar estes espaços de representação, não apresentou alternativas que viabilizassem sua participação e, consequentemente, não teve força política para enfrentar as regras do jogo impostas pela Prefeitura, expondo sua fragilidade para elaborar propostas concretas que superassem o seu caráter reivindicatório.

De uma forma geral, os membros do grupo de assessores dedicavam grande parte do seu tempo à participação em reuniões internas e também a atividades externas realizadas pelo Centro de Formação. Alguns prestavam assessoria ao MAB ou a outras entidades e movimentos populares, acompanhando reuniões realizadas em diversos órgãos públicos. Muitos residiam em bairros da periferia de Curitiba e participavam de associações de moradores, na qual assumiam diferentes tarefas, como a elaboração, produção e distribuição de convites para reuniões, bem como a coordenação e o encaminhamento das decisões tomadas durante estas reuniões. Havia ainda os que eram membros de Comunidades Eclesiais de Base. Vários assessores acompanhavam o trabalho desenvolvido por algumas pastorais da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral Operária e a Comissão Pastoral da Terra. Muitos participavam do Partido dos Trabalhadores. É preciso destacar ainda que, quase em sua totalidade, desempenhavam suas atividades profissionais em outros espaços.

Diante de tantos compromissos era difícil reservar momentos para a convivência com a família ou para o lazer, o que gerava um grande desgaste físico, mental e emocional, refletido na qualidade do trabalho desenvolvido. A maior dificuldade enfrentada era definir o espaço de atuação que seria priorizado e critérios para selecionar as demandas apresentadas pelo movimento popular que deveriam ser atendidas.

As lideranças também enfrentavam o mesmo tipo de problema. O fato de estarem envolvidas em muitos compromissos realizados fora dos bairros criava um grande distanciamento em relação à sua base. Ou seja, por um lado, o líder não acompanhava o cotidiano da associação da qual participava, o que de algum modo afetava sua liderança; por outro lado, sua vivência fora do bairro ampliava seus horizontes, colocando questões de ordem política e social mais complexas. Isto modificava sua compreensão da realidade e consequentemente alterava seu discurso e sua prática.

Esta situação gerava um certo orgulho por parte dos moradores e participantes das associações de moradores, pois estas lideranças representavam seus interesses junto aos órgãos públicos. Mas, reforçava ainda mais o distanciamento entre a base e o líder,

que passava a se expressar e a se comportar de uma maneira que os moradores não mais identificavam como semelhante à sua.

Deve-se também observar que muitos líderes e assessores afastaram-se do trabalho popular para concorrer às eleições ou fazer campanha política para seus candidatos, o que se refletiu na organização das associações de moradores, pois gerou maior acúmulo de trabalho nas mãos de um número reduzido de pessoas e provocou inevitáveis divisões em relação às preferências partidárias.

Além disso, as associações de moradores do MAB apresentavam grande resistência em debater a questão partidária. Esta postura era fortemente influenciada pelos membros das CEBs que participavam deste movimento e que, num primeiro momento, procuraram manter-se distante dos partidos políticos por considerarem política uma *"coisa suja"*, pois, de uma forma geral, havia por parte das comunidades *"uma atitude de decepção e desconfiança popular em relação aos partidos, acumulada durante anos de demagogia e autoritarismo e alimentada pela ação desestimuladora do governo, após 1964."* [14]

Apesar de o Centro de Formação ter realizado vários debates sobre as eleições, explicitando os programas dos partidos políticos, ensinando a votar corretamente, tomando o cuidado para não defender nenhum partido político ou candidato e procurando manter-se neutro em relação a esta questão, não foi possível evitar uma forte identificação com o PT, visto que o trabalho desenvolvido por sua assessoria assemelhava-se, em muitos aspectos, às propostas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores que surgiu *"enfatizando o discurso da 'autonomia e independência' dos movimentos populares propondo-se a ser um instrumento de expressão política dos movimentos populares."* [15] Esta situação fez com que, durante o processo de reformulação partidária, muitos assessores se aproximassem do Partido dos

[14] - João Carlos PETRINI, *CEBs: um novo sujeito popular*, p.106.

[15] - Túlio VIGEVANI, *op. cit.*, p.124.

Trabalhadores e passassem a priorizar a atuação partidária, inclusive concorrendo às eleições como candidatos deste partido.

Num primeiro momento, o fato de desenvolver uma ação política diferente da União Geral e da Federação possibilitou que o Centro de Formação articulasse um conjunto de associações de moradores em busca de uma entidade que preservasse uma atuação apartidária. Posteriormente, o MAB identificou-se com as propostas do PT e aproximou-se deste partido através da atuação de alguns de seus líderes e de seus assessores que, apesar disso, evitavam adotar uma postura partidária em relação ao trabalho que desenvolviam junto ao movimento popular.

O Centro de Formação e o MAB surgiram a partir do processo de organização desencadeado por pessoas ligadas às CEBs e às pastorais sociais e, apesar de existir a proposta de ampliar a participação para todas as associações de moradores e movimentos populares, articularam, de uma forma geral, apenas os "igrejeiros" e trabalharam de forma conjunta apenas com entidades que também estavam vinculadas às pastorais sociais da Igreja Católica, como o Movimento de Luta Contra o Desemprego - MLCD, o Xapinhal e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Desta forma, é possível dizer que estes aspectos que fizeram parte da dinâmica interna do Centro de Formação e do MAB possibilitaram que, ao longo do tempo, as pessoas que participavam destas entidades fossem construindo uma identidade que as definia como católicos, petistas e do movimento popular.

3 – APOIANDO OUTROS MOVIMENTOS POPULARES

O Centro de Formação apoiou diversos movimentos além do MAB. Serão destacados apenas alguns exemplos, como o Xapinhal, o Movimento de Luta Contra o Desemprego – MLCD, o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte – MPPC, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pois ilustram as diferentes formas de apoio e de assessoria prestadas.

No caso do Xapinhal e do MPPC pode-se dizer que os assessores do Centro de Formação desempenharam um papel fundamental, tendo sido um dos principais responsáveis pelo processo de mobilização, organização e articulação destes movimentos.

Em relação ao Movimento de Luta Contra o Desemprego, a presença do Centro de Formação ocorreu de forma indireta. Deu-se principalmente através de algumas atividades que o MAB e o MLCD realizaram em conjunto e pela vinculação de alguns dos assessores do Centro de Formação à Pastoral Operária, que foi a principal articuladora do Movimento de Luta Contra o Desemprego.

No Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra contou com o apoio direto do Centro de Formação no início de seu processo de organização. O MST manteve, ao longo do tempo, uma ligação bastante forte com esta entidade, visto que grande parte de suas lideranças e de seus assessores participaram do Centro de Formação de diferentes formas, inclusive como membros de sua diretoria.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - USP
BIBLIOTECA

3.1 - XAPINHAL

Em 1983, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, órgão ligado à Prefeitura de Curitiba, elaborou o Projeto CURA I – Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada, que previa a realização de um conjunto de intervenções urbanas nos bairros do Xaxim, Pinheirinho, Boqueirão, Alto Boqueirão, Vila Hauer e Jardim Paranaense, todos localizados na região sudeste da cidade. Estes bairros foram escolhidos por terem apresentado um alto índice de crescimento populacional entre as décadas de 70 e 80 sem que os serviços de infra-estrutura básica e a oferta de equipamentos urbanos tivessem acompanhado este crescimento. Além disso, é preciso considerar também o fato de que a população residente nestes bairros era representada por associações de moradores bastante organizadas, fortes e articuladas entre si, que pressionavam constantemente o Poder Público por melhorias urbanas para a região.

O Projeto CURA contemplava parte das reivindicações apresentadas pelo movimento popular no documento entregue à Prefeitura de Curitiba logo após a realização do II Encontro de Bairros. No entanto, a população não foi consultada por ocasião de sua elaboração e as associações de moradores dos bairros reuniram-se para reivindicar sua participação nos debates e nas decisões referentes à sua implementação.

Como resposta a esta solicitação, o IPPUC encaminhou uma pesquisa junto aos moradores com o objetivo de conhecer suas demandas e suas propostas e realizou reuniões para apresentar o resultado da pesquisa e expor o projeto. Nestas ocasiões, a população apontou diversos problemas existentes no planejamento elaborado, como por exemplo a previsão de construção de equipamentos sociais em locais de difícil acesso ou próximo a outro já existente, conquistado anteriormente pela associação de moradores da região.

É interessante enfatizar que, num primeiro momento, apesar de terem sido constatados vários problemas, o IPPUC afirmou que nada poderia ser modificado sob o risco de inviabilizar o Projeto, visto que este já havia sido aprovado pelo Banco Mundial. Mas, apesar disso, algumas modificações foram aceitas e realizadas.

Como aponta Pedro Jacobi,

> *A politização do cotidiano gerada pelas defasagens no nível de apropriação dos serviços públicos, em muitos bairros da periferia, configura um novo quadro. Os agentes do Estado começam a interagir e ouvir as demandas da população, provocando até o redirecionamento de etapas já planejadas dos planos ou, no mínimo, a reorientação de investimentos já comprometidos.* [16]

A participação no processo de discussão referente à implantação do Projeto CURA empolgou os moradores da região, pois estes viram que *"o povo organizado pode mudar algumas coisas."* Mas de acordo com o depoimento de uma liderança deste movimento, em seguida enfrentaram uma grande desmobilização ao constatarem que

"O PMDB começou a atender as reivindicações do pessoal que havia participado na campanha eleitoral e o povo começou a ficar desmotivado. A gente tinha proposto que a partir dali tudo o que fosse feito na região seria debatido com a população. Mas, eles começaram a colocar os equipamentos nos lugares que favoreciam os seus cabos eleitorais, os presidentes das associações que eles apoiavam, independente se a localização deste equipamento beneficiava a população."

Apesar dos problemas enfrentados esta foi uma das primeiras experiências de planejamento urbano realizadas no Paraná de forma conjunta pelo Estado e pela população e representou um grande avanço em termos de organização popular. Este fato foi reconhecido pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - FLACSO,

---

[16] - Pedro JACOBI, *Políticas públicas de saneamento básico e saúde e reivindicações sociais no município de São Paulo, 1974 - 1984*, p. 214.

ao participar do Seminário de Planejamento Urbano e Participação Popular do Xapinhal, realizado no dia 21 de abril de 1986.

A partir da experiência de participar de um processo de planejamento urbano, as associações de moradores da região organizaram-se através de um movimento popular que denominaram Xapinhal, cujo nome deriva dos bairros Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão e já havia sido utilizado pelo IPPUC na ocasião da implantação do Projeto CURA (Anexo 9). Grande parte das associações de moradores articuladas pelo Xapinhal também participavam do MAB e haviam sido organizadas por pessoas oriundas de movimentos da Igreja Católica, principalmente de CEBs, que, por sua vez, também participavam do Centro de Formação. O Xapinhal foi assessorado diretamente pelo Centro de Formação que acompanhou todo o seu processo de mobilização, articulação e organização.

A cidade de Curitiba foi dividida, em 1986, em Administrações Regionais – ARs, e os bairros que compunham o Xapinhal passaram a pertencer a duas ARs diferentes. Diante desse fato, em fevereiro de 1987 vinte e sete associações de moradores que participavam desse movimento marcaram um encontro com o prefeito para reivindicar que fossem englobadas em uma única AR, como forma de facilitar sua participação. Porém, o Prefeito Roberto Requião não compareceu à reunião e, consequentemente, as associações não foram atendidas.

Em São Paulo, o Prefeito Faria Lima criou, na década de 60, as Administrações Regionais que *"passaram a absorver e amortecer as reivindicações a nível local e os problemas locais passaram a ser meramente problemas dos técnicos locais."* [17] Em Curitiba, as ARs foram criadas com o objetivo de descentralizar o poder de decisão, agilizando o atendimento à população residente na periferia da cidade, através da realização de levantamentos e consultas junto aos moradores a respeito de suas necessidades, que deveriam ser priorizadas no planejamento e no orçamento

[17] - Maria da Glória GOHN, *Reivindicações populares urbanas*, p. 44.

municipal. No entanto, a Prefeitura de Curitiba não definiu se haveria participação popular nas ARs nem como esta se daria.

Neste contexto, é preciso considerar que

> *Ao incorporar como normal o fato dos trabalhadores apresentarem coletivamente suas reivindicações aos órgãos públicos e ao se aparelhar para receber estes tipos de demandas, o Estado absorve e neutraliza este tipo de enfrentamento criando formas burocráticas de encaminhamentos destas demandas aos órgãos competentes e restabelecendo assim o controle político sobre os movimentos reivindicatórios. No caso de São Paulo, por exemplo, a criação das administrações regionais, verdadeiras mini-prefeituras sem poder de decisão, tem como um dos objetivos políticos dividir os movimentos reivindicativos pelo próprio recorte geográfico de suas regiões.* [18]

Assim, apesar das diferenças político-ideológicas que marcaram e diferenciaram o governo populista de Faria Lima e o do prefeito Roberto Requião - que havia sido assessor de uma entidade representativa de associações de moradores, a Federação de Moradores, e pertencia a um partido de oposição, o PMDB - a implantação das ARs em Curitiba gerou situações semelhantes àquelas ocorridas em São Paulo, ou seja, desmobilizaram e enfraqueceram o poder de pressão e de representação dos movimentos populares.

Diante desta situação, a assessoria do Centro de Formação elaborou os "Cadernos de Participação Popular", que relatavam experiências de administrações populares ocorridas em outras cidades brasileiras como forma de debater junto às associações de moradores a necessidade de participação popular nas Administrações Regionais. Neste processo, desenvolvido em conjunto com o MLCD e com o Xapinhal, o Centro de Formação retomou também o debate a respeito da criação de Conselhos Comunitários,

[18] - Sílvio Caccia BAVA, *op. cit.*

proposta que vinha defendendo desde 1982. Foram realizados vários encontros, mas a presença das associações de moradores e movimentos populares não foi significativa.

Alguns fatores podem explicar este desinteresse. Por exemplo, o Prefeito Roberto Requião foi eleito recebendo uma expressiva votação nos bairros da periferia da cidade e este fato gerou a expectativa de que as reivindicações seriam atendidas sem que fosse necessária a organização e a pressão popular. Ou seja, as associações de moradores, de uma forma geral, não se sentiram motivadas para participar das ARs ou para debater a formação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários.

Deve-se ressaltar que alguns assessores não aceitavam a idéia de desenvolver um trabalho que propiciasse o debate a respeito da participação popular nas ARs, pois afirmavam que estas haviam sido criadas de forma autoritária, sem consulta à população. Como conseqüência deste processo, o Xapinhal enfrentou uma grande desmobilização.

AD., um dos principais articuladores do Xapinhal, tinha forte presença junto aos moradores da região, pois também havia sido um dos coordenadores do CECOMA e atuava como líder comunitário. Partindo de sua experiência, avaliou que um dos principais problemas enfrentados pelas associações de moradores era o fato de o trabalho, a responsabilidade e o poder estarem centralizados nas mãos de seus presidentes, o que limitava a participação da população.

Na tentativa de alterar esta situação foi proposto que as associações que participavam do Xapinhal criassem departamentos e organizassem os moradores ao redor dos principais problemas urbanos da região, como saúde, educação, moradia, entre outros. Os responsáveis por estes departamentos reuniam-se mensalmente com os coordenadores do Xapinhal para trocar experiências, informações e decidir sobre qual seria o encaminhamento para cada uma dessas questões.

Através do desenvolvimento deste trabalho e de contatos estabelecidos com a população e com as associações de moradores, algumas lideranças e coordenadores do Xapinhal, junto com os assessores do Centro de Formação, constataram que a questão da moradia era a mais urgente naquele momento. Da mesma forma como havia ocorrido no final da década de 70, o agravamento da crise econômica e o arrocho salarial impossibilitaram as classes populares de arcar com o custo de aluguéis cada vez mais caros. Assim, muitas destas famílias estavam recorrendo a loteamentos populares como alternativa de moradia. Iniciou-se, então, um processo de organização popular que resultou na criação do Movimento de Solo Urbano.

A primeira assembléia do Xapinhal para discutir a questão do solo urbano reuniu aproximadamente 3.000 pessoas (Anexo - Foto 8) e, posteriormente, cerca de 5.000 famílias cadastraram-se junto ao Movimento de Solo Urbano. Durante dois anos foram realizadas diversas reuniões com a COHAB de Curitiba, reivindicando a criação de programas de financiamento de lotes urbanizados. No entanto, a COHAB alegava falta de verbas e inexistência de estoque de terras.

No dia 9 de outubro de 1988, depois de verem esgotadas suas tentativas de negociação, um terreno foi ocupado por cerca de quatrocentas pessoas, no bairro do Pinheirinho. No dia seguinte, sem que houvessem sido organizadas previamente para isso, 3.000 famílias ocuparam a área ao lado, constituindo desta forma a maior ocupação urbana ocorrida até então em Curitiba (Anexo - Fotos 5, 6 e 7).

Em relação ao processo de ocupação de áreas urbanas Pedro Jacobi afirma que

> *Face a incapacidade do Estado em oferecer soluções, a ocupação coletiva de áreas ociosas se torna a única alternativa viável(...) A invasão assim se configura como um ato público pelo qual se afirma o caráter legítimo da luta pela posse da*

terra, assumindo a contradição entre a falta de alternativas institucionais e a ilegalidade das soluções viáveis. [19]

Esta ocupação ocorreu no final do governo do Prefeito Roberto Requião, que não deu nenhum encaminhamento para a questão. Jaime Lerner, do Partido Democrático Trabalhista - PDT, foi eleito e, durante a campanha eleitoral, comprometeu-se a dar uma rápida solução para o problema dos acampados, a criar mercadões de materiais de construção e a garantir um lote para cada família.

Diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente no acampamento, como por exemplo a falta de luz e de água potável, o frio, as péssimas condições de higiene em decorrência da falta de saneamento, entre outras, apenas 1.078 famílias mantivessem-se no local aguardando o final deste processo. Em maio de 1989, os acampados conquistaram a compra de lotes.

A área ocupada totalizava 440.000 metros quadrados e pertencia a um grupo que há dez anos não pagava impostos. A Prefeitura negociou com os proprietários de forma que a população fosse alojada na parte menos valorizada do terreno e o restante, ou seja, a parte mais nobre da área, tivesse seu coeficiente construtivo aumentado em quatro vezes. Apesar disso, um dos proprietários recusou-se a assinar o acordo, o que gerou uma pendência jurídica, pois a COHAB efetuou, posteriormente, a venda dos lotes, mas os moradores não tiveram acesso à escritura definitiva dos mesmos.

A Prefeitura de Curitiba responsabilizou-se por realizar a urbanização da área da ocupação, que atualmente é um bairro como tantos outros existentes nas periferias das grandes cidades, ou seja, as casas têm água e luz e os moradores têm acesso a alguns equipamentos sociais como por exemplo, posto de saúde. Mas ainda precisam organizar-se e lutar para conquistar outras melhorias urbanas. Para encaminhar estas

[19] - Pedro JACOBI, "Movimentos sociais urbanos e a crise: da explosão social à participação popular autônoma", p. 219.

lutas foi fundada na área da ocupação a Associação Nossa Senhora da Luta, que participa do Xapinhal.

O Centro de Formação prestou assessoria jurídica ao Xapinhal em relação às questões decorrentes do processo de ocupação e realizou uma pesquisa junto aos acampados com o objetivo de *"ter um instrumento de controle dos acampados, um levantamento seguro do número de famílias ocupantes e um perfil sócio-econômico básico dos grupos"* [20], de forma que estas informações viessem a subsidiar o processo de negociação da terra junto à Prefeitura de Curitiba.

Um trecho do depoimento de uma advogada que participou deste trabalho aborda a postura adotada, de uma forma geral, pelos assessores do Centro junto aos movimentos populares, mas trata especificamente da atuação do grupo de assessores jurídicos no Xapinhal.

"A linha do Centro era a de dar uma assessoria que fosse respeitosa o suficiente para instrumentar os dirigentes, mas não dirigir. O limite ético do assessor do Centro sempre foi este: você tinha um conhecimento e a tua obrigação era socializar este conhecimento com os trabalhadores. Mas, quem dirigia eram eles. E eu acho que a experiência que mais avançou neste sentido foi a do Xapinhal.
Eu participei da comissão que negociou a terra e nós nos preparávamos muito para as reuniões com a Prefeitura. E eu, como assessora jurídica, tinha a incumbência de estudar quais eram as medidas administrativas de direito público que poderiam ser adotadas para fazer a regularização fundiária.
A gente estudava porque tinha que garantir a sobrevivência daquele grupo de 3.000 famílias 'embarracadas'. Não podíamos fazer bobagem. A gente tinha noção da nossa responsabilidade."

Com o objetivo de debater a questão do solo urbano e da luta pela moradia popular, o Centro de Formação realizou junto com o Xapinhal (com o apoio da Universidade

[20] - De acordo com o documento síntese da Pesquisa do Xapinhal, Curitiba, 1988.

Federal do Paraná e da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social), o Seminário sobre Habitação e Solo Urbano, que contou com a participação de representantes do Xapinhal, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, da Associação dos Mutuários da Habitação de Curitiba e Região Metropolitana e da Articulação Nacional do Solo Urbano - ANSUR.

Durante todo o tempo em que o Xapinhal esteve organizado, articulou e representou cerca de trinta associações de moradores da região sudeste da cidade, vinculadas ao MAB, à União Geral e à Federação de Moradores. O MAB, por ser a entidade mais atuante nesta região, era hegemônico no Xapinhal. É interessante enfatizar que o MAB e o Xapinhal eram entidades assessoradas pelo Centro de Formação e este fato favorecia sua articulação.

De acordo com o depoimento de um de seus coordenadores:

"A criação do Xapinhal tinha como objetivo construir uma força política na região capaz de ser, de fato, uma sub-prefeitura, preparando técnica e politicamente a população para dar conta deste objetivo. A gente queria ter orçamento participativo, ter participação das pessoas definindo o que era melhor para a região."

Assim, o Xapinhal partiu da sua experiência de participação popular acumulada durante a implantação do Projeto CURA e no processo de negociação da terra para estabelecer em seu estatuto seus principais objetivos, entre eles, fazer levantamentos para obter as informações que subsidiassem a elaboração de projetos e de um planejamento global para a região, capacitando técnica e politicamente as lideranças de forma a apresentarem propostas alternativas para a execução de serviços públicos.

O Centro de Formação teve participação decisiva neste processo através das diferentes formas de apoio e assessoria que prestou ao Xapinhal, como por exemplo acompanhando seu processo de organização e articulação; elaborando e produzindo material popular que subsidiava os debates travados na base do movimento; estando

presente em reuniões realizadas nas associações de moradores; assessorando juridicamente os acampados na negociação da terra e preparando-os para os embates com os órgãos públicos; e capacitando técnica e politicamente suas lideranças.

Deste modo, pode-se dizer que o Centro de Formação manteve uma ligação orgânica com o Xapinhal o que, de certa forma, favoreceu que a população experimentasse uma forma de participação popular que já vinha sendo desenvolvida desde o final da década de 70 em Curitiba, ou seja, a possibilidade de os movimentos populares debaterem, negociarem, decidirem e intervirem em decisões tomadas pelos órgãos públicos relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos moradores dos bairros localizados nas periferias dos grandes centros urbanos.

3 2 - MOVIMENTO DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO - MLCD

Em 1981, um grupo de militantes da Pastoral Operária constatou através de uma pesquisa que em conseqüência do aumento das demissões ocorridas em diferentes setores da economia em todo o Brasil, existiam cerca de 120 mil desempregados em Curitiba e na Região Metropolitana. De acordo com o depoimento de um membro da pastoral Operária, *"este grupo concluiu que era necessário organizar a população para lutar contra o desemprego, visto que a consciência sindical ainda era muito frágil e os sindicatos não estavam mobilizados para enfrentar este problema."*

Inicialmente foi encaminhada, através das paróquias, uma campanha de coleta e distribuição de alimentos para os desempregados previamente cadastrados. O processo de denúncia a respeito do desemprego sensibilizou rapidamente as pessoas e, em maio de 1983, foi criado em Curitiba o Movimento de Luta Contra o Desemprego – MLCD, que também organizou-se em outras capitais brasileiras.

Suas principais reivindicações eram frentes de trabalho e passe de ônibus para os desempregados, anistia das contas de água e luz, salário e seguro-desemprego, semana de 40 horas sem redução do salário e restabelecimento de uma política de pleno emprego. Em 1984, foi realizada uma passeata da qual participaram cerca de 5.000 pessoas com o objetivo de pressionar o Governo do Estado a dar uma resposta a estas reivindicações. O resultado foi a liberação de verbas para frentes de trabalho, que tiveram início imediato, e a isenção de pagamento das contas de água e de luz para os desempregados.

O MLCD desempenhou importante papel no cenário das lutas populares de Curitiba, pois articulou cerca de cento e cinqüenta associações de moradores vinculadas ao MAB, à União Geral e à Federação de Moradores que realizavam reuniões semanais contando com a presença de, em média, quinhentas pessoas, num momento em que estas entidades estavam bastante desarticuladas. Este fato fez com que o movimento popular recuperasse parte de seu poder de pressão.

O MAB, por ser uma entidade assessorada pelo Centro de Formação e representar associações de moradores organizadas em sua grande maioria por membros das CEBs, tinha forte identificação com o Movimento de Luta Contra o Desemprego que havia sido articulado pela Pastoral Operária, contando com a assessoria de uma pessoa que também fazia parte do grupo de assessores do Centro de Formação. Esta situação possibilitou, em muitos momentos, que o MLCD e o MAB desenvolvessem atividades de forma articulada, como por exemplo quando reivindicaram a reforma da Rodoviária Velha, como era conhecido o principal terminal de ônibus que servia aos municípios da Região Metropolitana (Anexo – Foto 10). A Rodoviária Velha vinha apresentando problemas de falta de espaço devido ao aumento do número de passageiros e, consequentemente, ao aumento da quantidade de ônibus que circulavam pelo local, o que representava um fator de risco para os usuários.

Paralelamente à mobilização realizada pelo MLCD e pelo MAB, a Prefeitura de Curitiba divulgou pela imprensa que a Rodoviária Velha seria totalmente reformada, o que de

fato aconteceu. Entretanto, durante a reforma surgiram diversos problemas, principalmente em relação ao conforto e à segurança dos usuários, pois para a realização das obras, alguns pontos de ônibus foram espalhados por regiões distantes do centro principal da cidade, em ruas muito movimentadas, em locais inadequados, sem abrigo e sem segurança. Ao término da reforma alguns destes pontos não retornaram à Rodoviária, visto que esta havia diminuído sua capacidade de atendimento aos usuários. Assim, a reforma da Rodoviária, reivindicada pelo movimento popular com o objetivo de proporcionar mais segurança e conforto aos usuários, foi realizada, mas não solucionou os problemas existentes.

Os assessores do Centro de Formação, do MAB e do MLCD não mantiveram a luta pela reforma da Rodoviária articulada até a conclusão desta e, assim, não denunciaram a existência destes problemas e nem reivindicaram sua solução. Além disso, não foram capazes de divulgar para a população, e nem mesmo para os participantes dos movimentos, que esta reforma havia sido uma vitória do movimento popular e, consequentemente, esta conquista foi totalmente creditada à Prefeitura.

A criação de frentes de trabalho para os desempregados foi outra reivindicação conjunta do MLCD e do MAB. Foram organizadas de acordo com alguns critérios sugeridos por estes movimentos e empregaram temporariamente cerca de 2.000 pessoas em Curitiba e na Região Metropolitana, tendo sido responsáveis pela construção de duas escolas, quatro creches, dois postos de saúde, vinte pontes e onze postos policiais, além de estradas e calçamento de várias ruas. Estas duas entidades conquistaram também hortas e feiras comunitárias, que vendiam alimentos a preços mais acessíveis para a população residente em bairros da periferia da cidade, atingindo aproximadamente 1.000 pessoas. A partir desta experiência a Prefeitura de Curitiba implementou, posteriormente, os mercadões populares.

Dentre todas as lutas encaminhadas pelo Movimento de Luta Contra o Desemprego pode-se considerar a conquista dos passes de ônibus como a vitória mais significativa. Entre agosto de 1985 e março de 1986, o MLCD distribuiu semanalmente cerca de

10.000 passes aos desempregados cadastrados pelas associações de moradores de Curitiba e da Região Metropolitana a partir de critérios estabelecidos pelo próprio movimento.

Posteriormente, o Prefeito Roberto Requião transferiu a distribuição dos passes de ônibus para as recém-criadas Administrações Regionais que, com o passar do tempo, provaram não ter estrutura organizativa suficiente para realizar esta tarefa já que não possuíam um cadastramento dos desempregados e assim não conseguiram impedir desvios de passes. Apesar de o MLCD ter apresentado à Prefeitura denúncias de que estavam ocorrendo irregularidades na distribuição dos passes através das Administrações Regionais, e uma comissão composta por representantes de setenta associações de moradores ter reivindicado que estes continuassem a ser distribuídos pelo MLCD, o Prefeito não voltou atrás em sua decisão.

Os desempregados residentes em municípios da Região Metropolitana continuaram recebendo os passes de ônibus e este fato, de certa forma, impediu a total desarticulação do movimento. No final de 1986, com o reaquecimento da economia e a conseqüente queda dos níveis de desemprego, os passes foram extintos definitivamente para Curitiba e para os municípios da Região Metropolitana. Toda esta situação, aliada ao fato de a assessoria e a direção do MLCD não terem propostos alternativas visando mobilizar novamente o movimento ao redor de outras reivindicações, gerou um grande desgaste.

Mesmo afirmando que um dos fatores de influência decisiva no processo de desarticulação do Movimento de Luta Contra o Desemprego foi a perda da distribuição dos passes de ônibus, é preciso considerar também que, de acordo com a análise de um de seus coordenadores, "*apesar de o desemprego ser um problema estrutural, o movimento de luta contra o desemprego era conjuntural, ou seja, só teria força de pressão enquanto os níveis de desemprego se mantivessem altos.*" A atuação da assessoria também influiu neste processo, pois de acordo com o depoimento de um dos participantes do MLCD, *"os assessores eram muito bons para mobilizar, mas*

tinham pouca visão de direção. Eram limitados na questão teórica e não tinham como elaborar propostas alternativas."

Durante o tempo em que o Movimento de Luta Contra o Desemprego esteve articulado, contou com a assessoria e a coordenação de pessoas ligadas à Pastoral Operária. O Centro de Formação, apesar de não ter prestado assessoria direta a este movimento, acompanhou todo o processo através da atuação de um de seus assessores que também assessorava a Pastoral Operária. Este realizava junto às lideranças do movimento análises sobre a realidade econômica e conjuntural, e participava dos debates referentes às reivindicações que seriam encaminhadas ao Poder Público. O Centro de Formação também disponibilizou um de seus funcionários, que militava na Pastoral Operária, para acompanhar o processo de organização, mobilização e articulação do MLCD.

A atuação do Centro de Formação junto ao MLCD também ocorreu indiretamente através da assessoria prestada ao MAB e efetivou-se nas lutas que foram encaminhadas de forma articulada por estas duas entidades, como a fiscalização popular do transporte coletivo, a realização de frentes de trabalho e a reforma da Rodoviária Velha.

3.3 - MOVIMENTO PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE - MPPC

Com o objetivo de formular e encaminhar emendas populares à Assembléia Constituinte, foi criado no segundo semestre de 1985 o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte – MPPC. O Centro de Formação apoiou este movimento de diversas formas, como por exemplo com recursos financeiros e colocando sua infra-estrutura à disposição, inclusive com a destinação de uma sala para a instalação do serviço de secretaria. Mas foi principalmente através do trabalho realizado por seus

assessores que o Centro de Formação participou de forma mais direta, pois estes acompanharam todo o processo de organização e de mobilização, articulando encontros e reuniões, produzindo material popular para subsidiar os debates realizados acerca da participação política dos trabalhadores e a respeito dos direitos dos cidadãos, propondo estratégias e dando os encaminhamentos concretos necessários.

O MPPC realizava reuniões nas quais o grupo de assessoria procurava esclarecer o que era a Constituição e suscitar entre a população o debate a respeito dos problemas que enfrentavam em seu cotidiano, visando a formulação de propostas que seriam posteriormente apresentadas na forma de emendas populares à Assembléia Constituinte. Através desta experiência foi possível desmistificar o saber jurídico como algo incompreensível para as classes populares e, principalmente, introduzir elementos que possibilitaram a reflexão acerca da necessidade da participação organizada dos trabalhadores no processo constituinte.

O depoimento de uma assessora do Centro de Formação responsável pela articulação do MPPC aborda o tipo de trabalho que era desenvolvido:

"As organizações sociais tinham uma aversão muito grande em relação as coisas que vinham do Estado. Escrever leis, por exemplo, era uma coisa muito desacreditada, porque estávamos saindo de uma ditadura militar. Alguns dirigentes e assessores também achavam que o institucional era maldito, era um lugar onde os trabalhadores perdiam e a burguesia sempre ganhava. A gente precisava resignificar a lei, transformá-la em um campo de luta dos trabalhadores.

O nosso papel era elaborar uma estratégia que ajudasse as organizações sociais a compreender qual era a importância da lei, do Estado e da participação política das classes populares, elaborando propostas que fossem específicas de Curitiba e do Paraná, realizando uma discussão sobre o significado do processo constituinte para a organização dos trabalhadores.

A estratégia era discutir como funcionava a sociedade, enfocando a divisão em classes sociais e o papel das instituições. Destacávamos que se os trabalhadores não

participassem deste processo, as leis seriam escritas sem eles. A idéia era: se fôssemos sonhar com uma sociedade ideal, que direitos teríamos nós?"

Este trabalho precedeu a realização, no dia 7 de setembro de 1986, do Dia Nacional da Constituinte (Anexo – Fotos 11 e 12). Na ocasião foi realizada em várias cidades do país a Assembléia Municipal Constituinte Popular. Em Curitiba contou com a participação de cerca de quatrocentas pessoas, representando cinqüenta associações de moradores e movimentos populares, que apresentaram propostas elaboradas ao longo de seis meses de debates e reuniões e que, posteriormente, foram encaminhadas à Assembléia Constituinte.

Os assessores do Centro de Formação e do MPPC acompanharam o resultado final das Comissões Temáticas em Brasília procurando saber se as propostas populares haviam sido incorporadas ao texto da Constituição. No entanto, após o término dos trabalhos da Assembléia Constituinte não retomaram o contato com os grupos com os quais haviam trabalhado anteriormente para apresentar e analisar o resultado deste processo.

Segundo a avaliação de uma assessora do MPPC

"Algumas vitórias foram alcançadas, por exemplo, o artigo 128 da Constituição Federal, que é sobre política urbana, foi escrito com propostas do movimento social. Os artigos 5 e 7, que se referem aos direitos sociais e aos direitos individuais dos trabalhadores, incorporaram muitas das propostas do movimento sindical e do movimento de mulheres. Eu acho que a gente conseguiu instalar a crença na importância da participação dos trabalhadores e excluídos de uma forma geral, para que escrevessem suas pretensões neste pacto político."

É importante enfatizar que o MPPC desenvolveu uma experiência de organização popular que aglutinou pessoas, grupos, sindicatos e movimentos sociais que não tinham origem no trabalho da Igreja Católica, o que possibilitou a ampliação da

participação do Centro de Formação junto a outros setores sociais além daqueles com ao quais havia trabalhado até então.

3.4 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

A relação do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo com o movimento dos trabalhadores rurais ocorreu, basicamente, através da atuação de alguns de seus principais articuladores. AN., primeiro presidente do Centro de Formação, acompanhava o trabalho desenvolvido pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESSOAR, e atuava na Comissão Pastoral Operária. MG., que também fez parte da primeira diretoria do Centro como vice-presidente, era secretário-geral do Regional Sul II da CNBB e, em virtude deste trabalho, acompanhava os problemas enfrentados pelos posseiros, pelos trabalhadores expulsos de suas terras em decorrência da inundação causada pela Hidrelétrica de Itaipu e também pelos trabalhadores rurais sem terra que haviam organizado os primeiros acampamentos no Paraná e no Rio Grande do Sul. EV. era um dos assessores do Centro de Formação e também da Comissão Pastoral da Terra e foi, junto com AN. e MG., um dos responsáveis por introduzir a problemática rural na proposta de atuação do Centro de Formação.

Havia um grupo que articulava e coordenava o movimento dos trabalhadores rurais no plano estadual e que participou do processo de criação do Centro de Formação. Era composto por representantes da ASSESSOAR, por pessoas que atuavam no movimento sindical rural, por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Sudoeste do Paraná – MASTES, e pela Comissão Pastoral da Terra.

Em 1983, este grupo realizou uma avaliação a respeito do trabalho que havia desenvolvido até aquele momento e convidou o Centro de Formação a participar. Na ocasião, solicitaram que prestasse um serviço de assessoria à organização de uma chapa de oposição para concorrer às eleições da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná – FETAEP. A partir de então, o Centro disponibilizou um de seus assessores para acompanhar sistematicamente o trabalho das oposições sindicais em todo o Estado do Paraná e para atuar junto ao movimento dos trabalhadores rurais, fornecendo, para tanto, toda a infra-estrutura necessária. Este trabalho demandava coordenar diversas reuniões, coletar dados, sistematizá-los e analisá-los como forma de subsidiar eleições sindicais e assessorar estes sindicatos em caso de vitória.

Entretanto, não é possível dizer que houvesse o envolvimento institucional do Centro de Formação neste processo, pois de acordo com o depoimento do assessor que acompanhava o movimento dos trabalhadores rurais por esta entidade, *"o trabalho era realizado nas cidades do interior, portanto, fisicamente longe do Centro. Assim, era realizado de uma forma quase individual, centrada na figura do assessor e sem o envolvimento da entidade. E além disso, este movimento contava com uma coordenação política forte e independente."*

Em 1985, o grupo que articulava a questão rural no Paraná iniciou um debate acerca da necessidade de criar uma escola de formação sindical para os trabalhadores rurais da região sul do país. Este processo deu origem à organização da Escola Sindical Margarida Alves - ESMA, que englobava também os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e na qual o assessor do Centro de Formação, que já acompanhava este processo, foi convidado a trabalhar.

Assim, as atividades que o Centro de Formação vinha desenvolvendo até então junto ao movimento dos trabalhadores rurais, passaram a ser realizadas pela Escola Sindical Margarida Alves e a coordenação política deste movimento continuou a ser dada pelo grupo que já o vinha fazendo até aquele momento. Posteriormente, este mesmo grupo

criou a Escola Sindical Sul da Central Única dos Trabalhadores e o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais – DESER, que atualmente é coordenado pelo assessor do Centro de Formação que acompanhou a questão rural.

Inicialmente os trabalhadores rurais sem terra no Paraná e no sul do país organizaram-se através do MASTES, do MASTRO e dos acampamentos de Medianeira- PR e de Ronda Alta – RS. Posteriormente criaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que foi apoiado pelo Centro de Formação de diversas formas, como por exemplo cedendo uma de suas salas para o funcionamento de sua secretaria. Porém, este apoio expressou-se, principalmente, ao endossar e responsabilizar-se pelo primeiro projeto que o MST enviou a uma entidade internacional solicitando apoio financeiro-institucional.

Uma outra forma de apoio do Centro de Formação ao movimento dos trabalhadores rurais foi o acompanhamento sistemático e o fornecimento de toda a infra-estrutura necessária ao acampamento realizado em frente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em Curitiba, para reivindicar a criação de assentamentos para a população expulsa de suas terras pela inundação do lago da Hidrelétrica de Itaipu.

O Centro de Formação apoiou também a realização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba, fornecendo infra-estrutura e produzindo um vídeo intitulado "Companheiras de Luta", que abordava a problemática da mulher trabalhadora sem terra e das viúvas de trabalhadores que haviam sido assassinados em conflitos rurais.

A questão agrária e a luta pela posse da terra provocam enfrentamentos entre proprietários e trabalhadores rurais sem terra que geram ações judiciais, mas também geram mortes. Essa realidade levou o MST a demandar do Centro de Formação a organização de um grupo que prestasse assessoramento jurídico. Assim, foi criado um

serviço de assessoria jurídica, que atendia aos movimentos populares de uma forma geral, mas atuou principalmente junto ao Xapinhal e ao MST.

De acordo com o depoimento da principal articuladora e membro da equipe de assessoria jurídica,

"Trabalhar contra o latifúndio tinha sanções concretas, você podia ser preso, podiam te matar. Existia um confronto perigoso e, neste contexto, não dava para ficar sem advogado. O problema é que o MST dizia o que precisava e o que tinha que fazer, mas como era preciso manter sigilo em relação a algumas questões, não informava direito sobre o que estava acontecendo. Às vezes morriam pessoas em decorrência desta falta de informação quando, por exemplo, eles não passavam o nome daqueles que deveriam obter garantia de vida."

O trabalho da assessoria jurídica consistia, basicamente, em atender as solicitações dos advogados que acompanhavam o MST nos municípios do interior do Paraná e debater com eles os aspectos legais, recorrendo, sempre que necessário, a um grupo de juristas que participava da assessoria jurídica realizando um trabalho voluntário. Como ressalta uma participante do grupo de assessores, *"os advogados do interior se sentiam bastante seguros por saber que estavam sendo assessorados pelos advogados mais competentes do Estado. Isso não foi a 'salvação da lavoura', mas ajudou".*

Através da assessoria jurídica do Centro de Formação foram oferecidos cursos para trabalhadores rurais enfocando seus direitos. Também foi realizado um levantamento a respeito da questão agrária no Estado do Paraná, mapeando todas as ocupações de terra existentes e as medidas legais que o INCRA havia tomado em cada um dos casos, como por exemplo se havia sido pedida a reintegração de posse.

Posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra contratou um advogado para que realizasse um acompanhamento jurídico mais sistemático e

também adotou como estratégia incentivar que filhos de trabalhadores rurais sem terra estudassem Direito para que fossem formados advogados com uma visão orgânica da problemática rural. Desta forma, a assessoria jurídica do Centro de Formação deixou de prestar este serviço ao movimento.

Apesar de não ter assessorado diretamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Centro de Formação acompanhou seu surgimento e incentivou seu processo de organização, colaborando com sua luta em diferentes momentos e de diferentes formas, procurando estar sempre presente quando este movimento precisou de apoio. Além disso, pessoas ligadas ao MST participam da diretoria do Centro de Formação desde sua criação, o que permitiu que ao longo dos anos se estabelecesse uma relação sempre muito próxima entre estas entidades.

IV - O TRABALHO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO

1 – PRIORIZANDO A EDUCAÇÃO POPULAR

O Centro de Formação foi criado com o objetivo de apoiar os movimentos populares, através da assessoria às diferentes ações desenvolvidas e a capacitação de grupos de base, de agentes e de lideranças. A educação popular permeava todas as atividades realizadas. Constituiu-se uma preocupação básica a formulação de uma metodologia específica para o trabalho que era desenvolvido por seus assessores junto aos movimentos populares e que também fosse utilizada por estes movimentos no processo de organização e luta popular.

"Como, a partir da prática e na ação, encontrar instrumentos que possibilitem o crescimento da consciência crítica das lideranças para que retornem à ação com maior clareza, procurando realizar uma maior articulação entre a realidade das classes populares e as questões teóricas que ajudam a analisar esta mesma realidade?" [1]

Para responder a estes desafios, era preciso estabelecer o método pedagógico que seria adotado e definir o papel dos assessores nos diferentes trabalhos com os movimentos populares. Neste sentido, é interessante destacar a influência do pensamento de Paulo Freire que acreditava na possibilidade de constituir uma pedagogia do oprimido.

> *Assim como o opressor precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para se libertarem igualmente necessitam de uma teoria da sua ação.*
> *O opressor elabora a teoria de sua ação necessariamente sem o povo, pois que é contra ele.*

[1] - Documento interno do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, junho de 1986.

> *O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetado o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz.* [2]

Assim, o Centro de Formação assumiu a tarefa de desenvolver uma prática educativa que auxiliasse os movimentos populares no processo de luta pela libertação dos homens e pela transformação social. Num primeiro momento, no início da década de 80, o trabalho realizado centrou-se no apoio à organização popular. Posteriormente, na segunda metade dos anos 80, o crescimento e fortalecimento do movimento popular apresentaram novos desafios e o Centro de Formação procurou atender a esta demanda.

Inicialmente o trabalho de capacitação dos participantes do movimento popular foi desenvolvido através de atividades de curta duração, que envolviam poucas pessoas e eram realizadas nos bairros, nas comunidades e nas associações de moradores, de forma a responder às necessidades de mobilização e organização do movimento popular. À medida que a atuação do Centro de Formação tornou-se mais sistemática e novas questões apresentaram-se para o movimento popular, principalmente relacionadas à capacitação de suas lideranças, surgiu a necessidade de realizar este trabalho de forma mais elaborada e mais abrangente.

Neste contexto, foram organizados encontros que contavam com a presença de pessoas ligadas a diversos movimentos populares, com o objetivo de organizar e planejar o trabalho que desenvolviam, refletindo e sistematizando as dificuldades encontradas em suas diferentes experiências, construindo coletivamente um conhecimento acerca das questões apresentadas neste debate como forma de criar e intercambiar metodologias de trabalho popular.

---

[2] - Paulo FREIRE, *Pedagogia do oprimido*, p. 183.

Em uma reunião realizada em 1984, por exemplo, estiveram presentes lideranças e assessores ligados ao Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB, Movimento de Transporte, Movimento Popular de Mulheres do Paraná - MPMP, Movimento de Creches, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Centro Comunitário de Manutenção – CECOMA, e Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

O que permitia que estas organizações populares se reunissem atendendo a um convite do Centro de Formação para, em conjunto, debater e planejar sua atuação, era o fato de estarem, de diferentes formas, vinculadas à Igreja Católica e desenvolverem um trabalho com diretrizes muito semelhantes.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - USP
BIBLIOTECA

Em algumas destas reuniões participavam pessoas que, além de atuarem junto a organizações ligadas à Igreja, desempenhavam suas atividades profissionais em espaços que, de alguma forma, favoreciam seu trabalho de assessoria, como por exemplo na Universidade Federal do Paraná e no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. Outras atuavam junto às pastorais sociais, principalmente Pastoral Operária, Pastoral da Terra e Pastoral da Juventude. Alguns pertenciam à Comissão de Justiça e Paz. Havia também aqueles que participavam de oposições sindicais, do movimento dos trabalhadores rurais, da CUT e do Partido dos Trabalhadores.

É interessante destacar algumas questões debatidas durante um encontro ocorrido em abril de 1985, que contou com a assessoria do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE, pois elas fornecem elementos a respeito do trabalho realizado pelo Centro de Formação. O grupo de assessores acreditava na possibilidade de favorecer a criação de uma nova consciência da realidade, buscando um caminho que não fosse basista [3]. Queriam evitar que a capacitação de lideranças e o acompanhamento aos trabalhos de base se transformassem em uma "doutrinação."

---

[3] - Era considerada basista a atitude que privilegiava a ação em detrimento da reflexão, que propunha a organização popular centrada nas bases, sem realizar a formação e a capacitação de lideranças.

Para eles o trabalho deveria ser desenvolvido tendo como objetivo capacitar as lideranças para assumirem a coordenação, a direção e a assessoria do movimento popular, através do fornecimento de informações e reflexão crítica a respeito das questões suscitadas pela ação destes movimentos.

No entanto, o fato de debaterem constantemente estas questões não evitava que a prática destes assessores fosse ambígua, como por exemplo em relação à definição do papel do assessor e do militante junto ao movimento popular, conforme aparece no depoimento de um dos membros do Grupão.

"Na verdade a gente era assessor e militante, não havia divisão. A gente fazia as coisas, dava direção, definia estratégias. Não podia ficar esperando que o povo se formasse para descobrir como enfrentar o poder. A gente tinha o papel de ser, numa visão gramsciniana, o intelectual orgânico das classes populares."

Esta postura gerava muita polêmica e alguns conflitos, pois segundo a análise de um outro assessor, "*o papel dos assessores era mal visto por parte dos movimentos populares ligados à Igreja, porque havia sido exercido autoritariamente de forma vertical, pelos grupos políticos herdeiros de correntes marxistas com suas receitas e dogmas científicos sobre a revolução e o papel do proletariado.*"

Esta questão definiu a opção feita por estes assessores em realizar o trabalho junto às bases do movimento popular. De forma contrária à postura de alguns partidos políticos de esquerda, que assumiam uma atitude de vanguarda e acreditavam na possibilidade de dirigirem as massas, o trabalho de base deveria apoiar as classes populares na formulação de seu projeto de libertação e capacitá-las para conduzi-lo. A forma como este trabalho seria desenvolvido deveria levar em consideração este princípio e expressá-lo na prática.

Assim sendo, contrapondo-se à atuação de alguns militantes de partidos e organizações de esquerda e/ou clandestina, o grupo de assessores do Centro de

Formação fez algumas opções que buscavam alcançar a coerência entre o propósito político-pedagógico e sua prática. Optaram, por exemplo, por residir em bairros da periferia, pois consideravam esta uma condição fundamental para a realização do trabalho junto à população. Além disso, acreditavam que o conhecimento deveria ser construído de forma coletiva, partindo da realidade, valorizando o saber popular e agregando novos conhecimentos.

De uma forma geral, os assessores tinham consciência de que sendo detentores de um saber específico, detinham também poder de informação e de análise. Tinham clareza que a direção política dos movimentos populares dependia, em certa medida, do tipo de intervenção que viessem a ter. Assim, buscavam construir uma relação entre assessores e lideranças que fortalecesse o crescimento autônomo dos movimentos populares, desempenhando o papel de provocadores de questões, enfrentando o desafio de fazer com que as lideranças assumissem a direção déstes movimentos e que ambos descobrissem, nesta relação, a real função da assessoria.

É interessante destacar que, em muitos momentos, como forma de evitar uma atitude de vanguarda e o desenvolvimento de um trabalho desvinculado das bases, estas pessoas negaram a importância da reflexão teórica, supervalorizando a ação política. No entanto, por terem tido acesso ao conhecimento socialmente produzido e disponibilizado através da ciência, detinham informações e capacidade de analisá-las, o que favoreceu que em diferentes ocasiões dessem direção política ao movimento popular. Mesmo não sendo essa sua intenção, reproduziam uma situação na qual o acúmulo de conhecimento e de informação gerava a concentração de poder.

Um texto escrito por um dos assessores do Centro de Formação coloca em questão a relação existente entre saber e poder e, em um determinado trecho, afirma que *"negar a teoria foi negar a informação. Mas, por que isso? Porque estava em jogo nosso poder. Reina quem controla a informação, quem produz a análise dessa informação e consegue elaborar propostas que venham de encontro ao sentimento coletivo."*

É interessante ressaltar que o Centro de Formação havia sido criado ao redor da proposta de prestar um serviço de assessoria aos movimentos populares e uma das formas de realizar tal tarefa era através da capacitação de lideranças para que atuassem junto às bases. Em diversos documentos elaborados pelo grupo de assessoria esta questão é reafirmada.

"Não é função do Centro de Formação fazer trabalho de capacitação nas bases. Os movimentos locais é que devem assumir esta tarefa. O Centro não pode ocupar um espaço que não é seu e sim formar a médio e longo prazo quem vai trabalhar com as bases, ou seja, as lideranças." [4]

Mas, na realidade, esta não era uma questão sobre a qual houvesse consenso. Ao contrário, existiam divergências a respeito de quem priorizar neste trabalho, as bases ou as lideranças, pois alguns assessores e membros das CEBs que participavam da diretoria do Centro de Formação exigiam que este mantivesse sua atuação bastante vinculada aos grupos de base, como havia ocorrido no início da década de 80. Essa questão surgia com freqüência nos debates travados e representou um foco de tensão que permeou todo o trabalho desenvolvido, tendo sido responsável por alguns conflitos entre os assessores.

No entanto, a conjuntura política da segunda metade dos anos 80, apresentou questões que levaram o Centro de Formação a buscar respostas. A avaliação realizada pelos assessores a respeito da conjuntura enfrentada pelo movimento popular naquele momento e, principalmente, a partir da demanda apresentada por estes movimentos, induziu a que fosse feita opção por priorizar o trabalho de capacitação junto às lideranças.

Desde 1985 o movimento popular em Curitiba vinha enfrentando um processo de desmobilização e, como decorrência, enfraquecendo seu poder de pressão, de negociação e de representação junto ao Poder Público na luta por melhores condições

[4] - Documento interno do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, s. d.

de vida para as classes populares. O movimento popular, que até aquele momento havia se organizado para denunciar problemas e reivindicar sua solução, sentiu a necessidade de elaborar propostas e apresentá-las ao Poder Público que, por sua vez, exigia que as lideranças apontassem saídas para as questões apresentadas.

Porém, de uma forma geral, o movimento popular não teve condições de enfrentar este debate. Isto porque apesar de ter conquistado um crescimento quantitativo bastante significativo nos primeiros anos da década de 80, enfrentava naquele momento um processo de estagnação qualitativa, no qual lideranças e assessores encontravam dificuldades para dar respostas aos desafios, visto que não conseguiam definir seus objetivos a curto, médio e longo prazos e tampouco estabelecer táticas e estratégias para alcançá-los.

Os movimentos populares eram de contestação, de denúncia de uma situação de exclusão social e relacionaram-se por muitos anos com governos autoritários, com os quais não era possível negociar. Com a vitória de partidos de oposição surgiu um amplo campo de reconhecimento e legitimação do movimento popular com a abertura de canais de negociação e de participação, que incluíam o recebimento de propostas e exigiam sua capacitação para intervir em políticas públicas. Neste contexto, tornou-se evidente a limitação enfrentada pelo movimento em relação à qualificação de suas lideranças.

Sendo assim, naquele momento específico da vida política brasileira, a abertura de novos canais de participação popular criados por governos de oposição recém-eleitos, que haviam incorporado parte ou toda uma agenda de demandas dos movimentos populares, exigia que os assessores e as lideranças abandonassem o ativismo de oposição e o enfrentamento direto e elaborassem propostas concretas para o encaminhamento das reivindicações. Ou seja, era preciso adotar uma atitude mais propositiva.

Neste contexto, a formação ou capacitação de grupos de base, agentes, militantes, lideranças e assessores do movimento popular passou a ser apontada pelo movimento popular como o recurso que permitiria a redefinição de seus rumos e sua rearticulação. Para atender a esta demanda, o Centro de Formação passou a priorizar o movimento popular urbano, com ênfase no processo de capacitação de lideranças e, conseqüentemente, de educação popular. Para que esta linha de atuação fosse encaminhada foi constituída, em 1986, a Equipe de Educação Popular, ligada à Área de Movimentos Populares do Centro de Formação.

Participavam da Equipe de Educação Popular algumas pessoas que eram membros do Grupão, entre elas, MC., professora da rede pública que havia adotado o método de Paulo Freire em cursos de alfabetização realizados em comunidades localizadas na periferia de Curitiba, era uma das coordenadoras do Movimento Popular de Mulheres do Paraná – MPMP e do Movimento de Creches, e assessorava o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte; e E., que também era professora da rede pública e já havia utilizado o método de Paulo Freire, coordenava o Movimento de Creches e atuava junto ao Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB.

Outras pessoas que não haviam participado do Grupão também compunham a Equipe de Educação Popular, como por exemplo D., um ex-seminarista que atuava na Pastoral Operária e assessorava a criação da Secretaria de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores; C. sociólogo que havia sido contratado pelo Centro de Formação com a tarefa de organizá-lo e posteriormente foi eleito vice-presidente financeiro, era membro da Comissão de Justiça e Paz, assessorava o MAB e o Xapinhal. MY., socióloga, foi uma das coordenadoras do Movimento de Creches e assessora do MAB, havia participado do Movimento Popular de Mulheres do Paraná, era a única assessora que não tinha sua origem ligada aos trabalhos desenvolvidos pelas organizações da Igreja Católica, sua relação com o Centro de Formação era mediada por C., com quem era casada.

Esta equipe, a partir dos debates travados até aquele momento, definiu os principais objetivos que deveriam nortear o seu trabalho, que eram:

"Objetivo geral:

- *Contribuir para a capacitação de diversos atores do movimento popular proporcionando sua autonomia teórica.*
- *Contribuir para a mobilização, organização e articulação dos trabalhadores em seus diversos movimentos.*
- *Contribuir para uma análise crítica da sociedade, na perspectiva da elaboração de táticas e estratégias que levem à transformação da sociedade e à construção de um novo projeto social.*

Objetivos específicos:

- *Criar momentos de sistemáticas de reflexão sobre a ação, a realidade e o projeto político.*
- *Proporcionar capacitação teórico-instrumental garantindo a apreensão em função da autonomia dos atores.*
- *Assessorar atividades de capacitação das organizações do movimento popular.*
- *Proporcionar autocapacitação, principalmente em metodologia e pedagogia da ação popular, que possa contribuir com a renovação dos trabalhos desenvolvidos.*
- *Proporcionar e coordenar uma articulação das assessorias do movimento popular no Paraná.*
- *Atentar para a busca de respostas aos desafios do momento próximo e futuro."* [5]

A partir destes objetivos foi apresentada uma proposta de trabalho que abrangia a coordenação da articulação entre os assessores, com sua capacitação e integração dos trabalhos que desenvolviam; um programa de capacitação para grupos de base, para lideranças e autocapacitação da Equipe de Educação Popular; assessoria à Secretaria de Formação Sindical da CUT; resgate e análise da história do movimento popular em

[5] - Documento interno da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, junho de 1986.

Curitiba e no Paraná; articulação e apoio aos movimentos populares organizados no estado.

De acordo com um texto produzido por um dos assessores

"Numa sociedade caracterizada pela alienação do saber e programada para que o pensamento não se realize, toda ação que avance contra essa prática é uma tentativa de negação do não saber. Cursos, reuniões, seminários e encontros são atividades que 'podem contribuir' para a formação dessa gente que teima em acreditar que é possível transformar.

'Podem contribuir' é um aspecto determinante, pois não necessariamente toda a atividade dessa natureza contribui de fato para o avanço da consciência crítica. Muitas vezes reproduzimos as formas de alienação do processo de construção do conhecimento.

Aqui cabe uma questão importante: qual a metodologia que permeia nossa ação específica de capacitação de lideranças?"

Diante desta questão, e sabendo das limitações existentes, a Equipe de Educação Popular traçou algumas diretrizes que deveriam orientar sua atuação junto ao movimento popular, não perdendo de vista a necessidade de ir construindo, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, sua concepção metodológica.

"Trabalhar com uma concepção dialética da educação popular, privilegiando a reflexão sobre a ação, partindo da prática, teorizando-a e voltando para a prática num nível superior de compreensão. Uma metodologia que saia das aparências e caminhe para a essência dos fenômenos. Onde as pessoas, sujeitos da educação, tenham garantida a apreensão dos instrumentos de análise, garantindo sua autonomia de reflexão e de ação, tendo como critério a ação coletiva, democrática e participativa."[6]

---

[6] - Documento interno da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, junho de 1986.

Os membros da Equipe de Educação Popular mantinham um contato muito próximo com os movimentos populares através das atividades de assessoria que desempenhavam e esse fato permitia que conhecessem as demandas existentes em relação à capacitação das lideranças. Apesar disso, por ocasião da elaboração de propostas, tinham como prática consultar o movimento popular verificando suas necessidades.

Assim, realizaram uma pesquisa com o objetivo de obter maiores informações e conhecer mais profundamente as dificuldades encontradas na atuação das lideranças junto aos movimentos populares. A partir desse material, elaboraram um planejamento das atividades a serem desenvolvidas, entre elas a criação de um grupo de estudos, com participação de lideranças, para a discussão de aspetos da metodologia da educação popular; um encontro com o tema "Relação do movimento popular com partidos políticos – estratégias de luta e objetivos", e um seminário para as CEBs sobre "Como fazer o trabalho de organização popular." Também foram realizados, junto com a Comissão Pastoral da Terra e a ASSESSOAR, encontros com assessores do meio rural para debater a metodologia do trabalho popular.

Procurando atender às demandas apresentadas pelos movimentos populares em relação à capacitação de grupos de base, de lideranças e também considerando a necessidade de qualificar as pessoas que atuavam junto a estes movimentos realizando o trabalho de capacitação, a Equipe de Educação Popular elaborou a seguinte proposta:

Cursos de capacitação:

- Nível I - Cursos de Formação para a Base. Organizados a partir de solicitações enviadas pelos movimentos ou entidades populares e preparados em conjunto com o grupo demandante. Eram realizados nas associações de moradores com o principal objetivo de capacitar suas direções para atuarem na organização, mobilização e articulação da população residente nos bairros da periferia da cidade.
- Nível II - Curso para Capacitação de Lideranças. Seus principais objetivos eram *"capacitar lideranças do movimento popular do Estado do Paraná, proporcionando o*

avanço da consciência crítica e a compreensão das questões que envolvem a luta popular e a transformação da sociedade, construindo um método que permitia a análise da realidade dos movimentos populares, realizando uma aproximação do movimento popular da Região Metropolitana de Curitiba e do Paraná, apontando para a possibilidade de elaborar uma proposta comum de atuação, buscando uma melhor articulação interna e externa dos movimentos." [7]

- Nível III - Esses cursos eram dirigidos a lideranças que assumiam responsabilidades de representação no âmbito municipal, estadual ou nacional.
- Nível IV - Abrangia a capacitação e autocapacitação dos assessores e educadores profissionalizados ou voluntários do Centro de Formação para a atuação nos três níveis anteriores.

É interessante destacar que o Centro de Formação havia decidido priorizar sua atuação junto às lideranças, mas continuava existindo uma forte pressão das comunidades, de lideranças e de alguns assessores para que continuasse havendo um acompanhamento mais sistemático aos grupos de base, inclusive desenvolvendo um trabalho de capacitação. Desta forma, a proposta elaborada pela Equipe de Educação Popular procurou atender a esta demanda, ou seja, apesar da prioridade ser a capacitação de lideranças, também seriam realizadas atividades com grupos de base. No entanto, poucas foram encaminhadas e, na realidade, foi enfatizado o trabalho com as lideranças, o que se concretizou através de um curso de capacitação de longa duração para líderes de movimentos populares de todo o Estado do Paraná.

Em 1988 foi realizado o Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, que pode ser considerada a experiência de educação popular mais sistemática realizada pelo Centro de Formação. Para tanto, foram destinados recursos financeiros, disponibilizada a Equipe de Educação Popular e formada uma Equipe de Coordenação.

Apesar de o Centro de Formação ter sido criado em 1981 ao redor da proposta de assessorar e capacitar lideranças do movimento popular, somente em 1988 realizou um

[7] - Documento da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, 1987.

curso mais abrangente e de maior complexidade. Existem diferentes aspectos que permitem compreender as dificuldades encontradas em decidir pela organização de uma atividade como esta, como por exemplo o fato de terem ocorrido diversas ações nos bairros, em associações de moradores e comunidades que buscavam atender às demandas apresentadas naquele momento pelo movimento popular o que significava um grande investimento de tempo dos assessores. Este fato impedia que estes se dedicassem de forma mais direta a um trabalho que exigisse maior esforço para sua articulação, elaboração e coordenação.

Mas, certamente, o principal motivo para que a realização desta atividade fosse sendo postergada está relacionado à tensão existente entre o grupo que defendia que o Centro de Formação mantivesse uma atuação junto às bases, auxiliando em seu processo de mobilização e de organização, e aquele que propunha a priorização do trabalho de capacitação de lideranças, como forma de qualificá-las para atuar no movimento popular respondendo aos desafios que se colocavam naquele momento. Esta situação dificultava o encaminhamento do debate e a decisão coletiva relativa a qual grupo seria priorizado e que tipo de trabalho seria realizado.

2 – O CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR

O Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular foi realizado pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo no ano de 1988 em Curitiba; envolveu cerca de trinta participantes, lideranças do movimento popular de várias cidades do Estado e tinha por objetivo:

- *"Proporcionar a capacitação de lideranças que atuam no movimento popular, através do avanço da consciência crítica e da compreensão de questões colocadas pela luta popular para a transformação da sociedade.*

- *Proporcionar prioritariamente os estudos dos problemas da cidade e as formas de enfrentá-lo.*
- *Proporcionar a troca de experiências e de informação."* [8] (Anexo 10)

Através deste curso e, principalmente, de sua estratégia metodológica [9], o Centro de Formação se propunha a avançar na sua relação com o movimento popular, agora na dimensão da capacitação. Na concepção do Centro de Formação, o acesso ao conhecimento socialmente produzido era uma necessidade para o avanço da capacidade de ação das lideranças e um direito das classes populares e, como tal, deveria ser promovido.

Assim, através da troca de experiências e de informações, do aporte de conhecimento novo e do uso de instrumental teórico-metodológico que possibilitasse uma análise crítica da realidade e uma reflexão sobre a ação política, pretendia-se capacitar as lideranças para que, de forma autônoma, encaminhassem o processo de mobilização, organização e articulação do movimento popular com o objetivo de promover a transformação da sociedade.

De acordo com Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira,

> *Consciência e conhecimento se constroem, se estruturam e se enriquecem em cima de um processo de ação e de reflexão empreendido pelos protagonistas de uma prática social vinculada a seus interesses concretos e imediatos. Motivar e instrumentar grupos populares para que assumam sua experiência quotidiana de vida e de trabalho como fonte de conhecimento e de ação de transformação*

---

[8] - De acordo com o material de divulgação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, 1988.

[9] - Esta estratégia metodológica considerava a relação entre o Centro de Formação e os movimentos e organizações populares para a realização do Curso, o processo de seleção, a participação, a articulação do conteúdo do Curso com as atividades que cada um desenvolvia no movimento popular e a forma de abordar este conteúdo.

acreditamos ser o objetivo da pesquisa social e da ação educativa numa perspectiva libertadora. [10]

Após pesquisar junto ao movimento popular sobre quais assuntos deveriam ser abordados em um curso de capacitação para lideranças, a Equipe de Coordenação elaborou a proposta de conteúdo:

- História das sociedades. Surgimento das cidades. O crescimento das cidades no Brasil e no Paraná. Análise dos problemas da cidades. Questão urbana. A concentração de capital e a cidade. Reforma urbana.
- Funcionamento da sociedade – estrutura de classe, ideologia e a questão do Estado.
- História do surgimento do movimento popular no Brasil e em Curitiba. Os diversos movimentos populares. Articulação das lutas e dos movimentos.
- Participação popular e poder popular. O papel do movimento popular na transformação da sociedade.
- Aprofundar o debate sobre quatro lutas do movimento popular: solo urbano, transporte coletivo, saúde e educação.
- Relação do movimento popular com partidos políticos, com sindicatos, com as CEBs, com a Igreja Católica e com outros movimentos.
- Como planejar o trabalho do movimento popular.
- Metodologia do trabalho popular. Como fazer o trabalho de base? Como o povo aprende?
- Análise da questão da mulher e do jovem.
- As condições de vida (meio ambiente) e a perspectiva de vida (degradação das condições da existência humana).
- Aprofundar o debate sobre a importância dos meios de comunicação.
- Como fazer análise de conjuntura.

---

[10] - Rosiska Darcy de OLIVEIRA & Miguel Darcy de OLIVEIRA, "Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la", p. 33.

- Assuntos complementares: comunicação popular, dinâmicas de grupo para animar reuniões – teatro, fantoches, como fazer convites, jornais e rádio popular.

Este conteúdo foi distribuído ao longo do Curso, que foi realizado em seis etapas, durante um final de semana por mês, com inícios às sextas-feiras à noite e término no domingo à tarde. Uma de suas principais características e, certamente, um de seus aspectos mais inovadores, era ser um curso de longa duração dirigido a lideranças do movimento popular de todo o Estado do Paraná, que se deslocavam para Curitiba e permaneciam no local do Curso durante o período de sua realização.

É importante destacar que, num primeiro momento, alguns assessores do Centro de Formação questionaram se haveria continuidade na participação no Curso, visto que seria realizado durante seis meses, envolvendo pessoas que moravam em regiões distantes de Curitiba e que precisariam deslocar-se mensalmente, alguns realizando viagens que duravam mais de dez horas, afastando-se de seus compromissos familiares, profissionais e junto aos movimentos populares, o que representava um grande esforço até então nunca empreendido para este tipo de público e com esses objetivos. No entanto, apesar destes desafios, não ocorreram desistências.

É possível afirmar que as pessoas vieram participar do Curso porque haviam feito uma opção política em trabalhar junto aos movimentos populares. De acordo com a avaliação de um dos membros da Equipe de Coordenação,

"Eles vieram porque tinham interesse nisso, porque estavam realmente precisando de capacitação e sentiam isso em sua prática. Se fosse só um curso técnico, desvinculado de sua realidade e de suas necessidades, não se disporiam a viajar seis finais de semana no ano."

Este Curso representava, de acordo com a análise da Equipe de Educação Popular, uma oportunidade para conhecer as pessoas que atuavam nos movimentos populares em todo o Estado do Paraná, um momento de construção coletiva a partir da

experiência dos participantes e de busca de superação para os problemas enfrentados em sua prática.

Seu principal objetivo era fornecer instrumental teórico-crítico para a ação das lideranças dos movimentos populares, desenvolvendo um esforço em realizar a mediação entre a realidade e o conhecimento socialmente produzido que analisa as questões desta realidade, capacitando as lideranças para formular a ação do movimento popular.

2.1 – ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A Equipe de Educação Popular do Centro de Formação, junto com a Equipe de Coordenação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, estabeleceu algumas diretrizes básicas que nortearam a elaboração e o desenvolvimento do conteúdo e do trabalho como um todo:

- *"Encaminhar o Curso de forma democrática, buscando a participação de todos.*
- *Registrar, multiplicar e distribuir todo o conteúdo do Curso, como forma de favorecer a participação.*
- *Possibilitar a troca de experiências entre pessoas de diferentes regiões do Paraná e de diversos movimentos populares.*
- *Realizar pesquisas entre as etapas como forma de conhecer melhor a realidade e aprender a utilizar este instrumento de investigação.*
- *Utilizar os dados obtidos nas pesquisas para subsidiar os debates.*
- *Produção coletiva do conhecimento, de acordo com o ritmo do grupo e respeitando as suas limitações.*
- *Elaborar, de forma coletiva e participativa, o conhecimento acerca da realidade com a qual trabalham.*

- *Socializar as informações.*
- *Fazer o grupo compreender a concepção metodológica do Curso, tornando-o autônomo para realizar seu trabalho junto aos movimentos populares.*
- *Realizar avaliações ao final de cada uma das etapas, enfocando diferentes aspectos do Curso, como forma de subsidiar sua elaboração e a reelaboração, num constante processo de construção da metodologia."* [11]

As idéias de Paulo Freire influenciaram de forma decisiva a elaboração desta proposta metodológica, como por exemplo em relação à importância que a Equipe de Coordenação dava ao diálogo, ao debate, à participação e à construção coletiva do conhecimento. Mas, principalmente, no que se refere à busca de uma prática educativa que possibilitasse a conscientização e levasse os participantes a assumirem sua condição de sujeitos de sua história individual e coletiva, capacitando-os para a ação política que tinha como objetivo a transformação social.

Para Paulo Freire a educação é um processo de conscientização e, sendo assim, deve criar procedimentos que favoreçam o despertar da consciência, que se constitui necessariamente como consciência do mundo. A consciência crítica surge quando o homem, após refletir sobre sua realidade, se coloca diante dela como sujeito. No entanto, o processo de tomada de consciência não ocorre de forma individual, mas junto com os outros homens e, portanto, o diálogo é parte essencial do movimento constitutivo da consciência. Diante disso, a educação deve buscar permanentemente a prática do diálogo entre educadores e educandos, de forma que todos sejam sujeitos do processo de aprendizagem e de construção do conhecimento.

Analisando a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil, Celso Beisiegel destaca que *"a presença de temas desenvolvidos no âmbito das 'filosofias da existência' e a orientação humanista cristã são bem evidentes nas afirmações de Paulo Freire a propósito do homem."* [12] É possível dizer que esta orientação encontra-se presente, por exemplo,

[11] - Documento interno da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo e Equipe de Coordenação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, 1987.
[12] - Celso de Rui BEISIEGEL, *Política e educação popular – a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*, p. 27.

nas condições básicas apontadas por Paulo Freire para que o diálogo se torne possível, entre elas, a humildade, a fé nos homens, a confiança mútua entre educadores e educandos, a esperança e um pensar verdadeiro e crítico.[13] Pode-se afirmar também que este foi um dos aspectos que favoreceu a aceitação de suas idéias pela Equipe de Coordenação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular. Estas também marcaram a atuação do Centro de Formação de uma forma geral.

A afirmação de Paulo Freire de que *"o mundo da consciência não é criação, mas sim elaboração, e se constitui não na contemplação, mas no trabalho"* [14], influenciou a forma como a Equipe de Coordenação procurou abordar o conteúdo do Curso, ou seja, desenvolvendo um constante movimento entre a prática política dos participantes e a teoria que possibilitava a reflexão acerca desta ação, o que ocorreu em diversos momentos e de diferentes formas, como por exemplo através da realização de técnicas de trabalho em grupo e de exercícios de elaboração acerca dos temas analisados, para que os participantes construíssem o conhecimento e suas sínteses a respeito das questões abordadas.

> *Se esta descoberta (da opressão) não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas que esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.* [15]

Os princípios metodológicos do Curso foram, sempre que possível, explicitados ao longo do Curso através de pequenas intervenções realizadas pelos membros da Equipe de Coordenação, que explicavam porque haviam optado por trabalhar de uma determinada maneira e quais eram os objetivos que pretendiam alcançar, entre eles, propiciar as condições necessárias para que os participantes se apropriassem desta

---

[13] - Conforme Paulo FREIRE, *op.cit.*

[14] - *Ibid*, p. 17.

[15] - Paulo FREIRE, *op. cit.*, p. 52.

concepção metodológica e capacitá-los para utilizá-la no trabalho que realizavam junto aos movimentos populares.

A concepção metodológica do Curso tinha como pressuposto que,

"O principal enfoque é partir da realidade, agregar conhecimento novo que deve ser incorporado mediado pela lutas sociais e pela pesquisa do real, e direcionado para a ação. A principal motivação é o envolvimento com a prática. Conhecer melhor a realidade para melhorar a ação. É a curiosidade pelo novo que ajuda a conhecer melhor o que se faz. É preciso proporcionar um aprendizado de forma participativa, criativa e divertida." [16]

Aqui também é possível destacar os aspectos que foram marcados pelo pensamento de Paulo Freire, como por exemplo partir da realidade do educando respeitando seu conhecimento e também seu desconhecimento, reconhecer sua experiência de vida como ponto de partida para os debates e a reflexão a ser realizada; a ênfase dada à importância em conhecer esta realidade e à necessidade de introduzir elementos que possibilitassem sua análise.

Uma outra questão abordada por Paulo Freire e muito discutida durante o Curso relacionava-se à curiosidade, ou seja, a necessidade em estimular a curiosidade dos participantes em conhecer a realidade associando-a à sua capacidade de analisá-la. Este era o elemento que incentivava o movimento em direção à busca de novos dados e informações que permitiam uma reflexão mais aprofundada a respeito desta realidade.

Para concretizar esta proposta metodológica alguns aspectos adquiriam importância fundamental, entre elas conhecer a realidade através da realização de pesquisas e que o resultado destas fosse analisado e subsidiasse os debates, a reflexão e o

---

[16] - Documento interno da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo e da Equipe de Coordenação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, s. d.

planejamento da ação; que fosse introduzido conhecimento socialmente produzido e instrumental teórico-metodológico que permitisse a produção de um novo conhecimento acerca desta realidade, gerando uma constante tensão entre o real e o teórico; que este conhecimento fosse construído e apropriado de forma coletiva; que os temas a serem abordados durante o Curso fossem articulados entre si permitindo que o resultado da reflexão e do debate realizado em uma etapa subsidiasse o desenvolvimento da etapa seguinte.

Com o objetivo de valorizar e experimentar o trabalho coletivo, a Equipe de Coordenação encaminhou o Curso de forma que os membros do grupo fossem co-organizadores, contribuindo na definição do conteúdo, ajudando na coordenação, avaliando os trabalhos realizados em cada etapa e propondo as mudanças necessárias. Todo o desenvolvimento metodológico buscava fortalecer a autonomia dos participantes, que era exercida em cada uma das atividades ao longo do curso.

...DE EDUC...
...TECA

2.1.1 - PESQUISAS

Um dos pressupostos metodológicos do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular era partir da realidade, elaborando o conhecimento sobre ela através do trabalho de abstração, o que estava assim enunciado:

- *"Partir da experiência concreta de cada educando. Resgatar seu conhecimento a respeito da realidade com a qual trabalha.*
- *Aprender a conhecer a realidade. Levantar dados e informações através de pesquisas.*
- *Aprender a refletir sobre a realidade. Debater o material colhido nas pesquisas, analisá-lo com o apoio dos assessores, recorrendo a categorias analíticas que permitam compreender as questões colocadas.*
- *A pesquisa como instrumento de construção do conhecimento. Possibilitar que o grupo aproprie-se da teoria e do conhecimento socialmente produzido a respeito destas questões, elaborando sínteses neste confronto entre teoria e prática.*

- *Intervir na realidade para transformá-la. Estas sínteses devem propiciar a avaliação da atuação política ou profissional, motivando um novo planejamento da ação, contando agora com novos elementos que podem contribuir para o desenvolvimento de uma ação diferenciada, que seja capaz de apoiar o processo de luta pela conquista da cidadania."* [17]

A pesquisa representava um aspecto central nesta proposta e a Equipe de Coordenação acreditava que somente a pesquisa participante possibilitaria a concretização desta concepção metodológica.

> *Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no 'agente' que pesquisa uma espécie de 'gente' que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais na reconquista popular.*[18]

No entanto, os membros da Equipe de Coordenação não pretendiam realizar uma pesquisa participante junto aos movimentos populares, mas sim possibilitar que as lideranças que participavam do Curso o fizessem. Para isso, era necessário que conhecessem e debatessem as principais propostas da pesquisa participante e dominassem as técnicas de investigação que permitiriam o desenvolvimento da pesquisa. A Equipe de Coordenação deu suporte a este trabalho, atuando de forma articulada com as lideranças.

[17] - De acordo com documento da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, Curitiba, s. d.

[18] - Carlos Rodrigues BRANDÃO, "Pesquisar - Participar", p. 11.

> *Conhecimento coletivo, a partir de um trabalho, que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias. Um conhecimento que, saído da prática política que torna possível o compromisso de grupos populares com grupos de cientistas sociais, por exemplo, seja um instrumento a mais no reforço do poder do povo. Poder que se arma com a participação do intelectual (cientista, o professor, o estudante, o agente pastoral, o trabalhador social e outros profissionais militantes) comprometidos de algum modo com a causa popular.* [19]

Através das pesquisas a Equipe de Coordenação pretendia recolher dados sobre a realidade social e sobre os movimentos populares e, com o apoio do conhecimento socialmente produzido, criar uma dinâmica de observação e de reflexão que permitisse aos participantes produzir suas sínteses e criar uma nova forma de intervenção na realidade. Esta proposta baseava-se em alguns autores que trabalhavam com pesquisa social e ação educativa, como por exemplo Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira.

> *Em nosso trabalho no terreno da educação de adultos, partimos sempre da premissa de que pesquisa da realidade, capacitação de quadros e aquisição de conhecimentos são dimensões inseparáveis e interligadas de um mesmo itinerário político-pedagógico. Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos. Por isso mesmo, o estudo da realidade vivida pelo grupo e de sua percepção desta mesma realidade constituem o ponto de partida e a matéria-prima do processo educativo.* [20]

A pesquisa buscava estabelecer contatos com as pessoas envolvidas no processo de organização popular, levantando questões que favorecessem a compreensão da prática

---

[19] - Carlos Rodrigues BRANDÃO, *op. cit.*, p. 9 – 10.

[20] - Rosiska Darcy de OLIVEIRA & Miguel Darcy de OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 19.

política dos movimentos populares e, dependendo da forma como fosse encaminhada, poderia ser utilizada como instrumento de mobilização. O resgate e a reflexão acerca da experiência de cada um dos participantes junto aos movimentos populares, debatendo os problemas que enfrentavam e buscando superá-los, e a socialização do resultado desta análise deveriam ser momentos privilegiados no Curso.

A Equipe de Coordenação propôs que as pesquisas fossem realizadas entre cada uma das etapas do Curso, abordando questões relacionadas ao tema que seria tratado na etapa seguinte, de forma que o seu resultado subsidiasse o desenvolvimento dos debates. O conhecimento produzido a partir desta reflexão era fruto do material pesquisado, mediado por novos elementos de análise (as questões sugeridas para as pesquisas encontram-se no Anexo 12).

O resultado das pesquisas era sistematizado e devolvido aos participantes para que, desta forma, tivessem acesso à produção de todos os grupos. Também representaram uma importante fonte de informações a respeito da história dos movimentos populares com os quais as pessoas que participavam do Curso trabalhavam.

De uma forma geral, nas avaliações realizadas ao final do Curso, foi destacada a importância das pesquisas para o desenvolvimento do trabalho, pois estas haviam proporcionado maior participação das pessoas e melhor compreensão dos conteúdos debatidos. De acordo com a avaliação de um dos participantes: "*A pesquisa ajudou porque conforme o desenvolvimento do conteúdo a gente podia ir relacionando com a realidade que a gente vive. Trazia a prática para ser pensada.*"

2.1.2 - TÉCNICAS DE TRABALHO EM GRUPO

Uma das preocupações da Equipe de Coordenação era criar condições para que o Curso transcorresse dentro de um clima descontraído, pois acreditava que tal situação propiciaria maior integração entre os participantes e, como decorrência, maior participação. A Equipe de Animação, assessorada pelos membros da Coordenação, desempenhou importante papel neste processo desenvolvendo algumas brincadeiras, dinâmicas de grupo, recorrendo a dramatizações e músicas.

João Carlos Petrini destaca que,

> *O uso de dramatizações, ainda que simples em sua elaboração provoca juntamente com a hilaridade dos assistentes, a sua identificação com as personagens do fato dramatizado. Esta circunstância consegue produzir um clima de festa, e desse modo a assembléia não faz apelo apenas à capacidade de compreensão racional, mas envolve emocionalmente os assistentes através do processo de identificação com situações análogas já vividas. É interessante notar que a expressão da dimensão lúdica não tem o significado de um "passatempo" mas é um modo de adquirir aquela distância dos fatos e aquela liberdade que permitem enfrentar com ironia problemas que são irritantes e situações que são frustrantes. Os numerosos cantos, quer originais, quer paródias, convergem para o mesmo objetivo de criar uma "sintonia", uma visão unitária. Na medida em que provocam um envolvimento afetivo, produzem não apenas um discurso sobre os assuntos abordados, mas a experiência da unidade vivida diante deste ou daquele problema.* [21]

Para atender às exigências feitas pela proposta metodológica, a Equipe de Coordenação privilegiou como recurso pedagógico a utilização de técnicas de trabalho em grupo, pois estas permitiam analisar o conteúdo do Curso provocando questões para a reflexão, realizando a mediação entre a teoria e a prática, favorecendo a

[21] João Carlos PETRINI, *CEBs um novo sujeito popular*, p. 101.

construção coletiva do conhecimento através do debate, de exercícios de elaboração e da troca de experiências. Para Maria da Glória Gohn, a troca de experiências representa o ponto fundamental para a socialização de informações e a constituição de uma identidade de objetivos e ação. [22]

É preciso considerar que grande parte dos integrantes do grupo não estava acostumada a desenvolver este tipo de atividade que exigia um esforço de abstração e de análise, assim, sua realização exigia um grande esforço. Neste contexto, as técnicas de trabalho em grupo também foram realizadas com o intuito de desenvolver o trabalho de forma mais agradável e, conseqüentemente, mais produtiva.

2.1.3 - DEBATES E SÍNTESES. EXPOSIÇÃO DE CONTEÚDO E SISTEMATIZAÇÕES.

Atendendo à exigência feita pela concepção metodológica em estabelecer procedimentos que favorecessem o diálogo entre assessores/educadores e participantes do Curso/educandos para construir o conhecimento coletivamente, a Equipe de Coordenação elaborou uma proposta de trabalho centrada no desenvolvimento de debates sobre os temas abordados. Esses eram, de uma forma geral, realizados em pequenos grupos que, em seguida, apresentavam sua reflexão em plenário. Posteriormente, a Equipe de Coordenação sintetizava e sistematizava o resultado deste trabalho, acrescentando as informações necessárias.

Outra atividade desenvolvida foi a realização de debates informais aos sábados à noite, nos quais a participação era opcional. O primeiro enfocou a situação das mulheres na sociedade e foi encaminhado de forma experimental, pois a Equipe de Coordenação pretendia verificar sua aceitação junto aos participantes do Curso. A receptividade foi muito boa e o grupo propôs que fossem realizados de forma sistemática, abordando

---

[22] - Conforme Maria da Glória GOHN. *Luta pela moradia popular em São Paulo – movimento de moradia – 1975 – 1985.*

temas previamente escolhidos, como por exemplo a participação dos jovens no trabalho de organização popular e a relação entre associações de moradores e partidos políticos.

Havia por parte dos membros da Equipe de Coordenação a preocupação em desenvolver um processo educativo no qual o conhecimento fosse sendo introduzido de forma articulada ao resultado das pesquisas e atendendo às exigências de análise que o trabalho dos grupos apresentava. Assim sendo, a abordagem teórica dos temas partia dos elementos apontados pelos participantes do Curso nas pesquisas e nos debates realizados através das técnicas de trabalho em grupos. A Equipe de Coordenação não estabelecia com antecedência qual seria o conteúdo da exposição, mas definia em linhas gerais o que seria tratado.

Esta forma de realizar a mediação entre a prática e a teoria, estabelecendo um equilíbrio entre ação e reflexão, foi abordada por Orlando Fals Borda referindo-se à produção do conhecimento em uma pesquisa participante.

> *O conhecimento então se move como uma espiral contínua em que o pesquisador vai das tarefas mais simples para as mais complexas e do conhecido para o desconhecido, em contato permanente com as bases sociais. Das bases, os conhecimentos são recebidos e processados; a informação é sintetizada em primeiro nível; e a reflexão se dá em um nível mais geral e válido. Em seguida, os dados são restituídos às bases de uma forma mais consistente e ordenada; estudam-se as conseqüências desta restituição; e assim por diante, indefinidamente, mas de maneira equilibrada, determinada pela própria luta e por suas necessidades.* [23]

Uma outra preocupação da Equipe de Coordenação referia-se a esclarecer junto aos participantes do Curso que a linha de análise adotada era uma entre as várias

[23] - Orlando Fals BORDA, "Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular", p. 55.

existentes, destacando porque este instrumental teórico havia sido privilegiado e que sua utilização determinava a análise que seria feita a respeito das questões apresentadas para o debate. Como forma de possibilitar que, caso desejasse, o grupo tivesse acesso a outros enfoques teórico-metodológicos, foram colocados à venda livros e diversas publicações populares que abordavam os temas debatidos no Curso.

Neste aspecto é possível destacar a influência exercida por Paulo Freire, que afirma que o educador não pode nem deve se omitir ao propor sua 'leitura de mundo', mas salientar que existem outras diferentes da sua e às vezes antagônicas a ela. Afirma também que qualquer que seja a qualidade da prática educativa ela é sempre diretiva, não havendo possibilidade de ser isenta de risco da manipulação e suas conseqüências.[24]

Nos momentos em que era necessário elaborar sínteses e encaminhar a sistematização dos debates, a Equipe de Coordenação recorreu à exposição de conteúdos, através da realização de aulas dialogadas, de forma que fossem introduzidos novos elementos que favorecessem a análise dos temas abordados. Utilizava neste processo o resultado dos trabalhos de pesquisa como ponto de partida. Esta atitude atendia ao principal aspecto da concepção metodológica do Curso, que propunha a busca da construção coletiva do conhecimento através do diálogo.

Mais uma vez é possível perceber a presença do pensamento de Paulo Freire, que enfatiza que *"o diálogo pedagógico implica tanto o conteúdo ou objeto cognicível em torno do que gira quanto a exposição sobre ele feita pelo educador ou educadora aos educandos."*[25] Para ele, o mal não está na aula expositiva, mas no tipo de relação que se estabelece entre o educando e o educador, na qual este se considera o exclusivo educador do educando.

---

[24] - Conforme Paulo FREIRE, *Pedagogia da esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido.*

[25] - *Ibid.*, p. 118

Neste sentido, o exercício do diálogo e do debate desenvolvido ao longo de todo o Curso possibilitava que ambos, membros da Equipe de Coordenação e integrantes do grupo, fossem produzindo um conhecimento acerca das questões analisadas. Neste processo educativo, a Equipe de Coordenação aprofundava seu conhecimento a respeito da realidade dos movimentos populares e das condições de vida das classes populares através do resultado das pesquisas que eram realizadas pelos participantes, e estes, por sua vez, tinham acesso a um instrumental teórico-metodológico que permitia uma compreensão mais aguçada de sua própria experiência de vida e de sua atuação política junto aos movimentos populares, através da análise dos dados e informações obtidas nas pesquisas.

2.2 - EXERCÍCIOS DE ELABORAÇÃO

A Equipe de Coordenação recorreu a diferentes exercícios de elaboração que tinham por objetivo favorecer a construção do conhecimento de forma coletiva e participativa, e apresentar diferentes recursos que permitiam desenvolver a reflexão, realizando a mediação entre a teoria e a prática. É interessante destacar alguns que ilustram a concretização da concepção metodológica desenvolvida no Curso, como a proposta de desenvolver o trabalho através da formação de equipes, as leituras indicadas como forma de subsidiar os debates, a elaboração de planejamentos e as avaliações realizadas pelos participantes a respeito do Curso.

2.2.1 - EQUIPES DE TRABALHO

As equipes de trabalho foram formadas em todas as etapas e eram compostas por voluntários que desempenhavam diferentes tarefas (limpeza, controle dos horários, animação, secretaria e coordenação). Tinham como objetivo envolver e responsabilizar

a todos pelo processo de organização do Curso. Ao final de cada etapa, este trabalho era avaliado pelo grupo.

A Equipe de Coordenação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular era composta por três assessores que participavam da Equipe de Educação Popular e um funcionário do Centro de Formação. Com o objetivo de capacitar os participantes em relação a coordenação de cursos, seminários e reuniões, na primeira etapa do Curso quatro membros do grupo passaram a integrá-la, ajudando nas discussões e em seus encaminhamentos. Entretanto, o objetivo proposto não foi alcançado e esta iniciativa foi suspensa, pois constatou-se que o envolvimento de membros do grupo nesta atividade, que exigia uma dedicação quase exclusiva, havia prejudicado sua participação no Curso.

O trabalho realizado pela Equipe de Coordenação representava um desafio, pois era preciso dar conta de diferentes aspectos de forma a ser coerente com a concepção metodológica do Curso e com seus objetivos. Além disso, coordenar um grupo durante o desenvolvimento de um processo de educação popular é uma tarefa bastante complexa.

Como enfatiza Carlos Nuñez Hurtado, o coordenador é responsável pelo esboço do processo, pela condução na busca dos objetivos propostos. Através de um processo participativo e dialógico deve ajudar o grupo a elaborar suas sínteses, partindo dos conhecimentos deste grupo e oferecendo novos elementos. Também deve buscar criar um ambiente de integração e animar a participação de forma livre, consciente e entusiasmada. O coordenador deve se comprometer e tomar parte na dinâmica do grupo e seu processo, porém respeitando o seu ritmo. [26]

A Equipe de Secretaria era composta por um assessor ligado ao Centro de Formação e dois participantes do Curso. Sua principal tarefa era elaborar sínteses dos plenários, das exposições, dos debates e das apresentações dos grupos, que eram entregues,

[26] - Carlos Nuñez HURTADO, *Educar para transformar, transformar para educar*, p. 82 – 84.

sempre que possível, durante a etapa em que estes ocorriam. Caso contrário, eram enviadas pelo correio no intervalo entre uma etapa e outra do Curso. O objetivo deste serviço era favorecer a participação nos debates, visto a dificuldade encontrada por grande parte dos grupos em fazer anotações durante o desenvolvimento do trabalho.

A participação de integrantes do Curso na Equipe de Secretaria visava que estes exercitassem a elaboração de sínteses e a secretaria de eventos. Como já havia ocorrido em relação à Equipe de Coordenação, esta atividade não teve continuidade visto que não foi possível atingir os objetivos propostos, pois esta também era uma tarefa que exigia um grande envolvimento e este fato dificultava a participação nas atividades do Curso.

A Equipe de Animação tinha como principal tarefa desenvolver atividades de recreação que despertassem a criatividade e favorecessem o entrosamento e a participação de todos (Anexo 15). Com o objetivo de animar o grupo, a Equipe de Coordenação organizou um folheto contendo algumas letras de músicas popular brasileira para serem cantadas durante o Curso. No entanto, os participantes afirmaram que as desconheciam e que era muito difícil acompanhar o seu ritmo. Foi deixado, então, a cargo da Equipe de Animação a realização de uma nova seleção, que teve como resultado uma série de músicas cantadas nas Comunidades Eclesiais de Base e que eram conhecidas por todos. Este fato confirma a importância em respeitar o contexto cultural do grupo com o qual se desenvolve um trabalho educativo, atentando para as diferenças existentes entre os universos culturais dos assessores e das classes populares.

Os participantes do Curso propuseram, desde a primeira etapa, que fossem realizadas festas nos sábados à noite (Anexo – Foto 16). A Equipe de Coordenação encaminhou a proposta, pois considerou que este seria um momento privilegiado de confraternização e de integração do grupo. A organização destas festas também era encaminhada pela Equipe de Animação, o que garantia que as preferências do grupo, suas origens e sua cultura fossem respeitadas.

Na sexta etapa, por iniciativa da Equipe de Coordenação, foi realizada uma festa de encerramento, com entrega de certificados de participação no Curso que tinham um valor simbólico muito importante para cada um dos participantes, pois reconhecia seu esforço em acompanhar durante seis meses o seu desenvolvimento e valorizava o resultado alcançado (Anexo – Foto 17).

2.2.2 - LEITURAS

A pesquisa e a leitura, a realidade e a teoria, faziam parte do desenvolvimento de um modo de produção e de apropriação do conhecimento que tinha o intuito de promover uma nova experiência de análise dos problemas vivenciados pelo movimento popular, favorecendo a realização de sínteses pelos participantes e o planejamento de sua ação.

Tendo em vista que o grupo era composto, em sua grande maioria, por pessoas que enfrentavam dificuldades em relação à leitura e à escrita, a Equipe de Coordenação procurou incentivar a leitura sugerindo alguns textos como forma de subsidiar e fundamentar a reflexão realizada acerca de alguns temas.

Assim, para favorecer a reflexão sobre classes sociais, sistema capitalista e o papel do Estado foi indicada a leitura de "O que é ideologia", de Marilena Chauí. O livro "Construindo o poder popular", de Plínio de Arruda Sampaio, auxiliou no debate sobre da importância de planejar o trabalho e a ação dos movimentos populares.

O incentivo à leitura também ocorreu através dos diferentes textos que a Equipe de Coordenação entregou aos participantes ao longo do Curso, como por exemplo as sínteses dos trabalhos em grupos, dos plenários e das pesquisas. A elaboração deste material também tinha por objetivo registrar e socializar os resultados do processo de produção coletiva do conhecimento.

Além disso, foram colocadas à venda publicações sobre os principais temas tratados no Curso e houve sorteio de livros de tal forma que, ao final dos seis meses, todos os participantes ganharam algum exemplar. Comentários sobre o livro sorteado eram realizados com o objetivo de despertar o interesse pela leitura.

A Equipe de Coordenação estava ciente das limitações que, de uma forma geral, o grupo encontraria para realizar as leituras sugeridas durante o Curso. Algumas pessoas não leram os textos por falta de hábito e por encontrarem muitas dificuldades relativas à leitura em si ou em relação à compreensão do texto, principalmente quanto à complexidade de alguns assuntos, como por exemplo a questão da ideologia.

Apesar disso, grande parte do grupo realizou as leituras. Na avaliação feita pelos participantes na última etapa do Curso, estes afirmaram ter motivação para realizá-las porque estavam diretamente relacionadas a questões com as quais lidavam cotidianamente nos movimentos populares e, sendo assim, tinham interesse pelo assunto. Outros afirmaram que os textos sugeridos auxiliaram a compreender o que estava sendo tratado e debatido no Curso.

2.2.3 - PLANEJAMENTO

Os exercícios de elaboração de planejamentos foram realizados nas duas últimas etapas do Curso, pois neste momento já havia sido acumulada, através dos debates, uma certa experiência em refletir a realidade e analisá-la, buscando soluções para os problemas enfrentados na ação política dos movimentos populares.

Uma primeira oportunidade para elaborar um plano de ação foi apresentada pela Equipe de Coordenação através do trabalho encaminhado entre a quarta e a quinta etapa do Curso, na qual foi criada uma situação hipotética, o caso da Vila Esperança. Os integrantes do grupo deveriam propor formas de organizar a população residente

neste bairro e, para tanto, poderiam recorrer ao instrumental teórico-metodológico apresentado até aquele momento.

Durante o desenvolvimento da quinta etapa do Curso foi realizado um segundo exercício de elaboração de planejamentos, no qual os grupos deveriam apresentar propostas para os principais movimentos populares organizados no Estado do Paraná, ou seja, solo urbano, saúde, educação, transporte coletivo e mulheres. Posteriormente, ainda nesta etapa, a Equipe de Coordenação sugeriu um terceiro exercício através do qual cada liderança deveria elaborar o planejamento de sua própria atuação junto ao movimento popular, propondo também um planejamento da ação deste movimento.

O resultado desses exercícios de elaboração de planejamentos foi apresentado pelos grupos, sintetizado e sistematizado pelos membros da Equipe de Coordenação. Os debates ao redor das dificuldades encontradas para realizar tal trabalho e as formas de superá-las tinham por objetivo fornecer informações aos participantes do Curso que os capacitasse para desenvolver esta atividade de forma autônoma junto aos movimentos populares.

2.2.4 - AVALIAÇÃO

As avaliações foram realizadas ao final de cada uma das etapas do Curso, abordando os aspectos considerados fundamentais para a continuidade do trabalho. Algumas vezes seu resultado serviu de ponto de partida para profundas mudanças nos rumos do Curso. Através delas foi possível conhecer e acompanhar as expectativas, os diferentes interesses, as necessidades, as dificuldades, as descobertas, enfim, o crescimento de cada pessoa e do grupo como um todo no decorrer do Curso.

As questões propostas eram, em geral, respondidas de forma individual. Algumas vezes o grupo sugeriu que as avaliações não fossem tão extensas e, diante disso, a Equipe

de Coordenação elaborou alternativas para realizá-las recorrendo a debates em pequenos grupos ou a dramatizações.

No intervalo entre as etapas a síntese das avaliações era enviada a todos os participantes do Curso, para que pudessem acompanhar o desenvolvimento do trabalho e verificar se suas críticas e sugestões estavam sendo encaminhadas de forma satisfatória pela Equipe de Coordenação.

A redação original das respostas dadas pelos participantes às questões das avaliações era mantida sem correções em relação a erros gramaticais ou de grafia das palavras, pois assim era possível visualizar a forma como os integrantes do grupo formulavam seus raciocínios, a dificuldade que alguns encontravam para expressar suas opiniões, bem como as limitações existentes em relação ao domínio da língua portuguesa. Estes eram aspectos levados em consideração pela Equipe de Coordenação durante o desenvolvimento do Curso e eram abordados de diferentes formas, como por exemplo através do incentivo à leitura.

2.3 - O DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR

2.3.1 – SELEÇÃO E PERFIL DOS PARTICIPANTES

A Equipe de Coordenação elaborou um *folder* contendo a proposta do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular e o distribuiu aos diversos movimentos populares de todo o Estado do Paraná com os quais tinha contato (Anexo 10). Este Curso era dirigido a lideranças do movimento popular e os critérios para a

participação eram: "*tempo de inserção na luta popular, experiência acumulada e perspectiva de continuidade no trabalho popular.*"[27]

As pessoas que pretendiam participar do Curso enviavam sua ficha de inscrição ao Centro de Formação. Posteriormente, a Equipe de Coordenação selecionou um grupo de cerca de trinta pessoas, respeitando a indicação dos nomes feita pelos movimentos populares, desde que atendessem aos critérios estabelecidos (Anexo 11).

A primeira turma do Curso, realizado em 1988, era composta por lideranças de associações de moradores, algumas das quais participavam do MAB e do Xapinhal. Havia aqueles que atuavam junto ao movimento de mulheres e compras comunitárias. Outros participavam da Pastoral Operária e de sindicatos, e também da Pastoral da Juventude e de Grupos de Jovens.

Apesar de ter sido feita uma seleção prévia dos participantes do Curso, havia grande heterogeneidade em relação ao envolvimento com os movimentos populares, ou seja, nem todos desempenhavam efetivamente o papel de lideranças. Além disso, era a primeira vez que muitos participavam de uma atividade como esta, o que gerou certa dificuldade em aprofundar alguns debates. Como decorrência deste fato, ao final da última etapa surgiram nas avaliações algumas sugestões indicando a necessidade de estabelecer como critério de participação a pessoa ser realmente uma liderança e ter um determinado acúmulo de experiência junto ao movimento popular. No entanto, a Equipe de Coordenação avaliou ao término do Curso que, apesar das limitações enfrentadas, a heterogeneidade do grupo representou um fator positivo, pois favoreceu a troca de experiências diferenciadas entre os participantes.

Quase a totalidade dos integrantes desta primeira turma do Curso pertenciam às classes populares. O grau de escolaridade era bastante variado, sendo uma parte do grupo composta por pessoas que, apesar de terem freqüentado a escola até a quarta

[27] - Material de divulgação do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, 1988.

série, encontravam muita dificuldade com a leitura e a escrita.[28] Alguns haviam completado o primeiro grau e uma pequena parcela do grupo havia concluído o segundo grau. Um dos participantes era professor da rede pública e um outro tinha nível superior.

A faixa etária era bastante equilibrada, variando de vinte a trinta anos. Havia equilíbrio também na participação de homens e mulheres e na distribuição dos participantes em relação a sua origem, visto que oito residiam em Curitiba, dez em municípios da Região Metropolitana e os demais eram provenientes de cidades do interior do Paraná.

[28] - Carlos Rodrigues Brandão destaca que a UNESCO estabeleceu uma divisão entre alfabetização elementar e a alfabetização funcional. De acordo com seus critérios, só existe uma verdadeira alfabetização no segundo nível. O primeiro não conduz o educando a mais do que alguns rudimentos na capacidade de ler e de escrever. São freqüentes, neste nível elementar, os casos de analfabetismo por desuso. "Da educação fundamental ao fundamental da educação", p. 12.

QUADRO RESUMO DA PRIMEIRA ETAPA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO CURITIBA - PR – 1988

	Sábado (*)	Domingo
Manhã	• Apresentação dos participantes. • Apresentação dos objetivos do Curso. • Formação das equipes de trabalho. • Trabalho em grupos para levantamento dos principais problemas enfrentados pelo movimento popular em termos locais, regionais e estaduais. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário.	• Exposição sobre a formação e o desenvolvimento das cidades. • Debate em plenário.
Tarde	• Trabalho em grupo – História de vida e história coletiva. • Apresentação do resultado dos grupos através de dramatização. • Contextualização das histórias individuais e coletivas em relação à História do Brasil.	• Apresentação da proposta geral do Curso, enfatizando a concepção metodológica. • Encaminhamento da pesquisa para a segunda etapa – Dados referentes ao bairros ou cidades de origem dos participantes. • Avaliação da primeira etapa do Curso.
Noite	• Debate sobre a questão da mulher na sociedade. • Festa.	• Encerramento

(*) - A chegada e recepção dos participantes ocorria nas sextas-feiras à noite

* Um detalhamento de cada uma das etapas do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular encontra-se no Anexo 12.

2.3.2 – A QUESTÃO URBANA

A primeira etapa do Curso teve início com uma técnica de trabalho em grupo que tinha por objetivo de apresentar os participantes. O mesmo ocorreu em todas as outras etapas. Nestas ocasiões, através de música, dança, mímica, expressão corporal e teatro foram abordados diferentes aspectos da vida de cada membro do grupo como o nome, a profissão, o movimento popular no qual atuava e suas expectativas em relação ao Curso. Em seguida, eram formadas as equipes de trabalho e apresentados os assuntos que seriam debatidos naquela etapa.

Como forma de conhecer as expectativas dos participantes em relação às questões que deveriam ser aprofundadas durante os debates, a Equipe de Coordenação encaminhou um primeiro trabalho no qual o grupo apontou os principais problemas enfrentados pelos movimentos populares em termos locais e regionais.

O objetivo desta primeira etapa do Curso era, partindo da experiência de migração campo-cidade de cada um dos participantes, debater a questão urbana. Para tanto, foi realizada uma técnica de trabalho em grupo que permitiu conhecer um pouco da trajetória de cada pessoa, destacando sua origem, se havia migrado e o percurso feito, a atividade profissional que desempenhava em sua cidade natal e atualmente, e as mudanças mais importantes ocorridas em sua vida.

Foram formados grupos de acordo com a origem das pessoas, ou seja, divididos por regiões do Estado (Grupo 1 – região de Curitiba. Grupo 2 – municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Grupo 3 – municípios do Oeste do Paraná. Grupo 4 – municípios próximos da divisa do Brasil com o Paraguai e com a Argentina). Os relatos individuais foram sistematizados, gerando um painel de cada grupo. Para melhor visualização desse processo, a Equipe de Coordenação montou o mapa do Brasil com o traçado das migrações realizadas pelos participantes do Curso.

Em seguida, foram identificadas as semelhanças existentes entre estas trajetórias, como por exemplo a origem rural e a realização de várias migrações ocorridas, basicamente, nas mesmas épocas e pelos mesmos motivos. A partir destas informações foi elaborada uma história coletiva que, posteriormente, foi apresentada pelos grupos através de dramatização.

Este trabalho permitiu resgatar a origem dos participantes do Curso, valorizando sua experiência pessoal e sua trajetória de vida. Revelou como, de uma forma geral, suas histórias de vida haviam sido influenciadas por questões mais amplas, ou seja, pela conjuntura política, econômica e social da época.

Estabelecer relações entre a história individual e a história coletiva tinha como objetivo central despertar a curiosidade dos participantes por compreendê-las inseridas em um novo contexto. Assim, à medida que as pessoas resgatavam suas histórias de vida, reconhecendo-as como pertencentes a uma história coletiva, a Equipe de Coordenação procurava motivá-las a buscar formas de conhecer mais profundamente este processo e capacitá-las para intervir, de forma consciente e crítica, como sujeitos desta história.

A partir da elaboração do painel coletivo sobre a história do grupo, a Equipe de Coordenação realizou uma exposição traçando um paralelo entre esta e a História do Brasil analisando a influência da conjuntura política, econômica e social de cada época e enfocando os seguintes temas: a concentração de terras, a mecanização da agricultura, a expulsão dos pequenos produtores do campo, a migração para as cidades e o processo de industrialização atraindo pessoas para as cidades, o processo de urbanização e de periferização.

A sistematização do trabalho sobre a história coletiva revelou a existência de um deslocamento rural-urbano, no qual as grandes cidades foram o destino privilegiado. Assim, apesar da origem de muitos integrantes do grupo ser rural, o perfil dos participantes era urbano e, por atuarem no movimento popular urbano, era preciso compreender a questão urbana (Anexo 13).

Foi organizada uma palestra que buscava introduzir instrumental teórico para explicar esta questão abordando os seguintes temas:

- As condições para o surgimento das cidades no mundo. A cidade na história como fato econômico, social e cultural.
- As cidades no Brasil. Industrialização e urbanização no Brasil. Migração rural – urbano. O uso do solo urbano no Brasil. As questões urbanas: habitação, transporte, saúde etc.

Uma professora da Universidade Federal do Paraná, da cadeira de Sociologia Urbana, foi convidada para dar esta palestra que teve um significado especial para o grupo, pois muitos nunca haviam visto uma professora universitária disposta a debater com eles temas relacionados às suas vidas e sentiram-se valorizados com essa presença.

A Equipe de Coordenação propôs que fossem realizadas pesquisas entre as etapas como forma de subsidiar os debates que seriam realizados e obter informações a respeito dos movimentos populares que seriam analisados durante o Curso. A pesquisa que deveria ser realizada entre a primeira e a segunda etapa tinha como objetivo obter maiores informações sobre os bairros ou cidades nas quais os participantes residiam, enfocando os problemas urbanos que já haviam sido enfrentados e os existentes naquele momento.

Para que fosse viabilizada a realização desta pesquisa foram apresentadas as técnicas de investigação que poderiam ser adotadas, enfatizando alguns aspectos considerados mais importantes, tais como, anotar o que fosse falado durante as entrevistas registrando as informações e recolher material existente e disponível sobre o assunto pesquisado. Foi sugerido que cada pesquisador incentivasse a participação de outras pessoas de seu bairro/cidade neste processo, para socializar o conhecimento adquirido através da pesquisa.

Cada grupo de pesquisa foi formado por pessoas da mesma cidade ou do mesmo bairro e deveria apresentar o resultado do seu trabalho de forma criativa, além de trazê-

lo por escrito. No caso de dificuldades ou dúvidas, a Equipe de Coordenação colocou-se à disposição de todos para os esclarecimentos necessários, através de cartas, telefonemas ou visitas ao Centro de Formação.

QUADRO RESUMO DA SEGUNDA ETAPA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO CURITIBA – PR - 1988

	Sábado	Domingo
Manhã	• Apresentação dos participantes. • Formação das equipes de trabalho. • Debate em grupo sobre as dificuldades encontradas na realização das pesquisas. • Apresentação dos resultados das pesquisas através de dramatização. • Síntese e sistematização em plenário: A pesquisa como forma de conhecer a realidade.	• Levantamento das principais formas de enfrentamento da questão urbana. • Apresentação das diferentes organizações populares em âmbito local, estadual e nacional.
Tarde	• Debate em grupos sobre os problemas urbanos, utilizando os dados das pesquisas. • Apresentação do trabalho dos grupos em plenário. • Sistematização do debate com exposição sobre a questão urbana.	• Esclarecimentos sobre a metodologia adotada no Curso. • Encaminhamento da pesquisa para a terceira etapa - Perfil dos moradores dos bairros ou cidades de origem dos participantes. • Avaliação da segunda etapa do Curso.
Noite	• Debate sobre a participação do jovem no trabalho de organização popular. • Festa.	• Encerramento.

2.3.3 – MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Durante a realização da segunda etapa, a Equipe de Coordenação priorizou o debate ao redor das principais dificuldades encontradas pelos participantes do Curso na realização da primeira experiência de pesquisa e os procedimentos adotados para enfrentá-las. O resultado das pesquisas realizadas pelos grupos foi apresentado através da encenação de programas de rádio e de TV.

Foram debatidos os limites que a realidade impõe a um trabalho de pesquisa, as possibilidades existentes para superar estas dificuldades e as vantagens e desvantagens das diversas técnicas de investigação. Foi enfatizada a importância de estabelecer com clareza o objetivo da pesquisa, de forma que fosse possível planejá-la e escolher a técnica de investigação mais adequada para atingir o objetivo proposto.

A Equipe de Coordenação destacou que o levantamento de algumas questões, o desenvolvimento da observação e a análise dos dados obtidos faziam parte do processo de construção do conhecimento e que, portanto, era preciso coletar, sistematizar e analisar os dados de forma a responder às questões que motivaram a pesquisa.

Muitos participantes do Curso recorreram à utilização de questionários, pois, de acordo com sua avaliação, este era um recurso que permitia uma abordagem mais direta e mais rápida. Porém, com o desenvolvimento do trabalho, alguns decidiram abandoná-los, visto que *"tiravam a espontaneidade e inibiam as pessoas"*. Mas, de uma forma geral, as entrevistas foram privilegiadas e favorecidas pelo fato de os pesquisadores conhecerem as pessoas que estavam entrevistando.

A importância da pesquisa em documentos foi bastante enfatizada pelo grupo, na medida em que permitia acesso a dados que desconheciam. Alguns, por encontrarem dificuldades em envolver mais pessoas, optaram por trabalhar sozinhos em suas

pesquisas. No entanto, aqueles que trabalharam em grupo avaliaram que este encaminhamento favoreceu o planejamento da pesquisa e sua realização.

O resultado destas pesquisas serviu como ponto de partida para o desenvolvimento de uma exposição por parte da Equipe de Coordenação na qual foram abordados temas que fundamentaram a análise realizada sobre os problemas urbanos, entre eles o surgimento e o crescimento das cidades como resultado da expansão do capitalismo; a migração campo-cidade; a falta de infra-estrutura para receber a população que se deslocava para as cidades e o papel do Estado neste processo.

Foram abordadas também as formas pelas quais a população enfrenta os problemas urbanos, ou seja, através dos movimentos sociais que são uma como resposta social às carências urbanas vividas pelas classes populares residentes nas periferias das cidades. A Equipe de Coordenação complementou este painel resgatando a história dos movimentos sociais e populares no Brasil, a partir do final de década de 70, e apresentando informações a respeito da existência de movimentos sociais e populares organizados em âmbito regional e estadual e de sua articulação nacional.

Através das questões propostas para investigação entre a segunda e a terceira etapa, a Equipe de Coordenação pretendia possibilitar que os participantes do Curso colhessem dados da realidade dos bairros ou cidades onde residiam que ilustrassem o debate a respeito da estrutura social, das classes sociais e das relações estabelecidas entre estas e o Estado.

QUADRO RESUMO DA TERCEIRA ETAPA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO CURITIBA – PR - 1988

	Sábado	Domingo
Manhã	• Apresentação dos participantes. • Formação das equipes de trabalho. • Análise da estrutura social e das relações entre as classes sociais - Jogo das Estrelas.	• Exposição sobre a estrutura de classes da sociedade. • Apresentação das pesquisas. • Debate em grupos sobre as questões levantadas pelas pesquisas. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário.
Tarde	• Debate em plenário e sistematização das questões abordadas no Jogo das Estrelas. • Trabalho em grupos sobre a divisão da sociedade em classes sociais. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário.	• Exposição sobre a questão do Estado. • Encaminhamento da pesquisa para a Quarta etapa – Organizações populares. • Avaliação da terceira etapa.
Noite	• Debate sobre como se faz uma rádio popular. • Exibição do filme "Eles não usam black-tie." • Festa.	• Encerramento.

2.3.4 – A ESTRUTURA DE CLASSES DA SOCIEDADE

O objetivo da terceira etapa era debater as questões urbanas inseridas no sistema capitalista, enfocando as classes sociais, a ideologia e o papel do Estado. A Equipe de Coordenação recorreu à utilização de uma técnica de trabalho de grupo, chamada Jogo das Estrelas, para provocar a reflexão a respeito destes temas. Também como forma de introduzir este debate foi exibido o filme "Eles não usam black-tie."

O Jogo das Estrelas permitiu que os participantes simulassem situações de opressão, desigualdade, privilégios, injustiças, entre outras e refletissem como se sentiram nesta experiência. Posteriormente, foi realizado um debate, com o objetivo de ajudar as pessoas a relacionarem a experiência vivida através do jogo com as questões que seriam enfocadas naquela etapa (a descrição detalhada do Jogo das Estrelas encontra-se no Anexo 15).

O passo seguinte foi a divisão dos participantes em grupos para que debatessem de que forma a sociedade é dividida. Foi entregue a cada grupo um envelope contendo possíveis respostas para esta pergunta (explorados e exploradores, dominados e dominantes, ricos e pobres, trabalhadores e empresários). A partir da divisão social escolhida o grupo deveria localizar diferentes atores sociais (jogador de futebol, estudante universitário, professor universitário, dono de mercearia, gerente de banco, artista de TV, pequenos proprietários, engenheiros, advogados, dona de casa, latifundiários, entre outros).

As respostas escolhidas foram colocadas em um cartaz e, em plenário, os grupos explicaram as escolhas feitas. Em seguida, recorrendo aos resultados dos debates em grupos, a Equipe de Coordenação realizou uma exposição a respeito da estrutura de classes da sociedade, a produção, a apropriação e a distribuição da riqueza (Anexo 14), o papel do Estado neste processo, a cidade como palco deste conflito e o surgimento dos movimentos sociais como resposta aos problemas urbanos enfrentados pelas classes populares.

A pesquisa proposta para ser realizada entre a terceira e a quarta etapa do Curso tinha por objetivo obter um levantamento a respeito dos movimentos sociais existentes nos bairros ou cidades nas quais os participantes do Curso residiam. Este material foi utilizado como apoio para o debate sobre o processo de organização popular.

QUADRO RESUMO DA QUARTA ETAPA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO CURITIBA – PR - 1988

	Sábado	Domingo
Manhã	• Apresentação dos participantes. • Formação das equipes de trabalho. • Plenário para levantamento de dúvidas e esclarecimentos sobre a leitura do livro "O que é ideologia" de Marilena Chauí.	• Exposição sobre movimentos sociais e movimentos populares. • Debate em grupo sobre a potencialidade do movimento popular em transformar a sociedade. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário.
Tarde	• Exposição sobre a questão da ideologia e sistema capitalista. • Apresentação do vídeo "A origem da riqueza." • Debate em grupos sobre as formas de exploração do trabalho. • Exposição sobre a questão da produção e do consumo no sistema capitalista. • Trabalho em grupos para sistematização das pesquisas. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário.	• Encaminhamento da pesquisa para a quinta etapa – Exercício de planejamento: O caso da Vila Esperança. • Avaliação da quarta etapa.
Noite	• Debate sobre a relação entre associações de moradores e partidos políticos. • Festa.	• Encerramento.

2.3.5 – O SISTEMA CAPITALISTA – IDEOLOGIA E ESTADO

Como forma de subsidiar a reflexão que seria realizada nesta etapa, e que teve início na etapa anterior, a respeito das classes sociais, da ideologia, e da questão do Estado, foi indicada a leitura do livro de Marilena Chauí, "O que é ideologia." A Equipe de Coordenação estava ciente da dificuldade que os participantes do Curso enfrentariam em relação à leitura do texto e, assim, iniciou o trabalho sanando as dúvidas encontradas.

Em seguida, enfatizou no texto os aspectos considerados fundamentais para a reflexão acerca do debate que seria encaminhado. Para tanto, destacou trechos do livro e os analisou de forma mais detalhada, buscando refletir, por exemplo, sobre a necessidade de conhecer e analisar a realidade, diferenciando o modo como esta 'aparece' e o modo como é concretamente 'produzida'.

> *Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas.* [29]

Através da leitura do texto também foi possível obter elementos referentes ao debate que permeava o Curso como um todo, ou seja, a necessidade de relacionar a teoria e a prática, como forma de transformar a prática social em práxis.

> *A relação entre a teoria e a prática é uma relação simultânea e recíproca por meio da qual a teoria nega a prática enquanto prática imediata, isto é, nega a prática como um fato dado para revelá-la em suas mediações e como práxis social, ou seja, como atividade socialmente produzida e produtora da existência social.* [30]

---

[29] - Marilena CHAUÍ, *O que é ideologia*, p. 10 - 11.

[30] - *Ibid.*, p. 81.

A Equipe de Coordenação realizou uma exposição apoiada no texto de Marilena Chauí analisando temas como as classes sociais e as relações que estabelecem entre si, a ideologia como resultado da divisão social do trabalho e instrumento de dominação de classe junto com o Estado.

Uma série de outros assuntos foram abordados com o intuito de complementar esta reflexão, tais como a origem da riqueza, a exploração do trabalho e as formas como esta é encoberta, a questão da produção e do consumo, as carências sociais e as diferentes formas de organização dos trabalhadores para enfrentar esta situação, como por exemplo os movimentos populares que representam uma resposta das classes populares na busca de uma nova condição social. Este debate também foi favorecido por questões suscitadas pela exibição do vídeo "A origem da riqueza."

A pesquisa proposta para a quarta etapa foi outra forma de obter subsídios para esta reflexão, pois possibilitou o levantamento dos movimentos sociais existentes nos bairros e cidades de origem dos participantes e quais classes sociais representavam. A partir destas informações a Equipe de Coordenação realizou uma exposição na qual foram apresentadas as principais características dos diferentes movimentos sociais, ou seja, aqueles que são ligados à produção (sindicatos, associações de patrões e de trabalhadores, entre outros); os que são relacionados ao consumo coletivo (movimento pela construção de creches, escolas e postos de saúde, associações de moradores, movimento pela moradia, entre outros); e os movimentos sociais que lidam com questões que atingem a sociedade de forma mais ampla, como por exemplo movimento de mulheres, de negros, de homossexuais, ecológico, entre outros.

Também foram abordadas as principais características destes movimentos sociais e populares e sua importância enquanto formas de enfrentamento dos conflitos existentes na sociedade capitalista e na defesa dos interesses daqueles que representam e organizam.

Em seguida, os participantes do Curso trabalharam em grupos debatendo os limites e as potencialidades destes movimentos em relação ao processo de transformação social. A partir do resultado deste trabalho foi possível constatar que o grupo, de uma forma geral, acreditava que esta transformação seria possível e que ocorreria através de um processo de organização e luta pelos direitos das classes populares. Neste processo, era necessário conhecer a realidade e planejar o trabalho a ser desenvolvido, avaliando seus resultados como forma de definir os próximos passos, que deveriam ser dados de forma articulada com os diferentes movimentos sociais que possuíam os mesmos objetivos.

O grupo acreditava também na possibilidade de chegar a um questionamento mais abrangente da forma como a sociedade está organizada, partindo de reivindicações localizadas e imediatas como a construção de escolas, creches, postos de saúde, entre outras. Desta forma, o debate sobre as carências urbanas das classes populares de um determinado bairro possibilitaria a reflexão sobre os problemas enfrentados em outros bairros de uma mesma cidade, de um estado e do país, propiciando uma visão mais ampla da questão e, na medida do possível, criando condições para que fossem debatidas e refletidas as suas causas. Este processo poderia possibilitar que os moradores dos bairros de periferia das grandes cidades adquirissem uma consciência política mais elaborada, organizando-se de forma articulada por melhores condições de vida, o que poderia vir a fortalecer o movimento popular em sua luta pela transformação da sociedade.

A Equipe de Coordenação propôs que entre a quarta e a quinta etapa do Curso fosse elaborado um planejamento do trabalho de organização popular para uma situação hipotética, o caso da Vila Esperança. O principal objetivo deste exercício de elaboração era propiciar uma oportunidade na qual os membros do grupo recorressem ao conhecimento produzido até aquele momento, através dos debates e das leituras realizadas, como forma de subsidiar sua ação.

QUADRO RESUMO DA QUINTA ETAPA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO CURITIBA – PR - 1988

	Sábado	Domingo
Manhã	• Apresentação dos participantes. • Formação das equipes de trabalho. • Debate em grupo sobre as dificuldades encontradas na elaboração dos planejamentos. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário.	• Exposição sobre a importância do planejamento para a organização popular. • Trabalho em grupo – Elaboração do planejamento para o movimento de mulheres, transporte coletivo, solo urbano, saúde e educação. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário.
Tarde	• Debate sobre o Livro "Construindo o poder popular" de Plínio de Arruda Sampaio. • Debate em grupos sobre os objetivos do trabalho popular na Vila Esperança. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário. • Debate sobre táticas e estratégias, aliados e adversários. • Apresentação dos grupos e síntese em plenário.	• Encaminhamento da pesquisa para a sexta etapa – Planejamento do trabalho que os participantes desenvolvem no movimento popular. • Avaliação da quinta etapa.
Noite	• Debate sobre a articulação estadual dos movimentos populares. • Festa.	• Encerramento.

2.3.6 – O PLANEJAMENTO DA AÇÃO POLÍTICA

O trabalho da quinta etapa iniciou-se com o levantamento das dificuldades encontradas pelo grupo no processo de elaboração do planejamento da atuação junto à Vila Esperança, que representava uma situação problema criada pela Equipe de Coordenação.

Algumas pessoas não conseguiram desenvolver esta atividade e, em sua maioria, alegaram falta de tempo como decorrência do acúmulo de atividades assumidas junto ao movimento popular. Porém, reconheceram a necessidade de *"ter mais tempo para realizar todas as tarefas e se dedicar, da melhor forma possível, às suas atividades junto aos movimentos populares."* Por outro lado, houve quem afirmasse que *"era uma perda de tempo planejar e avaliar o trabalho desenvolvido junto aos movimentos populares, pois havia outras coisas mais importantes a serem feitas."*

Mas, de uma forma geral, a execução desta tarefa foi privilegiada, pois este exercício foi considerado importante para o desenvolvimento do Curso e principalmente para o trabalho que desenvolviam junto aos movimentos populares. Algumas pessoas relataram as dificuldades encontradas no planejamento da Vila Esperança, tais como elaborar uma proposta de trabalho com objetivos claros, estabelecendo metas a curto, médio e longo prazos, e propor uma forma de avaliar constantemente o desenrolar das ações.

A experiência adquirida até aquele momento através da realização das pesquisas foi bastante aproveitada na elaboração do planos de ação para a Vila Esperança, pois várias pessoas do grupo introduziram em suas propostas a necessidade de recorrer a diferentes técnicas de investigação como forma de conhecer melhor a realidade, saber quais eram as principais reivindicações que deveriam ser encaminhadas e como, a partir dessas informações, organizar a luta popular.

A Equipe de Coordenação avaliou que o trabalho realizado nas etapas anteriores e o debate travado a partir das apresentações dos planejamentos para a Vila Esperança haviam fornecido elementos que possibilitavam aos participantes do Curso refletir de forma mais aprofundada sobre a importância de planejar a ação das lideranças e dos movimentos populares. Como forma de subsidiar este debate foi indicada a leitura do livro "Construindo o poder popular – as seis condições de vitória das reivindicações populares", de Plínio de Arruda Sampaio, principalmente o primeiro capítulo, intitulado "A justiça da reivindicação e a força para conseguir a vitória."

Este texto apresenta de forma bastante acessível, pois adota uma linguagem popular, questões para a reflexão das lideranças que enfatizam a importância de planejar o trabalho que desenvolvem a fim de alcançar resultados favoráveis através da organização popular. Para tanto, aponta seis aspectos básicos de toda reivindicação: a força para conseguir a vitória; o objetivo da campanha; os adversários; os aliados; o conhecimento do assunto e a divisão de tarefas. [31]

Estes aspectos foram tema de debates ao longo de todo o Curso e os participantes tiveram a oportunidade de ter acesso, através da leitura do livro, a uma exposição mais sistematizada, o que suscitou novos debates. Plínio de Arruda Sampaio destaca, por exemplo, que a luta popular através do encaminhamento de reivindicações busca, entre outras coisas, alcançar resultados, conscientizar as pessoas em relação a seus direitos e também revelar novas lideranças. Mas para que isso se concretize, é preciso planejar o trabalho a ser desenvolvido, definindo os objetivos, as táticas e estratégias que serão utilizadas para alcançá-los, e quem são os aliados e os adversários. [32]

A Equipe de Coordenação elaborou um texto, que foi entregue a todos os participantes do Curso, no qual foram sintetizadas estas idéias e apresentadas questões referentes à importância do planejamento do trabalho de organização popular.

---

[31] - Conforme Plínio de Arruda SAMPAIO, *Construindo o poder popular*.

[32] - *Ibid.*

"O planejamento é necessário para que não se improvise durante o trabalho e é permanente, ou seja, tem que ser feito sempre. Por isso, o planejamento é uma ação não improvisada que permite uma avaliação do trabalho. Permite colocar metas claras e observar se foram atingidas ou não. Planejar significa preparar, organizar, acompanhar e avaliar a ação.

Para traçar um planejamento é preciso que se tomem decisões e estas devem ser tomadas pelo grupo responsável pela ação e de posse de informações sobre a realidade sobre a qual vão agir. Essas informações devem ser analisadas, contextualizando a conjuntura, definindo-se os desafios que se tem pela frente.

O planejamento é uma ferramenta que ajuda a gente a saber se a nossa ação está caminhando para a organização e a conscientização do povo, rumando para a transformação da sociedade.

A ação acontece, mesmo sem planejamento. O planejamento afirma a intencionalidade de quem vai agir." [33]

Cada um dos planejamentos apresentados para o caso da Vila Esperança foi analisado pelos membros da Equipe de Coordenação, que enfatizou os aspectos considerados mais importantes. Após estas considerações, propôs que os integrantes do grupo utilizassem o conhecimento produzido e adquirido através desta experiência elaborando uma proposta de planejamento para os movimentos populares nos quais atuavam, entre eles, transporte coletivo, mulheres, educação, saúde e solo urbano.

Dando continuidade a esta reflexão foi encaminhado o trabalho a ser realizado entre a quinta e a sexta etapa no qual foi solicitado que os participantes do Curso desenvolvessem um planejamento de sua própria atuação junto aos movimentos populares. O objetivo era fazer com que, através desta elaboração, as lideranças realizassem uma reflexão mais detalhada de sua atuação, avaliando sua prática e analisando os aspectos que deveriam ser modificados.

---

[33] - De acordo com material distribuído aos participantes do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, 1988.

QUADRO RESUMO DA SEXTA ETAPA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO CURITIBA – PR - 1988

	Sábado	Domingo
Manhã	• Apresentação dos participantes. • Formação das equipes de trabalho. • Apresentação dos planejamentos elaborados. • Síntese e sistematização em plenário.	• Avaliação final do Curso.
Tarde	• Trabalho em grupo para debater mobilização, organização, articulação e capacitação do movimento popular. • Apresentação dos grupos e sistematização do trabalho.	• Encerramento.
Noite	• Festa de encerramento.	

2.3.7 – MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A primeira atividade desenvolvida nesta etapa do Curso foi a apresentação dos planejamentos elaborados pelos membros do grupo em relação à sua atuação junto aos movimentos populares e, a partir desta exposição, a Equipe de Coordenação propôs que refletissem sobre as formas como o movimento popular encaminhava o processo de mobilização, de organização, de articulação e de capacitação. Da mesma forma como ocorreu na quinta etapa, o objetivo desta atividade era fornecer elementos para que as lideranças analisassem e avaliassem o trabalho que realizavam.

No entanto, a Equipe de Coordenação encontrou dificuldades no desenvolvimento deste debate, principalmente em relação à forma como os participantes do Curso definiam e encaminhavam cada um destes aspectos da luta popular. É interessante destacar que o debate acerca da articulação dos movimentos populares foi o único que ocorreu de forma clara e objetiva. Esse tema suscitava um grande interesse das lideranças, pois era uma das questões enfrentadas pelos movimentos populares naquele momento e é possível afirmar que esta situação favoreceu a reflexão realizada.

Para o grupo, articular significava unir forças, canalizando lutas e envolvendo movimentos já organizados ao redor de fatos concretos. Significava também buscar informações, divulgá-las e trocar experiências. Cada nível de articulação deveria ocorrer de forma diferente, atingindo não só aqueles que apresentavam semelhanças em sua prática e em sua proposta política, mas também todos que, em determinados momentos, se aproximavam tendo um mesmo objetivo.

A capacitação de grupos de base e de lideranças foi apontada pelos participantes do Curso como sendo a solução para todos os problemas enfrentados pelo movimento popular e, de uma forma geral, acreditavam que este processo ocorria através da realização de cursos. Certamente este tipo de argumentação foi influenciado pela experiência daquele momento, pois estavam tendo acesso a muitas informações e constatando a importância de continuar privilegiando a criação de espaços que

possibilitassem a troca de experiências entre as lideranças, e o desenvolvimento de pesquisas e de leituras relacionadas às atividades que desenvolviam junto ao movimento popular.

2.3.8 - AVALIAÇÃO FINAL DOS PARTICIPANTES DO CURSO

As avaliações realizadas pelos participantes ao final de cada uma das etapas do Curso forneceram informações importantes para a Equipe de Coordenação, pois através delas foi possível obter elementos que subsidiaram o planejamento da continuidade do Curso. Na última etapa a avaliação teve um destaque especial, pois buscou-se avaliá-lo em sua totalidade, abordando todos os aspectos considerados importantes e obtendo subsídios para a organização da próxima turma, no ano de 1989. Para tanto, a avaliação foi encaminhada de forma individual, em grupos e em plenário.

Alguns comentários feitos pelos participantes do Curso nestas avaliações merecem destaque, como por exemplo o fato de as técnicas de trabalhos em grupos terem facilitado a integração de todos e propiciado maior participação. "*Ela (a metodologia) foi dinâmica, participativa, e acho que ajudou a gente a se questionar e a buscar a nossa própria metodologia de trabalho.*" Destacaram também o fato de terem sido respeitados, pelos integrantes do grupo e pelos membros da Equipe de Coordenação, em seu conhecimento e em seu desconhecimento da realidade social e dos temas tratados. "*Torna a pessoa importante, por ela ser agente de sua própria descoberta.*" As pessoas com pouca escolaridade consideraram que as explicações foram acessíveis, possibilitando sua compreensão. *"Para mim foi muito boa porque voceis falaram e esplicaram multo bem e cimples que deu para as pessoas de pouquisimo estudo emtendese o que dizia" (sic).*

A experiência de desenvolver exercícios de elaboração também foi muitas vezes mencionada pelo grupo nas avaliações e considerada importante para o processo de construção do conhecimento de forma coletiva. Os participantes solicitaram que em

uma próxima turma fossem realizadas mais atividades em que o próprio grupo preparasse os assuntos a serem debatidos, pois assim "*pegariam prática em planejar.*"

Um dos aspectos apontados pelo grupo na avaliação final do Curso referia-se aos temas que suscitaram os debates mais importantes, entre eles, o surgimento das cidades e os problemas urbanos, a origem da riqueza e o sistema capitalista, a ideologia e a questão do Estado, as classes sociais e a estrutura da sociedade. Estes eram assuntos que os participantes conheciam na prática, em sua vida cotidiana. No entanto, o aporte teórico para a reflexão e a análise desta realidade era um fato novo que gerou um grande interesse; isto, por sua vez, resultou em debates bastante participativos e considerados importantes pelo grupo.

O fato de a Equipe de Coordenação ter consultado previamente as lideranças dos movimentos populares acerca dos temas que deveriam ser abordados no Curso, foi apontado como o principal responsável pelo alcance dos objetivos propostos. Alguns comentários indicaram aspectos que, de acordo com os participantes, caracterizaram este Curso, como por exemplo *"A gente formula as questões e chega, através do nosso trabalho, aos resultados"; "Trabalho coletivo, prepara para viver o coletivo"; "Se estuda a realidade"; "O saber é produzido por todos"; "Forma o cidadão, sujeito da história."*

Na avaliação realizada pelos participantes do Curso na última etapa foi possível perceber, através da utilização de uma técnica de trabalho de grupo, como haviam se sentido no início e no fim do Curso. As pessoas escolheram um símbolo da natureza que representava esses dois momentos e explicaram, em plenário, o porquê desta escolha. Os participantes utilizaram imagens muito bonitas que enfatizavam a oportunidade de crescimento que o Curso havia possibilitado. A condição inicial foi representada como *"árvores sem folhas", "terra sem cultivo", "semente em terreno árido",* entre outras.

Ao final do Curso foi possível verificar que o grupo estava ciente de que um processo de amadurecimento pessoal e político havia começado mas que não estava concluído.

Para exprimir tal idéia, recorreram a diferentes imagens, como por exemplo *"ainda não nasceu o fruto da árvore", "a terra já foi preparada para o cultivo e isso precisa continuar", "o dia não amanheceu ainda."*

É interessante destacar o relato de uma jovem participante que havia comparecido desde a primeira etapa acompanhada de seu filho, Raoni, com poucos meses de vida. As dificuldades de locomoção, pois moravam no interior do Paraná, bem como aquelas inerentes a acomodar uma criança tão pequena em um ambiente como o do Curso (com muitas pessoas, barulho, horários a serem respeitados e, principalmente, em relação à rotina de um bebê), não impediram a sua participação. Ao final do Curso ela declarou: *"No início me senti como o Raoni, nem o olho abria direito. Fui crescendo e hoje estou engatinhando."*

2.3.9 – AVALIAÇÃO FINAL DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Ao término do Curso a Equipe de Coordenação realizou uma análise do trabalho que desenvolveu. Alguns aspectos abordados neste processo apontaram as dificuldades encontradas em realizar esta primeira proposta, como selecionar as lideranças atendendo ao mesmo tempo os critérios estabelecidos para a participação e as indicações dos movimentos populares, pois nem sempre estes coincidiam.

Além disso, existiram limitações impostas pela heterogeneidade do grupo, pois era preciso considerar as dificuldades que muitos encontraram em relação ao exercício da leitura e da escrita, e também aquelas relativas ao encaminhamento das pesquisas e a análise dos dados e das informações obtidas. Estas questões tornavam um desafio desenvolver um processo educativo que tinha como um de seus principais objetivos a produção e a apropriação do conhecimento de forma coletiva.

Diante deste desafio, cabe ressaltar que os membros da Equipe de Coordenação constataram a importância de atuação de forma articulada, mas, principalmente, a

necessidade de preparo para desenvolver tal trabalho, pois precisavam conhecer a realidade dos movimentos populares para realizar a mediação entre a prática e a teoria, abordando-a de modo acessível para que os participantes do Curso compreendessem os conteúdos debatidos e analisados e se apropriassem deste conhecimento.

Como destaca Carlos Nuñez Hurtado,

> *...não haverá boa coordenação sem clareza teórica, compromisso provado, atitude de serviço, domínio da metodologia e conhecimento e manejo adequado do tema ou situação em pauta.*
> *Essas qualidades, sem dúvida, não serão aprendidas lendo este texto, qualquer tratado de pedagogia ou nas aulas; desenvolvem-se somente na práxis.* [34]

É interessante destacar que o Centro de Formação foi articulado para dar suporte ao processo de organização do movimento popular e, para tanto, dispunha de um grupo de assessores e de funcionários. No entanto, nem todos os funcionários, que eram remunerados para atuar junto aos movimentos populares, tinham competência técnica para desenvolver e coordenar o trabalho de capacitação, visto que muitos deles também eram lideranças dos movimentos populares que, em outros momentos, haviam participado de atividades promovidas por esta entidade.

Por outro lado, o fato de os integrantes da Equipe de Coordenação não serem funcionários do Centro de Formação, mas assessores voluntários que desempenhavam suas atividades profissionais em outros espaços, representava uma dificuldade a ser enfrentada, pois em alguns momentos não houve tempo suficiente para preparar e planejar o trabalho de forma plenamente satisfatória, dada a impossibilidade de dedicação exclusiva a esta atividade.

A mesma equipe que coordenou o Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular realizado em 1988, o fez em 1989. O trabalho desenvolvido nesta

---

[34] - Carlos Nuñez HURTADO, *op. cit.*, p. 87.

segunda turma sofreu algumas alterações, mas de uma forma geral foram mantidas as diretrizes e a concepção metodológica. Posteriormente, os membros desta Equipe de Coordenação afastaram-se do Centro de Formação e o Curso passou a ser desenvolvido por outros grupos.

V – PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS ASSESSORES DO CENTRO DE FORMAÇÃO

1 - AÇÃO CATÓLICA E A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA

Grande parte dos membros do Grupão participaram de organizações da Ação Católica, principalmente da Juventude Estudantil Católica – JEC, da Juventude Operária Católica – JOC e da Juventude Universitária Católica – JUC. A influência desta experiência foi decisiva na forma como estas pessoas atuaram posteriormente junto às Comunidades Eclesiais de Base em Curitiba e também no processo de concepção e criação do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, bem como na definição das diretrizes de sua atuação junto aos movimentos populares.

A Ação Católica teve início em 1922 na Itália e chegou ao Brasil em 1935. Tinha como proposta buscar a participação e a articulação das atividades dos leigos católicos.[1] A Juventude Agrária Católica – JAC, Juventude Estudantil Católica – JEC, Juventude Independente Católica – JIC, Juventude Operária Católica – JOC e Juventude Universitária Católica – JUC eram organizações da Ação Católica.

Juventude Universitária Católica foi articulada em termos nacionais em 1950 e desarticulada em 1968. Surgiu em um contexto de "modernização" da Igreja Católica e era influenciada pela teologia francesa e pelo socialismo católico. Estas influências levaram seus militantes a assumirem uma postura de contestação, denunciando as injustiças sociais, e a engajarem-se em uma prática política que favoreceu uma revisão crítica de sua prática religiosa.

De acordo com a análise de Michael Löwy, no início da década de 60, a JEC, a JOC e a JUC foram no Brasil o espaço através do qual os cristãos se comprometeram com as lutas populares, a partir desta prática reinterpretaram o Evangelho e alguns foram atraídos pelo marxismo.[2]

---

[1] - Sobre o assunto, ver Frei Romeu Dale, *Ação Católica Brasileira*.
[2] - Michael LÖWY, *Guerra dos deuses – religião e política na América Latina*, p.71.

Para Luiz Alberto Gómez de Souza, a história da JUC é *"uma lenta transição entre uma fidelidade em relação às classes de origem e uma outra fidelidade em face às classes populares e de um novo projeto social e político."* [3] Isto porque a JUC agregava universitários de classe média e da burguesia que inicialmente atuaram apenas no movimento estudantil, mas, com o passar do tempo, comprometeram-se também com as lutas populares, pois perceberam que não era possível trabalhar com a questão social apenas nos limites da universidade.

Ao longo de sua trajetória os militantes da JUC envolveram-se com o Movimento de Educação de Base – MEB, com os Centros Populares de Cultura - CPC, da União Nacional dos Estudantes – UNE, participaram de inúmeras experiências de alfabetização de adultos adotando o método de Paulo Freire, ligaram-se ao movimento operário e também ao movimento popular. No final da década de 60, início dos anos 70, alguns optaram por trabalhar em fábricas e morar em bairros populares.

Os membros da JUC travaram contato com as ciências humanas, principalmente as ciências sociais, e também com o marxismo, o que os aproximou do socialismo. O confronto entre o discurso cristão e o das ciências humanas criou, segundo Luiz Eduardo Wanderley, *"uma tensão dinâmica e positiva, que gerou uma fé mais esclarecida, um compromisso social derivado da concepção da construção do Reino pelas práticas de justiça, liberdade e solidariedade."* [4]

A técnica pedagógica adotada pela JUC era o Método Ver, Julgar e Agir, desenvolvido na França e na Bélgica pelo padre Cardjin, da Juventude Operária Católica, que tem como diretriz básica realizar a formação na ação. Neste sentido, os militantes da JUC deveriam ter uma participação autêntica e ativa no meio universitário, ou seja, "viver o meio." Buscando obter uma visão abrangente deste meio e também da questão social. Para tanto, realizavam pesquisas e relatórios

---

[3] - Luiz Alberto Gómez de SOUZA, *A JUC: os estudantes católicos e a política*, p. 43.
[4] - Luiz Eduardo WANDERLEY, *Educar para transformar – educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*, p. 155.

sobre problemas concretos vivenciados no espaço em que atuavam. Procuravam refletir criticamente a respeito destes problemas de forma que fosse possível analisar as suas causas e propor ações visando a transformação desta realidade.

O Método Ver, Julgar e Agir apresenta três momentos articulados entre si. O primeiro momento, o Ver, é a mediação sócio-analítica, a explicação dialética. O segundo momento, o Julgar, é a mediação hermenêutica, o problema é analisado à luz do Evangelho, realizando uma nova leitura da Bíblia. O terceiro e último momento é o Agir, que é a mediação prática, através da qual busca-se formas de superar a situação sobre a qual se refletiu de acordo com o plano de Deus.[5]

> *O 'ver' consiste numa sucessão de observações de cada um dos presentes sobre o tema em questão (...), aduzindo elementos da experiência e as opiniões, muitas vezes refletindo as representações dominantes sobre o assunto. O objetivo é, do confronto das observações, caminhar das impressões superficiais para a compreensão mais objetiva e que relacione os fatos com suas causas. O momento do 'julgar' implica o contraste entre a realidade observada e os valores do cristianismo, freqüentemente através da questão 'como é que Jesus agiria diante disso'. Os fatos da realidade são julgados por uma exigência ética, na medida em que a 'palavra de Deus' é trazida para o plano do vivido presente. Finalmente, no 'agir' trata-se de concluir sobre aquilo que aquelas pessoas poderiam fazer diante do problema. Por mais insignificante que possa parecer a iniciativa local diante da dimensão do problema tratado (...), o fundamental terá sido a experiência da possibilidade de intervir coletivamente sobre a realidade dada, engajando cada um pessoalmente nesse processo.* [6]

O fato de alguns membros do Grupão terem participado, durante os anos 60, da Ação Católica - principalmente da JUC e da JOC - fez com que fossem influenciados pela concepção de trabalho elaborada por estas organizações, sobretudo no que se

---

[5] - Conforme Leonardo BOFF e Clodovis BOFF, *Como fazer teologia da libertação.*

[6] - Éder SADER, *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 - 1980*, p. 159 – 160.

refere à exigência de estabelecer uma ligação orgânica com o movimento no qual atuavam, de forma a "viver este meio". Para estas pessoas esta proposta concretizou-se através de atitudes que trouxeram profundas transformações em suas vidas, como por exemplo optarem por residir em bairros da periferia da cidade e em áreas de favelas e exercerem sua atividade profissional em fábricas. Estas questões surgem no depoimento de um dos integrantes do Grupão:

"Havia a idéia de se inserir, de encarnar no meio do povo. Era uma grande influência dos padres franceses, que era uma experiência recente naquela época, de ir para a fábrica, de ir morar na periferia, de conviver com os operários para entender a vida deles. No geral nós éramos militantes. Fomos morar no bairro para poder conviver com a população."

A utilização do Método Ver, Julgar e Agir nas reuniões realizadas nas Comunidades Eclesiais de Base e, posteriormente, nas diferentes atividades promovidas junto ao movimento popular pelo Centro de Formação favoreceu a construção de uma certa unidade no trabalho desenvolvido. Entretanto, pode-se afirmar que o aspecto mais marcante na prática educativa dos membros do Grupão foi a proposta de formação na ação, que é a principal diretriz da concepção pedagógica adotada pela JUC. De acordo com uma das participantes do Grupão,

"Uma coisa que a gente sempre tinha em mente é que não podia ser só teoria, tinha que ser prático, dentro de uma reflexão da ação. Isso foi o que mais marcou o trabalho. Não era uma coisa só de estudo, mas eram pessoas que estavam engajadas, que tinham uma prática e que pesquisavam, faziam uma reflexão sobre sua ação."

No entanto, em alguns momentos esta postura que privilegiou a ação foi responsável por uma certa resistência dos assessores em realizar uma reflexão teórica, mesmo que esta estivesse relacionada ao trabalho que desenvolviam.

O trabalho de organização e educação popular realizado pelo Grupão também foi marcado de forma decisiva pela influência dos monges beneditinos, do Mosteiro da

Anunciação, que por sua vez eram influenciados pela teologia francesa, pelas idéias do socialismo católico e mantinham contatos com a Ação Católica em âmbito nacional.

2 - COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

A desarticulação das organizações da Ação Católica no Brasil, ocorrida no final da década de 60 como uma das conseqüências da repressão política exercida pelo regime militar, fez com que muitos militantes católicos passassem a atuar junto às Comunidades Eclesiais de Base localizadas em bairros da periferia das grandes cidades - naquele momento um dos únicos espaços onde era possível desenvolver um trabalho popular. Este fato favoreceu a organização das CEBs, no entanto, deve-se considerar outros aspectos neste processo, entre eles, as dificuldades encontradas pelas paróquias em articular as atividades dos leigos, a falta de padres para realizar este trabalho, e a necessidade de enfrentar o avanço de outras religiões de grande apelo popular. [7]

No Brasil, o surgimento das primeiras CEBs ocorreu no início da década de 60. Porém, apenas em 1979 sua existência foi reconhecida pela Igreja Católica, através do documento resultante da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Puebla, no México.

As CEBs foram

> *... um movimento de baixo para cima de demanda de participação no interior da Igreja Católica no Brasil e, ao mesmo tempo, um movimento de cima para baixo de uma Igreja no recorrente esforço de rearticulação com suas próprias bases (...). Esse movimento duplo que levaria a Igreja ora ao encontro das forças populares que emergiam com fisionomia própria na arena política do*

[7] - Conforme Cândido Procópio CAMARGO et alii, "Comunidades eclesiais de base."

país, ora a se confrontar com elas, se realimenta ainda no clima conciliar um procurado 'aggiornamento' das estruturas eclesiásticas, intensificando no imediato pós-concílio divergências quanto aos rumos do apostolado dos leigos. [8]

De acordo com Carmem Cinira Macedo as comunidades não brotaram espontaneamente da base, mas surgiram como projeto da Igreja sensível aos apelos da base, que as organizou com o objetivo de aglutinar as massas populares para a realização do projeto de criação de uma sociedade cristã. Neste sentido, as CEBs representam parte do esforço eclesial de constituição de novos sujeitos religiosos e sociais. A autora destaca a importância da comunidade na constituição desses sujeitos quando a analisa como um espaço social que está em constante processo de construção e em cujo interior os participantes vão gestando uma percepção de si mesmo e do mundo, que confere ao grupo identidade. Constroem-se relações solidárias, porque todos são iguais na pobreza e há necessidade de união para enfrentar a injustiça. O sentimento de pertencer a uma comunidade reforça a coesão que é fundamental para a militância e a mobilização. Cria-se o sentimento de ser de dentro que torna viável enfrentar os de fora. É onde aprendem a encarar a religião como uma forma de pensar a vida em sociedade e a sociedade como um todo. Abre-se a possibilidade de repolitização e de reelaboração do espaço religioso.[9]

Frei Betto diz que as CEBs são comunidades porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. São eclesiais porque são congregadas à Igreja Católica como núcleos básicos de comunidade de fé. E são de base porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos.[10] Estes aspectos possibilitam a construção de uma identidade entre as diversas comunidades existentes em todo o país e, apesar das inúmeras diferenças existentes entre elas, é possível destacar algumas de suas principais características: agregarem moradores do campo ou de bairro de periferias das

---

[8] - Cândido Procópio CAMARGO et alii, *op. cit.*, p. 65.

[9] - Conforme Carmem Cinira MACEDO, *Tempo de gênesis – o povo das comunidades eclesiais de base.*

[10] - Frei BETTO, *O que é comunidade eclesial de base*, p. 17.

grandes cidades, reunirem no máximo 40 ou 50 pessoas de diferentes faixas etárias, de ambos os sexos e com renda familiar mensal de até 4 salários mínimos. De uma forma geral, sua organização se dá a partir do incentivo e do apoio de agentes de pastoral (religiosos ou leigos), aproveitando algumas ocasiões, como por exemplo por ocasião nas Novenas de Natal ou para a realização de alguma atividade através de mutirão.

João Carlos Petrini destaca que através do trabalho desenvolvido nas CEBs é construída uma rede de solidariedade que apresenta três dimensões interligadas: a pessoal, geradora de uma consciência de si e da desigualdade social; a comunitária, que leva à consciência de pertencer a uma classe social e à história; e a ético-política, ou seja, o conjunto de valores que dão impulso a uma atuação política. Para ele a maior originalidade das Comunidades Eclesiais de Base é a forma como estabelecem nexos entre as pessoas e de cada pessoa com o contexto social e sua problemática. [11]

É possível dizer que a realização de tal conexão é favorecida pelo fato de o povo viver os diferentes aspectos de sua vida de forma articulada. Como destaca Luiz Alberto Gómez de Souza,

> *Não há separações claras para ele (o povo) entre "lugar político", "lugar religioso", "lugar social", etc. O que há são problemas concretos como a escola, o trabalho, a terra, integrados numa totalidade que constitui a vida do povo. O povo expressa seus problemas onde sente que tem clima para fazê-lo. Assim, numa CEB , por exemplo, o povo reza, canta, lê a Bíblia, discute o problema da terra ou do salário e vai fazer propostas que, para nós, seriam próprias do nível político, mas que para ele fazem todas parte de sua vida.* [12]

De uma forma geral, as CEBs adotam como recursos metodológicos em seus encontros o Método Ver, Julgar e Agir e os círculos bíblicos, criados por Carlos

---

[11] - Conforme João Carlos PETRINI, *CEBs: um novo sujeito popular*, p. 142.
[12] - Luiz Alberto Gómez de SOUZA, *Classes populares e igreja nos caminhos da história*, p. 244 - 245.

Mesters. Nestas ocasiões o grupo se reúne, faz orações e, com a ajuda de um coordenador que tem por tarefa animar o grupo, seleciona questões para a reflexão. Estas são analisadas a partir da pergunta: Como Jesus agiria nesta situação? Em seguida, discute-se qual deve ser a ação do grupo. [13]

Em suas atividades as CEBs procuram desenvolver uma prática democrática, buscando a participação de todos através da divisão de tarefas de acordo com a capacidade e a disponibilidade de cada um. Nas discussões em grupos, procuravam também realizar o treino da fala, da leitura e da escrita. Os participantes são convidados a decidir questões através de votações, pois desta forma tornam-se responsáveis pelos rumos do trabalho que é constantemente avaliado. O saber popular é muito valorizado e é enfatizada a importância do aprendizado e do conhecimento no processo de luta pela libertação dos homens de todas as formas de opressão. Carmem Cinira Macedo reconhece que as CEBs são um lugar de socialização de experiências, de treinamento do povo e de qualificação para a luta popular. [14]

De acordo com o depoimento de um padre que atuou junto às CEBs localizadas nos bairros do Xaxim e do Boqueirão em Curitiba, a Igreja tem um importante papel a desempenhar no processo de organização popular.

"As comunidades não são só um novo jeito de ser Igreja, mas também são o lugar onde se busca a solução sócio-política. Porque a Igreja nasceu como povo e é povo e se ela tem uma certa hierarquia e ordem, esta tem que estar a serviço deste povo que precisa de salário, saúde, casa etc. Por isso tem que apoiar os movimentos populares, entrar na luta e questionar sistema sócio-econômico-político. Inclusive questionar o sistema e o poder dentro da própria Igreja, porque esta tem que ser mais serviço e não mais poder."

O trabalho de reflexão desenvolvido nas CEBs associa as leituras do Evangelho com as condições de vida da população. Neste processo, a situação de carência dos bairros periféricos das grandes cidades do Brasil é analisada como direitos

---

[13] - Conforme Leonardo BOFF & Clodovis BOFF, *op. cit.*

[14] - De acordo com Carmem Cinira MACEDO, *op.cit.*, p. 250.

sociais negados, uma injustiça social que afeta a todos os moradores. Este fato favoreceu a construção de uma identidade entre os membros das CEBs que extrapolou a questão da fé, pois relacionava-se também à sua condição de moradores de bairros periféricos.

A identificação das carências sociais como sendo direitos a serem conquistados fez com que os membros das CEBs passassem a buscar a ampliação do debate sobre os problemas urbanos, para envolver os demais moradores dos bairros, que vivenciavam esta situação de forma semelhante, iniciando assim um processo de organização popular que gerou a criação de associações de moradores e diversos movimentos populares. Através da experiência pedagógica e política desenvolvida, as CEBs motivaram a participação e favoreceram o surgimento de lideranças que atuaram no processo de mobilização e de organização popular.

> *Em um esforço de interpretação crítica, a Comunidade é levada a projetar seu interesse além dos limites das reivindicações imediatas e da solidariedade interna do grupo. A lógica das exigências cristãs reclama a ação junto às forças decisivas que conduzem o processo histórico. Neste sentido, voltam-se então as Comunidades Eclesiais de Base para os problemas decorrentes do crescimento econômico excludente, para as relações de trabalho, para as instituições sindicais e políticas. Esboça-se, desta maneira, um ideal democrático que não se limita ao protesto urbano ou a uma concepção liberal do Estado e da sociedade civil. Vislumbra-se a construção de uma democracia igualitária e liberta das injustiças inerentes ao capitalismo. Embora de forma incipiente, tornam-se as CEBs participantes das mais gerais – e mais determinantes – lutas e tensões que encaminham as mudanças econômicas e sociais do país.* [15]

A pedagogia adotada pelas CEBs valoriza o saber popular e recorre à realidade e ao cotidiano de seus participantes como ponto de partida do processo de conscientização e de mobilização popular. Os membros das CEBs identificam-se por vivenciarem de forma semelhante as carências urbanas que caracterizam os

[15] - Cândido Procópio CAMARGO, *op. cit.*, p. 76.

bairros populares localizados nas periferias das grandes cidades, mas também têm em comum sua crença religiosa. Segundo João Carlos Petrini, a união desses dois fatores, o objetivo e o subjetivo, produz uma situação que favorece o desenvolvimento de práticas solidárias.[16]

Os movimentos populares construíram sua identidade a partir das condições de vida das classes populares, de sua situação de exploração e de dominação. Mas, além desses aspectos, é preciso considerar a experiência da fé e o papel desempenhado pela Igreja Católica como outro elemento que possibilitou a mobilização e a organização popular. A Igreja representou um importante pólo aglutinador e, principalmente através do trabalho realizado por sua ala progressista e agentes pastorais junto às CEBs e aos movimentos populares, desenvolveu práticas que favoreceram o debate, a reflexão e o exercício da democracia.[17]

Como destaca Paulo Krischke, a Igreja é considerada local estratégico de convocação para o movimento, surgindo como 'porta de entrada' e suporte institucional do movimento. [18]

> *A emergência de uma identidade autônoma entre os moradores, enquanto cidadãos sujeitos de direitos e participantes ativos na transformação da sociedade, recebe assim da religião as motivações indispensáveis ao seu desenvolvimento.*
>
> *... justamente porque atua na esfera motivacional o processo de ressocialização religiosa promovido pelas CEBs como parte da estratégia de reforma interna da Igreja tende a produzir efeitos nas demais atividades dos participantes.* [19]

---

[16] - Conforme João Carlos PETRINI, *op. cit.*, p. 50.

[17] - Sobre o assunto, ver Maria da Glória GOHN, *A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo.*

[18] - Conforme Paulo KRISCHKE, "As CEBs na 'abertura': mediações entre a reforma da Igreja e as transformações da sociedade."

[19] - *Ibid.*, p. 192 – 194.

A atuação de membros das CEBs em outros espaços de participação política que se articularam durante o processo de "abertura" - associações de moradores, movimento popular e sindical e partidos políticos - introduziu questões que eram fruto da experiência de trabalho desenvolvida junto às comunidades e que passaram a caracterizar sua forma de organização, como privilegiar a mobilização pelas bases e estruturar-se de forma horizontal, estimulando a participação.

Além disso, é preciso considerar que, como destaca Michael Löwy, até certo ponto, o Partido dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e a Central Única dos Trabalhadores – CUT, são produto da atividade comunitária de cristãos agentes leigos de pastorais e CEBs, que contribuíram para o surgimento de uma multiplicidade de movimentos sociais e políticos não religiosos que, autônomos da Igreja, têm hoje uma dinâmica própria. [20]

Ana Maria Doimo levanta a hipótese de que "*o ideário e o tipo de atuação da Igreja representada pelos setores progressistas produz sensíveis transformações no cotidiano das relações sociais, nos valores e metas culturais e na postura política entre participantes do movimento.*" [21] O depoimento de um dos membros do Grupão vai de encontro a esta análise quando afirma que,

"Quando a gente vai para o sindicato ou para o partido político a gente carrega essas coisas com a gente, fica impregnado. A presença da Igreja é muito forte. Este é um componente na formação desses militantes, isso dá credibilidade, isso diferencia sua prática."

Os membros do Grupão atuaram inicialmente nas CEBs e nas pastorais porque na qualidade de leigos católicos buscavam maior participação no interior da Igreja e, influenciados pelas idéias da Teologia da Libertação, acreditavam na possibilidade de construir uma Igreja dos Pobres. Além disso, como dito anteriormente, a conjuntura política do final da década de 60 e início dos anos 70 impedia a

---

[20] - De acordo com Michael Löwy, *op. cit.*

[21] - Ana Maria DOIMO, *Movimento social urbano, Igreja e participação popular - movimento de transporte coletivo em Vila Velha, Espírito Santo*, p. 36

participação em outros espaços de representação popular e a Igreja, como um dos únicos espaços que, em parte, escapou à repressão imposta pelo regime militar, constituiu-se como uma alternativa, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base.

O envolvimento dos membros do Grupão com as classes populares foi motivado, principalmente, pela idéia de lutar contra a injustiça social. A reflexão e os debates travados no Mosteiro foram fundamentais no processo de concretização e de articulação deste trabalho. A fé os motivou a se inserirem e a se colocarem a serviço do povo. Segundo as palavras de um dos participantes do Centro de Formação,

"Eu diria que tinha uma visão ingênua das coisas, até mesmo pela minha formação na teologia. Naquela época a gente estava vivendo neste grupo muito marcado pela questão da inserção. Essa coisa de estar a serviço das pessoas sempre foi muito forte em mim. Isso me motivava. Contribuir para que as pessoas tomassem consciência, se organizassem. Essa é a mesma motivação de todo o pessoal que tem origem de Igreja. O motor é a questão da fé."

O Grupão iniciou seu trabalho nas CEBs e contava com o apoio da Arquidiocese de Curitiba. Realizavam atividades de cunho religioso, pois de acordo com o depoimento de uma assessora do movimento que atuou junto às comunidades, *"a releitura da Bíblia e o saber teológico são alguns dos veículos mais aceitos tanto pelos agentes pastorais quanto pelo povo das comunidades, e é muitas vezes o primeiro conhecimento sistemático que é possível levar ao povo."*

No entanto, o objetivo principal do trabalho realizado pelo Grupão era, através de um processo educativo no qual procurava vivenciar a experiência da participação e da democracia, motivar as pessoas que freqüentavam as comunidades a debaterem os problemas que enfrentavam em seus bairros e organizarem-se para reivindicar soluções. Este processo extrapolou os limites das comunidades e atingiu os moradores dos bairros de uma forma geral, que mobilizaram-se através da criação de associações de moradores e de diversos movimentos populares para lutar por seus direitos sociais.

Diante do caráter político e da abrangência alcançada pelo processo de organização popular desencadeado pela atuação dos membros do Grupão, parte dos bispos deixou de apoiá-los. É interessante frisar que, apesar de a Arquidiocese discordar do trabalho que era realizado, este representava sua mais forte ligação com as CEBs, visto que não havia nenhum outro grupo atuando desta forma junto às comunidades.

Com o desenvolvimento do trabalho que realizavam, os membros do Grupão constataram a necessidade de organizar um espaço que favorecesse e apoiasse a mobilização e a organização dos movimentos populares e capacitasse suas lideranças para atender as exigências colocadas pelo avanço das lutas populares. Assim, no início da década de 80, criaram o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo.

Quando começaram a organizar associações de moradores os integrantes do Grupão já pretendiam atuar fora da Igreja, apesar de continuarem vinculados a ela, visto que articulavam nos bairros e também no Centro de Formação pessoas ligadas às CEBs e às pastorais sociais. A análise realizada por um dos assessores aponta as dificuldades enfrentadas em sair do espaço de influência da Igreja.

"Havia uma certa tensão porque a gente havia saído de uma institucionalidade do arcebispado, mas havia caído em uma outra, o Centro de Formação, que não tinha o mesmo peso da Cúria. Mas, mesmo assim, a gente achava que tinha que sair da Igreja. Não podia ficar só atendendo a periferia onde a Igreja progressista estava localizada. Quando a gente pensou em criar o MAB era para ir além disso. Mas, também não foi, porque na verdade havia uma hegemonia da Igreja progressista no Centro de Formação e na demanda que ele recebia. Os outros segmentos se articulavam em outros espaços."

O Grupão construiu uma identidade ao redor do fato de serem cristãos que se colocavam contra a injustiça social, contra o autoritarismo do Estado e também da Igreja, com a qual passou a ter divergências que geraram inúmeros conflitos. Esta

identidade possibilitou articular pessoas que participavam das CEBs e das pastorais em um trabalho de mobilização e organização popular. Contudo, impediu que este processo se expandisse para outros setores sociais. É possível dizer que o trabalho desenvolvido pelo Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte – MPPC, foi uma das únicas experiências que se diferenciou neste aspecto.

Por outro lado, é possível afirmar que o Grupão alcançou uma significativa abrangência nos trabalhos realizados junto ao movimento popular e também junto ao movimento sindical urbano e rural no Paraná, exatamente porque estava vinculado de diferentes formas a organizações da Igreja Católica, ou seja, esta identidade favoreceu sua entrada em diferentes espaços nos quais as classes populares se articulavam.

Apesar de serem considerados como "um núcleo de esquerda dentro da Igreja" e serem acusados de estar criando uma "Igreja paralela", os membros do Grupão não tinham um projeto político próprio. A proposta de transformar a sociedade era vaga, fazia alusões ao socialismo, mas isso não era explicitado claramente. Segundo a análise de um dos membros do Grupão,

"Um dos grandes problemas que o Centro de Formação enfrentou foi a discussão de um projeto político. Estava sempre em pauta. Mas, se você não tem um projeto você empresta um. E nós emprestamos o da Igreja que nos subsidiava e nos influenciava. Várias vezes foram feitos encontros para debater este aspecto, porque isso preocupava muito todo mundo. Mas faltou elaborar melhor. Na verdade, existia subjacente um referencial teórico marxista de algumas pessoas."

Uma outra participante do Grupão também reconhece que não existia um projeto político específico e destaca que este só começou a ser elaborado quando passaram a participar em outros espaços, especificamente em partidos políticos.

"Não tinha muito claro um projeto de sociedade. Era dentro de uma visão cristã. Não existia uma coisa científica, estudada, concreta. Era dentro de uma visão de mudança, de fazer uma vida melhor, de lutar contra as injustiças. Não era um

projeto de sociedade. Mas, só até um certo momento, porque depois essas pessoas começaram a participar de partidos políticos, principalmente o PT, e começaram a ter um projeto mais delineado."

Apesar da inexistência de um projeto político, os assessores do Centro de Formação contribuíram para a construção de um movimento popular que foi capaz de apresentar-se à sociedade como uma nova força social e política. Através da organização do movimento popular e das reivindicações apresentadas ao Poder Público, buscavam conquistar melhorias concretas na qualidade de vida para as classes populares residentes nos bairros da periferia da cidade. Estas reivindicações representavam um ponto de partida para a conscientização da população a respeito de suas carências sociais e da necessidade de lutar para conquistar seus direitos. Através deste processo foi possível unificar os interesses destas pessoas, o que favoreceu a construção de uma identidade entre elas. Esta situação fortalecia sua mobilização e sua organização para pressionar o Estado a dar resposta às suas reivindicações e, desta forma passavam a representar uma nova força social. Em alguma medida, isto alterou o cenário político, pois introduziu novos sujeitos nas relações entre a sociedade e o Estado.

3 – A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O Concílio Vaticano II, realizado em Roma de 1962 a 1965, marca o momento em que teve início a aproximação da Igreja Católica com as classes populares. Este processo foi resultado de uma série de mudanças ocorridas dentro e fora da Igreja durante os anos 50. [22] Durante este encontro, os bispos presentes constataram a necessidade de desencadear uma ação evangelizadora mais ampla e mais intensa, através da ampliação das possibilidades de participação dos leigos no interior da Igreja e fora dela.

---

[22] - Michael LÖWY, *op. cit.*, p. 69.

As discussões travadas no Concílio Vaticano II, foram encaminhadas na América Latina através da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em 1968, em Medellín (Colômbia), na qual ganhou ênfase a denúncia das estruturas sociais que geram profundas desigualdades, exploração e miséria.[23] Mais tarde, em 1979, durante a realização da III Conferência Latino-americana, em Puebla (México), alguns temas foram tratados com maior profundidade, como por exemplo as comunidades eclesiais de base e a opção pelos pobres.

Durante a década de 70, diversos teológicos latino-americanos produziram textos que tinham como base a prática de grupos de católicos leigos, autônomos em relação à instituição eclesial, que se colocavam ao lado dos oprimidos e de sua libertação. A prática social destes grupos, principalmente na JUC, forneceu as condições objetivas para a elaboração da Teologia da Libertação. Gustavo Gutierrez, um dos principais teóricos da Teologia da Libertação, vê na JUC do Brasil as primeiras origens da Teologia da Libertação. Luiz Alberto Gómez de Souza enfatiza que as principais questões presentes na Juventude Universitária Católica, entre elas a libertação, constituíram-se como eixos básicos da Teologia da Libertação.[24] Michael Löwy acredita que a Teologia da Libertação é uma reflexão sobre a prática prévia dos militantes cristãos da JUC, da JOC, da Ação Popular e, mais tarde, das CEBs.[25]

Os textos produzidos representaram um novo pensamento teológico, pois realizavam uma análise da realidade social fundamentando-se nas ciências sociais e na releitura do Evangelho. De acordo com Leonardo Boff e Clodovis Boff, a Teologia da Libertação não pode ser considerada uma corrente da Doutrina Social das Igreja, pois seus discursos e suas competências são diferentes. A Doutrina Social da Igreja oferece orientações para a ação social do cristão e a Teologia da Libertação integra estas orientações em sua síntese, tentando explicitá-las para o Terceiro Mundo, construindo novas sínteses de fé e produzindo teoricamente novas

---

[23] - Conforme Éder SADER, *op. cit.*, p. 154.
[24] - Luiz Alberto Gómez de SOUZA, *A JUC: os estudantes católicos e a política*, p. 198.
[25] - Michael LÖWY, *op. cit.*, p. 254.

significações para os desafios apresentados pela realidade atual. A raiz da Teologia da Libertação é a reflexão da prática social concreta dos grupos de cristãos que estabelecem uma ligação orgânica com a luta dos oprimidos por sua libertação. Um compromisso que surge do confronto entre a fé e a injustiça feitas aos pobres e que significa uma conversão de vida e de classe social.[26]

Um dos aspectos que caracteriza a Teologia da Libertação é o valor dado à luta humana através de movimentos sociais para a viabilização da libertação e não através da dependência da chegada de um Messias. Para Ilse Scherer-Warren, o princípio orientador básico da Teologia da Libertação é a opção preferencial pelos pobres que se concretiza, entre outros aspectos, através do engajamento nas lutas contra a opressão que buscam desencadear um processo de libertação no qual o homem seja sujeito de seu destino pessoal e histórico. [27]

Para a Teologia da Libertação os pobres são considerados agentes de sua própria libertação e sujeitos de sua própria história e não simplesmente, como na doutrina tradicional da Igreja, objeto de caridade.[28] Como destaca Éder Sader,

> *Este reconhecimento do povo (mais freqüentemente enunciado como os pobres, os excluídos, os oprimidos) como portador das mensagens de Deus, implica efetivamente uma alteração na postura da Igreja, mais significativa do que o lema da "opção preferencial pelos pobres" pode sugerir. Com efeito, uma atenção especial voltada para os "deserdados" não chega a constituir novidade na prática da Igreja. Novo seria aquilo que Leonardo Boff caracterizou como passagem de uma estratégia da caridade para outra da libertação.*[29]

Os teólogos da libertação foram impedidos de participar do encontro realizado em Puebla, mas conseguiram influenciar os debates e introduzir no texto final a frase "opção preferencial pelos pobres", que foi adotada como uma solução conciliatória

---

[26] - Conforme Leonardo BOFF & Clodovis BOFF, *op. cit.*
[27] - Ilse SCHERER-WARREN, *Redes de movimentos sociais*, p. 39.
[28] - Michael LÖWY, *op. cit.*, p. 60.
[29] - Éder SADER, *op. cit.*, p. 163.

pois, por ser uma expressão ampla, poderia ser interpretada pelos conservadores como assistência social e pelos teólogos da libertação como comprometimento com a luta e a organização popular. [30]

Entretanto, para compreender o processo ocorrido na Igreja em relação a esta "opção preferencial pelos pobres", é importante considerar alguns elementos enfatizados na análise realizada por Carmem Cinira Macedo. Ela afirma que a preocupação da Igreja com o problema dos pobres tem raízes no esforço de se manter como instituição poderosa. Para se rearticular novamente com o Estado e voltar a ter poder temporal, a Igreja precisa ter poder para pressioná-lo e para isso necessita recuperar seu espaço social e ser legítima representante dos interesses do povo. Para os cristãos, a existência de ricos e pobres é inaceitável, é um pecado social. A exigência para reconstruir a comunidade cristã em outras bases é eliminar as desigualdades. No entanto, a opção pelos pobres não pode ser mais do que preferencial, sob pena da Igreja perder o caráter de universalidade. A questão desloca-se, então, da ética para a política, ou seja, as estruturas sociais são apontadas como responsáveis pelas desigualdades e injustiças e, desta forma, pode-se relativizar culpas individuais e ao mesmo tempo ter propostas mais abrangentes. Assim, a Igreja coloca a injustiça como um problema religioso e abre caminho para o enfrentamento e superação desta situação através da transformação das estruturas sociais. [31]

Os teólogos da libertação descobriram a conexão existente entre o conceito de pobreza, que tem conotações morais, bíblicas e religiosas, e o de classes trabalhadoras. Esta aproximação com o marxismo ocorreu através da concepção de que o pobre é sujeito no processo de transformação. A Teologia da Libertação recorre ao marxismo como um instrumental de análise, utilizando algumas categorias que permitem compreender a questão dos pobres, como por exemplo a importância dos fatores econômicos, a questão da luta de classes e o poder da

---

[30] - Michael LÖWY, *op. cit.*, p. 81.
[31] - Conforme Carmem Cinira MACEDO, *op. cit.*

ideologia. No entanto, enfatiza que *"Marx pode ser companheiro de caminhada, mas o guia é Cristo."*[32]

A influência da Teologia da Libertação no trabalho desenvolvido pelos membros do Grupão e pelos assessores do Centro de Formação foi decisiva, principalmente no que se refere à opção pelos pobres e à proposta de inserção junto às classes populares de forma a apoiar o processo de organização popular em sua luta pela libertação e pela transformação social. Procurando ser coerentes com esta opção, algumas destas pessoas passaram a residir em bairros populares e a participar das CEBs. Através da convivência com membros das comunidades estabeleceram relações pessoais e criaram laços afetivos, geraram relações de confiança que favoreceram o processo de mobilização ao redor de atividades de cunho religioso ou não.

É importante ressaltar, no entanto, que o nível de envolvimento dos membros do Grupão com a Igreja Católica, com as Comunidades Eclesiais de Base e, mais especificamente, com a fé cristã era bastante diferenciado. Como destaca uma participante deste grupo,

"Existiam diversos níveis de envolvimento com a fé. Mas, apesar de nem todo mundo ter uma ligação forte com a Igreja, na época não tinha outro espaço de atuação política fora das CEBs. Além disso, dentro da Igreja e numa reflexão cristã você ganha força para ir para fora lutar. E quando você está lá fora e se engajou, você tem um outro nível de discussão. Quando houve a possibilidade de fazer outra coisa, de atuar em outros espaços as pessoas perceberam que ainda queriam transformar a sociedade, mas não necessariamente freqüentando a Igreja e trabalhando com o pessoal de Igreja. Aquilo que motivou o pessoal para agir em termos sociais e políticos continua firme, as pessoas continuam fazendo isso, mas cada um em seu espaço."

---

[32] - Conforme Leonardo BOFF & Clodovis BOFF, *op. cit.*

Apesar de algumas pessoas terem uma ligação com a Igreja mais forte do que outras, a experiência de fazer parte de uma Comunidade Eclesial de Base foi bastante significativa para a maioria dos membros do Grupão e para diversos assessores do Centro de Formação. Esta inserção permitiu viver, analisar e compreender de forma abrangente as condições de vida nos bairros da periferia e o universo cultural das classes populares. Este processo favoreceu o desenvolvimento do trabalho de organização popular, pois possibilitou que conhecessem as necessidades e as possibilidades de mobilização da população com a qual conviviam. A proximidade com esta realidade incentivava os assessores a darem continuidade ao trabalho que realizavam.

As exigências colocadas pela conjuntura política da década de 70 e início dos anos 80, fizeram com que o trabalho desenvolvido pelo Grupão fosse centrado na organização e na articulação política das classes populares. Pode-se dizer que este fato limitou sua participação nas CEBs no que se refere à fé. No entanto, é preciso considerar que a participação destas pessoas nas comunidades tinha um significado mais amplo, além da celebração da fé. De acordo com a análise de um dos membros do Grupão,

"A fé era uma coisa comum entre o nosso grupo, mas sempre se revelou dentro do movimento social. Não existia a fé como expressão de uma reflexão idealista, fora do mundo. Nossa participação na vivência cristã era uma forma de mostrar que a gente tinha um tipo de fé que estava revelada naquela forma de vida. Ela só tinha sentido enquanto expressão de alguma coisa. Ela significava alguma coisa porque era comprometida, inserida. Tudo que se celebrava tinha um sentido, era vivido. Depois que a gente saiu da periferia, deixou de fazer o trabalho junto às comunidades e passou a ter uma outra militância do ponto de vista político, deixamos também a prática religiosa porque a questão da fé perdeu o sentido. Ela tinha sentido enquanto expressão de um movimento social, político. Quando não existe nenhuma prática do ponto de vista de um compromisso com a Igreja ou com o povo, vai exprimir a fé com quem? Não houve negação daquilo que a gente

acreditava, porque continuamos trabalhando do mesmo modo para transformar a sociedade."

Este depoimento foi dado por um assessor que estabeleceu uma relação com a comunidade a partir de sua fé, mas também porque havia feito uma opção por conviver e trabalhar junto às classes populares, apoiando sua luta pela transformação social e, naquele momento específico da vida nacional, as CEBs eram um dos únicos espaços no qual era possível atuar neste sentido. Posteriormente, envolveu-se em outros espaços de organização e de representação popular e afastou-se das CEBs e do trabalho realizado pela Igreja. Esta nova experiência política o levou a constatar que,

"a questão ética não é forte só no espaço da Igreja, mas outras pessoas também atuam assim, com justiça, procurando construir uma sociedade solidária e fraterna. Antes a gente achava que era a fé que nos contrapunha à esquerda. Nós acreditávamos que éramos um pouco melhor do que eles porque tínhamos tudo o que eles tinham, mas além disso a gente tinha uma outra coisa que era a fé. Isso hoje não faz mais sentido. Eu não nego a minha formação cristã anterior, mas hoje ela não está fazendo falta."

É interessante destacar que as pessoas que tinham uma ligação mais forte com a Igreja Católica, apresentavam uma experiência bastante diferenciada em relação a deste assessor. Através do depoimento de um líder do Xapinhal, que é membro de uma Comunidade Eclesial de Base do Xaxim e atualmente faz parte do grupo de assessores do Centro de Formação, é possível perceber estas diferenças.

"Eu sempre freqüentei o espaço da Igreja porque faz bem para mim. Eu sou ministro da eucaristia, de batismo, fui coordenador da comunidade e gosto de fazer isso. Acredito em um Deus que dá força para a gente transformar as coisas.
Eu acho que o papel da Igreja é muito importante e acho que as pessoas que acreditam que a Igreja tem um papel a cumprir na questão da justiça, como um espaço de transformação das coisas, da construção do reino de Deus, de fraternidade, de igualdade, tem que participar para que ela não retroceda.

Eu acho que a Igreja tem que salvar as pessoas em vida e não só após a morte. Eu não vou à Igreja para salvar a minha alma, porque dela Deus faz o que quiser. Mas, Ele quer que eu construa o Reino de Deus e isso eu faço na Igreja, na associação, no sindicato, no partido. A Igreja não é o único espaço da minha atuação, mas é o privilegiado, porque os outros espaços não mexem com o interior das pessoas. A mudança social fica muito mecânica, trabalha pouco o sentimento das pessoas.
A briga pelo poder é muito ferrenha no sindicato ou no partido. Você sai da reunião muito mais irritado do que com paz de espírito. Na comunidade também tem disputa, mas é um espaço privilegiado para conversar com Deus, para ter paz. Você pede ajuda para conseguir construir um mundo novo. Na comunhão eu incorporo os sentimentos de Cristo, pedindo para que eu possa defender os seus princípios. Nos outros espaços não tem essa construção."

O que diferencia este depoimento daquele prestado pelo membro do Grupão é, basicamente, a forma como vivenciaram e exprimiram a fé ao longo da vida. Para o assessor o compromisso que assumiu com os oprimidos na luta por sua libertação extrapola os limites da fé, é permeado por uma dimensão política, objetiva. Para o membro da comunidade esta dimensão política também está presente, mas é a fé o ponto de partida e de chegada, pois sua missão é construir o Reino de Deus.

4 – INTELECTUAIS ORGÂNICOS

Antonio Gramsci foi um dos teóricos marxistas cujo pensamento influenciou de forma decisiva os militantes católicos e entre eles os membros do Grupão e assessores do Centro de Formação. De uma forma geral, o conceito de intelectual orgânico fundamentou a ação de agentes de pastoral e daqueles que atuavam nas CEBs e nos movimentos populares ligados a Igreja Católica.

De acordo com Gramsci,

> *Cada grupo social nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.* [33]

Desta forma, a atuação do intelectual nunca é autônoma, visto que está relacionada à classe social à qual está vinculado. Desempenha na estrutura social a função de organização, de direção e de dominação, construindo o consenso ideológico em torno do grupo dominante de forma a garantir sua continuidade e assegurar sua hegemonia.

Os intelectuais não são somente aqueles assim definidos em relação às atividades que desenvolvem, mas todos os que exercem funções de organização em um sentido amplo, seja o plano da produção, da cultura ou da administração pública. Assim, não é a distinção entre o trabalho intelectual e o manual que os define, mas o lugar que ocupam nas relações sociais e numa classe. [34]

Gramsci afirma que

> *Não existe trabalho puramente físico, qualquer trabalho físico (...) mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora.*
> *... Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso.*

---

[33] - Antonio GRAMSCI, *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 3.
[34] - Luiz Alberto Gómez de SOUZA, *Classes populares e a Igreja nos caminhos da história*, p. 57.

> *Não existe não-intelectuais. Não existe atividade humana da qual possa excluir toda intervenção intelectual.*[35]

No entanto, apesar de todos os homens serem intelectuais, não são todos que desempenham esta função na sociedade. Por esta razão, as classes subalternas, como qualquer outro grupo social que pretenda estabelecer sua hegemonia, tem necessidade de ter intelectuais a seu serviço. Deve procurar conquistar os intelectuais tradicionais, que são aqueles que se encontram organicamente vinculados às classes sociais desaparecidas ou prestes a desaparecer.

Christinne Buci-Glucksmann destaca que para Gramsci o intelectual orgânico do proletariado não é aquele que se crê tal, mas aquele que se torna o intelectual político do proletariado.[36] Este intelectual deve desenvolver sua ação de forma a tornar-se um intelectual militante - citando uma expressão usada por Maria Antonieta Macciochi [37] - deve inserir-se ativamente na vida prática desta classe como organizador, persuasor permanente, desempenhando uma função política.

Em períodos de crise de hegemonia, que se caracterizam pela desestabilização da ordem política, cultural e econômica, as classes subalternas podem vir a estabelecer uma guerra de posição, ou seja, cercar o aparelho de Estado com uma contra-hegemonia. Nestes momentos de crise, a ação dos intelectuais é de fundamental importância, pois auxiliam no desenvolvimento da consciência de classe e na criação de uma nova cultura, que é o pressuposto ideológico para a nova sociedade. Assim, o intelectual orgânico da classe subalterna deve empenhar-se no trabalho de acentuar as crises, provocar as contradições e organizar sua classe em função de uma nova hegemonia. [38]

O intelectual orgânico deve partir do senso comum para captar a sabedoria popular, pois apesar de ser ambígua e introjetada de valores da ideologia dominante, possui

---

[35] - Antonio GRAMSCI, *op. cit.*, p. 7.
[36] - Christinne BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado*, p. 50.
[37] - Maria Antonieta Macciochi, *A favor de Gramsci*, p. 198.
[38] - Antônio Tavares JESUS, *Educação e hegemonia no pensamento de Gramsci*, p. 66 - 67.

um instinto de classe e uma intuição certeira baseada na situação objetiva e na necessidade.[39] Através da realização de um trabalho pedagógico de conscientização deve trazer à tona este instinto de classe, criticar e destruir a falsa consciência formada pela ideologia dominante e homogeneizar a consciência de sua classe, difundindo a concepção de mundo autônoma que convém a ela. [40]

Sílvia Manfredi ressalta que para Gramsci o fenômeno educativo tem grande importância na construção de uma nova cultura e uma nova concepção de mundo vinculada aos interesses das classes subalternas e que a educação popular é o processo que permite elaborá-las e divulgá-las.[41] Neste sentido, Luiz Eduardo Wanderley afirma que o campo mais específico do intelectual orgânico se situa nas tarefas educativas de divulgação, de organização e de sistematização teórica que precisam ser cumpridas em conjunto com os trabalhadores para que seu pensamento consiga se tornar hegemônico. [42]

É possível apontar a influência do pensamento de Gramsci junto aos teólogos da libertação através dos diversos textos produzidos que trazem referências explícitas à necessidade dos cristãos de estabelecer uma ligação orgânica com os oprimidos em sua luta pela libertação. De uma forma geral, os militantes católicos que atuaram em diferentes experiências de organização popular também foram influenciados por esta concepção de inserção junto às classes populares. Os membros do Grupão e assessores do Centro de Formação, por exemplo, recorreram a Gramsci, e principalmente ao conceito de intelectual orgânico, para pautar sua atuação junto aos movimentos populares. De acordo com um dos assessores do Centro de Formação,

"O pessoal optou por usar o Método Ver, Julgar e Agir, muitas vezes mesclado com uma tentativa de análise marxista. Usavam basicamente o Gramsci, os conceitos de guerra de posição, hegemonia, intelectual orgânico e estratégia. Paulo Freire

---

[39] - Luiz Alberto Gómez de SOUZA. *Classes populares e a Igreja nos caminhos da história*, p. 66.
[40] - Antônio Tavares JESUS, *op. cit.*, p. 70.
[41] - Sílvia MANFREDI, *op. cit.*, p. 54.
[42] - Luiz Eduardo WANDERLEY, *op. cit.*, p.122.

também era usado, mas só quando se tratava de educação. O Gramsci era mais usado quando se tratava da questão da política, da estratégia, porque tinha que fazer o trabalho de conscientização. Isso não era explicitado nos documentos oficiais, mas no trabalho isso era claro"

Um membro do Grupão afirma que *"a gente tinha o papel de ser, numa visão gramsciniana, o intelectual orgânico das classes populares."* Uma outra assessora diz *" a questão ética e a lisura política eram uma marca da nossa intervenção. Não manipular o movimento popular. Queríamos fazer o grupo crescer na consciência política. Não fazer o papel de dirigente e sim valorizar o papel do dirigente. As leituras de Gramsci e do papel do intelectual orgânico me marcaram muito neste processo."*

Desta forma, tendo sido influenciados pelas idéias da Teologia da Libertação, especificamente a opção pelos pobres, e pelo conceito de intelectual orgânico, os membros do Grupão e os assessores do Centro de Formação, através de sua inserção junto às classes populares, participaram de diferentes formas da vida das comunidades, apoiando sua luta por melhores condições de vida e organizando-as ao redor de questões concretas, como por exemplo a legalização dos loteamentos clandestinos e a conquista de creches. Assessoraram a criação de associações de moradores e de movimentos populares, desenvolvendo uma ação educativa que através de uma experiência democrática e participativa buscava construir um saber que fortalecesse o poder popular. Estes assessores tinham por objetivo apoiar as lideranças na elaboração de seu projeto de libertação e de transformação social e capacitá-las para dirigi-lo de forma autônoma. Assumindo o papel de intelectuais orgânicos das classes populares, procuraram estabelecer uma relação dialética entre a prática social dos movimentos populares e a teoria e, através de um processo educativo, formar novos intelectuais orgânicos surgidos das próprias classes populares.

5 –EDUCAÇÃO POPULAR

Ao priorizar sua atuação junto aos movimentos populares e desenvolver um trabalho de educação popular, o Centro de Formação, através de sua assessoria, pretendia fornecer instrumental que favorecesse a organização das classes populares e subsidiasse a construção de um saber popular que, por sua vez, fortalecesse a luta pela transformação social.

A educação popular é uma prática social e é definida por Carlos Rodrigues Brandão como uma educação que os grupos populares proporcionam a si próprios, como uma classe social e que se realiza em todas as situações em que a partir da reflexão sobre a prática social, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. Através da construção de um saber da classe há um fortalecimento do poder popular. [43]

> *O que justifica a educação popular é o fato de que o povo em seu processo de luta pela transformação social, popular, precisa elaborar seu próprio saber. Estamos na presença de atividades de educação popular, quando independentemente do nome que levam, se está vinculando a aquisição de um saber com um projeto social transformador. A educação é popular porque o que ela "ensina" vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através de conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia.* [44]

De acordo com Luiz Eduardo Wanderley, a educação popular se caracteriza por ser uma educação de classe popular, ser histórica e política, ser transformadora e libertadora, ser democrática, relacionar teoria e prática, articular educação com trabalho e ter como objetivo a realização de um poder popular.[45] O caráter de classe

---

[43] - Conforme Carlos Rodrigues BRANDÃO, *Educação popular.*

[44] - La educación popular hoy en Chile: elementos para definirla. ECO, Educación y Solidariedad – sem indicação do autor, p. 9. Citado por Rodrigues BRANDÃO, *Educação popular.*

[45] - Luiz Eduardo WANDERLEY, *op. cit.*, p. 105.

e a dimensão política da educação popular se definem por sua prática e pelo fato de sua teoria procurar desenvolver referências para a construção de um saber e de um poder visando a transformação da sociedade.[46]

Neste mesmo sentido, Carlos Nuñez Hurtado destaca que a educação popular é um processo de formação e de capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula à ação organizada do povo, para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova, de acordo com seus interesses.[47]

A educação popular se caracteriza também por ser o desenvolvimento de uma reflexão teórica a partir da prática social, que é fonte do processo coletivo de produção do conhecimento. Num movimento dialético, a realidade é ponto de partida no processo de conhecimento e ao ser relacionada com a teoria gera um novo conhecimento que, por sua vez, possibilita um retorno à prática num novo nível de compreensão.[48]

Neste sentido, vale destacar a influência do pensamento de Paulo Freire nas propostas de educação popular, quando afirma que partindo da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo será possível organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política.[49] Para ele a pedagogia do oprimido tem que ter nos oprimidos um de seus sujeitos. Ela é

> *aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça das opressões e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, e que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.* [50]

---

[46] - Conforme Hamilton FARIA et alii, *Educação popular em debate.*

[47] - De acordo com Carlos Nuñez HURTADO, *Educar para transformar – transformar para educar*, p. 44.

[48] - *Ibid.* p. 44 - 45.

[49] - Conforme Paulo FREIRE, *Pedagogia do oprimido.*

[50] - *Ibid.* p. 32.

Sílvia Manfredi ressalta a importância em definir a metodologia que será adotada no desenvolvimento do trabalho de educação popular, de modo que incorpore dinamicamente teoria e prática, propiciando condições para que este novo saber seja assumido nas novas formas de agir das classes populares, penetrando paulatinamente suas práticas econômicas, sociais e políticas.[51]

Além disso, no processo de educação popular é preciso construir uma nova relação entre os intelectuais e as classes populares, entre os educadores e os educandos. Carlos Rodrigues Brandão enfatiza a progressiva participação do trabalho do educador no trânsito de sujeitos populares, de agentes econômicos para agentes políticos, e a criação de uma nova hegemonia como sendo um dos pontos de partida da educação popular. [52]

> *Uma alteridade da educação popular se dissolve, não porque o educador venha a ser 'como o povo', mas porque o seu trabalho tende a se tornar 'das' classes populares e, portanto, não se esgota em uma permanente transferência de conhecimentos, o que reproduz a dependência de um lado com o outro, mas na possibilidade que o próprio instrumento chamado 'educação popular' venha a ser, na passagem de um pólo ao outro, uma conquista do povo. Uma reapropriação não apenas de um modo de saber, mas do 'meio' e do 'movimento' que, entres outros, tornam possível a produção autônoma deste saber.* [53]

De acordo com Luiz Eduardo Wanderley, a educação popular é produzida pelas classes populares ou para as classes populares, em função de seus interesses de classe. O objetivo do trabalho dos agentes externos a esta classe é educá-las.[54] Ainda segundo este autor, a educação popular é resultado da fecundação mútua

---

[51] - Sílvia MANFREDI, *op. cit.*, p. 57.
[52] - Conforme Carlos Rodrigues BRANDÃO, *Educação popular.*
[53] - *Ibid.*, p. 89
[54] - Luiz Eduardo WANDERLEY, "Educação popular e processo de democratização", p. 63.

entre intelectuais orgânicos externos e internos às classes populares, da teoria coerente com a prática.[55]

Os militantes católicos realizaram através de diferentes espaços e de diferentes formas um importante trabalho de educação popular, pois de acordo com a análise de Carmem Cinira Macedo, a Igreja Católica dá uma grande ênfase ao processo pedagógico, visto que são as consciências transformadas que geram uma ação transformadora, que constroem uma nova utopia, que desenvolvem propostas para uma nova sociedade.[56] Foi principalmente nas Comunidades Eclesiais de Base e através da utilização do Método Ver, Julgar e Agir que foram estabelecidas relações entre a prática das comunidades e a teoria, e desenvolvido um processo de conscientização das classes populares.

A Igreja, através de algumas de suas práticas, desenvolveu uma visão de transformação social e deu importantes contribuições no domínio da educação popular, como por exemplo enfatizando a importância de respeitar os valores e a cultura do povo e desenvolvendo um método e uma visão pedagógica a respeito de como trabalhar com as classes populares; procurando desenvolver práticas democráticas na base e criando formas de participação popular através das CEBs que possibilitaram que o povo desenvolvesse uma experiência de organização popular, mesmo que rudimentar. [57]

Em sua ação educativa os membros do Grupão e assessores do Centro de Formação procuraram, ao longo do tempo, estimular através do diálogo a participação das classes populares no processo coletivo de construção de um saber popular e propiciar a socialização deste saber. A prática social e a ação política dos movimentos populares eram o ponto de partida para a reflexão que buscava construir novas sínteses.

---

[55] - Luiz Eduardo WANDERELY, *Educar para transformar – educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*, p. 105.
[56] - Carmem Cinira MACEDO, *op. cit.*, p. 65
[57] - Scott MAINWARING, "Igreja Católica, educação do povo e política, p. 205.

É importante destacar que, apesar de terem sido realizadas inúmeras reuniões e encontros para debater a questão da educação popular, não existia um consenso sobre qual era a concepção adotada pelo Centro de Formação. O trabalho era realizado a partir da prática desenvolvida pelos assessores ao longo dos anos e também a partir de algumas idéias apresentadas por integrantes deste grupo que cursavam Ciências Sociais e que, na Universidade, travaram contato com autores que debatiam este tema.

De acordo com o depoimento de uma pessoa que participava do grupo de assessores, *"a gente tinha um consenso sobre o que era educação popular a partir daquilo que a gente fazia. Não era um consenso verbalizado ou por escrito e não tinha um embasamento teórico, mas ele existia a partir de uma prática e de algumas idéias."*

No entanto, esta falta de definição teórica formal a respeito do que entendiam por educação popular não impediu que os assessores do Centro de Formação concretizassem sua ação educativa, principalmente, através da assessoria direta prestada a diversos movimentos populares, entre eles o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB, o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte – MPPC, o Xapinhal, e também através do apoio dado de forma indireta a outras organizações populares, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e o Movimento de Luta Contra o Desemprego - MLCD.

A ação educativa dos assessores do Centro de Formação desenvolveu-se através de diferentes atividades tais como debates, reuniões e cursos para agentes de pastoral, para grupos de base e para lideranças. Para realiza-la recorreram à utilização de diversos recursos pedagógicos, entre eles a publicação de material popular (Boletim de Análise de Conjuntura, Jornal do MAB etc.) e a realização de pesquisas (Movimento de Creches, de preparação para a II Assembléia do MAB, dos acampados do Xapinhal, entre outras).

Através de sua atuação, o Centro de Formação contribuiu para que as lideranças do movimento popular se apropriassem de instrumentais de análise e tivessem acesso ao conhecimento socialmente produzido de forma a compreender melhor sua ação política e a realidade das classes populares. Nesse processo foram estabelecidas relações entre a teoria e a prática que propiciaram condições para que elaborassem de forma coletiva suas próprias sínteses e que essas fossem socializadas com parte dos integrantes dos movimentos populares, o que, em alguma medida, fortaleceu sua autonomia e sua organização.

6 – ASSESORIA AOS MOVIMENTOS POPULARES

A trajetória, a experiência de vida e política do grupo de assessores do Centro de Formação orientou, de diferentes formas, sua inserção junto às classes populares, como moradores de um bairro de periferia, como membros de uma comunidade eclesial de base e de uma associação de moradores, como líderes ou coordenadores de um determinado movimento popular, como agentes de pastoral, como militantes, como assessores, como educadores e como intelectuais orgânicos. Em alguns casos estes papéis se mesclavam e eram assumidos concomitantemente gerando tensões e desafios.

Existem várias definições a respeito do papel dos agentes externos ou assessores dos movimentos populares. Algumas priorizam o aspecto técnico, definindo a assessoria como *"um trabalho de intervenção indireta, ou seja, uma atuação esporádica, geralmente destinada aos agentes que trabalham com a base e não uma ligação direta e continuada com a base."* [58]

Outras análises enfatizam a contribuição política que estes assessores podem vir a dar ao movimento, como por exemplo Maria da Glória Gohn para quem a assessoria

[58] - Leilah LANDIM, "A serviço do movimento popular – as organizações não-governamentais no Brasil", p. 40.

é o trabalho direto ou de apoio às lideranças e às organizações dos movimentos desenvolvidos por profissionais técnicos, militantes políticos ou missionários religiosos que pode ser realizada de forma individual ou coletiva, através de instituições. O assessor de apoio é parte do movimento e atua enquanto uma de suas lideranças, embora se diferencie do povo por sua condição sócio-econômica. Desenvolve sua atividade à noite ou nos finais de semana, pois não mora na comunidade e seu trabalho profissional ocorre em outros espaços. O assessor técnico é um profissional que possui, além de uma qualificação técnica específica, uma visão crítica da realidade ou uma profunda sensibilização para os problemas sociais. Realiza um trabalho gratuito, motivado por alguns valores e idéias em que acredita, vinculadas ou não a concepções político-partidárias. Sua atividade surgiu a partir das necessidades concretas dos movimentos populares.[59]

Pedro Pontual define a atividade do assessor como uma assessoria participativa, na qual

> *O responsável pela ação educativa ou organizativa é o membro da organização popular, mas junto a ele está uma pessoa do Centro que, sem fazer o trabalho dele, participa de todas as atividades, treinando-se um elemento de permanente estímulo à reflexão sobre o planejamento e revisão das atividades em sua globalidade: prática educativa, prática organizativa, prática política etc. No caso específico da capacitação de membros de organizações populares para o trabalho de educação política, este tipo de assessoria se expressa na formação e acompanhamento de monitores de formação política das próprias organizações. Esse método de assessoria participativa, que também é utilizado coletivamente, permite um contato direto com a realidade popular e sua contribuição à prática, evitando a imposição de idéias, de métodos e criando condições para uma aprendizagem recíproca. Permite ainda, através do acompanhamento orgânico dos grupos populares contribuir para um avanço desses grupos na sua capacidade de teorizar sobre sua prática.* [60]

---

[59] - Conforme Maria da Glória GOHN, *Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias.*
[60] - Pedro PONTUAL, *Os centros de educação popular na conjuntura brasileira (1964 – 1986)*, p. 117.

Ao definirem os agentes pastorais, alguns autores abordam aspectos que também caracterizam os assessores. O agente de pastoral pode ser um religioso ou leigo que se propõe a trabalhar com a comunidade e alguns optam por residir no local onde atuam. No entanto, não é possível dizer que pertençam à comunidade, pois por sua condição sócio-econômica e por sua qualificação profissional continuam sendo externos a ela.

De acordo com Maria da Glória Gohn, uma das características do agente pastoral é que este considera seu trabalho uma missão.[61] Carmem Cinira Macedo define missão como uma tarefa que emana de Deus e propicia satisfação e valor ao sujeito.[62] Muitos agentes acreditam que são como "fermento na massa", utilizando uma imagem que faz alusão a uma passagem do Evangelho, pois sua tarefa é animar a organização de grupos, despertar e formar lideranças. Neste caso o papel do agente se reveste de um caráter mais ativo, de maior intervenção junto à comunidade e pode expandir-se para outros espaços, como os movimentos populares, nos quais pode vir a desenvolver um trabalho educativo, fazendo a ligação entre a análise acerca dos problemas concretos vivenciados pelas classes populares e as ações políticas que buscam a transformação desta realidade. É importante enfatizar que os agentes também se formam neste processo.

Pode-se concluir que, por sua origem de classe, o assessor caracteriza-se por ser uma pessoa externa ao grupo com o qual trabalha, mas principalmente é aquele que coloca a serviço do movimento popular sua qualificação intelectual. Há aqueles que desempenham suas atividades de forma pontual e revestidas de um caráter mais técnico do que político. Outros estabelecem uma vinculação orgânica com os movimentos populares, desenvolvendo um trabalho organizativo, com uma dimensão educativa e política, pois encontram-se profundamente comprometidos com os interesses das classes populares e com sua luta pela transformação social.

---

[61] - Conforme Maria da Glória GOHN. *Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias.*
[62] - Carmem Cinira Macedo, *op. cit.*, p. 149.

Para Gramsci

> *O elemento popular "sente", mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual "sabe", mas nem sempre compreende e, muito menos , "sente" (...) O erro do intelectual consiste em acreditar que possa "saber" sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber) (...) sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as (...) bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção de mundo superior, cientifica e coerentemente elaborada, que é o saber; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e o povo-nação.* [63]

Neste sentido, há uma distinção entre o saber do assessor/intelectual e o da classe popular. A relação que se estabelece entre eles deve ser de troca, de complementação visando a construção de um novo saber, que possibilite que esta classe conquiste sua hegemonia. Clodovis Boff enfatiza que o povo sabe a mesma coisa que o intelectual, só que de maneira distinta. O povo faz sem saber teoricamente, sua sabedoria é a da vida. O saber do intelectual é racional, abstrato, construído, ele sabe sem fazer concretamente. Este saber não consegue captar a totalidade da realidade, pois o mundo vivido é muito mais rico que o mundo sabido. Esses dois saberes não precisam ser antagônicos e, apesar de possuírem sua lógica e sua autonomia, podem se articular. Neste processo, o povo assimilará mais elementos de caráter crítico, analítico ou técnico, e o intelectual se enriquecerá com as intuições da vivência popular.[64]

A condição para que exista uma troca entre estes saberes é a inserção dos assessor/intelectual nas práticas das classes populares, participando concretamente de sua vida, estabelecendo um laço orgânico. A medida que este se aproxima de forma crescente do universo popular, através da própria dinâmica do trabalho que desenvolve, e as classes populares crescem em sua experiência e em sua

---

[63] - Antonio GRAMSCI, *Concepção dialética das história*, p.
[64] - Conforme Clodovis BOFF, *Agente pastoral e povo.*

qualificação intelectual, a distinção entre eles se enfraquece. Se o compromisso histórico e político do assessor coincide com o da libertação popular, sua posição deixa de ser externa e ele cumpre papel de intelectual orgânico. [65]

A inserção orgânica do assessor/intelectual gera um maior compromisso, possibilita que perceba as reais necessidades das organizações populares e ofereça uma contribuição mais adequada, articulada aos interesses das classes populares. Sua tarefa é atuar no projeto de constituição de um sujeito político que possa levar a uma transformação social.[66] É importante frisar que o assessor/intelectual também se forma neste processo.

Desta forma, o assessor tem participação importante no processo de organização popular, mas sua relação com as classes populares pressupõe um certo poder e é preciso saber como equacionar esta questão. De acordo com Scott Mainwaring a pergunta que deve ser feita não é se estes assessores estão ou não presentes no processo de organização popular, mas como atuam.[67] Clodovis Boff reconhece que toda ação pedagógica constitui o exercício de um poder e que não existe ação pedagógica absolutamente não-diretiva. Desta forma, em sua intervenção junto ao movimento popular o assessor também influi e dá direção ao movimento. Neste contexto, a questão que se apresenta é como influir e em que direção.[68]

Através de sua atuação, e sobretudo através do trabalho de educação popular, o assessor/intelectual desenvolve um processo que tem como um de seus objetivos tornar as lideranças/educandos autônomos, capacitando-as para darem direção aos movimentos populares de acordo com os interesses das classes populares. De acordo com Éder Sader, sujeito autônomo não é aquele que é livre de todas as determinações externas, mas o que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Assim, autonomia é a elaboração da própria identidade e

---

[65] - *Ibid.*
[66] - Hamilton FARIA et alii, *op. cit.*
[67] - Scott MAINWARING, *op. cit.*, p. 214.
[68] - Clodovis BOFF, *op. cit.*

de projetos coletivos de mudança a partir das próprias experiências.[69]

É importante enfatizar que, de acordo com as necessidades dos movimentos populares diante das diferentes conjunturas, as atividades desempenhadas pelos assessores sofrem transformações. Neste sentido, em determinados momentos o assessor atua como mobilizador e organizador, mas em seguida pode desenvolver uma ação pedagógica, técnica ou articular uma ação política. De uma forma geral, este processo ocorre também nos centros de educação popular, pois à medida que a conjuntura vai evoluindo, alteram sua contribuição em termos da qualidade e da especialização.[70]

8 – O GRUPO DE ASSESSORES DO CENTRO DE FORMAÇÃO

Os membros do Grupão e alguns assessores do Centro de Formação estabeleceram relações com as comunidades e com os movimentos populares nas quais, em muitos momentos, não foi possível definir com clareza a função que exerciam. Esta situação era decorrência da própria experiência dessas pessoas que atuavam em um mesmo espaço desempenhando diferentes atividades.

Durante a década de 70, a atuação dos membros do Grupão caracterizou-se por priorizar a mobilização e a organização das classes populares residentes nos bairros da periferia da cidade ao redor de lutas concretas que buscavam a melhoria da qualidade de vida. Muitas vezes este processo teve início no trabalho que realizavam nas Comunidades Eclesiais de Base e também a partir das associações de bairros das quais participavam na qualidade de moradores.

O fato de alguns assessores do Centro de Formação residirem em bairros de periferia, participarem da vida das comunidades e de associações de bairros criou

---

[69] - Éder SADER, *op. cit.*, p. 56.
[70] - Hamilton FARIA et alii, *op. cit.*

condições para que fossem considerados como pertencentes a este espaço social, sendo reconhecidos pelos moradores como lideranças. Muitos efetivamente assumiram este papel, influindo nas decisões tomadas pelo grupo e dando direção as suas ações.

Neste sentido, é importante definir o que é uma liderança e diferenciá-la de um dirigente do movimento, pois uma liderança não é necessariamente um dirigente, mas um dirigente é sempre uma liderança. De forma geral, considera-se liderança a pessoa que é reconhecida pelo grupo em função das atividades comunitárias que desempenha, pelo fato de representar legitimamente os moradores do bairro perante as autoridades, estabelecendo uma mediação entre a população e canais da sociedade.[71]

O líder tem legitimidade mesmo que sua situação não seja formalmente legalizada, através de uma eleição, por exemplo. Mobiliza e agrega pessoas, é responsável por animar e articular o grupo. O dirigente, além de todas as qualificações que são características do líder, tem também a capacidade de dar direção a uma ação e a um movimento social. O líder e o dirigente são pessoas internas ao grupo e podem se constituir de diferentes formas e em diferentes níveis, mas de modo geral, manifestam-se e consolidam-se no processo de organização popular.

Apesar de alguns assessores do Centro de Formação residirem em bairros populares, participarem da comunidade e da associação de moradores, serem reconhecidos como lideranças e atuarem como dirigentes, não é possível considerá-los como internos a este grupo, pois vários aspectos os diferenciavam, entre eles, seu histórico de vida, sua origem social, o acesso que tiveram ao conhecimento socialmente produzido, seus valores e sua cultura.

Mas, acima de tudo, o que os diferenciava era a intencionalidade que existia por trás de sua condição de moradores, pois esta era resultado de uma opção política e não de uma necessidade econômica. Tornaram-se moradores de bairros populares porque decidiram se inserir junto às classes populares, contribuir com sua

[71] - Carmem Cinira MACEDO, *op. cit.*, p. 180.

organização popular e apoiar sua luta pela transformação social através do desenvolvimento de um trabalho de educação popular. O que os diferenciava era seu projeto e sua prática pedagógica que, por sua vez, determinavam a relação que estabeleciam com a comunidade.

Sua atuação não pode ser considerada contraditória, pois eram moradores do bairro e assumiam legitimamente a função de lideranças e de dirigentes. Sua inserção junto às classes populares concretizava-se através de sua ação educativa, pois de acordo com o depoimento de um dos assessores do Centro de Formação,

"Ao irmos para o movimento social o que tínhamos na cabeça é que quem tinha que fazer a transformação social era o povo. A gente tinha que reunir o povo e fazer com que ele assumisse isso, dar os instrumentos, orientar como é que se chegava ao poder. Se nós não fôssemos para o bairro organizar o pessoal as coisas não sairiam."

Neste sentido é importante enfatizar que, inevitavelmente, o assessor dá direção ao movimento através do trabalho que desenvolve. Apesar de, em alguns momentos sua atuação ter uma dimensão técnica, ela é fundamentalmente política, pois ele tem um compromisso com o projeto popular de transformação social. O problema surge quando o assessor desempenha esta função sem ter delegação para tal ou quando substitui a liderança que dá direção ao movimento, pois o papel do assessor é apoiar o movimento popular e contribuir com o seu projeto de transformação social, mas não tomar decisões e nem dirigir este processo.

No entanto, deve-se salientar que os assessores do Centro de Formação enfrentavam uma tensão constante ao desempenharem funções de lideranças ou de dirigentes do movimento, mesmo de forma legítima, visto que seu projeto era formar lideranças autônomas, capazes de dar direção ao movimento popular e não assumirem seu lugar.

Inicialmente, os membros do Grupão investiram no processo de mobilização e organização popular através de sua inserção nas CEBs e de sua participação nas

associações de moradores. Neste contexto, o trabalho de educação popular não era realizado de forma sistemática e organizada, mas aproveitando atividades do dia-a-dia do grupo. Como esclarece um membro do Grupão,

"Neste momento nossa formação acadêmica não teve muito o que oferecer para o movimento, no sentido de transmissão do conhecimento. Não era possível capacitar o povo antes dele estar organizado. Capacitar que povo? Para quê? Era preciso fazer aquela população se organizar, enfrentar o poder e saber que era uma luta difícil. O conhecimento acadêmico é importante no sentido de desvelar a realidade, mas a nossa dinâmica naquele momento era mais organizativa."

A trajetória dos membros do Grupão junto às comunidades e movimentos populares gerou a necessidade de realizar o trabalho de organização popular de forma mais articulada e criar um espaço de apoio e suporte às ações educativas que vinham sendo desenvolvidas e, para tanto, foi criado o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo.

Através desta entidade, as pessoas envolvidas com as comunidades e com o processo de organização popular passaram também a desenvolver atividades na qualidade de assessores atendendo a demandas específicas do movimento popular. Uma dessas atividades foi acompanhar a articulação do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, que agregava associações das quais participavam. Esta situação fez com que desempenhassem vários papéis ao mesmo tempo e em muitos momentos confundissem sua função.

O crescimento e o fortalecimento dos movimentos populares apresentou desafios para os assessores do Centro de Formação, entre eles a necessidade de qualificarem-se para responder às novas demandas, sobretudo as decorrentes da relação dos movimentos com os governos recém-eleitos, pois com a vitória de partidos de oposição que assumiam em sua agenda a participação popular, era preciso capacitar as lideranças para viabilizar sua atuação.

Esse processo exigiu que os assessores assumissem uma nova postura, ou seja, precisavam se qualificar para elaborar um método específico através do qual fosse possível desenvolver um trabalho de capacitação das lideranças do movimento popular. Segundo as palavras de uma assessora, *"para nós também faltava formação. Ao mesmo tempo que a gente criticava e participava, também estava aprendendo e tentando modificar nossa prática."*

O Centro de Formação reunia um grupo significativo de pessoas que desempenhavam atividades de assessoria. No entanto, nem todos tinham competência técnica para desenvolver este trabalho, pois não possuíam um conhecimento que os diferenciasse do grupo no qual atuavam. Outros, apesar da formação acadêmica que os qualificava como assessores, assumiam uma postura de militantes do movimento. A análise de um dos assessores do Centro de Formação possibilita compreender melhor esta situação.

"Participavam do Centro de Formação dois grupos. Um pessoal ligado à organização prática, que eram os militantes, e um pessoal mais ligado à assessoria, que tinha uma formação acadêmica. Existia também um grupo que era proveniente da Igreja, ex-seminaristas e alguns que continuavam sendo seminaristas, que vieram trabalhar no movimento. Eles desenvolviam uma ligação diferente daqueles que tinham uma formação acadêmica e vinham assessorar o movimento, porque eles se envolviam direto com a militância e a militância deles provinha da Igreja. Desta forma, tinham essa formação acadêmica, mas eram militantes. O problema desse pessoal de Igreja é que eles não têm muito a tradição de estudo e de aprofundamento e acaba ficando muito superficial nesta questão teórica, o que não ajuda o movimento a avançar."

O depoimento de uma pessoa que havia sido membro do Grupão, que pertencia ao grupo de assessores do Centro de Formação e que foi coordenadora das atividades desenvolvidas por esta entidade, indica os limites que existiam e prejudicavam a articulação das atividades que estas pessoas desenvolviam junto aos movimentos populares.

"Quando fui coordenadora do Centro de Formação lembro da dificuldade em superar o basismo, o espontaneísmo, a rejeição à disciplina, à autoridade, à coordenação e a tudo que parecesse vertical. A dificuldade em planejar, avaliar, sistematizar, tudo o que parecesse institucional. Havia alergia à institucionalidade. Queria-se viver a revolução permanente. Negava-se todo o saber escolar, porque era burguês. Negavam também o saber dogmático do marxismo. Não tínhamos formação política, organizacional e nem técnica apropriada para o que queríamos fazer. Ninguém conhecia história, sociologia, antropologia, nem políticas públicas. Era um bando de bem-intencionados, correndo em todas as direções."

Havia dois grupos de assessores no Centro de Formação. O primeiro era formado por pessoas que tinham desenvolvido uma trajetória de compromisso com as classes populares profundamente marcada pelas influências exercidas pela Ação Católica, especificamente pela JUC e sua proposta de formação na ação e de inserção no meio com o qual atuavam; pela concepção de Gramsci a respeito do papel do intelectual orgânico das classes subalternas; pela Teologia da Libertação, principalmente pela opção pelos pobres, e que procuravam negar a prática de grupos e partidos de esquerda, pois era considerada vanguardista e, desta forma, priorizavam o trabalho realizado junto às bases.

O segundo grupo de assessores, apesar de ter assumido os mesmos compromissos com as classes populares e também ter sido influenciado pelo pensamento de Gramsci, pela Teologia da Libertação, pelas idéias de Paulo Freire e pelas propostas de educação popular, tinha uma experiência que se diferenciava em alguns aspectos. Um deles relacionava-se a não terem vivenciado o mesmo contexto histórico que os membros do Grupão, tendo em vista sua faixa etária, e não terem acumulado uma experiência tão significativa em relação ao trabalho de mobilização e organização das classes populares. Além disso, sua qualificação profissional (sociólogos, advogados etc.) proporcionava uma contribuição mais específica ao processo de capacitação das lideranças dos movimentos populares.

Desta forma, o primeiro grupo, basicamente composto por membros do Grupão, foi responsável por parte do processo de mobilização e organização popular

desencadeado nos bairros da periferia de Curitiba durante a década de 70, e pela articulação de diversos movimentos populares durante os primeiros anos da década de 80. Com as transformações ocorridas nestes movimentos e com o surgimento da necessidade de capacitar lideranças, tiveram que desenvolver um processo de auto capacitação para responder a esta demanda.

Neste contexto nem todos conseguiram se qualificar para desempenhar suas atividades e assim contribuir efetivamente com o avanço do movimento popular. De acordo com o depoimento de um assessor do Centro de Formação que atuou junto à questão rural e também à questão da saúde popular,

"Essa é uma das críticas que eu faço. Além da parte da articulação e do processo de capacitação, o Centro de Formação deveria ter contribuído com uma assessoria técnica, que elaborasse diagnósticos, que ajudasse a colher dados e analisá-los. Mas não tinha funcionários com um perfil técnico específico e não tinha proposta de fazer isso. Era mais um trabalho de articulação que ficava no sentido mais clássico da assessoria. Mas era de uma forma muito militante, muito misturada. Acho que em alguns momentos existiu uma acerta confusão entre o Centro de Formação e os movimentos populares, havendo até um mecanismo de substituição, dificultando com que assumissem o seu papel."

O segundo grupo de assessores do Centro de Formação desenvolveu o processo de capacitação de lideranças de forma sistemática, realizando encontros e cursos e, através destas experiências, procurou sistematizar a experiência acumulada. Um dos objetivos deste trabalho era colaborar na elaboração de uma concepção de educação popular do Centro de Formação e construir uma metodologia específica para o desenvolvimento deste trabalho.

O Curso de Capacitação de Lideranças para o Movimento Popular foi um momento privilegiado neste processo, visto que estabeleceu uma relação entre teoria e prática, através de uma ação educativa baseada no diálogo, na participação, na troca de experiências, na construção coletiva do conhecimento, que buscava garantir que lideranças e participantes dos movimentos populares - sujeitos desta

ação coletiva - apreendessem os instrumentos de análise, visando sua autonomia de reflexão e de ação.

O Centro de Formação atravessou o mesmo processo vivenciado por grande parte das ONGs no Brasil, ou seja, num primeiro momento, nas décadas de 60 e 70, um movimento de resistência e de organização de pequenos grupos, e durante os anos 70 e 80 a formação de assessores para capacitar e articular o movimento popular. [72] A contribuição dos assessores do Centro de Formação ao movimento popular sofreu inúmeras transformações ao longo do tempo, de forma a atender suas demandas. Inicialmente mobilizaram e organizaram as classes populares, desempenhando inclusive os papéis de liderança e de dirigente. Em seguida, propiciaram a articulação de entidades de representação popular e atuaram de modo mais específico como educadores, na capacitação e na qualificação técnica das lideranças para que assumissem a direção do movimento, decidindo seu rumo e tomando decisões tendo em vista os interesses das classes populares e a construção de seu projeto político de transformação social.

A concepção de educação popular do Centro de Formação, apesar de não ter sido definida formalmente pelos assessores que desenvolviam este trabalho, concretizou-se através de diferentes ações e do apoio prestado aos movimentos populares, animando a mobilização e a organização popular, assessorando a articulação de entidades de representação popular, estabelecendo uma metodologia para o trabalho de educação popular com grupos de base e com lideranças, favorecendo a relação entre teoria e prática e a socialização de instrumentais de análise, buscando construir de forma coletiva um saber que contribuísse para tornar os participantes dos movimentos em sujeitos autônomos, capazes de dirigir o processo de luta pela transformação social.

No final da década de 80 muitas pessoas que participavam deste trabalho de assessoria afastaram-se do Centro de Formação. Essa situação pode ser explicada através das diferentes razões apontadas nas entrevistas realizadas com participantes do grupo de assessores, entre elas o refluxo organizativo enfrentado

[72] - Conforme Pedro Pontual, *op. cit.*

pelos movimentos populares de uma forma geral, problemas pessoais relacionados a doenças na família, a necessidade de qualificar-se e investir na carreira profissional, mudança de residência para outra cidade, o envolvimento com partidos políticos, principalmente o Partido dos Trabalhadores e também a inserção no movimento sindical, atuando junto à sua categoria profissional.

No entanto, é preciso destacar que todas estas pessoas, mesmo não estando mais vinculadas ao trabalho realizado pelo Centro de Formação, ainda atuam em espaços onde desenvolvem diferentes atividades de educação popular, pois continuam comprometidas com as classes populares e ainda acreditam na possibilidade de lutar pela transformação social.

Como analisa Michael Löwy,

> *O cristianismo da libertação deu forma à cultura política e religiosa de várias gerações de militantes cristãos no continente, a maioria dos quais muito provavelmente não abandonarão suas convicções éticas e sociais profundamente arraigadas.*[73]

Como afirma uma participante do grupo de assessores do Centro de Formação,

"Hoje a gente vê que nossa atuação teve problemas e limitações, que muitas lutas se perderam e não tiveram continuidade. Mas, apesar disso a gente contribuiu com o movimento popular, fez o que era possível. As pessoas que estavam envolvidas, engajadas e que desenvolviam um trabalho de assessoria, tinham uma proposta de transformação da sociedade. Se não fosse por isso teriam abandonado tudo, porque era muito trabalhoso fazer tudo aquilo."

---

[73] - Michael LÖWY, *op. cit.*, p. 229.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de vida e a experiência política dos integrantes do Grupão não se diferenciam muito das inúmeras histórias de pessoas que buscaram, de diferentes formas, apoiar a organização das classes populares em sua luta por melhores condições de vida e pela transformação social. O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo foi criado de forma semelhante a outras ONGs que surgiram no Brasil no final dos anos 70, início da década de 80. O trabalho de educação popular realizado pelo grupo de assessores do Centro de Formação tinha muito em comum com experiências desenvolvidas por diferentes entidades e organizações populares.

Apesar destas constatações, houve o interesse em resgatar e analisar a prática educativa deste grupo por sua importância no cenário das lutas populares. A conjugação de diferentes fatores e influências diferencia este grupo de outros tantos e foi responsável por gerar um tipo de assessor/educador/intelectual orgânico que imprimiu determinadas características ao processo de organização política, influindo na criação, no fortalecimento e na atuação de movimentos e organizações populares em Curitiba e no Paraná, sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade e também no Partido dos Trabalhadores. O fato de alguns movimentos populares assessorados pelo Centro de Formação terem enfrentado um processo de desarticulação durante a segunda metade dos anos 80 não significa que o esforço empreendido tenha sido em vão, pois é preciso considerar que este refluxo faz parte da dinâmica dos movimentos populares.

A ação educativa e política deste grupo esteve profundamente vinculada às necessidades e demandas apresentadas pelo movimento popular e, para atendê-las, passou por inúmeras transformações ao longo do tempo. Quando a Igreja deixou de ser o único espaço de atuação política possível e os integrantes do grupo de assessores do Centro de Formação passaram a participar de outros espaços, foram distanciando-se do trabalho realizado pela Igreja Católica. Na medida em que o movimento popular foi se organizando e se expandindo através de várias entidades populares nas quais era possível participar, estas pessoas foram se

distanciando também do Centro de Formação, passando a atuar em sindicatos, em associações profissionais e em partidos políticos. Levaram para estes espaços a experiência adquirida junto aos movimentos populares, mais especificamente aquela obtida através de sua atuação nas CEBs e nas pastorais da Igreja.

O trabalho desenvolvido pela assessoria do Centro de Formação propiciou que as classes populares debatessem seu direito a melhores condições de vida, o que contribuiu para sua participação no processo de luta pela conquista de sua cidadania e para que alcançassem vitórias significativas. As atividades desenvolvidas originaram um tipo de trabalho popular que teve desdobramentos em diferentes práticas, favoreceu a organização de outros espaços de participação e de educação popular e introduziu diferentes elementos na dinâmica dos movimentos populares. Esta experiência não pode ser subestimada no cenário das lutas populares em Curitiba e no Estado do Paraná.

O Centro de Formação Urbano Rural permanece atuando na área de assessoria aos movimentos populares. Atualmente muitas pessoas responsáveis pela coordenação e pela assessoria destes movimentos são antigas lideranças que participavam das atividades promovidas por esta entidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Nazareno S. N. S. *Chega de enrolação, queremos condução, movimento reivindicativo e transporte coletivo em São Paulo 1979 – 1982.* Brasília. Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, 1987.

BAPTISTA, Celso V. "PMDU e estrutura policêntrica – novas diretrizes para o crescimento ordenado da cidade." *Revista Espaço Urbano – Pesquisa e Planejamento*, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, Curitiba, 1, s.d.

BARBOSA, Josival L. *Pastoral popular e pedagogia da libertação.* Petrópolis, Editora Vozes/IBASE, 1988 (Coleção Fazer, 29).

BARREIRA, Irlys Alencar F. "Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais." In: KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição 1974 – 1985.* Porto Alegre, CEDEC/LP&M, 1986.

BAVA, Sílvio Caccia. *A crise da moradia popular em São Paulo.* In: XII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988.

----------. *Práticas cotidianas e movimentos sociais – elementos para a reconstrução de um objeto de estudo.* Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1983.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular.* São Paulo, Livraria Pioneira, 1974.

----------"Cultura do povo e educação popular." In: QUEIROZ, José & VALLE, Edênio (org.). *A cultura do povo.* 3. ed., São Paulo, Cortez Editora, 1985.

----------. "Ensino público e educação popular." In: PAIVA, Vanilda (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular.* 2. ed., Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986.

----------. *Política e educação no Brasil – a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil.* São Paulo, Editora Ática, 1989.

BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base.* 2. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

---------- "Os cristãos e a política." In: BOFF, Clodovis et alii. *Cristãos: como fazer política.* Petrópolis, Vozes/ IBASE, 1987 (Coleção Fazer, 26).

BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com o povo.* Petrópolis, Vozes/IBASE, 1984 (Coleção Fazer, 5).

----------."Agente pastoral e povo." *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, 40, (158):,Vozes, s. d.

---------- et alii. *Cristãos: como fazer política.* Petrópolis, Vozes/IBASE, 1987, (Coleção Fazer, 26).

BOFF, Leonardo. "Fé, teologia da libertação e compromisso político." In: BOFF, Clodovis et alii. *Cristãos: como fazer política*, Petrópolis, Vozes/IBASE, 1987 (Coleção Fazer, 26).

---------- & **BOFF**, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação.* 4. ed., Petrópolis, Vozes/IBASE, 1989 (Coleção Fazer, 17-18).

BORAN, Jorge C. S. *O senso crítico e o método ver, julgar e agir – para pequenos grupos de base.* 4. ed., São Paulo, Edições Loyola, 1981.

BORDA, Orlando Fals. "Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular." In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação popular.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Vôos).

----------. "Pesquisar – Participar." In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

---------- (org.).*Repensando a pesquisa participante.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

----------. "Da educação fundamental ao fundamental da educação." *Revista Proposta,* Suplemento 1, set.1977, Rio de Janeiro. FASE.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado.* São Paulo, Editora Paz e Terra, 1980.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. *A política dos outros – o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

CAMARGO, Cândido Procópio et alii. "Comunidades Eclesiais de Base." In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícios Caldeira (org.). *São Paulo: o povo em movimento.* Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.

CARDOSO, Ruth. "Movimentos sociais urbanos: um balaço crítico." In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria H.T. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

----------. "A trajetória dos movimentos sociais." In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Nanci V. de. *Autogestão* - o *nascimento das ONGs*. 2. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

CORREA, Enrique. "Cristianismo de izquierda e iglesia popular – continuidad y ruptura del 60 al 80." *Revista Nueva Sociedade - Religion, Crencias y sociedad*, 82, mar./abr., 1986.

COSTA, Marta B. "Associação de moradores e amigos de bairro de Curitiba." In: VALLADARES, Lícia & BOSCHI, Renato (org.). *Experiências comunitárias em assentamentos de baixa renda*. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Habitação, Departamento de Pesquisa – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre, LP&M, 1981.

COVRE, Maria de Lourdes (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

DALE, Frei Romeu (org.). *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

DOIMO, Ana Maria. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular – movimento de transporte coletivo em Vila Velha, Espírito Santo*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.

----------. "Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade." In: KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição 1974 – 1985*. Porto Alegre, CEDEC/LP&M, 1986.

---------- et alii. "Os novos movimentos sociais – teoria e prática." *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Cortez Editora/ANPOCS, 1986.

DURHAN, Eunice. "Movimentos sociais - a construção da cidadania." *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 10, out. 1984.

----------. "A sociedade vista da periferia." In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo, Editora Paz e Terra/ CEDEC, 1988.

FARIA, Hamilton et alii. *Educação popular em debate.* Petrópolis, Vozes/Nova, 1988 (Cadernos de Educação popular, 13).

FERNANDES, Dom Luís. *Como se faz uma comunidade eclesial de base.* 2. ed., Petrópolis, Vozes/IBASE, 1984 (Coleção Fazer, 3).

FERNANDES, Rubem César. "Sem fins lucrativos." In: LANDIM, Leilah (org.). *Sem fins lucrativos – as organizações não governamentais no Brasil.* Rio de Janeiro, ISER, 1988.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade.* 15. ed., São Paulo, Editora Paz e Terra, 1984.

----------. *Pedagogia do oprimido.* 17. ed., São Paulo, Editora Paz e Terra, 1987.

----------. *Pedagogia da esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido.* São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992.

FUCKNER, Cleusa M. *A formação da consciência política pelas comunidades de base do bairro do Xaxim de 1964 a 1984.* Trabalho apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1988.

GARCIA, Maysa Dias. *O MAB – Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana e a construção de uma nova prática política.* Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas.* São Paulo, Cortez Editora, 1982.

----------. *A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo.* Petrópolis, Vozes, 1985.

----------. *Luta pela moradia popular em São Paulo – movimento de moradia 1975 – 1985.* In: XI Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, Águas de São Pedro, 1987.

----------. *Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias.* Mimeografado, 1987.

GONZALES, Héctor Hernam. "Desenvolvimento urbano – planejamento e participação", *Revista Espaço Urbano – Pesquisa e Planejamento*, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, s.d.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* 3. ed., Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1985.

----------. *A Formação dos intelectuais.* Portugal, Editorial Fronteira, 1976.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci.* 2. ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

HURTADO, Carlos Nuñez. *Educar para transformar – transformar para educar.* Petrópolis, Vozes, 1993.

JACOBI, Pedro. "Exclusão urbana e luta pelo direito à moradia." *Revista Espaço e Debates.* São Paulo, 7, Cortez Editora, out./dez. 1982.

----------. "Movimento social urbano e a crise: da explosão social à participação popular autônoma." *Revista Política e Administração.* 2, (1):, Rio de Janeiro, jul./set.1985.

----------. *Políticas públicas de saneamento básico e saúde e reivindicações sociais no município de São Paulo, 1974 – 1984*, Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1985.

JESUS, Antônio Tavares. *Educação e hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci.* São Paulo, Cortez Editora /UNICAMP, 1989.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana.* São Paulo, Editora Paz e Terra, 1980.

----------. "O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana." In: MOISÉS, José Álvaro et alii. *Cidade, povo e poder.* São Paulo, Editora Paz e Terra/CEDEC, 1982.

KRISCHKE, Paulo. "As CEBs na 'abertura': mediações entre a reforma da Igreja e as transformações sociais." In: KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (org.). *A Igreja nas bases em tempos de transição 1974 – 1985.* Porto Alegre, LP&M/CEDEC, Porto Alegre, 1986.

LANDIM, Leilah. "A serviço do movimento popular – as organizações não-governamentais no Brasil." In: LANDIM, Leilah (org.). *Sem fins lucrativos – as organizações não-governamentais no Brasil.* Rio de Janeiro, ISER, 1988.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil – hipóteses para uma interpretação.* Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

----------. "Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política." In: MOISÉS, José Álvaro et alii. *Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80.* Petrópolis, Editora Vozes, 1982.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses. Religião e política na América Latina.* Petrópolis, Vozes/CLACSO, 2000.

MACCIOCHI, Maria Antonieta. *A favor de Gramsci.* 2. ed., Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

MACEDO, Carmem Cinira. *Tempo de gênesis - O povo nas comunidades eclesiais de base*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

MAINWARING, Scott. "Igreja Católica, educação do povo e política." In: PAIVA, Vanilda (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986.

----------. "A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1975 – 1985." In: KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott. *A Igreja nas bases em tempos de transição 1974 -1985*. São Paulo, LP&M/ CEDEC, 1986.

MANFREDI, Sílvia M. "A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci." In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A questão política da educação popular*. 7. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

MARANHO, Eron & STOLL, Sandra Jaqueline. "Participação, organização e trabalho comunitário. Algumas experiências desenvolvidas no Paraná." *Boletim Análise Conjuntural,* Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, 11 (11), 1981.

MOISÉS, José Álvaro. "O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais." In: MOISÉS, José Álvaro et alii. *Cidade, povo e poder*. São Paulo, CECEC/Paz e Terra, 1982.

MOURA, Rosa et alii. *Metropolização e intervenção metropolitana*. In: Anais do II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Rio de Janeiro, 1987.

---------- et alii. "RMC: O censo confirma a metropolização." *Metrópole Grande Curitiba: teoria e prática,* Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, 1994.

MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

NEVES, Lafaiete S. *Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba (1970-1990)*. Tese de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

NUNES, Edson. *Carências urbanas e políticas – dois estudos de caso de sociedade de amigos de bairros da Região Metropolitana de São Paulo durante a transição política*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1987.

---------- & JACOBI, Pedro. "Movimentos sociais urbanos da década de 80: mudanças na teoria e na prática." *Revista Espaço e Debates*. São Paulo, Ano III,10, 1983.

OLIVEIRA, Elda R. de. *Da cidade planejada à cidade espoliada. Um estudo sobre o movimento social de apropriação do espaço urbano da Comunidade Santo Inácio de Loyola, Boqueirão, Curitiba.* Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Rosiska D. de & OLIVEIRA, Miguel Darcy de. "Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la." In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

PAIVA, Vanilda. "Anotações para um estudo sobre populismo católico e educação no Brasil." In: PAIVA, Vanilda (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular.* 2. ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.

PETRINI, João Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular.* São Paulo, Editora Paz e Terra, 1984.

PONTUAL, Pedro. *Os centros de educação popular na conjuntura brasileira (1964 – 1986).* São Paulo, Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae - CEDI, 1986 (Texto de Apoio, 9).

***PUEBLA**. A evangelização no presente e no futuro da América Latina.* Texto oficial da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1982.

QUEIROZ, José J. (org.). *A educação popular nas comunidades eclesiais de base.* São Paulo, Edições Paulinas, 1985.

RIBEIRO, Darcy Marzullo. "Parcelamento do solo urbano em Curitiba e Região Metropolitana." *Boletim Análise Conjuntural,* Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, 8, (5):, 1986.

ROLIM, Maria do Carmo M. B. *Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba.* Tese de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1985.

ROSA, Maria Arlete. *Movimento de associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba – resgate de sua trajetória histórica a partir da constituição das relações sociais educativas 1977 - 1983.* Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.* São Paulo, Editora Paz e Terra, 1988.

---------- & PAOLI, Maria Célia. "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)." In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Construindo o poder popular.* São Paulo, Edições Paulinas, 1982.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Novos movimentos sociais, a construção da democracia e o papel dos mediadores.* In: X Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, Campos do Jordão, 1986.

----------. "O caráter dos novos movimentos sociais." In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

----------. *Redes de movimentos sociais.* São Paulo, Edições Loyola, 1993.

SINGER, Paul & **BRANT,** Vinícios C. (org.). *São Paulo: o povo em movimento*, Petrópolis. Vozes/CEBRAP, 1980.

SOUZA, Herbert de. "Os cristãos e a democracia." In: BOFF, Clodovis et alii. *Cristãos: como fazer política.* Petrópolis, Vozes, 1987 (Coleção Fazer, 29).

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. "A política e os cristãos." In: BOFF, Clodovis et alii. *Cristãos: como fazer política.* Petrópolis, Vozes/IBASE, 1987 (Coleção Fazer, 26).

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Classes populares e a Igreja nos caminhos da história.* Petrópolis, Vozes, 1982.

----------. *A JUC: os estudantes católicos e a política.* Petrópolis, Vozes, 1984.

VALLADARES, Lícia do Prado & BOSCHI, Renato Raul. "Movimentos associativos e camadas populares urbanas: análise comparativa seis casos." In: BOSCHI, Renato Raul & VALLADARES, Lícia do Prado. *Movimentos coletivos no Brasil urbano.* São Paulo, Editora Zahar, 1983.

VIGEVANI, Túlio. "Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa." In: KRISCHKE, Paulo et alii (org.). *Crise política, movimentos sociais e cidadania.* Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar – educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base.* Petrópolis, Vozes, 1984.

----------. "Educação popular e processo de democratização." In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A questão política da educação popular.* 7. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

DOCUMENTOS OFICIAIS

"VILA SÃO PEDRO – O BAIRRO NA HISTÓRIA DA CIDADE." *Boletim Informativo da Casa Romário Martins.* Fundação Cultural de Curitiba, Curitiba, s.d.

CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1 GRAU. Secretaria de Estado de Educação do Paraná – SEED – PR, Curitiba, s.d.

CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2 GRAU. Secretaria de Estado de Educação do Paraná – SEED - PR, Curitiba, s.d.

CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE. Secretaria de Saúde do Paraná – SESB – PR, Curitiba, s.d.

CARTA DA FAVELA. Prefeitura Municipal de Curitiba, 1980.

CONSTRUINDO A MEMÓRIA DO XAXIM. *Curitiba - Memória e patrimônio.* Fundação Cultural de Curitiba, Secretaria Municipal de Cultura, Ano I, 1, 1986.

CRECHES DE VIZINHANÇA. Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria de Desenvolvimento Social e Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente, Curitiba, s.d.

DEMANDAS SOCIAIS E GASTOS PÚBLICOS EM HABITAÇÃO, SANEAMENTO, SAÚDE E EDUCAÇÃO. PROGRAMAS SOCIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, 1988.

EQUIPE PLAMEC. "Transformações recentes no espaço metropolitano de Curitiba." *Boletim Análise Conjuntural.* Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, 10, (10):, 1988.

FAVELAS EM CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, Curitiba, 1982.

FIBGE. *Censo Demográfico,* série regional, Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1970.

--------. *Censo Demográfico,* série regional, Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1980.

LEVANTAMENTOS DE FAVELAS EM CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, Curitiba, 1982.

MENMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, Curitiba, 1, 1989.

MEMÓRIA DA CURITIBA URBANA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, Curitiba, 2, 1990.

NOVA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, 1983.

PMDU – PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Governo Municipal de Curitiba, Curitiba, 1985.

PMDU – ESTRUTURA POLICÊNTRICA DE CURITIBA. Governo Municipal de Curitiba, Curitiba, 1986/1989.

PROGRAMA INTEGRADO DE TRANSPORTE – PIT. Relatório do Transporte Coletivo Metropolitano, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, Curitiba, 1989.

DOCUMENTOS DO MOVIMENTO POPULAR

Boletim do Conselho de Representantes das Associações de Moradores e Amigos de Bairros de Curitiba. Curitiba, 10 de março de 1980.

Boletim preparatório do I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba. Curitiba, s.d.

Boletim preparatório do I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba. Curitiba, 26 de maio de 1980.

Roteiro para reflexão sobre o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, s.d.

Relatório do encontro de preparação da Assembléia Geral do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 2 de maio de 1981.

Relatório da Assembléia Geral do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 28 de junho de 1981.

Estatutos do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo.

Documento interno do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, s.d.

Relatório de atividades do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 1982.

Relatório da II Assembléia Geral do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 27 de novembro de 1982.

Informativo "O que é o MAB." Curitiba, 1982.

Documento "A creche que queremos." Curitiba, 19 de março de 1983.

Boletim preparatório do II Encontro de Bairros de Curitiba. Curitiba, s.d.

Relatório do II Encontro de Bairros de Curitiba, Curitiba, 14 de abril de 1983.

Conclusões do II Encontro de Bairros de Curitiba, publicado pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, abril de 1983.

Relatório da I Assembléia Geral do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB. Curitiba, 1983.

Jornal do MAB.

Estatutos do Movimento de Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – MAB.

Informativo do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo sobre Movimentos Populares e Associações de Bairros. Curitiba, maio de 1983.

"Em Destaque". Informativo publicado pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo.

Relatório da reunião do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 4 de fevereiro de 1984.

Relatório do encontro de assessores do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 17 e 18 de março de 1984.

Relatório da reunião de assessores do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo sobre projeto político. Curitiba, 1 de maio de 1984.

"Mãos ao alto: a tarifa é um assalto." Informativo do Gabinete do Deputado Roberto Requião. Curitiba, 1984.

Informativo da Comissão de Creches do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB. Curitiba, 1984.

Relatório da II Assembléia Geral do Movimento de Associações e Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB. Curitiba, 1985.

Relatório do Encontro de Assessores do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 28 de abril de 1986.

Documento interno da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, junho 1986.

Relatório da Assembléia Geral do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, junho de 1986.

Documento interno do Centro de Formação Irmã Araújo. Curitiba, junho de 1986.

Relatório do encontro dos assessores do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo sobre projeto político. Curitiba, agosto de 1986.

Pesquisa preparatória do Encontro para Planejamento Conjunto do Movimento Popular. Curitiba, novembro de 1986.

Relatório do Encontro para Planejamento Conjunto do Movimento Popular – CPT, ASSESSOPAR, ESMA, CPO, MPMP, MPPC, MST, Articulação sindical rural e Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, 8 de dezembro de 1986.

Documento interno da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo e Equipe de Coordenação do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular. Curitiba, 1987.

Relatório do Encontro para Planejamento Conjunto dos Movimentos Populares - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, MPMP, CPO, MPPC, MST, CPT e ESMA. Curitiba, 4 de fevereiro de 1987.

"Relembrando a história do movimento popular em Curitiba e na Região Metropolitana." Relatório do Encontro do Movimento Popular. Curitiba, 23 de novembro de 1987.

Levantamento sócio-econômico do Xapinhal. Curitiba, novembro de 1988.

"O que é o Xapinhal" - Documento para debate nas associações de moradores. Curitiba, novembro de 1990.

Estatutos do Xapinhal.

"Como organizar uma associação de moradores", publicado pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Curitiba, s.d.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

1 - Trajetória dos membros do grupo de assessores do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo

2 - *Folder* do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo

3 - Carta aberta ao futuro Governo do Paraná e de Curitiba

4 - Cartaz do II Encontro de Bairros de Curitiba

5 - Formulário da pesquisa aplicada pelo MAB junto às associações de moradores como preparação de sua II Assembléia Geral

6 - Jornal do MAB com a publicação dos resultados da pesquisa aplicada como forma de subsidiar sua II Assembléia Geral

7 - Documento A Creche que Queremos. Formulário e resultado da pesquisa aplicada pelo MAB junto às associações sobre a necessidade de creches nos bairros da periferia de Curitiba e municípios da Região Metropolitana

8 - Informativo Em Destaque, publicado pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, contendo notícias de jornais da grande imprensa a respeito do Movimento de Transporte

9 - Material de divulgação do Xapinhal

10 - *Folder* do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular

11 - Relação dos participantes do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Turma de 1988

12 - Detalhamento da programação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular

13 - Desenho elaborado por uma das participantes do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular sobre a ocupação da terra urbana

14 - Texto distribuído pela Equipe de Coordenação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular sobre a questão da riqueza

15 - Jogo das Estrelas, técnica de trabalho em grupo utilizada no Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular

LISTA DAS FOTOGRAFIAS

1 - I Assembléia Geral do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB
2 - Reunião da Comissão de Creches do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, com a Prefeitura de Curitiba
3 - Apresentação de Teatro de Bonecos na Vila Santos Andrade, Curitiba, promovida pela Comissão de Creches do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB
4 - Manifestação do Movimento de Transporte contra o aumento da tarifa de ônibus organizada pela Comissão de Transporte do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB
5 - Assembléia da área ocupada no Pinheirinho, Xapinhal
6 - Delimitação dos lotes na área ocupada no Pinheirinho, Xapinhal
7 - Vista geral da área ocupada no Pinheirinho, Xapinhal
8 - Assembléia Geral do Movimento de Moradia, Xapinhal
9 - Ocupação das Prefeitura de Curitiba pelo Movimento de Luta Contra o Desemprego – MLCD, reivindicando a volta dos passes de ônibus para desempregados
10 - Assembléia para debater a reforma da Rodoviária Velha organizada pelo Movimento de Luta Contra o Desemprego – MLCD, e pelo Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB
11 - I Assembléia Constituinte Popular organizada pelo Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte – MPPC
12 - Cartaz da I Assembléia Constituinte Popular
13 - Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, apresentação de trabalho em grupo através de dramatização e através de cartazes
14 - Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, plenário com cartazes apresentando resultado dos trabalhos em grupo
15 - Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular, jogo de futebol
16 - Custo de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular, festa junina

17 - Turma de 1988 do com os certificados de conclusão do Curso de Capacitação de Lideranças do Movimento Popular

MEMBROS DO GRUPO DE ASSESSORES DO CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO

MG - Miguelangelo

É um padre diocesano, italiano que, na década de 60, foi indicado para trabalhar no Brasil. Inicialmente foi morar em Cascavel, oeste do Paraná, e desenvolveu um trabalho de organização de colonos e posseiros em cooperativas. Em seguida foi transferido para Curitiba e instalou-se na região do Xaxim, onde iniciou um trabalho de organização das primeiras Comunidades Eclesiais de Base na cidade.

Em 1978 foi eleito secretário da Regional Sul II da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e através desta atividade entrou em contato com o trabalho desenvolvido pela Pastoral Rural, que posteriormente tornou-se Comissão Pastoral da Terra, junto aos posseiros, desapropriados pela usina Hidrelétrica de Itaipu e outros grupos de trabalhadores rurais que enfrentavam conflitos agrários nos três Estados do Sul do país (PR, SC, e RS). Foi um dos principais articuladores da Comissão de Justiça e Paz do Paraná.

Participava do Grupão e das reuniões realizadas no Mosteiro da Anunciação. Foi um dos principais articuladores do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo e fez parte, como vice-presidente, da primeira diretoria desta entidade. Atualmente é o padre responsável pela paróquia do Xaxim, localizada na Vila São Pedro, Curitiba – PR, e não acompanha as atividades do Centro de Formação.

AN - Ângelo

Padre da Congregação dos Saletinos. Participava das reuniões realizadas no Mosteiro da Anunciação e fazia parte do Grupão. Foi um dos responsáveis pela concepção da proposta de atuação do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, tendo sido o primeiro presidente desta entidade.

Através de sua participação na Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESSOAR, teve contato com a questão agrária e com os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais no Estado do Paraná. Atuou também na Pastoral Rural, posteriormente Comissão Pastoral da Terra.

Foi vice-sub-secretário do Regional Sul II da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e posteriormente presidente do Conselho dos Religiosos do Brasil – CRB. Atualmente não mantém nenhuma vinculação com o Centro de Formação.

E - Eliana

Morava em Santo André – SP, e entrou em contato com padres operários franceses, ligados à Juventude Operária Católica – JOC, que residiam em uma favela. Estes a motivaram a participar do trabalho junto àquela comunidade na qual, posteriormente, desenvolveu um curso utilizando o método de Paulo Freire.

Casou-se com Lafaiete e mudou-se para Curitiba. Estudou na Universidade Federal do Paraná e participou do movimento estudantil. Através dos padres de Santo André entrou em contato com o Mosteiro da Anunciação, em Piraquara – PR, e passou a freqüentar as reuniões realizadas pelos monges. Apesar de, posteriormente, o Mosteiro ter sido transferido para Goiás, manteve contatos com os monges em diversas ocasiões.

Durante a década de 70, trabalhou na organização de Comunidades Eclesiais de Base na periferia de Curitiba e realizou cursos para formação de agentes de pastoral promovidos pelo Instituto de Cultura Eclesial – ICE. Era membro do Grupão e participou da criação do Centro de Formação, no qual fez parte da Equipe de Movimentos Populares e da Equipe de Educação Popular. Foi coordenadora do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, realizado em 1988.

No final dos anos 70, optou por morar na periferia e acompanhou o movimento de organização de associações de moradores em diversos bairros. Participou do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, no qual assessorou o Movimento de Creches. Participou do Movimento Contra a Carestia e assessorou a formação da oposição sindical dos trabalhadores da construção civil.

É professora da rede pública de ensino e participou ativamente da campanha para que houvesse eleições diretas para diretoras de escolas. Em 1988 afastou-se do Centro de Formação, pois decidiu trabalhar junto à sua categoria profissional, atuando na oposição sindical e no sindicato dos professores.

Atualmente não mantém contato com o Centro de Formação e também não acompanha o trabalho realizado nas CEB's.

L - Lafaiete

Participava da Juventude Estudantil Católica – JEC, em Santo André - SP, onde residia. Também teve contato com os padres operários franceses e com o trabalho que desenvolviam nas Comunidades Eclesiais de Base. Casou com Eliana e mudou-se para Curitiba. Cursou História na Universidade Federal do Paraná e fez parte da diretoria do Diretório Acadêmico.

Na Universidade conheceu alguns seminaristas que cursavam Filosofia e desenvolviam um trabalho popular em algumas CEB's localizadas em bairros da periferia. Passou a participar deste processo organizando diversas comunidades.

Fez parte do grupo que realizava cursos no Instituto de Cultura Eclesial –ICE. Participou das reuniões realizadas no Mosteiro da Anunciação, tendo sido membro do Grupão. Com a mudança do Mosteiro para Goiás, manteve contatos periódicos com os monges.

Decidiu residir em um bairro da periferia da cidade e acompanhar de perto o processo de organização de associações de moradores. No final da década de 70, coordenou a luta pela regularização dos loteamentos clandestinos na região do Xaxim, em Curitiba. Foi membro da Comissão de Justiça e Paz.

Foi um dos articuladores do Centro de Formação e também do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB, no qual prestou assessoria ao Movimento de Transporte. É professor universitário e em 1986 deixou de acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Formação pois, envolveu-se com o movimento docente, participando da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, da qual foi dirigente nacional e da Associação de Professores da UFPr, tendo sido presidente duas vezes.

Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Paraná, tendo sido candidato a vice-prefeito de Curitiba, a deputado estadual pelo Paraná e a vereador de Curitiba. Foi presidente do diretório municipal do partido e da direção estadual durante duas gestões.

Atualmente não atua em nenhum partido político, não mantém nenhuma vinculação com o Centro de Formação e nem com as comunidades eclesiais de base.

R - Regina

Morava no interior de Santa Catarina onde acompanhava movimentos da Igreja Católica. Casou-se com Everlindo e mudou-se para Curitiba, onde estudou Odontologia na Universidade Federal do Paraná e, no início da década de 70, participou do Diretório Acadêmico. Estabeleceu contatos com a Juventude Estudantil Católica – JEC, e com a Juventude Universitária Católica - JUC.

Participou das reuniões do Mosteiro da Anunciação e, através dos monges, entrou em contato com Irmã Tereza Araújo. Passou a desenvolver um trabalho no posto de saúde - criado por esta religiosa - na Comunidade Santo Inácio de Loyola, no Boqueirão, bairro da periferia de Curitiba. Atuou em Comunidades Eclesiais de Base e realizou cursos no Instituto de Cultura Eclesial – ICE.

Foi uma das integrantes do Grupão e participou do processo de organização do Centro de Formação, tendo sido membro da direção desta entidade como representante do Movimento Popular de Mulheres do Paraná – MPMP, do qual foi coordenadora.

No final dos anos 70, assessorou a criação de associações de moradores na periferia de Curitiba, onde passou a residir. Acompanhou o trabalho desenvolvido pelo Movimento Contra a Carestia e pelo Movimento dos Mutuários do BNH. Participou também do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB, e do Movimento de Saúde.

Continuou freqüentando algumas atividades promovidas pelos monges do Mosteiro da Anunciação, mesmo depois que este mudou-se para Goiás. Atualmente freqüenta o Mosteiro da Trapa, em Campo do Tenente – PR.

Não mantém mais contatos com o Centro de Formação e também não acompanha nenhuma Comunidade Eclesial de Base. Desenvolve sua atividade profissional em seu consultório de odontologia.

EV - Everlindo

Morava em Joinville onde estudava Economia e atuava na Ação Católica Operária. Já havia participado anteriormente da Juventude Estudantil Católica - JEC e da Juventude Universitária católica - JUC. Casou com Regina e mudou-se para Curitiba.

Acompanhava as reuniões realizadas no Mosteiro da Anunciação e com o Frei Felipe iniciou, em 1973, um trabalho junto à Pastoral Rural que, posteriormente, tornou-se Comissão Pastoral da Terra. Participou do Grupão e ajudou a organizar o Centro de Formação, do qual foi vice-presidente, coordenador da área de pesquisa e um dos responsáveis pela elaboração do Boletim de Análise de Conjuntura.

Trabalhava no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, e posteriormente foi Supervisor Regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE. Desta forma, conseguiu estabelecer uma vinculação entre sua atividade profissional e a assessoria que prestava ao movimento popular e ao movimento sindical, que enfocava principalmente aspectos da questão econômica.

Optou por residir em um bairro da periferia de Curitiba e acompanhou o processo de organização de associações de moradores. Prestou assessoria à Comissão Pastoral da Terra – CPT, tendo sido um dos principais articuladores da questão rural no Centro de Formação. Assessorou também a Pastoral Operária - PO, o Movimento de Luta Contra o Desemprego - MLCD, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC.

Participou da criação do Casa do Trabalhador – CEPAT, ligada à Pastoral Operária, que presta assessoria na área da formação política e técnica dos trabalhadores. Durante algum tempo desenvolveu um trabalho ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, assessorando pastorais sociais.

Participou de algumas atividades promovidas pelos monges, mesmo após a mudança do Mosteiro da Anunciação para Goiás, e hoje em dia freqüenta o Mosteiro da Trapa. Atualmente trabalha na Secretaria de Estado de Finanças do Paraná e não mantém nenhuma vinculação com o Centro de Formação, nem com Comunidades Eclesiais de Base.

MC – Maria do Carmo

Participava de grupos de jovens e de aulas de catequese promovidas pela Igreja Católica. Posteriormente, na Universidade Federal do Paraná, onde cursava Física e Química, fez parte do Diretório Acadêmico e conheceu pessoas que atuavam no movimento estudantil e também em movimentos populares, alguns ligados à Igreja.

Em 1975, optou por morar em um bairro da periferia de Curitiba. Nesta época estava afastada da Igreja, mas ao entrar em contato com ex-militantes da Juventude Operária Católica – JOC e com o trabalho realizado nas Comunidades Eclesiais de Base, descobriu uma nova dimensão da fé, e este fato a motivou a voltar a participar.

Trabalhou com alfabetização de adultos adotando o método de Paulo Freire e organizou círculos bíblicos em uma Comunidade Eclesial de Base na Vila São Paulo. Casou-se com Gilberto e passou a residir em uma região na qual assessorou a organização de diversas associações de moradores. Era professora da rede pública de ensino. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores no Paraná.

Participava das reuniões do Mosteiro da Anunciação e fazia parte do Grupão. Foi uma das pessoas que organizou o Centro de Formação. Em 1988 foi contratada para coordenar o trabalho desta entidade, tendo sido, posteriormente, membro da Equipe de Educação Popular e da Equipe de Coordenação do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, realizado em 1989.

Em 1985, mudou-se para o Rio de Janeiro e atuou na Equipe de Formação da Pastoral Operária, onde desenvolveu um projeto de Educação Popular na Constituinte. De volta a Curitiba assessorou o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC. Participou do Movimento Popular de Mulheres do Paraná - MPMF, do Movimento de Creches e do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB.

Em 1989 foi residir em São Paulo e coordenou o Programa da Formação de Lideranças do Movimento Popular no Instituto Cajamar. Atualmente trabalha no Instituto Pólis, em São Paulo. Participa de algumas atividades realizadas no Mosteiro da Trapa. Não mantém nenhum contato com o Centro de Formação e nem com Comunidades Eclesiais de Base.

G - Gilberto

Era seminarista e cursava Filosofia na Universidade Federal do Paraná. Participou do movimento estudantil e, na mesma época, desenvolvia um trabalho popular em algumas Comunidades Eclesiais de Base na periferia de Curitiba.

Freqüentava o Mosteiro da Anunciação e era membro do Grupão. Participou da criação do Centro de Formação, tendo sido designado para dar início ao processo de organização desta entidade.

Ao deixar o seminário, casou-se com Maria do Carmo e foi residir em uma favela. Trabalhou como metalúrgico e foi um dos principais articuladores da Pastoral Operária, tendo sido coordenador estadual e nacional desta entidade. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e candidato à deputado estadual do Paraná.

Atualmente reside em São Paulo e não mantém nenhum contato com o Centro de Formação.

C - Clemente

Participou, desde a década de 70, das atividades promovidas pela Pastoral da Juventude, através das quais travou conhecimento com a Teologia da Libertação que influenciou seu trabalho de organização da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Após ter sido coordenador em Curitiba e, posteriormente, no Estado do Paraná, afastou-se da Pastoral da Juventude no início da década de 80.

Cursou Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná, tendo sido presidente do Diretório Acadêmico e do Centro Acadêmico. Foi membro da Comissão de Justiça e Paz do Paraná.

Através do trabalho que realizava na Pastoral da Juventude começou a participar, no final da década de 70, início dos anos 80, de movimentos populares e apoio às greves realizadas por metalúrgicos e trabalhadores da construção civil em Curitiba. Neste contexto conheceu diversas pessoas que compunham o Grupão e que criaram o Centro de Formação e, na segunda assembléia, foi contratado para encaminhar o processo de organização formal de legalização desta entidade e estabelecer contatos com os movimentos populares e associações de moradores. Posteriormente, foi eleito vice-presidente financeiro, cargo que ocupou até 1989.

Foi membro da Equipe de Movimentos Populares e da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação. Organizou e coordenou o Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular nos anos de 1988 e 1989, tendo sido o principal responsável pela elaboração da proposta metodológica adotada. Participou da organização e

assessorou o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, e o Xapinhal.

Trabalha na área de educação sindical do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio- Econômicos - DIEESE, do qual foi coordenador nacional de 1990 a 2000. Atualmente não mantém nenhum contato com o Centro de Formação.

MY - Maysa

Ao participar de pesquisas realizadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, travou seu primeiro contato com a realidade das classes populares residentes em áreas de favela e em bairros da periferia da cidade.

Participou do movimento estudantil na escola secundária e também na Universidade Federal do Paraná, onde cursou Ciências Sociais, tendo sido membro do Diretório Acadêmico e do Centro Acadêmico. Era membro do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Em 1981, começou a acompanhar as atividades realizadas pelo Centro de Formação e, por não pertencer a nenhum movimento ligado à Igreja Católica, sua participação foi mediada por Clemente, seu companheiro de turma na faculdade com quem, posteriormente, se casou.

Foi uma das coordenadoras do Movimento de Creches. Assessorou o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, e a Comissão de Creches. Participou do Movimento Popular de Mulheres do Paraná - MPMP. Fez parte da Equipe de Movimentos Populares e da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação. Foi uma das coordenadoras do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, durante os anos de 1988 e 1989.

Era a única componente do grupo de assessores do Centro de Formação que não tinha nenhuma vinculação com a Igreja Católica. Em 1990 afastou-se desta entidade com a qual não mantém nenhum contato atualmente.

Em sua dissertação de mestrado resgatou a história do MAB e sua importância no cenário das lutas populares em Curitiba. Sua tese de doutorado trata do trabalho de educação popular desenvolvido pelo Centro de Formação.

A - Amadeu

Padre responsável pelo setor da Vila São Pedro da paróquia do Xaxim, Curitiba, no período de 1978 a 1980. No início dos anos 80, casou-se e mudou-se para Xanxerê - SC, onde desenvolveu atividades ligadas ao Conselho Indigenista Missionário - CIMI. Ao tentar dar continuidade a este trabalho no Paraná, foi impedido pelos bispos.

Voltou a morar na Vila São Pedro, onde trabalhou durante dois anos como operário em uma fábrica. Neste processo retomou seu contato com as Comunidades Eclesiais de Base que o convidaram, em 1981, para trabalhar no Centro Comunitário de Manutenção – CECOMA. Trabalhou na organização de algumas associações de moradores na região e foi eleito presidente da uma delas, localizada no bairro em que residia.

Foi contratado, juntamente com Clemente, para organizar o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Num primeiro momento atuou mais diretamente ligado às comunidades eclesiais de base e, em seguida, junto ao movimento sindical rural, basicamente nas regiões oeste e sudoeste do Paraná.

Em 1985 saiu do Centro de Formação para desenvolver um trabalho de formação sindical rural na Escola Margarida Alves, que abrangia os Estados da Região Sul do

país e também no Mato Grosso do Sul e em São Paulo. Em 1989, passou a atuar no Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais – DESER, do qual atualmente é coordenador e responsável pela área de políticas sociais (saúde, previdência social e educação). Coordena também o Projeto Terra Solidária, vinculado ao Departamento Rural da CUT, que capacita professores de primeiro grau e ensino fundamental nos Estados da Região Sul do país, e tem como proposta elaborar uma metodologia de ensino específica para a área rural adotando as propostas de Paulo Freire.

Atualmente não mantém nenhuma vinculação com o Centro de Formação.

GR - Maria das Graças

Começou sua militância social na Pastoral da Juventude, em 1979, em um grupo de jovens no Pinheirinho, bairro operário da periferia de Curitiba, onde residia. Foi bastante influenciada pelas propostas do documento de Puebla, principalmente pela questão da opção preferencial pelos pobres. Sua atuação na Pastoral da Juventude levou-a a envolver-se na organização de associações de moradores e, posteriormente, com a criação do Partido dos Trabalhadores.

Trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, onde teve sua primeira experiência de educação popular e relacionada ao Direito: ler os direitos trabalhistas e explicar para os trabalhadores. Apesar de sua origem operária, foi através do desenvolvimento deste trabalho que teve contato com a realidade dos trabalhadores.

Cursou Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Através do trabalho que exercia nas associações de moradores passou a participar das atividades desenvolvidas pelo Centro de Formação. Posteriormente, foi contratada para trabalhar nesta entidade tendo sido uma das principais responsáveis pela organização e coordenação do grupo de assessoria jurídica. Através do trabalho realizado por este

grupo, prestou assessoria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Paraná e também ao Xapinhal. Foi uma das coordenadoras do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC.

Com o fim do projeto de assessoria jurídica, afastou-se do Centro de Formação e atualmente não mantém nenhuma relação com esta entidade. Foi assessora jurídica da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara de Vereadores de Curitiba. Posteriormente, trabalhou em escritórios de juizes e procuradores.

AD. - Adenival

Desde a adolescência participava de Comunidades Eclesiais de Base, no interior do Paraná. Em 1977 mudou-se para Curitiba e passou a atuar nos movimentos populares, através do Centro Comunitário de Manutenção – CECOMA, no qual iniciou seu trabalho como voluntário e, posteriormente, foi contratado para organizar compras e feiras comunitárias.

Organizou diversas associações de moradores na periferia de Curitiba e em 1983 começou a articular o Xapinhal, do qual foi coordenador. Articulou e coordenou o Movimento de Moradia, e acompanhou a ocupação de terra realizada no bairro do Pinheirinho, na periferia de Curitiba. Participou do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana - MAB e do Movimento Popular de Saúde e, posteriormente, do Fórum Popular de Saúde.

Através do trabalho que desenvolvia no CECOMA, acompanhou o processo de formação do Centro de Formação, tendo freqüentado reuniões e cursos promovidos por esta entidade, inclusive o Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, em 1988.

Em 1989, foi contratado pelo Centro de Formação para articular o movimento popular e desenvolver um processo de formação de lideranças nas associações de moradores. Em 1997, voltou a ser contratado por esta entidade com a tarefa de coordenar um projeto de geração de trabalho e renda, através de uma cooperativa de habitação. Realiza trabalhos sobre economia solidária.

Assessorou por dois anos um vereador do Partido dos Trabalhadores na Câmara Municipal de Curitiba. Por duas vezes foi candidato a vereador de Curitiba por este partido, tendo sido eleito em 2000.

Participa da Comunidade Eclesial de Base de seu bairro, na qual é ministro de eucaristia e de batismo.

CARTA ABERTA AO FUTURO GOVERNO DO PARANÁ E DE CURITIBA

As ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, COMUNIDADES DE BASE e ENTIDADES abaixo-relacionadas, reunidas no dia 09 de dezembro p.p., resolveram entregar ao futuro Governador, Senador, Deputados Federais , Deputados Estaduais, Vereadores e Candidatos a Prefeitura Municipal de Curitiba, bem como a Assessoria do futuro Governo , as reivindicações abaixo relacionadas.

Primeiramente elencamos algumas das reivindicações que consideramos mais urgentes, de acordo com a realidade de cada bairro, e que portanto, queremos ver priorizadas no novo governo.

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

- Regularização de terrenos em favelas e loteamentos clandestinos (Vila Fany, nas favelas da V. Guaíra e Parolim e os loteamentos da Cachoeira de São Jorge)
- Fiscalização nas condições de habitação nas casas da Cohab, bem como solucionar problemas existentes: deslizamento de terra, ruas e outros (V. Saturnino de Brito, Euclides da Cunha e É. Verissimo)
- Gêneros de 1ª necessidade em melhor qualidade e mais baratos, levando os armazéns ambulantes da Cohab para as Vilas (Cecoma)
- Canalização de valetas e valetões, bem como sua manutenção (V. Fany, Pinheirinho, Boqueirão, Acordes, E. Veríssimo)
- Rede de esgoto (J. Paranaense, Pinheirinho, Boqueirão, Saturnino de Brito, Santa Amélia, São João da Cruz, Acordes)
- Manilhamento (V. Fany, Duque de Caxias, Pinheirinho, Santa Amélia, Acordes, J. Urano, Cachoeira de São Jorge)
- Ensaibramento das ruas (V. Americana, Santa Amélia, Cachoeira de São Jorge, São Joã da Cruz)
- Abertura de ruas, conservação e melhoria no trajeto (J. Paranaense, Duque de Caxias, Santa Amélia, Cachoeira de São Jorge)
- Iluminação Pública (Cachoeira de São Jorge)
- Pontes (São João da Cruz)
- Lombadas nas ruas e sinalizações para segurança dos pedestres e motoristas (Acordes e Pinheirinho)
- Anti-pó (E. Veríssimo e Duque de Caxias)
- Acostamento para Ciclistas (Itamarati)
- Ligação de rede de água (Cachoeira de São Jorge)
- Sede para Associação e Centro Comunitário (Itamarati, Saturnino de Brito, J. Independência)
- Área de lazer, bem como a manutenção da áreas já existentes (J. Paranaense, Vista Alegre, E. Veríssimo, Duque de Caxias, Pinheiri

nho, V. Americana, São João da Cruz, J. Urano e Vila Fany)

- Cancha de esporte (V. Americana)

- Estádio para Esporte Amador (V. Alegre)

- Impedir o acesso de carros às áreas de lazer (V. Fany)

- Posto Policial (V. Fany, Vista Alegre, Pinheirinho, Acordes)

- Segurança Pública (Itamarati)

- Ônibus nas vilas (J. Paranaense, Duque de Caxias, V. Americana)

- Melhorias nas linhas de ônibus (J. Paranaense , V. Fany, Duque de Caxias, Cachoeira de São Jorge)

- Congelamento das tarifas (Itamarati, Cecoma, Cachoeira de São Jorge)

- Passe operário e passe estudante (Cecoma)

- Telefone Público (J. Paranaense, J. Urano, V. Americana)

- Coleta de lixo e limpeza pública no terrenos vagos do lixo acumulado (J. Paranaense, Boqueirão, Vista Alegre, Saturnino de Brito)

- Contratação pela Prefeitura Municipal de Curitiba de pessoas do bairro para que façam limpeza e conservação do mesmo (Boqueirão)

EDUCAÇÃO

- Creches com atendimento médico e dentário para as crianças (V. Fany, Vista Alegre, Cachoeira de São Jorge, Duque de Caxias, Pinheirinho, V. Americana, Saturnino de Brito, V. Rex, Acordes, E. Veríssimo, Euclides da Cunha)

- Verbas para as Creches, o que significa: contratação de pessoal e despesas gerais de manutenção (Vista Alegre, E. Veríssimo, V. Rex , Jardim Urano)

- Escola de 1º Grau diurno e noturno (Pinheirinho e Acordes)

- Escola de 2º Grau diurno e noturno (Vista Alegre, Duque de Caxias, Pinheirinho, Saturnino de Brito, Santa Amélia, Acordes, J.Urano)

- Cursos Profissionalizantes (Pinheirinho)

SAÚDE

- Posto de Saúde (Vista Alegre, Duque de Caxias, Pinheirinho, V. Americana, Saturnino de Brito, Acordes)

- Contratação de médicos e auxiliares para o Posto de Saúde (J. Paranaense, Boqueirão, J. Urano)

- Atendimento dentário (Pinheirinho, Acordes, J. Urano, J. Pararaense)

- Hospital (Pinheirinho)

- Pronto Socorro (J. Paranaense , J. Urano)

- Assistência aos Idosos (Pinheirinho)

Acreditamos que tão importante quanto o atendimento as reivindicações anteriores, é a participação popular nas decisões e execução dos projetos de governo nos seus vários níveis. Ao mesmo tempo, o futuro governo em seu plano propõe a democratização do poder em todos os níveis e a participação comunitária, como uma exigência primordial.

Por isso apresentamos as seguintes sugestões para que a democracia e a participação popular se efetivem:

- Queremos que o futuro Prefeito tenha um horário fixo e periódico para o atendimento das Associações e entidades de bairro.
- Queremos que os Vereadores assumam a defesa de nossas reivindicações, encaminhando-as em conjunto com as associações de moradores e outras entidades
- Que as a Associações e Entidades de Bairro , participando da Câmara de Vereadores, tenha direito a voz.
- Que na formação dos Conselhos Comunitários - preconizado pelo plano de governo - sejam respeitadas e ouvidas as Associações e Entidade já existentes.
- Que haja um verdadeiro diálogo entre Associações e entidades e os Candidatos eleitos
- Que haja verdadeira participação popular na escolha das secretarias e do Prefeito
- Queremos ter acesso ao Plano Orçamentário e a aplicação de recursos.

Abertos e na certeza da continuidade do diálogo que hora se inicia, subscrevemo-nos abaixo.

Curitiba, 15 de dezembro de 1982 .

VILA ACORDES
ITAMARATI
JARDIM PARANAENSE
CACHOEIRA DE SÃO JORGE
DUQUE DE CAXIAS
VILA MACEDO
VILA FANY
SATURNINO DE BRITO
ERICO VERÍSSIMO
VILA AMERICANA
CECOMA
BOQUEIRÃO
JARDIM URANO
VILA PAROLIM
PINHEIRINHO
SANTA AMÉLIA
VILA REX
VILA AMÉRICA
EUCLIDES DA CUNHA
SÃO JOÃO DA CRUZ
VISTA ALEGRE

OS BAIRROS UNIDOS POR UMA VIDA MELHOR

2º ENCONTRO DE BAIRROS DE CURITIBA

20/MARÇO/83

MAB PESQUISA

MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO
DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA
AGOSTO - DEZEMBRO - 1984 - CURITIBA - PARANÁ

A

1. PESQUISADOR: _____
2. DATA: _____ 3. ONDE: _____
4. COM QUE FEZ A PESQUISA?
   - ☐ Com o Presidente da Associação
   - ☐ Com outro membro da Assoicação
   - ☐ Numa reunião da Associação

Nº ____

FORMULÁRIO PRINCIPAL

B IDENTIFICAÇÃO

1. NOME DA ASSOCIAÇÃO: _____ 2. BAIRRO: _____
3. FILIADA AO MAB? ☐ SIM ☐ NÃO - 4. DATA FILIAÇÃO: _____ 5. DATA FUNDAÇÃO ASSOCIAÇÃO _____
6. POPULAÇÃO TOTAL DO BAIRRO: _____ 7. NÚMERO DE ASSOCIADOS: _____ 8. MENSALIDADE Cr$ _____

C REIVINDICAÇÕES

PEDIDO	PROMETIDO	ATENDIDO
SAÚDE E EDUCAÇÃO		
☐ POSTO DE SAÚDE	☐	☐
☐ CRECHE	☐	☐
☐ CLINICA DENTÁRIA	☐	☐
☐ ENSINO PRÉ-ESCOLAR	☐	☐
☐ ENSINO DE 1º GRAU	☐	☐
☐ ENSINO DE 2º GRAU	☐	☐
☐ SUPLETIVO	☐	☐
☐ ENSINO PROFISSION.	☐	☐
TRANSPORTE		
☐ LINHA NOVA	☐	☐
☐ AMPLIAÇÃO DE LINHA	☐	☐
☐ ABRIGO NOS PONTOS	☐	☐
☐ NOVOS HORÁRIOS	☐	☐
OUTROS		

PEDIDO	PROMETIDO	ATENDIDO
SERVIÇOS		
☐ COLETA DE LIXO	☐	☐
☐ CAIXA DE CORREIO	☐	☐
☐ TELEFONE PÚBLICO	☐	☐
☐ POLICIAMENTO	☐	☐
☐ MÓDULO POLICIAL	☐	☐
☐ PONTO DE TAXI	☐	☐
☐ COMÉRCIO	☐	☐
☐ FEIRA-LIVRE	☐	☐
TERRA		
☐ LEGALIZAÇÃO LOTEAMENTO CLANDESTINO	☐	☐
☐ REGULARIZAÇÃO ÁREA PUBLICA OCUPADA	☐	☐
☐ REGULARIZAÇÃO ÁREA PARTICULAR OCUPADA	☐	☐
OUTROS		

PEDIDO	PROMETIDO	ATENDIDO
INFRAESTRUTURA		
☐ ENSAIBRAMENTO	☐	☐
☐ CALÇAMENTO	☐	☐
☐ ANTI-PÓ	☐	☐
☐ ILUMINAÇÃO PÚBLICA	☐	☐
☐ REDE DE ESGOTO	☐	☐
☐ REDE DE ÁGUA	☐	☐
☐ LIMPEZA DE VALETAS	☐	☐
☐ LIMPEZA DE TERRENOS	☐	☐
☐ NOME DE RUAS	☐	☐
LAZER		
☐ CANCHA ESPORTIVA	☐	☐
☐ PARQUE INFANTIL	☐	☐
☐ PRAÇA	☐	☐
☐ ATIVIDADES CULTURAIS	☐	☐
OUTROS		

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - USP
BIBLIOTECA

CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO

1. O QUE É

O Centro de Formação é uma associação civil, autônoma, que tem como objetivo fundamental "apoio e a ajuda às iniciativas do povo organizado em associações, sindicatos, ceb,s. Fundamenta-se nos princípios evangélicos e procura ter uma prática de respeito aos valores sociais, culturais e religiosos do povo. Atua na perspectiva da construção de uma sociedade justa".

2. COMO NASCEU

A caminhada do povo nos últimos anos foi proporcionando o surgimento de inúmeras lideranças populares e diversas formas novas de organização, bem como a recuperação de organismos de classe tais como sindicatos.

Foi nessa caminhada de lutas e organização do povo que surgiu a necessidade do Centro de Formação para assessorar os movimentos, oferecer maior capacitação e aprofundamento, para que os trabalhadores tivessem avanço em suas lutas.

Após muitos debates com lideranças dos movimentos e entidades, fundou-se em 1981, o CENTRO DE FORMAÇÃO.

3. ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Centro de Formação tem como prioridade atuar nas seguintes áreas:

3.1. – MOVIMENTOS POPULARES – assessoria a criação e desenvolvimento das várias entidades populares – associações de moradores, movimento de creche, de saúde, terra, transporte, mulheres, desemprego, cooperativas populares de consumo e outros.

3.2 – SINDICAL – assessoria ao conjunto do movimento sindical e operários e entidades afins – sindicatos, oposições sindicais, pastorais e movimentos organizados pelos trabalhadores.

3.3. – POLÍTICA E BÍBLICO-TEOLÓGICA – Essas duas áreas funcionam como fundamentação às áreas de movimentos populares e sindical.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- *Proporcionar formação, aprofundamento, estudo, avaliação e reflexão com as várias lideranças nas cidades dos diversos movimentos.*
- *Assessorar e acompanhar o desenvolvimento e, a criação de movimentos e entidades de organização popular.*
- *Promover e realizar pesquisas e estudos.*

5. SERVIÇOS

- *Assessoria e orientação às entidades populares*
- *Cursos, seminários e debates.*
- *Produção e reprodução de material popular (convites, jornais, boletins, cadernos de estudo e outros. . .)*
- *Arquivo de recortes de Jornais – 60 títulos.*
- *Arquivo de material popular – Urbano e Rural*
- *Arquivo de periódicos – boletins, jornais e resenhas*
- *Venda de material popular produzido nacionalmente*
- *Memória histórica dos movimentos populares no Paraná – Urbano e Rural*
- *Produção de audiovisual*
- *Produção de Programas em videocassete*
- *Projeção de audiovisual, videocassete e filmes 16mm*
- *Assessoria e orientação às entidades populares*

6. COMO RECORRER AO CENTRO DE FORMAÇÃO

Os serviços que o Centro de Formação oferece estão disponíveis prioritariamente para as organizações populares, sindicais, pastorais e comunidades, instituições e pessoas que atuam no movimento popular e operário.

É só entrar em contato, através dos coordenadores de área, da diretoria ou direto com a Secretaria Geral do Centro, na sede.

D RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

E PRESENÇA DE POLÍTICOS NO BAIRRO

CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO

Centro de Formação Irmã Araújo
Rua Dr. Muricy, 542 - 9º andar - sala 905/6
Telefone (041) 234-7833
Expediente externo: 14:00 -as 19:00 hs.
Curitiba – Paraná – Brasil

D RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

QUEM FAZ A REIVINDICAÇÃO

- ☐ ASSEMBLÉIA
- ☐ PRESIDENTE
- ☐ DIRETORIA
- ☐ COMISSÃO DE MORADORES

QUEM ENCAMINHA A REIVINDICAÇÃO

- ☐ PRESIDENTE
- ☐ COMISSÃO DE MORADORES
- ☐ DIRETORIA
- ☐ VEREADOR

COMO É FEITO O ENCAMINHAMENTO

- ☐ DIRETAMENTE À PREFEITURA
- ☐ DIRETAMENTE AOS DEPTº PREFEITURA
- ☐ ATRAVÉS DE PESSOAS CONHECIDAS NA PREFEITURA
- ☐ ATRAVÉS DE VEREADORES

COMO É FEITO A COBRANÇA DAS REIVINDICAÇÕES

- ☐ DIRETAMENTE AO PREFEITO
  - ☐ COMISSÃO DE MORADORES
  - ☐ DIRETORIA
  - ☐ PRESIDENTE
- ☐ DIRETAMENTE AOS DEPTº PREFEITURA
  - ☐ COMISSÃO DE MORADORES
  - ☐ DIRETORIA
  - ☐ PRESIDENTE
- ☐ ATRAVÉS DE VEREADORES
  - ☐ COMISSÃO DE MORADORES
  - ☐ DIRETORIA
  - ☐ PRESIDENTE

E PRESENÇA DE POLÍTICOS NO BAIRRO

IDAS AO BAIRRO

CONSTANTE - REGULAR - NENHUMA

- ☐ ☐ ☐ PREFEITO
- ☐ ☐ ☐ VEREADOR
- ☐ ☐ ☐ DEPUTADOS
- ☐ ☐ ☐ GOVERNADOR

COM QUEM OS POLÍTICOS FAZEM CONTATOS NO BAIRRO

- ☐ ASSOCIAÇÃO
- ☐ PADRE
- ☐ TIME DE FUTEBOL
- ☐ CABO ELEITORAL
- ☐ PRESIDENTE
- ☐ COMERCIANTE
- ☐ PASTOR
- ☐ FESTAS

OUTRAS - QUEM? _____

PRÁTICA DOS ÓRGÃO PÚBLICOS E DOS POLÍTICOS

SIM	NÃO	
☐	☐	PLANEJA AS OBRAS COM A ASSOCIAÇÃO
☐	☐	EXECUTA AS OBRAS COM A ASSOCIAÇÃO
☐	☐	CONVOCA OS POLÍTICOS PARA PARTICIPAREM
☐	☐	O PREFEITO RECEBE DIRETAMENTE A ASSOCIAÇÃO

PARA QUEM QUEM O PREFEITO ENCAMINHA AS REIVINDICAÇÕES

- ☐ DEPARTAMENTOS
- ☐ VEREADOR
- ☐ NINGUÉM

QUANDO ALGUM POLÍTICO OU ÓRGÃO PÚBLICO VAI AO BAIRRO, COSTUMA-SE:

- ☐ CONVOCA-SE A POPULAÇÃO
- ☐ SOMENTE A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO
- ☐ LIDERANÇAS LOCAIS

F ATIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES

QUANTAS VEZES SE REUNEM POR MÊS A

SEMANAL - QUINZENAL - MENSAL

☐ ☐ ☐ REUNIÕES DA DIRETORIA

☐ ☐ ☐ REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO

ONDE SE REUNEM, É

☐ SEDE PRÓPRIA

☐ SEDE PROVISÓRIA

Endereço:

Rua: _____ nº _____

Próximo a: _____

A ASSOCIAÇÃO TRABALHA COM OUTRAS ENTIDADES DO BAIRRO

☐ SIM ☐ NÃO

QUAIS: _____

_____

OBSERVAÇÕES

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

A ASSOCIAÇÃO JÁ FEZ OU FAZ

		QUANTOS
☐	MUTIRÃO	☐
☐	PASSEATA	☐
☐	ATO PÚBLICO - MANIFESTAÇÃO	☐
☐	FESTA, BINGO	☐

OUTROS: _____

NA SUA VILA TEM FRENTE DE TRABALHO PAGA PELA PREFEITURA OU PELO GOVERNO ESTADUAL?

☐ SIM
- ☐ VAI COMEÇAR
- ☐ JÁ COMEÇOU
- ☐ SÓ ESTÁ NA PROMESSA

☐ NÃO

G SOBRE O M A B

QUEM SABE O QUE É O **MAB** NO BAIRRO

☐ TODOS OS ASSOCIADOS ☐ A DIRETORIA

☐ OS QUE FREQUENTAM AS ASSEMBLÉIAS

QUEM VEM PARA A REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DO **MAB**

☐ FOI ESCOLHIDO EM ASSEMBLÉIA

☐ FOI ELEITO NA REUNIÃO DA DIRETORIA

☐ É O PRESIDENTE

☐ É OUTRA PESSOA

QUEM RECEBE O **JORNAL DO MAB**

☐ A DIRETORIA ☐ TODOS OS SÓCIOS

☐ ALGUMAS PESSOAS QUE COMPRAM

JORNAL DO M.A.B.

MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO
DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

ANO 02 - nº 06 - FEVEREIRO 1985 - Cr$ 70,00 - Circulação Interna

M.A.B. PESQUISOU

RESULTADO CHEGOU

Neste mês o JORNAL DO MAB saiu diferente no seu formato e no seu conteúdo. Estamos divulgandoos resultados da PESQUISA feita nas Associações de Moradores que fazem parte do MAB. Publicamos os dados mais importantes. Após a Assembléia publicaremos uma apostila contendo todos os dados, junto com as decisões tomadas na Assembléia do MAB,que faremos em março próximo.

Neste número do JORNAL vamos encontrar, além do resultado da Pesquisa, uma rápida colocação sobre os objetivos do MAB e as propostas que surgiram na avaliação de dezembro passado.

ASSEMBLÉIA DO MAB UM MOMENTO DE DECISÃO

Juntos faremos a II ASSEMBLÉIA DO MAB. É um acontecimento muito importante,porque é um momento de decisão. Vamos decidir os rumos e o caminho que o MAB deverá seguir.

Em dezembro passado o MAB fez uma avaliação dos trabalhos em 1984. Surgiram então muitas idéias de atuação para 85. Propostas de como o MAB pode ajudar as Associações nas suas lutas,na sua organização, na mobilização do povo, bem como propostas de forma -

VAMOS NOS PREPARAR PARA A ASSEMBLÉIA

É importante ler com calma e discutir todas as propostas que apareceram. Vamos ver se temos outras propostas. Em fevereiro iremos decidir na Associação, as nossas propostas para o MAB. Por isso vamos escolher bem nossos delegados para a ASSEMBLÉIA do dia 03 de março.

No dia 03 nós vamos discutir e aprover as propostas de atuação do MAB. Decidir aquilo que o MAB deverá fazer no ano de 85. Elegeremos a Coordenação Executiva do MAB, a Coordenação Geral e as Comissões de Trabalho. TEMOS MUITA COISA IMPORTANTE PARA DECIDIR.VAMOS NOS PREPARAR BEM PARA ASSUMIRMOS COM FOR

TABELA 01 PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES E LUTAS DAS ASSOCIAÇÕES DO MAB

Colocação	L U T A S	Porcentagem das Associações que estão lutando por essa reivindicação	Porcentagem das reivindicações feitas que foram conquistadas
1º	POSTO DE SAÚDE	82 %	32 %
2º	CRECHE	67 %	33 %
3º	COLETA DE LIXO	63 %	82 %
3º	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	63 %	32 %
3º	REDE DE ESGOTO	63 %	5 %
6º	ENSINO DE 1º GRAU	59 %	31 %
6º	MÓDULO POLICIAL	59 %	44 %
8º	ENSAIBRAMENTO	56 %	60 %
8º	NOME NAS RUAS	56 %	47 %
10º	TELEFONE PÚBLICO	52 %	71 %
11º	NOVOS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	48 %	46 %
11º	LIMPEZA DE VALETAS	48 %	46 %
13º	AMPLIAÇÃO DE LINHAS DE ÔNIBUS	44 %	25 %
13º	REDE DE ÁGUA	44 %	67 %
15º	LINHA NOVA DE ÔNIBUS	41 %	27 %
15º	CANCHA ESPORTIVA	41 %	27 %
15º	PARQUE INFANTIL	41 %	18º
15º	PRAÇA	41 %	0 %
19º	POLICIAMENTO	37 %	60 %
20º	CLINICA DENTÁRIA	34 %	56 %
21º	REGULARIZAÇÃO DE ÁREA PUBLICA OCUPADA	30 %	0 %

Observações: 1. Nesta tabelas estão incluídos os resultados da pesquisa referente a Curitiba e Região Metropolitana.

2. A porcentagem dos pedidos atendidos refere-se ao numero de pedidos feitos. Exemplo: se 10 associações estão reivindicando a construção de Creche e 2 conseguem, a porcentagem de reivindicações atendidas é de 20 % .

EXPEDIENTE

JORNAL DO MAB

ORGÃO INFORMATIVO DO MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO.

Resp. COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO MAB

Endereço

Rua Dr. Muricy, 542 - sala 905

fone: 234-7833 - Curitiba

PESQUISA

Pesquisa realizada pela Coordenação Executiva do MAB.

1. Aplicação dos Formulários: Coordenação Executiva do MAB
2. Tabulação, Análise, Texto e Montagem do Jornal: CLEMENTE GANZ LUCIO
3. Revisão, Discussão e Aprovação: Coordenação Executiva do MAB

AS PRINCIPAIS LUTAS DO M.A.B.

Fizemos a pesquisa na maioria das Associações do MAB. Infelizmente não foi possíl ir em todas as Associações. Mesmo assim já deu para termos uma idéia do conjunto das Associações.

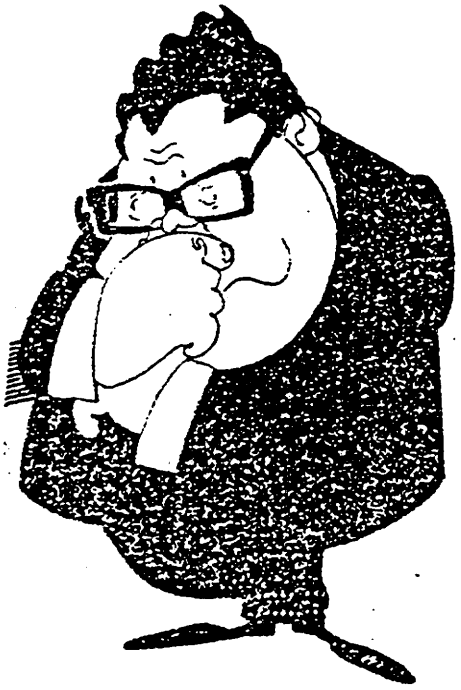
POSTO DE SAÚDE é a reivindicação que mais apareceu. Um total de 82% das Associações do MAB estão lutando ou lutaram pela construção e funcionamento de um Posto de Saúde. Acontece que somente 32% dos pedidos encaminhados foram atendidos, sendo alguns de forma parcial.

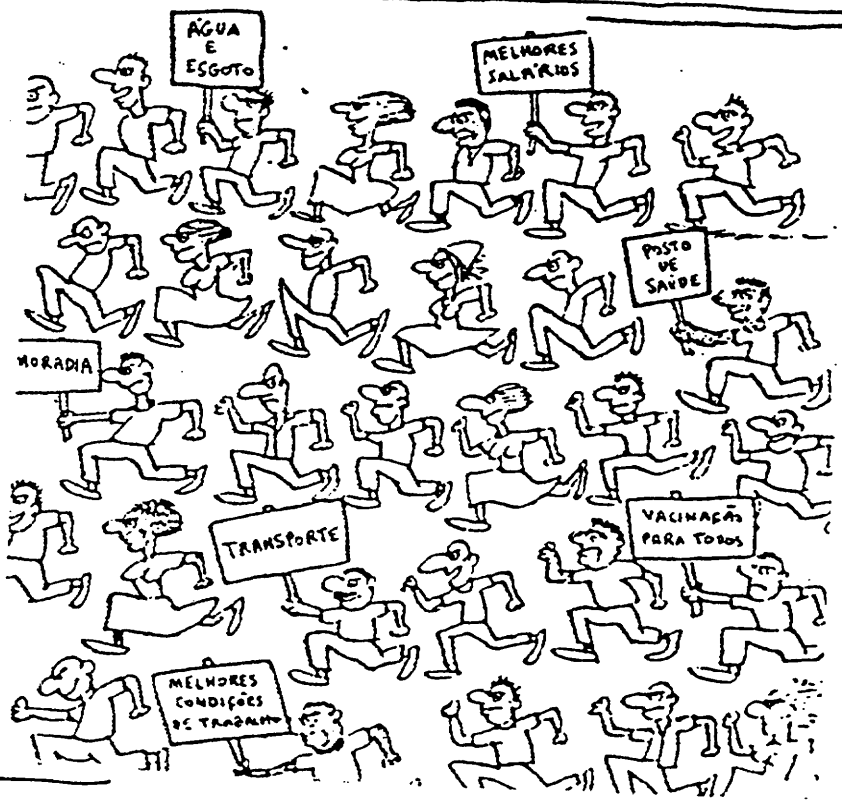
TABELA 02

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES E LUTAS DAS ASSOCIAÇÕES DE CURITBA - MAB

Colocação	LUTAS	Porcentagem das Associações que estão lutando por essa reivindicação	Porcentagem das reivindicações feitas que foram conquistadas
1º	POSTO DE SAÚDE	90 %	39 %
2º	COLETA DE LIXO	70 %	86 %
3º	CRECHE	65 %	23 %
4º	REDE DE ESGOTO	60 %	8 %
4º	ENSINO DE 1º GRAU	60 %	33 %
6º	TELEFONE PÚBLICO	55 %	73 %
6º	MÓDULO POLICIAL	55 %	55 %
6º	LIMPEZA DE VALETAS	55 %	73 %
6º	NOME NAS RUAS	55 %	36 %
10º	ENSAIBRAMENTO	50 %	70 %
10º	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	50 %	40 %
10º	PARQUE INFANTIL	50 %	20 %
13º	AMPLIAÇÃO DE LINHA DE ÔNIBUS	45 %	33 %
13º	NOVOS HORÁRIOS DE LINHAS	45 %	67 %

Observação: 1. Muitas outras reivindicações apareceram na pesquisa mas não estão aqui relacionadas, por aparecerem com menor freqüência. Após a Assembléia estaremos lançando um texto com a tabela completa, relacionando as 32 reivindicações que mais apareceram.





PRINCIPAIS LUTAS E REIVINDICAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DA REGIÃO METROPOLITANA - MAB

TABELA 03

Colocação	LUTAS	Porcentagem das Associações que estão lutando por essa reivindicações.	Porcentagem das reivindicações feitas que foram conquistadas.
1º	ILUMINAÇÃO		
1º	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	86 %	33 %
2º	CRECHE	71 %	20 %
2º	ENSINO DE 1º GRAU	71 %	40 %
2º	MÓDULO POLICIAL	71 %	20 %
2º	ENSAIBRAMENTO	71 %	40 %
6º	NOVOS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	57 %	75 %
6º	REDE DE ESGOTO	57 %	0 %
6º	REDE DE ÁGUA	57 %	25 %
9º	POSTO DE SAÚDE	43 %	0 %
9º	ENSINO PROFISSIONALIZANTE	43 %	0 %
9º	LINHA NOVA DE ÔNIBUS	43 %	0 %
9º	ABRIGO NOS PONTOS DE ÔNIBUS	43 %	33 %
9º	COLETA DE LIXO	43 %	67 %
9º	TELEFONE PÚBLICO	43 %	67 %
9º	NOME DE RUAS	43 %	67 %

Atenção: Veja observação feita na tabela nº 02

CRECHE foi a segunda reivindicação mais solicitada. 67% das Associações lutam pela construção de Creche na sua Vila. Mais uma vez somente 33% dos pedidos foram atendidos. É importante destacar que muitas Creches são fruto do trabalho da própria Associação, onde a Prefeitura e os outros orgãos muito pouco contribuiram. São Creches construídas e sustentandas fundamentalmente pela própria Associação.

COLETA DE LIXO aparece em terceiro, junto com Iluminação Pública e Rede de Esgoto. Coleta de Lixo é a reivindicação que mais foi atendida. 82% dos pedidos foram atendidos.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA é a reivindicação que aparece em primeiro lugar na região metropolitana. 86% das Asociações da região metropolitana lutam pela iluminação pública, mas somente 39% dos pedidos foram atendidos.

REDE DE ESGOTO, trata-se do serviço que menos atendimento obteve por parte dos órgãos públicos. Somente 5% dos pedidos feitos foram atendidos.

ENSINO DE 1º GRAU, a necessidade de ensino para os filhos, principalmente através de escolas mais perto e em melhores condições, também tem tido pouco atendimento. Somente 31% dos pedidos feitos foram atendidos.

MÓDULO POLICIAL. 59% das associações querem módulo policial. 44% dessas reivindicações foram atendidas.

ENSAIBRAMENTO E NOME NAS RUAS aparecem em oitavo lugar, com 56% das associações lutando por essas reivindicações.

TELEFONE PÚBLICO foi solicitado por 52% das Associações.

NOVOS HORÁRIOS DE ÔNIBUS; LIMPEZA DE VALETAS; AMPLIAÇÃO DE LINHAS E LINHA NOVA DE ÔNIBUS; REDE DE ÁGUA são reivindicações que merecem destaque

VEJAM AS TABELAS

Para você ver todas as reivindicações que apareceram observe as TABELAS 01,02 e 03. Nelas estão relacionados as principais reivindicações que apareceram. Na TABELA 01 está relacionado o geral de todas as Associações. Na TABELA 02 as Associações de Curitiba e na TABELA 03 as Associações da Região Metropolitana. Observe que existe diferenças entre a ordem de importância de uma reivindicação em Curitiba e na Região Metropolitana.

O QUE A GENTE PERCEBE

Dá para ver que existem muitas lutas que as Associações estão levando. Na maioria das vezes sozinhas, de forma isolada. Algumas são muito difícil, como a luta pelo Posto de Saúde, por exemplo. Realmente é difícil, mas não impossível. Tanto é verdade que vitórias bonitas já foram conseguidas como a do Posto de Saúde no Jardim Paranaense ou na Vila Acordes.

O que a gente aprendeu é que não podemos ficar isolados, lutando sozinhos.Assim agindo,muita pouca coisa a gente vai conseguir. É precisose unir, lutar junto, para que mais verbas sejam destinadas para a execussão dessas obras. O que é mais importante

- construir cinemas no centro ou Creches para a população que mora nos bairros? Precisamos ter força para mudar as prioridades de aplicação dos recursos, do dinheiro público. Temos que nos organizar e exigir os direitos da população que mora na periferia de Curitiba ou nas cidades da Região Metropolitana.

?????PERGUNTAS?

1. Vocês não acham importante a gente lutar juntos por essas reivindicações que apareceram?
2. Quais as lutas que podemos levar juntos?
3. De que forma a gente pode lutar junto?

ASSOCIAÇÕES X PODER PÚBLICO

Na luta,a participação de toda a comunidade é algo fundamental. Isso ficou claro na pesquisa. 78% das Associações responderam que a reivindicação, a luta a ser levada pela Associação, é decidida em assembléia ou por uma comissão de moradores. O encaminhamento é feito em 69% dos casos através da diretoria da Associaçao ou por uma comissão de moradores.

Em 91% dos casos o encaminhamento da reivindicação é feito diretamente ao departamento da Prefeitura ou diretamente ao Prefeito. A cobrança da execussão do serviço, em 73% dos casos, também é feita pela diretoria ou comissão de moradores diretamente na Prefeitura. Somente 10% das cobranças são feitas através do vereador, destacando-se ainda o depoimento de que " através do vereador não dá muito certo não, porque muitas vezes imperram o trabalho, fazendo a coisa de cima para baixo".

O QUE A GENTE PERCEBE

Grande parte das reivindicações foram conquistadas, porque a população se manteve unida por um ideal. Lutaram juntos, foram na Prefeitura ou onde era necessário, sempre em comissão. Não tiveram medo de enfrentar nem Prefeito, nem diretor de departamento, nem técnico ou engenheiro. Colocavam e defendiam seus direitos como cidadãos.

A força aumenta com pequenas vitórias. O povo vai acreditando mais. Vai tendo mais certeza de sua força e do seu poder. Por isso é importante ter pequenas vitórias.

???? PERGUNTA ???

1. Na sua associação a população tem participado? Tem decidido em conjunto? Vocês tem exemplos de vitórias conquistadas?

PRESENÇA DE POLÍTICOS E TÉCNICOS NO BAIRRO

Quem tem maior presença nos bairros
o os técnicos dos diversos órgãos públicos
go em seguida vem a presença de Vereadores
depois do Prefeito. Grande parte faz conta-
com a população através da Associação de
radores. Mas uma parte significativa faz o
ntato através do cabo eleitoral, : somente
ravés do Presidente da Associação, através
Padre, e principalmente com sua presença
festas.

Acontece que muita gente afirma que por exemplo, "a presença do Vereador no bairro não ajuda em quase nada. Muitos deles só vem aqui de quatro em quatro anos"

E A PARTICIPAÇÃO !!!:

No geral a participação não tem acontecido. A decisão, o planejamento, a execussão tem acontecido sem que a população efetivamente participe. Algumas experiências começam a acontecer, mas isso não é regra geral. Isso principalmente na Região Metropolitana

Os órgão publicos, a Prefeitura decide sem que a população participe. O que geralmente sobra para a popualção é arcar com os custos ou com as consequências. Casos como por exemplo, em Cachoeira de São Jorge , onde somente após concluída e com muita pressão, que a associação conseguiu descobrir o que era aquela obra: um Posto de Saúde. Vejam se isso é participação popular.

??? PERGUNTA ??

1. O que a sua Associação acha que é a verdadeira participação popular?

ATIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES

A grande parte das associações tem pelo menos uma reunião da diretoria por mês, bem como uma reunião mensal com todos os associados. 85% das Associações se reunem em sedes provisórias.

Em grande parte as Associações não trabalham sozinhas. 81% das Associações trabalham em conjunto com outras entidades do bairro, da Vila ou da Região. Afirmam que esse trabalho em conjunto ajuda na organização, na mobilização e na união da população.

Assim se pode atingir mais pessoas que moram no bairro. As principais entidades com que as Associações trabalham são: as Comunidades Eclesiais de Base, outras Associações da região, Pastoral Operária, CECOMA (Centro Comunitário de Manutenção), Associações de Pais e Mestres, Pastoral da Saúde, Pastoral das Favelas, Grupos de Jovens e Time de Futebol.

A importância da solidariedade, a necessidade da união para alcançar os objetivos; a busca da cooperação para derrubar barreiras; a força da ação conjunta para conquistar o bem coletivo da população. Isso tudo é demonstrado , por exemplo, na realização de Mutirões, para resolver seus problemas. Isso tem acontecido de forma regular em muitas Associações.

Por outro lado uma média de 45% das Associações afirmam terem feito Passeata, Ato Público, Manifestações. Isso tudo como forma de reivindicar, protestar, cobrar e de terem seus direitos atendidos.

A festa, o bingo e o torneio de futebol são atividades permanentes nas Associações, muitas vezes realizadas em conjunto com a comunidade. Atividades essas encaradas como forma de integração, de lazer e de arrecadar fundos para a Associação.

Uma das conquistas que obtivemos de forma conjunta foram as FRENTES DE TRABALHO. 52% das Associações do MAB estão com Frentes de Trabalho, sendo que muitas já terminaram, outras estão em fase de conclusão e algumas na promessa de começar. Mas essa luta deve continuar.

MUITAS CONQUISTAS

Todos nós sabemos que a luta não é fácil. A vida da gente é muito dura. Entretanto mais uma vez se demonstra que a atuação de forma coletiva, envolvendo toda a comunidade tem mais força. O mutirão é um exemplo típico. Quanta coisa foi conquistada somente porque um grupo grande de pessoas se uniu em torno de um objetivo comum e,de formas solidária,trabalhou

???? PERGUNTAS??

1. Devemos continuar criando ações como essa do mutirão? Passeta? Manifestações?
2. Como nós poderemos aumentar a nossa solidariedade e a nossa união?

QUAL É O OBJETIVO DO MAB

São mais de dois anos de trabalhos em conjunto, de lutas, vitórias e conquistas Depois de muitas reunioes e de muita discussão, a gente começa a perceber alguns pontos que podem traçar os objetivos do MAB.

Nesse tempo a gente aprendeu que a existência das Associações é fundamental para a melhoria das condições de vida da população que mora na periferia. A Associação é uma ferramenta importante na construção de uma vida mais digna para o povo que mora no bairro.

Na luta por uma vida mais humana é preciso muita união,muito trabalho de esclarecimento e conscientização. Isso vai acontecendo na medida em que a gente vai aumentando a nossa organziação.

Veja nosso objetivo na folha seguinte

NOSSO OBJETIVO

O MAB nasceu e foi construindo seu JETIVO: TRABALHAR JUNTO COM AS ASSOCIAÇÕES MORADORES NA SUA LUTA PELOS SEUS DIREITOS, AS SUAS REIVINDICAÇÕES. AJUDAR NA UNIÃO NA ORGANZIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES. CONTRIBUIR MOBILIZAÇÃO POPULAR, PARA QUE ELA DESPER- E SINTA A SUA FORÇA. QUEREMOS IR CRIANDO ERME DA VERDADEIRA PARTICIPAÇÃO POPULAR , E O POVO REALMENTE DISCUTA E DECIDA O QUE SER FEITO.

NOSSA PRINCIPAL LUTA
PARTICIPAÇÃO POPULAR.

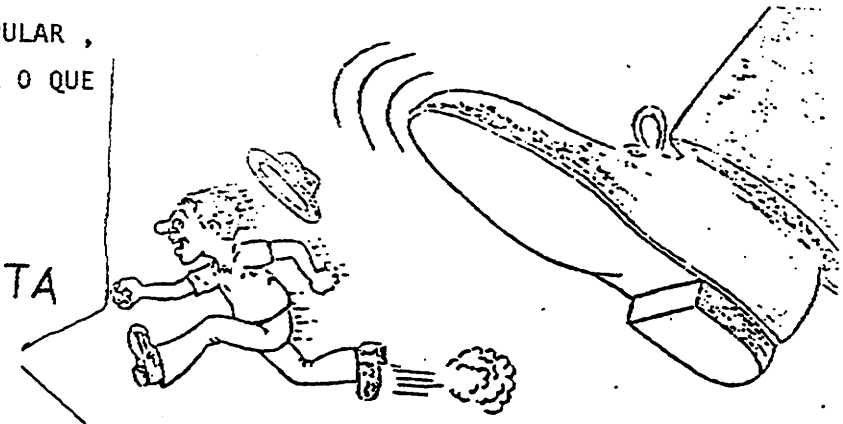
Nós não aceitamos que as coisas já am decididas, definida de cima, em nome opulação. Temos que acabar com essa situ de viver eternamente pedidno. Às vezes parecendo que aquilo que conquistamos , reivindicamos, trata-se de um favor.

Todo cidadão tem seu direito. Mora - numa cidade e somos cidadãos. Por isso nossos direitos como moradores dessa de.

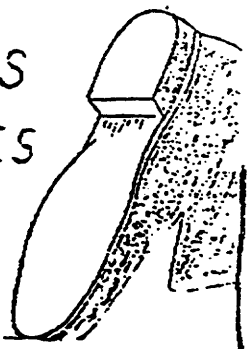
Como moradores temos o direito e até er de participar. A participação popu - ue reivindicamos e exigimos e pela qual os é a seguinte:

- deve haver ampla discussão nas bases, com toda a população;
- a população deve ser representadas pelas suas entidades criadas e nascidas no seu processo de organização: as Comunidades , as Associações de Moradores, os Sindicatos Autênticos, as entidades de classe, Comissões e outras formas de representação autênticas.

Assim sendo, A POPULAÇÃO ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES VAI DISCUTIR, DECIDIR E FISCALIZAR toda a ação dos órgão públicos. Pesquisar, planejar, priorizar, executar, são ações que deverão estar sob o controle da população organizada.



Todos juntos somos FORTES



A população sabe o que é melhor para a sua vida. O poder público deve estar a serviço da população, assessorando e executando aquilo que ela decide como melho para si.

???? PERGUNTA ???

1. Você não acha que a Participação Popular é um direito nosso?

Relacionamos algumas propostas que surgiram na reunião de Dezembro. Foi uma reunião de AVALIAÇÃO DO ANO DE 1984. De lá surgiram algumas idéias e necessidades, que se transformaram em PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O M A B.

PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA O MAB.

O QUE - AJUDAR NA CONSCIENTIZAÇÃO PARA AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO.

COMO - 1. Organizar e fazer CURSOS DE FORMAÇÃO.

O QUE - DIFICULDADE DE DIVULGAR OS TRABALHOS DA ASSOCIAÇÃO.

COMO - 2. Ajudar a Associação a montar os seus boletins e informativos.

3. Divulgar as notícias das Associações no Jornal do MAB

4. Documentação e registro das lutas da Associação, através de fotos e eslides.

O QUE - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

COMO - 5. Ter pessoas e advogados que orientem nessas questões.

O QUE - ESTAR NAS LUTAS COM AS ASSOCIAÇÕES.

COMO - 6. Estar junto com a Associação nos encontros com as autoridades.

7. Participação de membros da Coordenação Executiva do MAB nas reuniões da Associação, quando convidado.

O QUE - AJUDAR NA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES.

COMO - 8. Organizar lutas em conjunto com as Associações. Ex. Creche.....

9. Promover discussões e debates de assuntos de interesse geral. Ex. Frentes de Trabalho, Ônibus.

10. Promover Encontros para troca de experiências das lutas que as Associações estão levando: Creche, Posto de Saúde, Hortas Comunitárias e outros.

O QUE - TER UM INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ENTRE AS ASSOCIAÇÕES.

COMO - 11. Continuar a fazer o JORNAL DO MAB.

O QUE - PROMOVER APROFUNDAMENTO PARA AS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO.

COMO - 12. Fazer Cursos e Encontros para a discussão de questões como: participação popular, rumos do movimento popular

13. Ter grupos de trabalho ou comissões de acordo com as necessidades: Ex. Transporte, Saúde....

O QUE - PLANO DE EXPANSÃO DO MAB

COMO - 14. Ajudar na organização e fundação de novas Associações.

15. Acompanhar certas lutas que poderão ajudar na organização do povo.

O QUE - ORGANIZAÇÃO DO MAB

COMO - 16. Manter a reunião mensal da Coordenação Geral do MAB, com dois delegados por Associação.

17. Ampliar a Coordenação Executiva, para NOVE pessoas, eleitos na Assembléia. Os representantes serão por regiões.

18. Organizar no MAB um arquivo das um arquivo das Associações, contendo documentos, convites e as principais lutas das Associações.

19. Reunião semanal da Coordenação Executiva, em dia Fixo.

20. Montar e aprovar os estatutos do MAB

21. Fazer a filiação das Associações que fazem parte do MAB

VAMOS NOS PREPARAR PARA A ASSEMBLÉIA DO MAB

DIA - 03/03

Isso tudo são propostas. É MUITO IMPORTANTE QUE ELAS SEJAM DISCUTIDAS NA ASSOCIAÇÃO, para que na Assembléia possamos aprovar o PLANO DE AÇÃO DO MAB para 1985.

1. Faça uma reunião na sua Associação para discutir essas propostas.
2. Se quiser a presença de uma pessoa da Coordenação Executiva do MAB, comunique com antecedência pelo telefone - 234-7833
3. Escreva as propostas da sua Associação.
4. Eleja cinco delegados da sua Associação para participar da Assembléia do MAB
5. Desses cinco delegados escolha DOIS, que irão fazer parte da Coordenação Executiva do MAB
6. Preencha a ficha de inscrição e entregue no seguinte endereço:
   Rua Dr. Muricy, 542 - 9º and. - sl 905
   ou no dia da Assembléia.
7. Avise se sua associação vai participar daAssembléia e quantos delegados irão participar

   da Assembléia e quantos delegados vão participar, para que possamos prever o almoço.

8. A ASSEMBLÉIA SERÁ NO DIA 03 de MARÇOS, NO SALÃO DA PAROQUIA DO CORAÇÃO DE MARIA, naAv. Pres. Getulio Vargas

P E S Q U I S A "A C R E C H E Q U E Q U E R E M O S"

A Comissão de Creches, vem por meio desta apresentar o resultado da pesquisa feita em 17 Vilas de Curitiba e Região Metropolitana. Pesquisa esta feita com o objetivo de realizar um levantamento da situação concreta das Vilas que participam desta Comissão e que reivindicam Creches.

Este levantamento foi feito pelos próprios participantes da Comissão de Creches, que tiveram efetiva participação desde a montagem do questionário até a aplicação e tabulação do mesmo, assim como na elaboração deste documento.

Todo o processo da pesquisa, desde sua elaboração até sua conclusão, foi profundamente positivo. Isso porque levou os participantes a perceberem através de seus contatos com os vizinhos que não estão sozinhos, ou seja, que mais pessoas estão passando pelas mesmas dificuldades decorrentes da falta de creches. E são muitas as pessoas que sentem essa dificuldade.

Esta pesquisa também foi válida para que nós da Comissão de Creches, que lutamos pela construção de creches desde 1982, víssemos que realmente a falta de creches é um dos principais problemas que afligem as famílias que moram na periferia de Curitiba e das que moram na Região Metropolitana.

A idéia da elaboração desta pesquisa surgiu da necessidade de se ter acesso a dados mais concretos a respeito da real situação das Vilas que compõem essa Comissão.

Imaginamos que com os resultados do levantamento em mãos seria mais fácil vizualizar e analisar a situação.

Chegamos a conclusão que Creche é realmente uma necessidade urgente!

Os dados estão aí para nos mostrar isso.

ANÁLISE DOS DADOS DA TABELA I

O objetivo do trabalho de pesquisa é, como já foi mencionado, obter dados que nos permitissem ter um quadro amplo e aprofundado da realidade que nos servisse para analisar a real situação das Vilas que compõem a Comissão de Creches.

Partimos então para a elaboração de um questionário, onde constavam as perguntas relacionadas no quadro da tabela I. É importante frisar que a pesquisa foi elaborada, aplicada e tabulada pelos próprios participantes da Comissão de Creches.

Em todas as Vilas, Bairros e Jardins onde a pesquisa foi aplicada, existe alguma forma de organização da população em torno de reivindicações pela melhoria das condições de vida. Aí, seja a questão da construção de creches, seja a manuntenção e/ou melhoria das creches já existentes, o problema da Creche sempre se coloca como a questão principal. Isso porque a Creche é o local onde as maês, a família, irá deixar os filhos. Um local seguro, com pessoas com competência e dedicadas a esse trabalho. A segurança dos filhos é uma questão muito importante, que dá tranquilidade para os pais.

Ao mesmo tempo, esse espaço garante aos filhos, ou seja, garante as crianças melhores condições de edu-

cação,higiene,alimentação ,bem como um acompanhamento mais condizente. Por outro lado,garamte aos pais a possibilidade de procurarem emprego ou buscarem formas alternativas de sobrevivência para sua família.

Foram aplicadas cerca de 3,200 pesquisas em dez regiões de Curitiba,que atingem Vilas que participam da Comissão de Creches. Algumas pesquisas foram aplicadas em Vilas da Região Metropolitana,já que estas também fazem parte da Comissão.

Esse trabalho,contudo,continua sendo realizado,seja em Curitiba,seja na Região Metropolitana . Isso porque existem Vilas que ainda estão concluindo seu levantamento. A pesquisa continuará sendo feita porque essa luta é importante e esse é um instrumento fundamental para auxiliar a população a ter conhecimento de sua real situação.

Os dados obtidos foram importantíssimos e surpreendentes!

Os índices de desemprego são alarmentes e deixaram evidente a gravidade do problema. Do total dos homens pesquisados 26% estão desempregados. Em contrapartida,apenas 25% das mulheres se encontra empregada,sendo que 75% não possui nenhuma forma de remuneração. O desemprego dos homens leva mais e mais mulheres à procura de emprego. Seja para o sustento da família,seja para completar a renda familiar com o seu salário.

Isso cria um círculo vicioso : se as mulheres vão trabalhar é porque precisam,logo não têm condições financeiras para pagar alguém que cuide de seus filhos enquanto estão fora de casa. Ao passo que se não tem com quem deixar as crianças provavelmente não poderão trabalhar.

A creche se coloca,portanto,como uma necessidade urgente na atual crise!

Sabemos que o salário mínimo representa um valor ridículo siante das necessidades de sustento de uma família. Como nos informa a matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo de 08.11.1983 : "O decreto lei 88.930,que fixou o novo salário mínimo prevê que dos Cr$ 57.120,00 serão destinados, IDEALMENTE, 55% para a alimentação,24% para a habitação .14% para vestuário,6$ para higiene e 1% para transporte" . E ainda mais : "Isso significa que,em valores,dos Cr$ 57.120,00 serão deduzidos 8,5% para o INPS,o valor real será de apenas Cr$ 48.552,00. Sobre o valor original, 50% se destina a alimentação,ou seja,o trabalhador poderá gastar apenas Cr$ 31.416,00 na compra de alimentos,poderá gastar 24% em habitação,ou seja, apenas Cr$ 13.708,00 para pagar a casa própria ou alugada,outros 14% seriam utilizados em vestuário,cerca de Cr$ 7.996,00 e ainda 6% em higiene o que equivale a Cr$ 3,247,00 e 1$ em transporte,ou seja,Cr$ 571,20,sendo que o custo real para o curitibano,ao invés de Cr$571,20 por mes chega a Cr$ 8.000,00".

Ao mesmo tempo,o DIEESE informa que em novembro de 1984 o salário mínimo ideal para uma família de 4 pessoas era em torno de Cr$ 220.000,00. E de acordo com o artigo 165 da Constituição Brasileira o salário mínimo em 1º de janeiro de 1984 deveria ser Cr$ 243,000,00:

Esses dados nos mostram a carência das famílias atingidas pela pesquisa da Comissão de Creches, sendo que a renda média das famílias varia de 1 a 3 salários mínimos.

Deve-se levar em conta que o cálculo da renda dessas famílias é composto pelo salário do marido,seja salário mínimo ou resultante de "bicos" (que tem sido a forma concreta de buscar a sobrevivência),acrescido do salário da esposa - caso trabalhe - e ainda o salário dos filhos.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO-USP
BIBLIOTECA

Se,no emtanto, a creche atingisse as ccianças de 0 a 12 anos - o que seria o ideal - teríamos necessidade de 88 creches para atender as crianças das vilas que estão incluidas na pesquisa.

Deve-se levar em conta que esta pesquisa começou a ser aplicada em julho de 1983,sendo assim,os dados obtidos estão hoje em dia,de certa forma,superados. Com certeza os números hoje são bem maiores,tornando a situação muito mais séria e exigindo uma solução ainda mais urgente.

As creches são hoje uma questão de sobrevivência,tanto no que se refere a alimentação e aos cuidados com as crianças e na sua socialização mesmo na ausência de seus pais,quanto no que se refere a dar condições para que a mãe trabalhe,seja para ajudar com seu salário a renda familiar,seja para sustentar a família caso o marido esteja desempregado.

Trata-se de um equipamento social reivindicado por uma série de associações de moradores,por milhares de trabalhadores e colocada como questão principal em todas as Vilas que lutam por melhores condições de vida.

Por essas razões não se pode encarar a falta de creches como uma questão apenas burocrática ou mesmo econômica. Ela é uma questão social séria e urgente,que exige uma solução política imediata. O empobrecimento gradativo da população deve ser analisado com mais seriedade e colocado como questão principal do governo.

Assim,sendo,a reivindicação a favor da construção de creches deve ter por parte do Governo a atenção que merece.

Curitiba,19 de março de 1983

COMISSÃO DE CRECHES

T A B E L A I

Q U E S T I O N Á R I O A P L I C A D O N A S V I L A S

1 - Vila :

2 - Endereço :

3 - Nome do responsável :

4 - Idade : Profissão :

5 - Empregado : SIM NÃO Salário :

6 - Nome da esposa :

7 - Idade : Profissão :

8 - Empregada : SIM NÃO Salário :

9 - Filhos :

	Estuda	Trabalha
De 0 a 4 anos		
4 a 6 anos	SIM NÃO	SIM NÃO
6 a 8 anos	SIM NÃO	SIM NÃO
8 a 12 anos	SIM NÃO	SIM NÃO
maiores de 12 anos		

10 -Residência : Própria Alugada

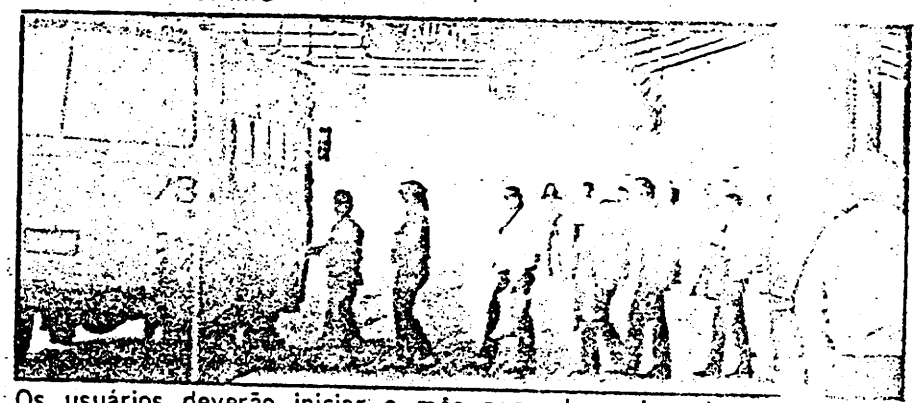
11 - Renda Familiar :

V I L A S	total de pesquisas aplicadas	homens empregados	homens desempregados	mulheres empregadas	mulheres desempregadas	Crianças 0 a 4 anos	4 a 6 anos	6 a 8 anos	8 a 12 anos	+ de 12 anos	Total 0 a 12	Crianças estudando	Crianças trabalhando	Casas próprias	Casas Alugadas	Renda Familiar (média)
V. GUSSO J.PARANÁ	690	475	215	-	-	468	300	235	198	716	1.917	386	-	473	217	2/3
V. VITÓRIA V.AMERICANA	437	315	122	112	325	146	-	149	200	419	914	455	-	341	91	2/3
J.CAMPO ALEGRE	370	318	52	128	242	229	109	106	161	413	1.018	399	152	264	106	1/2
J.SANTOS ANDRADE	240	173	65	44	194	193	57	70	150	334	804	354	225	131	54	1/2
J.ITAMARATI J.COLORADO J.MARCIA	357	231	126	81	276	283	184	116	165	237	985	287	119	250	157	2/3
J.GRAZIELE (Al.Tamandaré)	211	139	72	77	134	155	85	63	96	155	554	214	68	178	33	1/2
V.FELIZ (Al.Tamandarè)	130	97	33	25	105	115	61	56	80	76	388	107	14	112	18	1/2
DEMAWE V.MARIANA J.ESMERALDA	255	219	36	60	185	162	84	87	181	307	821	394	93	179	76	2/3
V.SÃO PEDRO	282	207	76	68	215	308	118	97	129	147	799	275	51	166	177	1/2
J.PARANAENSE	182	164	18	81	101	121	70	61	96	212	560	290	123	124	58	2/3
T O T A L	3.154	2.338	815	676	1.777	2.180	1.068	1.040	1.456	3.016	8.760	3.161	845	2.218	987	-

Ônibus pode ir a Cr$ 80,00 na 6.ª-feira

GAZETA DO POVO 29.06.83

AUMENTO PRÓXIMO



Os usuários deverão iniciar o mês pagando mais pelo transporte.

É praticamente certo o reajuste do transporte coletivo ainda nesta semana, ou o mais tardar, na próxima segunda-feira, e conforme as informações a partir do depoimento do diretor do Departamento de Utilidade Pública na Câmara Municipal, a tarifa deverá passar para Cr$ 80 ou até Cr$ 85 nos expressos, alimentadores e convencionais, subindo entre 45% e 50% em relação ao atual valor. Os vereadores acreditam que o valor da tarifa seja definido já no dia de hoje, e por isto mesmo o vereador Rubens Antonio entrou, pedindo urgência, com uma proposta adiando a majoração que somente seria autorizada quando do aumento do salário mínimo, em novembro próximo.

A proposta do vereador, que dificilmente será aprovada e mesmo que isto venha a acontecer, esbarrará em questões legais - inclusive o contrato firmado entre Prefeitura e empresas de transportes coletivos - é apenas uma questão dentro do novo reajuste. Outro vereador, Sady Ricardo, propôs mas não será analisado para esta situação - que seja aprovada a tarifa especial para determinadas classes menos privilegiadas. Alguns vereadores, também entendem que poderão discutir o aumento antes do Prefeito assinar o Decreto autorizando a correção, de forma que, se isto vier ocorrer, podem acontecer surpresas inclusive aos próprios diretores de departamento da Prefeitura. No primeiro encontro, por exemplo, uma das solicitações feitas foi para que os cálculos fossem apresentados de forma mais simples.

O AUMENTO

O reajuste de 45% a 50% acompanha a inflação, e de certa forma, os reajustes de salário. Em janeiro deste ano, a tarifa em Curitiba era de Cr$ 35, subindo logo no início do mês para Cr$ 50 quando os empresários queriam Cr$ 60. Depois houve o repasse do aumento do combustível, no dia 24 de abril passado, quando a tarifa ficou em Cr$ 55 e agora subindo para Cr$ 85, por exemplo, ficará, em seis meses, bem pesada se considerado que até o dia 31 de dezembro passado - seis meses atrás - custava Cr$ 35.

O valor porém ainda não está oficialmente definido e o que existe é a lógica, as informações não oficiais e o que é costumeiro - ou seja - o reajuste acompanhando de perto a inflação, mas sendo compensado pelos repasses, quando os aumentos do combustível ou outros pesam em mais de 5% na composição do custo da tarifa.

Os seletivos, com um aumento em torno de 50%, podem chegar a Cr$ 160 aproximadamente ou até um pouco mais. Mas desta vez os aumentos não corresponderão a novas melhorias, nas mesmas proporções de outras vezes, como renovação de frota, extensão de linhas ou criação de novas linhas. Inclusive, do último reajuste, quando foram prometidos a instalação de linhas de circulares específicas em cada bairro, ainda falta muito a cumprir. Algumas das poucas linhas ativadas estão atualmente praticamente paradas.

→ O POVO FOI CHAMADO A PARTICIPAR DA DISCUSSÃO SOBRE O AUMENTO DO ÔNIBUS ????

VEJA O QUE O POVO CONSEGUIU

NÃO DA PRA ACREDITAR....

Passagens de ônibus baixaram

JORNAL DO ESTADO 27.06.83

As passagens de ônibus para os bairros situados no município de Piraquara, servidos pela Empresa de Transportes Coletivos Expresso Azul, baixaram de preço no último dia 25. A diminuição de preços foi mínima, e deveu-se à retirada de arrendondamentos que as empresas de linhas intermunicipais costumam fazer por conta própria, dando como desculpa que é o preço do seguro imbutido na passagem.

As diminuições de preços foram mínimas: linhas como Vargem Grande, Vila Maria Antonieta, Vila Amélia, baixaram de 85 para 84 cruzeiros. Na Estação Pinhais caiu de 80 para 78, e na Jardim Maringá, de 70 para 66 cruzeiros. O Supletivo Shopping baixou de 110 para 107 cruzeiros.

Na Secretaria dos Transportes informou-se que o Conselho de Transportes Coletivos Rodoviários Intermunicipais resolveu colocar em prática a resolução 89/80 e normalizar a situação. Agora, a cobrança de seguros só pode ser feita à parte da passagem, devendo o passageiro pagar, se quiser, mais 8 cruzeiros, nas linhas até 50 quilômetros.

A atitude da secretaria resultou de instâncias de associações de moradores ligadas ao MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, que tem como um dos objetivos incluir os transportes de determinadas regiões periféricas no sistema municipal de Curitiba, o que implica em tarifa única, linhas de expresso, entre outras vantagens. Os arrendondamentos ilegais foram descobertos por acaso. Mas uma briga muito grande está sendo feita para rever a quilometragem das linhas, frequentemente contadas a mais, o que permite passagens mais altas.

Ônibus às 5,15

A Vila São Pedro está precisando de um ônibus no sentido bairro-centro às 5 horas, 15 minutos da manhã.
É grande o número de trabalhadores que necessitam deslocar-se cedo, e somente dispõem da linha Uberaba, que passa distante 1 quilômetro da Vila São Paulo.

Jornal do Estado 26.06.83

Esse é um outro dado importante:cerca de 10% do total das crianças pesquisadas tem alguma forma de emprego. Sendo que algumas ainda bem novas (de 6 a 8 anos) A crise econômica leva a população a buscar formas sub-humanas de sobrevivência.

A remuneração da mulher é fundamental na atual crise que vivemos para o casal obter um mínimo de sustento que agaranta a subsistência de sua família. Geralmente a mulher consegue empregos onde ganha bem menos do que o salário pago normalmente aos homens,não tem registro em carteira,não recebe o fundo de garantia,não tem a mínima assistência médica. A dificuldade encontrada pela maioria das mulheres que precisam trabalhar é não ter onde deixar os filhos com segurança durante o período em que estão trabalhando.

Temos clareza de que não é a construção de creches que irá solucionar o problema do desemprego.Mas, temos claro também que a falta de creches agrava ainda mais a situação dessas familias. Por outro lado, a construção de creches geraria empregos ,desde a execução da obra até a própria manutenção da creche e sua organização.

Cabe ao Governo assumir a responsabilidade pela construção e manutenção de novas creches neste momento de crise. A construção de creches é uma reivindicação justa e necessária,além de ser um direito de toda a população.

Ainda em referencia aos dados obtidos na pesquisa,a média encontrada é de 3,7 filhos para cada família,sendo que num total de 8.760 crianças 36% se encontra na faixa etária de 0 a 6 anos,o que representa 3.248 crianças.

O ideal seria a construção de uma creche para cada 100 (cem) crianças,teríamos então a necessidade de,pelo menos,32 creches para atender as crianças de 0 a 6 anos apenas nas vilas pesquisadas.

Aumento do ônibus: Prefeitura quebra promessa

Tribuna do Paraná 30.06.83

POVO NÃO É CONSULTADO

O reajuste da tarifa dos transportes coletivos, em Curitiba, que deverá passar de Cr$ 55,00 para Cr$ 80,00 a partir de amanhã, foi recebido com desagrado pela Comissão de Transportes do MAB - Movimento das Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana. Ontem, a comissão se reuniu para redigir um documento endereçado ao prefeito Maurício Fruet, solicitando a suspensão temporária do aumento.

"Pelo menos até convocar as entidades representativas de 20 mil moradores de bairros da cidade, promessa feita pelo prefeito no dia 22 de maio, quando ele anunciou para mais de 15 mil pessoas, no Ginásio do Taruma, que pela primeira vez a população seria chamada para discutir com a cúpula do governo municipal o aumento das tarifas dos ônibus urbanos", lembrou Lafaiete Santos Neves, da diretoria do MAB.

INTERMUNICIPAIS

Também o preço das tarifas de ônibus intermunicipais vai sofrer reajuste na primeira quinzena de julho, depois que a Secretaria dos Transportes tiver uma definição sobre o pedido de repasse do último aumento do preço do combustível às tarifas, feito pelo Sindicato dos Empresários de Transporte Coletivo do Paraná.

Os empresários querem um aumento de 10%, alegando prejuízos em razão dos últimos aumentos nos preços de acessórios e combustíveis. No dia 10 de maio último as tarifas dos ônibus intermunicipais foram reajustadas em 33,5%.

Representantes de bairros: cobrando promessa.

* ATÉ QUANDO A GENTE VAI CONTINUAR ACREDITANDO EM PROMESSAS?????

Persiste impasse no aumento dos ônibus

GAZETA DO POVO 02.07.83

Depois de três horas de reunião, ontem à tarde, os empresários ligados ao Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros e o prefeito Maurício Fruet, além de alguns vereadores e técnicos, não chegaram a uma conclusão. Os empresários dizem que a tarifa deve ir para Cr$ 86 conforme os seus cálculos; a prefeitura diz que deve ser de Cr$ 78,92 concordando em arredondar para Cr$ 80 desde que os empresários compensem essa diferença a mais aumentando o número de quilômetros rodados. O impasse que persiste é agravado pela posição de parte dos vereadores, e pelo movimento de associações de bairro que, ao ter acesso às planilhas de custo, estão contestando alguns itens e reivindicando uma tarifa na faixa de Cr$ 70,00.

Sem definição, nova reunião ficou marcada para a próxima quarta-feira, quando se tentará um acordo, pois se de um lado a prefeitura têm que se voltar ao atendimento da população, viabilizando uma tarifa acessível, de outro, Dante Luiz Franchesci, membro do Sindicato das Empresas, explica que "matemática são números", ou seja, existe um custo que não pode ser ignorado matematicamente na formação da nova tarifa. A preocupação existe igualmente de ambas as partes. Os membros do sindicato garantem que jamais passou como proposta ou intenção uma paralisação dos coletivos. O transporte coletivo é algo de muita responsabilidade para a cidade. No entanto, reconhecem também que, se não houver acordo, "alguma coisa terá que ser feita". De parte das empresas, também, o movimento organizado, com argumentos fortes, contestando as planilhas de custo, também geram preocupações, ainda mais que agora os próprios vereadores estão pressionando o prefeito a baixar a tarifa e a fazer novas exigências aos empresários.

Para justificar o aumento, os cálculos são complexos, desde o aumento do combustível, mão-de-obra, peças, pneus, baterias, quilômetro rodado, número de passageiros por quilômetro, depreciação do capital e outros itens são questionados. Como existem dois levantamentos diferentes, um apontando uma tarifa de Cr$ 86 e outro de Cr$ 78, é possível que na próxima quarta-feira o acordo seja feito em Cr$ 80, abrindo mão a prefeitura de algumas exigências técnicas como o aumento das linhas. Porém, se isto acontecer, estará também aberto um precedente, em todos os últimos reajustes, o aumento da tarifa foi seguido de melhoria nos ônibus, aumento de carros ou de quilometragem nas linhas.

TRIBUNA DOS BAIRROS 01.07.83

População quer preço do ônibus mais baixo

Amplamente divulgado por toda a imprensa da Capital, o reajuste da tarifa do transporte coletivo traz à tona novamente este antigo problema, mas que a cada aumento agrava, pois acaba custando uma parcela cada vez maior dos salários dos trabalhadores.

Preocupados com os dolorosos efeitos do novo custo tarifário, algumas associações de bairros da Capital, que se congregam no MAB (Movimento das Associações de Bairros de Curitiba e da Região Metropolitana), resolveram formar uma comissão para estudar a questão e obter junto às autoridades municipais, os motivos e os métodos de cálculo do aumento e tentar minorar o reajuste.

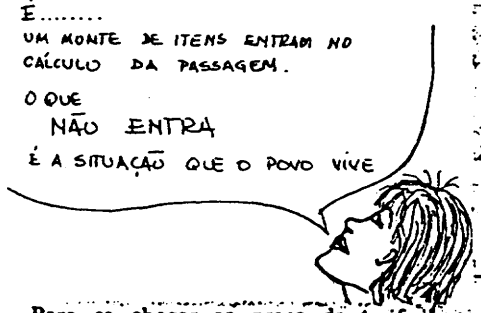
— Para sanar as dúvidas quanto aos critérios de cálculo, a comissão do MAB se reuniu no dia 27 de junho com o Dr. Mário Brandalize, diretor do Departamento de Utilidade Pública da Prefeitura, que é responsável pelo levantamento do custo quilométrico e do conseqüente reajuste.

Segundo o Dr. Brandalize, os aumentos tarifários são semestrais: em 1º de janeiro e 1º de julho e são regulados por um contrato entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e as empresas, permitindo, ainda, um repasse quando do aumento dos derivados de petróleo.

Após uma longa explanação dos itens que incidem sobre o custo da tarifa, pôde-se chegar finalmente ao quadro abaixo:

CUSTO QUILOMÉTRICO

ITEM	% NO CUSTO POR KM
Combustível	26,33
Lubrificantes	1,29
Pneus	5,90
Manutenção de Peças	8,85
Manutenção de Pessoal	4,35
Pessoal: Motoristas	21,90
Cobradores	10,29
Despachante	0,40
Administração	3,80
Seguros, taxas e licenças	0,66
Contingências	4,23
Remuneração do capital (lucro)	12,00
	100,00 % Total



CUSTO QUILOMÉTRICO EM Cr$ POR TIPO DE COLETIVO

TIPO ÔNIBUS	CONVENC.	EXPRESSO	ARTICUL.	ALIMENTADOR
Custo p/km — Cr$	257,25	334,91	409,49	276,30
% que representa em relação ao total da Frota	61,42%	19,13%	2,5%	16,9%

Para se chegar ao preço da tarifa tomou-se o seguinte cálculo:

Custo médio por km (Média ponderada dos custos p/km de todos os tipos de coletivos)	Cr$ 279,00
MULTIPLICA	
Quilometragem total diária de todos os ônibus	203.700 km/dia
TOTAL	
Custo total por dia	Cr$ 56.883.000,00
DIVIDE	
Nº médio de passageiros por dia	720.752
Preço da tarifa	Cr$ 78,92
Com arredondamento	Cr$ 80,00

Conforme informou o Dr. Brandalize, todos os itens do cálculo e as fórmulas são constantes de uma planilha e são baseados no contrato firmado entre a Prefeitura e as empresas em 1955 e que tem validade por mais 19 anos.

Após tomar conhecimento de todos os itens de custo, inclusive com todos os pormenores, alguns membros da comissão de transporte do MAB não concordaram com alguns dos itens. Segundo eles, existiram as seguintes irregularidades:

1) No item Pessoal de Manutenção, que representa 4,35% do preço da passagem, a fórmula de cálculo seria de 1 mecânico para cada 2 veículos, quando teriam conhecimento de que empresas com mais ou menos 200 carros só dispunham de 10 mecânicos, isto é, 1 mecânico para cada 20 ônibus o que representaria uma redução de 3,8% no preço da passagem.

2) No item Contingências, que, segundo o contrato, seria uma verba destinada a futuras ampliações de linhas e de horários e que representa 4,23% da tarifa, segundo os membros do MAB não se justifica, pois se há uma ampliação de linha ou de horário, é porque a demanda aumenta, e este aumento cobriria os custos oriundos dessa ampliação.

Ainda, segundo eles, alguns itens que são baseados em fórmulas de 28 anos atrás deveriam ser revistos e outros verificados "in loco" nas empresas, para que sejam realmente expressão da verdade.

A estas afirmações o Dr. Brandalize respondeu que concorda em parte com algumas delas, principalmente no item contingências e que estava tentando corrigir; porém, como são baseados em um contrato legal, a modificação do mesmo não seria de sua alçada, que é a área técnica, mas sim da área política.

Diante da afirmação de que a modificação desta planilha de cálculo que orienta o reajuste seria uma medida política, a comissão resolveu se avistar com o Prefeito Maurício Fruet, que os recebeu no dia 29, quarta-feira última.

A comissão do MAB cobrou do prefeito a participação das associações na decisão do novo preço da tarifa, que foi por ele prometida no encontro com as associações no Tarumã e lhe informou sobre os itens que achavam falhos na planilha de cálculo e no contrato. Também manifestaram sua preocupação quanto à possibilidade do aumento imediato, já a partir de 1º de julho.

A isto o prefeito respondeu que só havia tomado conhecimento da planilha de cálculo naquele mesmo dia e que não tinha condições de discutir todos os itens. Adiantou, também, que colocaria o assunto em discussão com a população na Câmara dos Vereadores.

Também tranqüilizou a comissão quanto à data do aumento, pois o mesmo só será assinado após um amplo debate sobre o assunto.

Aos integrantes desta comissão e à população em geral resta, ainda, a esperança que estas irregularidades levantadas quanto ao critério de cálculo sejam levadas em conta e que o aumento, afinal, não atinja proporções tão danosas.

Reação do povo: "Quer dizer que o prefeito cedeu?"

ÔNIBUS SOBE. É OFICIAL

A passagem de ônibus em Curitiba vai para Cr$ 80,00 a partir do próximo sábado, num reajuste de 45,45%, conforme anunciou ontem à tarde o prefeito Maurício Fruet. Em troca, as nove empresas de transporte coletivo da Capital se comprometeram a aumentar sua média de quilometragem diária em 3.314 quilômetros, criando novos horários e linhas, e a não reajustar as tarifas se houver aumento de até 20% do óleo diesel, nos próximos 90 dias. Como se recorda, o contrato que a Prefeitura mantém com as empresas do setor - firmado na gestão passada e com validade até 15 de setembro de 1991, e não de 19 anos, como foi noticiado anteriormente - autoriza reajustes semestrais das tarifas e aumentos automáticos quando se registraram aumentos de preço do óleo diesel.

"Quer dizer que o prefeito cedeu?" Foi assim que o coordenador do Mab - Movimento de Associações de Bairros, Lafayette Neves, reagiu ao saber do aumento. Ele protestou contra o reajuste e disse que o diretor do Departamento de Serviços de Utilidade Pública da Prefeitura, Mário Brandalize, havia prometido que antes do reajustamento, seria criada uma comissão mista - sugerida pelo Mab - para verificar os cálculos da planilha de custos que indica os índices de aumento da tarifa.

Ao anunciar o reajuste das passagens, o prefeito Maurício Fruet disse que "Curitiba terá o menor preço de tarifa entre as Capitais brasileiras" e assinalou que a Prefeitura conseguiu um aumento inferior aquele desejado pelas empresas. "Os empresários reivindicavam reajustamento para Cr$ 86, mas pelo cálculo da Prefeitura, a tarifa teria que ser de Cr$ 78,75; então, autorizamos Cr$ 80 e em contrapartida as empresas se comprometeram a aumentar a média de quilometragem diária e a não aumentar as tarifas nos próximos 90 dias em função de eventuais reajustes do preço do óleo diesel", explicou.

Com o adiamento do reajuste - do dia primeiro para o dia nove, sábado -, os usuários de Curitiba economizaram mais de Cr$ 162 milhões. Nas principais Capitais do País, estão sendo cobradas as seguintes tarifas: Belo Horizonte - 105, Porto Alegre - 87, Rio de Janeiro - 100, São Paulo - 96, Recife - 100 e Santos - 90. Entretanto, estas vantagens foram contestadas por Lafayete Neves.

Ele lembrou que em Santo André, no ABC paulista, a tarifa é de Cr$ 82 "mas os salários dos motoristas é de Cr$ 178 mil, enquanto nossos motoristas agora é que estão recebendo Cr$ 128. Além disso - prosseguiu -, o transporte coletivo naquela cidade é mais caro pelas condições ruins de tráfego, que é muito lento". Lafayete disse que o Mab vai se mobilizar para que a tarifa só seja renovada daqui a seis meses e que não ocorram reajustes em função do aumento do diesel.

ESTADO DO PARANÁ 06.07.88

No sábado, ônibus passa para Cr$ 80

Confirmado: a passagem de ônibus em Curitiba vai para Cr$ 80 a partir do próximo sábado, num reajuste de 45,45%, conforme anunciou ontem à tarde o prefeito Mauricio Fruet. Em troca, as nove empresas de transporte coletivo da Capital se comprometeram a aumentar sua média de quilometragem diária em 3.314 quilômetros, criando novos horários e linhas, e a não reajustar as tarifas se houver aumento de até 20% do óleo diesel, nos próximos 90 dias. Como se recorda, o contrato que a Prefeitura mantém com as empresas do setor — firmado na gestão passada e com validade até 15 de setembro de 1991, e não de 19 anos, como foi noticiado anteriormente — autoriza reajustes semestrais das tarifas e aumentos automáticos quando se registrarem aumentos de preço do óleo diesel.

"Quer dizer que o prefeito cedeu?" Foi assim que o coordenador do Mab - Movimento de Associações de Bairros, Lafayette Neves, reagiu ao saber do aumento. Ele protestou contra o reajuste e disse que o diretor do Departamento dos Serviços de Utilidade Pública da Prefeitura, Mário Brandalize, havia prometido que, antes do reajustamento, seria criada uma comissão mista — sugerida pelo Mab — para verificar os cálculos da planilha de custos que indica os índices de aumento da tarifa.

O REAJUSTE

Ao anunciar o reajuste das passagens, o prefeito Mauricio Fruet disse que "Curitiba terá o menor preço de tarifa entre as Capitais brasileiras" e assinalou que a Prefeitura conseguiu um aumento inferior àquele desejado pelas empresas. "Os empresários reivindicavam reajustamento para Cr$ 86, mas pelo cálculo da Prefeitura, a tarifa teria que ser de Cr$ 78,75; então, autorizamos Cr$ 80 e em contrapartida as empresas se comprometeram a não aumentar as tarifas nos próximos 90 dias em função de eventuais reajustes do preço do óleo diesel", explicou.

Com o adiamento do reajuste — do dia primeiro para o dia nove, sábado —, os usuários de Curitiba economizaram mais de Cr$ 162 milhões. Nas principais Capitais do País, estão sendo cobradas as seguintes tarifas: Belo Horizonte - Cr$ 105,00, Porto Alegre - Cr$ 87, Rio de Janeiro - Cr$ 100, São Paulo - Cr$ 85, Recife - Cr$ 100, e Santos Cr$ 90. Entretanto, estas vantagens foram contestadas por Lafayette Neves. Ele lembrou que em Santo André, no ABC paulista, a tarifa é de Cr$ 82, "mas o salário dos motoristas é de Cr$ 178 mil, enquanto nossos motoristas agora é que estão recebendo Cr$ 128 mil. Além disso — prosseguiu —, o transporte coletivo naquela cidade é mais caro, pelas condições ruins do tráfego, que é muito lento". Lafayette disse que o Mab vai se mobilizar para que a tarifa só seja renovada daqui a seis meses e para que não ocorram reajustes em função do aumento do diesel.

EM DESTAQUE nº 06

TRANSPORTE COLETIVO

INFORMATIVO
CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO
curitiba agosto 1983 234-7833

É isso aí mesmo.

Novamente a história se repete.

O ônibus subiu, sem que o povo fosse ao menos ouvido. Participação?? Ficou só nos discursos.

Particpar não é ouvir os discursos de horas, dos técnicos da Prefeitura.

Participar é DISCUTIR, é INTERFERIR, defendendo os interesses do povo, neste caso, do usuário, do trabalhador que faz do ônibus seu meio de chegar ao trabalho.

E VEJAM SÓ.

O ônibus subiu 60% nos últimos 6 meses. Foi de Cr$ 35,00 para 80,00. E qual foi o reajuste nos nossos salários.

E tem mais. Você sabia que de janeiro de 1981 a agosto de 1983 o preço da passagem subiu 960 %. Mas acontece que nesse mesmo período o salário subiu 500 %.

É uma loucura.

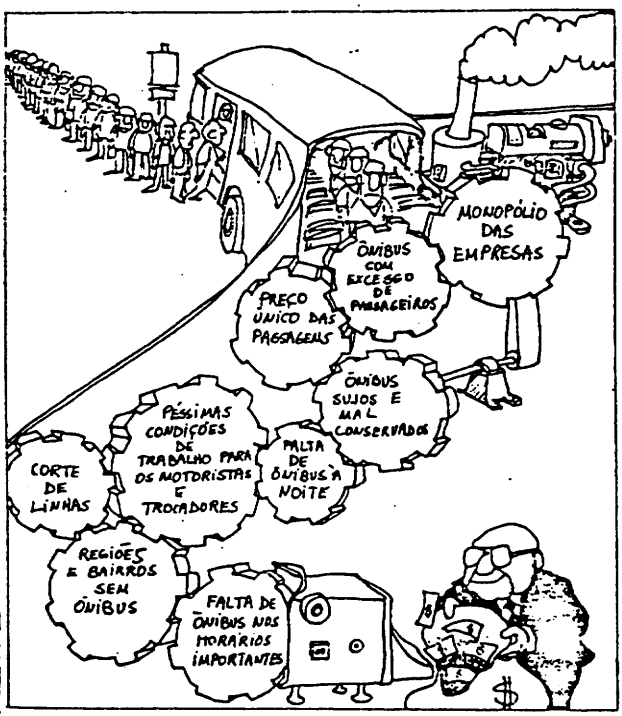
Mas o M A B, através da Comissão de Transportes e das Associações, acha que essa luta tem que ser levada em frente.

Ou a gente se organiza e luta, ou no próximo aumento, estaremos trabalhando só para pagar a passagem do ônibus.

Por isso vamos discutir e levar essa luta em frente.

I N D I C E

* Ônibus pode ir a Cr$ 80,00 na 6º feira
* Passagens de ônibus baixaram
* Usuário Contesta aumento do Ônibus
* Bairros Protestam Contra Nova Tarifa
* Pressões adiam Aumento das Tarifas de Ônibus
* Povo não é Consultado
* Persiste Impasse no Aumento do Ônibus



* População quer Preço do ônibus mais Baixo
* Ônibus sobe na Marra
* Pressões Mantêm Reajuste
* Sigilo
* Ônibus Sobe. É Oficial
* No Sábado, Ônibus passa para Cr$ 80
* Ônibus a Cr$ 80 já neste Sábado
* Mais Protestos Contra Nova Tarifa de Ônibus
* M A B quer um Novo Cálculo da Tarifa
* Ônibus: Aumento Gera Protestos
* Manifestações Contra o Aumento do Ônibus
* Ônibus aumenta Sábado
* MAB quer um novo Cálculo da Tarifa
* Usuários Lutam Contra Reajuste
* COMEC quer reorganizar Transporte
* Aumento do Transporte é Discutido
* Amanhã Aumento dos Intermunicipais
* Empresas de Ônibus Falsificam Percursos
* Bairros Desconfiam do Cálculo da Tarifa

Ônibus: aumento gerou protestos

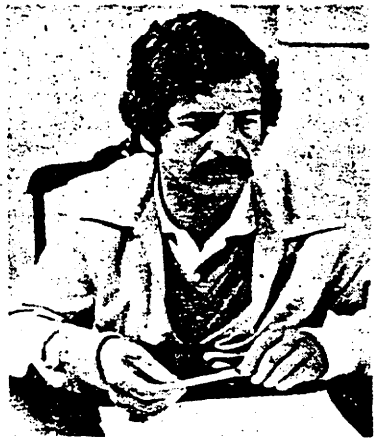
"Nós defendemos a democracia participativa desde que ela tenha os mesmos pesos e as mesmas medidas, para todos os segmentos da população". A opinião é de Lafaiate Santos Neves, da coordenação do Movimento das Associações de Bairros, falando a respeito do aumento das tarifas de ônibus. Ontem o MAB e a União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana estiveram na audiência pública que o prefeito Maurício Fruet concede às quartas-feiras.

Até às 18 horas eles ficaram esperando para serem atendidos, para apresentarem as reivindicações dos moradores, mas não puderam passar na frente dos que já estavam aguardando o prefeito. Para a União Geral, "a administração transparente não está nada límpida", conforme explica Maria Arlete Rosa, secretária da entidade. Explicando as reivindicações dos moradores das vilas, Arlete disse que o que mais preocupa as associações, no momento, "é a negativa da Prefeitura em abrir-se ao diálogo, negando-se a solucionar os graves problemas que atingem a população da periferia.

Decisões

"O governo democrático do PMDB está se comportando do mesmo modo que a administração passada, pior até, porque o antigo prefeito nos recebia sempre e o Fruet não está sendo coerente com sua proposta de campanha", afirmou Arlete. Com isso concorda também Lafaiete Neves, do MAB, ao dizer que "não fomos ouvidos quando da discussão do aumento do preço das passagens de ônibus. Os empresários fizeram várias reuniões com a Prefeitura. Por que as associações, o povo afinal, não teve o mesmo espaço?"

Eles se manifestam contrários também ao arredondamento da passagem "para cima". Na opinião de Lafaiete "o Poder Público deve ser o primeiro a forçar um rebaixamento. Se as empresas têm problema de troco, isso é lá com elas, a população não tem que pagar mais por isso". E o MAB tem uma posição firme em relação a novos aumentos semestrais ou repasses dos custos operacionais. Para Lafaiete, "as associações de bairro não aceitarão um novo aumento até o final do ano". Para isso eles pedem a criação de uma comissão, reunindo membros das associações, economistas, vereadores e técnicos para manter uma frequente fiscalização nas empresas e para discussão dos problemas de transporte coletivo." Mas tem que ser uma comissão autônoma senão é melhor que nem seja criada".



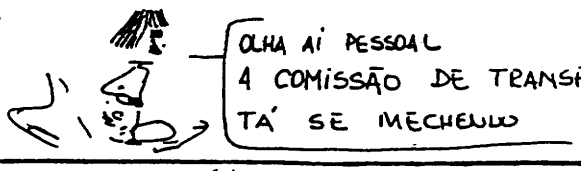
Lafaiate Santos: pesos e medidas

Terra

No encontro com o prefeito ficou também clara a posição quanto ao problema da terra e a repressão policial aos invasores de áreas desocupadas. Em relação a isso a União Geral quer que a Prefeitura negocie diretamente com as associações "porque via Cohab seria a mesma coisa que adiar o despejo". Eles afirmam que o prefeito não deu respostas definitivas quanto aos problemas discutidos na reunião do Tarumã, no início da gestão. "Com essa posição", explica Jairo Graminho de Oliveira, presidente da União "estamos perdendo um espaço conquistado em 1979".

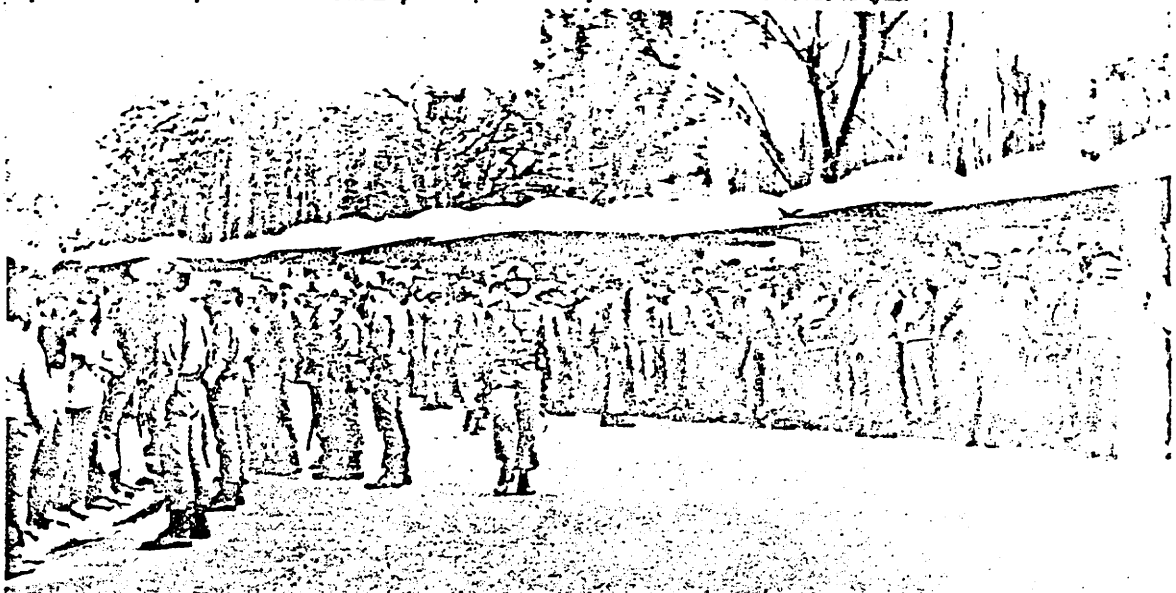
Agora tanto o MAB quanto a União Geral pretendem iniciar um movimento amplo e mobilização "com os objetivos de não admitir novos aumentos este ano e de reivindicar voz nas decisões do Poder Executivo". Para eles, a Câmara Municipal é um fórum de debates, "mas não pode ser o único canal de discussão". Outra coisa que eles querem do prefeito, "que prometeu e não cumpriu", é a instalação de uma sede no terminal do Capão Raso, para reunião dos movimentos de associações de bairro.

Os manifestantes não foram recebidos pelo prefeito Maurício Fruet



MANIFESTAÇÃO CONTRA O AUMENTO DO ÔNIBUS

O povo invadiu as pistas dos ônibus Expresso em sinal de protesto contra as novas tarifas.



A maior preocupação da PM era deixar as canaletas livres para os ônibus.

JORNAL DO ESTADO 09.07.83

Ônibus aumenta sábado

Agora é para valer: a passagem de ônibus em Curitiba vai para Cr$ 80 a partir do próximo sábado, reajuste de 45,45%, conforme anunciou ontem o prefeito Mauricio Fruet. Em troca, as nove empresas de transporte coletivo da Capital se comprometeram a aumentar sua média de quilometragem diária em 3.314 quilômetros, criando novos horários e linhas, e a não reajustar as tarifas se houver aumento de até 20% do óleo diesel nos próximos 90 dias. "Quer dizer que o prefeito cedeu?" Foi assim que o coordenador do MAB — Movimento de Associações de Bairros —, Lafayete Neves, reagiu ao saber do aumento. (Página 11)

ESTADO DO PARANÁ 06.03.83

DAMASCENO

Ref. JC. 10.06.83

MAB quer um novo cálculo da tarifa

O aumento das passagens de ônibus em Curitiba não pode mais ser calculado com base nas planilhas, porque elas não comprovam os custos reais dos novos preços, que podem ser "fabricados". É o que entende o Movimento das Associações de Bairros, que está reivindicando a imediata criação de uma comissão mista - com entidades de bairros, economistas e assessores da Prefeitura -, autônoma, que possa verificar junto às empresas de transporte coletivo os custos reais incluídos nas planilhas.

Segundo o coordenador do MAB, Lafaiete Santos Neves, enquanto a variação dos preços das passagens acumulada nos últimos seis meses chegou a 128,57%, os salários tiveram um índice acumulado de 47,66%. O coordenador comentou ainda que os usuários não tiveram o mesmo tempo que os empresários para discussão das novas tarifas, que levarão um trabalhador da Região Metropolitana a gastar um terço do seu salário em passagens.

O MAB também não acieta o argumento da Prefeitura, de aumentar as linhas, "porque isso só acontece quando há demanda" - observou Lafaiete Neves, alegando que a Prefeitura está antecipando um capital de quase Cr$ 800 mil por dia. Além de protestarem contra o sistema da Prefeitura de "impor ao povo novo aumento nas tarifas dos coletivos", os moradores de bairros de Curitiba reclamam da repressão policial dos fiscais nas áreas ocupadas por trabalhadores sem casa e exigem a legalização das terras.

TRIBUNA DOS BAIRROS 10.06.83

Usuários lutam contra reajuste

JORNAL DO ESTADO 14.03.83

Os usuários das linhas de ônibus que servem a região metropolitana não aceitaram o reajuste nas tarifas fixadas pela Secretaria de Transportes. As empresas solicitaram em junho último à Secretaria o repasse devido ao aumento do óleo diesel, propondo Cr$ 8,98 até setembro ou Cr$ 11,39 sem novo repasse até dezembro/83, caso não haja uma elevação de custos superior a 30%. Avaliando essa proposta, as associações de moradores de bairros de Piraquara, Colombo e Almirante Tamandaré, decidiram não aceitar o repasse.

A Secretaria dos Transportes solicitou ao Movimento das Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana que estudasse a questão junto aos usuários para uma definição do assunto. O repasse e consequente aumento não foi aceito devido algumas irregularidades. Entendendo que na atual crise econômica agravada pelos problemas das enchentes, «o povo não pode ser onerado mais ainda, cabe também às empresas assumir o ônus da crise não majorando os preços», o coordenador do Movimento, Lafaiete Santos Neves, luta pelos direitos dos usuários.

Muito alto o aumento das tarifas.

Irregularidades

Desde abril de 1981 a Secretaria liberou a cobrança do seguro facultativo informando às empresas que ele não seria obrigatório. Segundo o MAB, as empresas sonegaram essa informação aos usuários e continuaram cobrando o seguro que hoje representa de Cr$ 1,00 a Cr$ 8,00 no valor da tarifa. A preocupação do movimento dos moradores é no sentido de descobrir se as companhias de seguro estão recolhendo esse dinheiro ou se ele está ficando para as empresas.

A Secretaria dos Transportes determinou ainda que fosse feita uma revisão na quilometragem das linhas, o que veio a confirmar que realmente 75 linhas estavam cobrando a mais por terem operado com uma quilometragem falsificada. Durante anos houve uma extorção no bolso do trabalhador: «estavam sendo lesados esse tempo todo, teve empresa que chegou a cobrar quatro quilômetros a mais, sendo que o valor de apenas um é de Cr$ 5,97 , diz a coordenação do MAB. Citando como exemplo as linhas Curitiba-Maria Antonieta e Curitiba-Vargem Grande, da empresa Expresso Azul, Lafaiete Neves garante que «a tarifa após a revisão caiu de Cr$ 84,00 para Cr$ 66,00».

Se realmente houver o repasse, a devolução da quantia paga mais pelos usuários durante esse tempo todo, «deverá ser devolvida com juros e correção monetária, uma vez que foram explorados pelas empresas», justifica o movimento. O aumento foi considerado muito alto, superiores aos reajustes salariais, considerando-se ainda a recessão, o desemprego, a alta taxa de inflação e o expurgo nos salários entre outros, que tem penalizado sobremaneira os trabalhadores, as razões são fortes para lutarmos contra esse aumento abusivo», esclarecem os representantes dos usuários.

Planilha

Com relação ao cálculo e metodologia da tarifa, a chamada planilha, os usuários exigem da Secretaria de Transportes que seja feita uma revisão nos vários ítens que definem o aumento da tarifa. Justificam o pedido esclarecendo que a metodologia socializa os custos e diferencia a tarifa, procedimento errado em relação a Região Metropolitana cuja tarifa não é única. Também o ítem «despesa de pessoal e encargos sociais» das empresas é considerado muito elevado, o que contribui no aumento da tarifa, assim como os gastos com peças e acessórios (muitos veículos são novos e não tem gastos).

O cálculo da média de passageiros/ônibus foi analisado e concluiu-se improcedente devido a diferenciação entre as linhas da região. Essas questões «duvidosas» levaram o MAB a solicitar a revisão da planilha por uma comissão composta de representantes da entidade, da Secretaria dos Transportes, Sindicato dos Economistas do Paraná e do DIEESE, órgão que presta assessoria aos sindicatos e federações de todo o país.

Comec quer reorganizar transporte

EST. NOITE 13.01.83

O governo do Estado desenvolve estudos e debates com as associações comunitárias com o objetivo de reorganizar o transporte coletivo nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Na semana passada foi definida a implantação de um terminal no bairro de Cachoeira, em Almirante Tamandaré, durante assembléia realizada na comunidade local. Os próximos encontros serão programados para Colombo e Piraquara.

O coordenador geral da Região Metropolitana de Curitiba - Comec -, Joel Ramalho Júnior, diz que este é um dos maiores problemas sociais da região, causados pela própria questão urbana, que é crítica. "A ocupação desses locais que abrigam um grande contingente de trabalhadores altamente dependentes da Capital, se processa em função do pernicioso processo de especulação imobiliária, que impede a ocupação pela população de menor renda" - denuncia Ramalho.

Amanhã o aumento a intermunicipais?

GAZETA DO POVO 20.01.83

O aumento das passagens dos ônibus intermunicipais deverá ser decidido amanhã, na Secretaria dos Transportes, impreterivelmente, segundo informou uma fonte credenciada da pasta. Está prevista para as 10 horas de amanhã, reunião entre os membros da comissão do Departamento de Serviço de Transporte Coletivo da Secretaria dos Transportes, mais integrantes do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Paraná e associações de bairros, a ser presidida pelo secretário Deni Schwartz. Neste encontro poderá haver definição sobre o percentual de aumento.

As empresas de ônibus intermunicipais, contudo, estão solicitando aumento de 9 ou 12%. No caso dos 9%, está sendo solicitado o repasse do aumento do preço do óleo diesel, enquanto os 12% já incluem repasse das elevações do combustível, de pneus, lubrificantes e câmeras. Se for decidido pelo aumento de 9%, até dezembro próximo deverá ocorrer nova elevação das tarifas. Mas se o percentual de majoração tarifária for de 12%, o novo reajuste deverá ocorrer só no ano que vem. Porem, aquela mesma fonte adiantou que o secretário dos Transportes, Deni Schwartz, poderá decidir pelo repasse próximo aos 11,5%, sendo que, neste caso, um novo reajuste tarifário só vai ocorrer no ano que vem, para as linhas de ônibus intermunicipais.

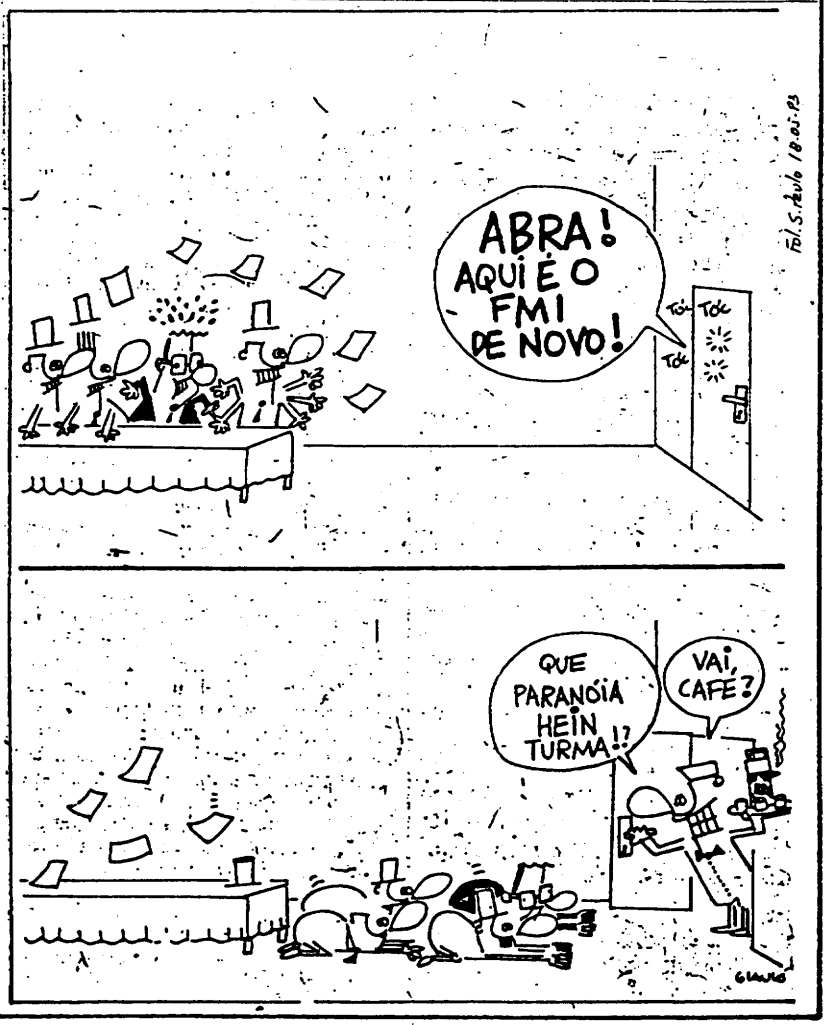
O diretor do DSTC, Darcy Gomes de Morais, vai participar da reunião, além, de possivelmente, Diomar Dalledone, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros e ainda algumas entidades do movimento de bairros. A majoração das tarifas dos ônibus intermunicipais já deveria ter ocorrido dias atrás, quando estava prevista uma reunião, igualmente presidida por Deni Schwartz, entre os mesmos participantes do encontro de amanhã. Porém, em virtude de ter ficado em União da Vitória, por causa das chuvas naquele município, o secretário dos Transportes não pôde participar do encontro, ficando, assim, protelada a reunião e a decisão pelo aumento das tarifas.

Aumento do transporte é discutido

JORNAL DO ESTADO 21.01.83

A União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana continua insistindo no pedido ao prefeito Maurício Fruet, feito em carta aberta, para que tome medidas que os favoreçam com relação ao aumento do transporte coletivo. Considerado abusivo e até mesmo irregular, as associações de moradores questionam a falta de diálogo e consulta a elas, principais interessados no tema. Formadas por trabalhadores de diversos bairros de Curitiba, as associações buscam maior entrosamento com a Prefeitura no que diz respeito a questões vitais para a comunidade.

A União Geral reclama da impossibilidade de sua participação nas decisões adotadas pela Prefeitura sobre o aumento das tarifas de ônibus. Afirmam não terem sido consultados em nenhum momento a respeito de suas propostas sobre o assunto, tendo sido "imposto o aumento para o povo de acordo com os interesses das empresas de transporte urbano". Por outro lado, uma corrente diferente de associações, que formam o MAB, Movimento de Associações de Bairros e Região Metropolitana de Curitiba, têm mantido constante diálogo com a Secretaria de Transportes a respeito da planilha que determina os aumentos para a Região Metropolitana. As conversações estão realizando conquistas, fazendo com que as tarifas baixem.



Empresas de ônibus falsificam percursos

JORNAL DO ESTADO 27.07.83

Coordenadores do MAB explicam a fraude das empresas de ônibus.

O Movimento de Associações de Moradores de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana conseguiu uma façanha inédita na história do transporte coletivo: algumas linhas tiveram suas tarifas diminuídas. Em certos bairros como Pinhais, Vila Maria Antonieta e Vila Pemeta, além de baixar a tarifa, ela ficou mais barata que a de Curitiba. Os valores estão em torno de 66 cruzeiros, quando antes eram de Cr$ 84,00.

O MAB explica que isso deve-se às várias reuniões entre os usuários e a Secretaria dos Transportes, que a pedido dos primeiros determinou uma revisão na quilometragem das linhas da Região Metropolitana. Ficou constatado então a falsificação que as empresas vinham efetuando: elas operavam com uma quilometragem alterada durante anos, cobrando a mais nas passagens a cada reajuste. Algumas delas, como a Expresso Azul, Viação Piraquara e Viação Castelo Branco, falsificavam uma média de 4 quilômetros ou mais, cada um ao custo de Cr$ 5,97.

Também o seguro facultativo, liberado pela Secretaria de Transportes desde 1981, era cobrado dos passageiros, dando um custo de Cr$ 1,00 a Cr$ 8,00 a mais no valor de cada passagem. As empresas não passaram essa informação aos usuários e continuaram cobrando esse tempo todo o seguro. Outra bronca do MAB, segundo seu coordenador, Lafayete Santos Neves, "é com relação ao repasse pedido nesse mês pelas empresas devido ao aumento de óleo diesel.

Elas pediram 11,39% sem novo repasse até o final do ano, coisa que não concordamos pelos muitos anos em que fomos explorados, conforme agora está comprovado".

Falando da tarifa de Curitiba, que é única e "proclamam ser a mais baixa do país e na realidade está perdendo para bairros de municípios vizinhos", Lafayete afirma estar discutindo a questão com seus companheiros, o MAB pediu a Prefeitura que fosse designada uma comissão especial que apurasse as possíveis irregularidades, revisão imediata de percursos em todas as linhas e verificação de gastos nas empresas.

Bairros desconfiam do cálculo da tarifa

O Movimento de Associação de Bairros-MAB solicitará ao prefeito Mauricio Fruet a revisão da tarifa do transporte coletivo de Curitiba, agora mais caro que diversas linhas de ônibus intermunicipais da Região Metropolitana. As passagens de ônibus intermunicipais tiveram seus preços reduzidos em até Cr$ 18.00 depois que a Secretaria dos Transportes comprovou a denúncia das Associações de Bairros de que havia falsificação de percurso, com cobrança de quilometragem maior do que a efetivamente rodada, além da cobrança do imposto facultativo, que deveria ter sido extinta há três anos.

Lafaiete Santos Neves, coordenador do MAB, explicou ontem que ainda está sendo reivindicada ao prefeito a revisão do percurso das linhas de ônibus de Curitiba para constatar se também não há irregularidades. "Será que em Curitiba, onde sempre se alardeou que a tarifa era a mais barata do País, não se poderia conseguir uma redução do preço cobrado, como se obteve de forma inédita na Região Metropolitana?" - questionou Neves. O MAB solicitou à Prefeitura a criação de uma comissão independente para verificação de custos nas empresas de ônibus, composta por representantes das associações de bairros (Federação, União Geral e MAB), além do Sindicato dos Economistas, Dieese, Prefeitura e um representante da Câmara.

IRREGULARIDADES

Apesar do reajuste de 11,68% em vigor desde domingo nos transportes intermunicipais, 64 linhas tiveram o preço reduzido, após a comprovação de falsificação de percurso pelo Departamento dos Serviços de Transporte Comercial da Secretaria dos Transportes. Desta forma, os 159 mil passageiros da linha Vila Maria Antonieta-Curitiba, por exemplo, se beneficiaram com a redução da tarifa de Cr$ 85.00 para Cr$ 74.00. A linha Vargem Grande também reduziu de Cr$ 85.00 para Cr$ 74.00. As irregularidades foram constatadas nas empresas Expresso Azul, Viação Piraquara e Castelo Branco. Só a cobrança irregular do imposto facultativo implicava em acréscimo entre Cr$ 1,00 a Cr$ 8,00.

De acordo com o MAB, os 60% dos passageiros da Região Metropolitana - totalizando mais de um milhão e 800 mil passageiros - beneficiados com a redução de tarifa nem acreditaram que passariam a dispender menos com o transporte coletivo apesar do reajuste. "Foi uma grande vitória das associações de bairros e se deveu também à firmeza do secretário Deni Schwartz" - observou Lafaiete Neves. As associações de bairros estão estudando uma forma de acionar judicialmente as empresas que lucraram irregularmente.

Neves: dá para reduzir?

ESTADO DO PARANÁ 22/07/83

I N F O R M A T I V O

DO

CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL

I R M Ã A P A R E C I D A

Curitiba - Paraná

Agosto de 1983

Ano I - nº 06

(circulação interna)

Elaboração e montagem

Clemente Ganz Lúcio

COMO ESTAMOS NOS ORGANIZANDO ???

Você que está com problema de moradia, procure a Associação de Moradores da sua Vila.

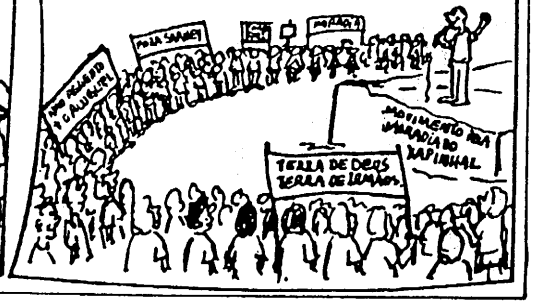
Toda Associação de Moradores tem uma comissão que está encaminhando a luta pela moradia aí na Vila.

Todas as Associações de Moradores de Bairros têm uma Assembléia por Mês, para encaminhar a luta pela moradia. Participe você também da Assembléia da sua Vila.

ESTA NÃO É UMA LUTA ISOLADA...

Existe uma Comissão formada por um (1) representante de cada Associação para encaminhar nossa luta em conjunto.

Sempre que for preciso, faremos Assembléias com todas as Associações de Moradores reunidas.



O QUE JÁ ESTAMOS FAZENDO:

NOSSA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA

No dia 25 de abril/87 fizemos nossa primeira Assembléia com mais de 2.000 pessoas da região e decidimos começar a nossa luta pela moradia.

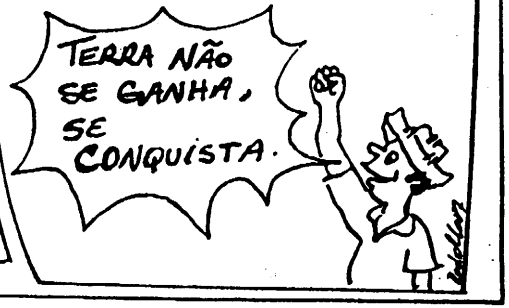
ASSOCIAÇÕES QUE JÁ FIZERAM SUAS ASSEMBLÉIAS SOBRE MORADIA

- Associação de Moradores Val Paraíso (dia 16/05)
- Associação de Moradores Vila Rex (dia 09/05)
- Associação de Moradores Vila S. Pedro (dia 09/05)
- Associação de Moradores Demawe Vista Alegre (dia 30/05)
- Associação de Moradores Vila Acordes (dia 23/05)
- Assoc. Comun. de Moradores da V. Independência (16/05)
- Assoc. de Mor. do Jardim Urano BR 116 (dia 16/05)
- Associação de Moradores 1º de Julho (dia 14/05)
- Associação de Moradores Vila Vitória (dia 25/05)
- Associação de Moradores Jardim Campo Alegre (dia 09/05)

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DA MORADIA NA REGIÃO

Prá começarmos bem a nossa luta precisamos conhecer a realidade. Estamos fazendo um levantamento da situação da moradia em nossa região através de FICHAS DE LEVANTAMENTO.

Procure a sua Associação e preencha a sua ficha. O prazo prá encerramento do levantamento termina no dia 30 de julho de 1.987.



TODAS ESTAS ASSOCIAÇÕES JÁ ESTÃO PARTICIPANDO DA LUTA PELA MORADIA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DO JARDIM INDEPENDÊNCIA

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DEMAWE, VISTA ALEGRE e SÃO JOÃO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1º DE JULHO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA REX

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA SÃO PEDRO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JARDIM URANO - BR116

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VAL PARAÍSO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA ACORDES

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JARDIM CAMPO ALEGRE

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM PARANAENSE

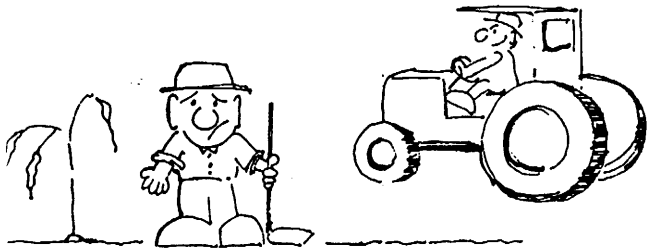
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA VITÓRIA - PINHEIRINHO

VOCÊ NÃO ACHA QUE A SUA ASSOCIAÇÃO TAMBÉM DEVERIA ENTRAR NESTA LISTA E PARTICIPAR DESTA LUTA ???

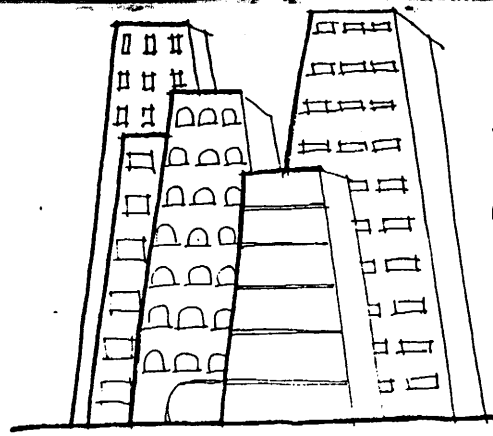
MOVIMENTO PELA MORADIA DO XAPINHAL

Nº 00 - JUNHO/1.987 - CURITIBA - PR

O QUE É O MOVIMENTO PELA MORADIA DO XAPINHAL

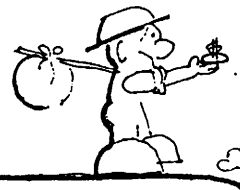


NÃO HÁ MAIS CONDIÇÕES DE TRABALHAR NO CAMPO.
É MÁQUINA TOMANDO LUGAR DA GENTE
É SECA, É PRAGA, SEMENTE MUITO CARA.
E O GOVERNO NEM AÍ...

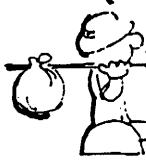


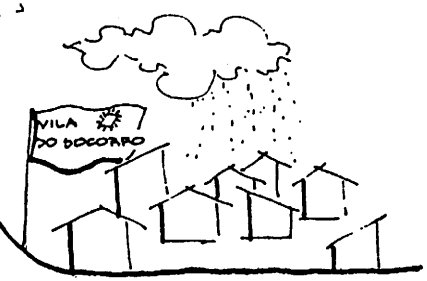
A CIDADE TEM COMÉRCIO,
INDÚSTRIAS, SERVIÇOS, ESCOLA
HOSPITAL, EMPREGO...

MORAR ONDE ?

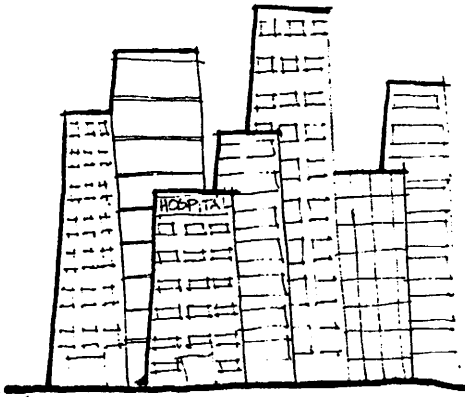


SOLO CARO
ALUGUÉL CARO





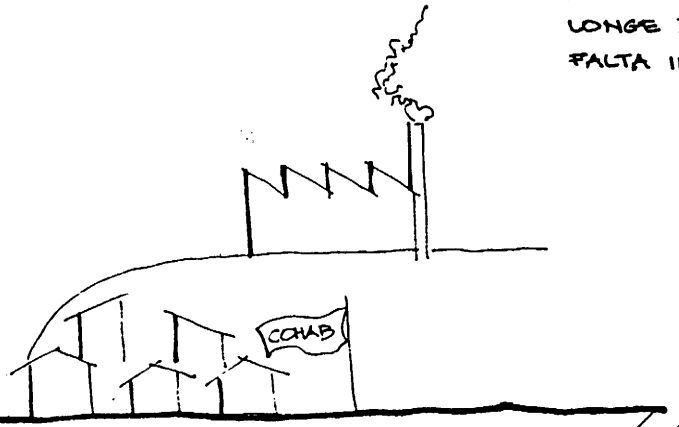
SOLO MAIS BARATO
ALUGUÉL MAIS BARATO
LONGE DO CENTRO
LONGE DO TRABALHO
FALTA INFRAESTRUTURA



CONCENTRAÇÃO
COMÉRCIO
SERVIÇOS: ESCOLAS, HOSPITAIS

ÁREA VAZIA?

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
JÁ TEM INFRAESTRUTURA QUE
VALORIZA OS LOTES. OS ESPECU-
LADORES ESPERAM VALORIZAR MAIS
PARA VENDER OS TERRENOS BEM CARO



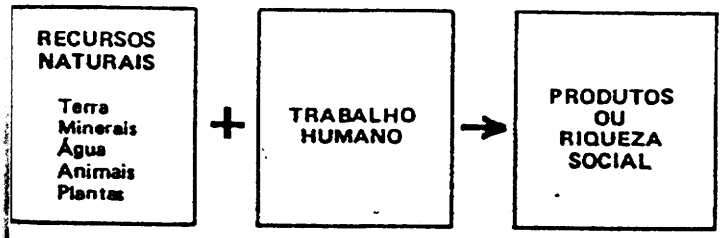
LONGE DO CENTRO, LONGE DOS SERVIÇOS,
LONGE DO TRABALHO...
INFRA-ESTRUTURA PRECÁRIA.

1º CURSO DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR
CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO - Produção: ANDRÉA

1. A RIQUEZA

Normalmente entendemos riqueza como dinheiro ou propriedades que possui uma pessoa ou país. Mas, por mais dinheiro que tenha alguém, se não tem o que comprar, não poderá desfrutar de nada o seu dinheiro. Se um país possui abundantes recursos naturais: boa terra, minério, petróleo, água em fartura, selvas, e outras coisas; se estes recursos não são transformados em produtos, os habitantes poderão até morrer de fome sem desfrutar a "riqueza" do país.

Para que essa "riqueza" seja aproveitada, ela tem que passar pelo trabalho humano e transformar-se em produtos destinados ao consumo. Todos os produtos que existem em venda no mercado, são chamados de mercadorias e são resultado da atividade dos trabalhadores. Toda a riqueza é fruto do trabalho.



Conclusão:

Recursos Naturais
- são todas as coisas que existem na natureza em estado bruto e que podem ser transformadas em produtos.

Trabalho
- é a atividade do homem, pela qual ele transforma os recursos naturais em produtos destinados ao consumo com o fim de satisfazer uma necessidade.

Produtos
- são os recursos naturais, depois de submetidos ao trabalho, transformados em objetos que possam satisfazer uma necessidade. São chamados de mercadorias quando destinados à venda.

Podemos considerar que riqueza são os recursos naturais transformados através do trabalho humano em produtos destinados ao consumo.

No entanto, na sociedade em que vivemos, estamos limitados por uma série de leis que nos impedem consumir diretamente os produtos, sem antes comprá-los. Se entramos em um supermercado e temos fome, não podemos apropriar-nos do produto, por exemplo, pegar um litro de leite e beber. Isso seria considerado roubo, não importando a fome que tenha a pessoa que bebeu o leite, mesmo que seja uma criança. É ne-

Para comprar é necessário possuir dinheiro. O dinheiro é só um intermediário entre a troca de um produto que está à venda, por outro produto que já foi vendido. Por exemplo, um agricultor só terá dinheiro para comprar produtos no supermercado se ele vender antes o que produziu e com isso obter o dinheiro. Um trabalhador rural ou operário, que não tem nada para vender, a não ser a sua força, só obterá dinheiro depois de trabalhar para um patrão e obter um salário. Da mesma forma que o agricultor vende seus produtos, o operário vende a única coisa que possui, sua força de trabalho para comprar as mercadorias que necessita para viver. Assim, toda a economia em nossa sociedade funciona na base da troca entre produtos do trabalho por meio do dinheiro, é o processo de compra e venda de mercadorias.

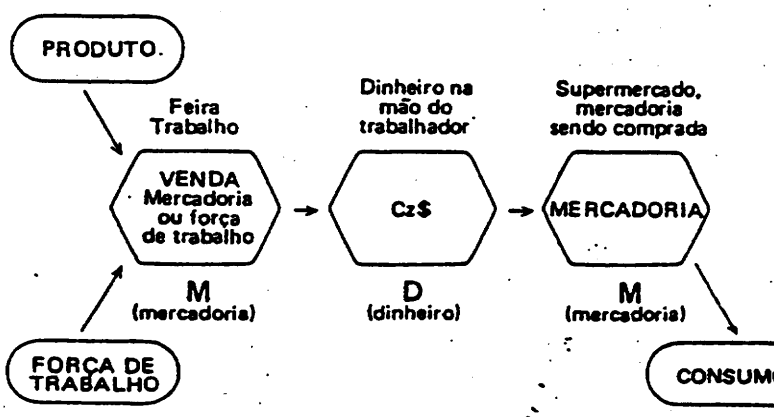
Para facilitar podemos explicar desta maneira:

1) Qualquer pessoa que quiser comprar algo, tem primeiro que conseguir dinheiro, vendendo o que possua. Se não tem nada, terá que vender sua força de trabalho.

2) Com o dinheiro obtido, a pessoa se dirige ao mercado (comércio) e procura o que necessita para satisfazer suas necessidades, usando o dinheiro para comprar.

3) De posse do produto comprado, a pessoa vai consumí-lo da maneira que considerar mais apropriada.

Esquematicamente todo o processo funcionaria da seguinte maneira:



O que acabamos de explicar, é uma simplificação de como funciona a economia. Podemos considerar que a sociedade em que vivemos tem por base a troca de mercadorias através do dinheiro e que as mer-

JOGO DAS ESTRELAS

A – OBJETIVOS

O objetivo deste jogo é suscitar o debate de valores e comportamentos presentes no sistema capitalista, enfocando basicamente a questão da luta de classes.

B – ORGANIZAÇÃO DO JOGO

Divisão do grupo em três equipes, com número igual de participantes, que denominam-se quadrados, triângulos e estrelas. Os quadrados representam a classe dominante. Os triângulos representam a classe média. As estrelas representam a classe popular. Os grupos não devem ter conhecimento prévio desta divisão e nem do que ela representa.

- Preparar fichas de cinco cores e com os seguintes valores:
  - Fichas vermelhas - 50 pontos
  - Fichas verdes – 25 pontos
  - Fichas azuis – 15 pontos
  - Fichas amarelas – 10 pontos
  - Fichas brancas – 5 pontos

Cada participante deverá receber cinco fichas .O valor das fichas deve ser colocado em um cartaz visível para todo o grupo.

- Condição básica para o jogo – É proibido conversar enquanto o grupo estiver reunido.
- Uma pessoa, previamente definida (um coordenador do jogo) assume a função de juiz, toma posse e explica o jogo.
- O juiz empossa o promotor e ordena que este escolha um secretário, ambos também previamente definidos. Juiz, promotor e secretário devem preparar o jogo antecipadamente e conhecer seus objetivos.
- O procurador terá auxiliares (fiscais) e um tabulador de pontos. São soberanos e devem conhecer os objetivos da técnica do Jogo das Estrelas.

ASSUNTOS

Apresentamos os temas abordados no Curso:

- *A Cidade:*
  - *história, surgimento e crescimento das cidades;*
  - *estudo da questão urbana;*
  - *análise os problemas: saúde, transporte, solo urbano, meio ambiente, etc...*
- *Movimento Popular:*
  - *história do movimento popular;*
  - *papel do movimento popular na transformação da sociedade;*
  - *organização, articulação, mobilização e capacitação;*
  - *como se faz o trabalho de base — metodologia e planejamento do trabalho popular;*
  - *a participação da mulher e do jovem;*
  - *a nova Constituição, reforma urbana e participação popular;*
- *Relação do Movimento popular com:*
  - *Partidos Políticos;*
  - *Movimento Sindical;*
  - *CEB's;*
  - *Igrejas;*
  - *e outros movimentos;*
- *Relação entre o movimento popular e o Estado. Participação e poder popular;*
- *Funcionamento da sociedade:*
  - *estrutura de classe;*
  - *ideologia;*
  - *Estado e Movimentos sociais.*
- *Análise da conjuntura;*
- *Assuntos complementares:*
  - *animação de reuniões;*
  - *como se faz boletins, convites.*
  - *rádio popular;*
  - *legalização de uma associação de moradores;*
  - *finanças.*

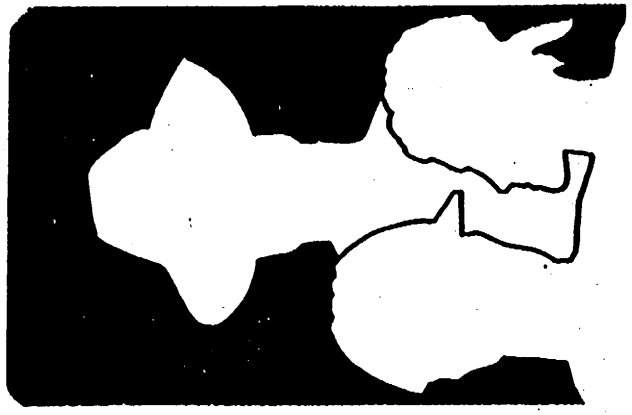
CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO

Rua Dr. Muricy, 542 - 9º andar - sala 905/6
80020 - Curitiba - Paraná - Brasil
Telefone (041) 234-7833
Expediente: manhã: 8:30 às 12:00 hs
tarde: 14:30 às 18:30 hs

CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR

II TURMA - 1989



POR QUE ESSE CURSO?

As cidades crescem sem parar, discriminando, em todos os sentidos, a maioria da população. Surgem uma série de problemas que atingem, principalmente, os trabalhadores que moram na periferia das cidades.

Esses trabalhadores não ficaram parados. Descobriram — e continuam descobrindo — que precisam lutar pelos seus direitos. Essa descoberta tem avançado e desembocado na organização popular.

Surgiram as Associações de Moradores e vários movimentos populares, tais como: o Movimento de Luta pelo Transporte, pela Saúde, pela Moradia, contra a Carestia, contra a Fome, contra a Violência, o Movimento das Mulheres, dos Negros e muitos outros movimentos e entidades que apoiam e assessoram esses trabalhos.

Essa luta ampliou-se, sua força aumentou, vieram vitórias e cresceu o trabalho. Mas, por outro lado, vieram os problemas e as crises.

Verificou-se, nessa caminhada, que é fundamental o fortalecimento da Associação de Moradores como um instrumento de representação e de luta dos moradores do bairro. Cabe as Associações apoiarem as diferentes formas de organização, mobilização e articulação dos moradores na luta por seus direitos. Verificou-se também que os diferentes movimentos populares são formas privilegiadas dessa luta.

Por outro lado é insuficiente o número de pessoas que animam, apoiam, orientam, assessoram e que dirigem as lutas. Nesse sentido, surgiu um desafio para o Centro de Formação: proporcionar a capacitação de pessoas que assumam esses papéis nas lutas urbanas.

Para ajudar a responder a este desafio é que estamos apresentando o CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR.

OBJETIVOS

- *Proporcionar a capacitação das lideranças que atuam no movimento popular, através do avanço da consciência crítica e da compreensão de questões colocadas pela luta popular para a transformação da sociedade;*
- *Proporcionar prioritariamente o estudo dos problemas da cidade e as formas de enfrentá-los;*
- *Proporcionar a troca de experiência e de informações.*

A QUEM SE DESTINA

Este curso se destina às lideranças e agentes do movimento popular com possibilidades de avançar na luta e na compreensão de questões mais amplas da sociedade.

São critérios para a participação:

a — o tempo de inserção na luta popular;

b — a experiência acumulada;

c — a perspectiva de continuidade no trabalho popular;

d — a ordem de inscrição;

Vagas
Serão preenchidas apenas 30 vagas, através de seleção.

COMO SE DARÁ O CURSO

O Curso será realizado em 7 (sete) etapas (finais de semana), com início às 20 hs da sexta e término no domingo, às 18 horas.

Datas — 1ª Etapa — 21, 22 e 23 de abril
2ª Etapa — 26, 27 e 28 de maio
3ª Etapa — 23, 24 e 25 de junho
4ª Etapa — 21, 22 e 23 de julho
5ª Etapa — 25, 26 e 27 de agosto
6ª Etapa — 22, 23 e 24 de setembro
7ª Etapa — 27, 28 e 29 de outubro

FREQUÊNCIA

É obrigatório a participação em todas as etapas. Portanto, é importante reservar com antecedência todas as datas do Curso..

LOCAL

O Curso se realizará em Curitiba, em local a ser informado

INSCRIÇÃO

Solicite ficha de inscrição no seguinte endereço:
Centro de Formação Irmã Araújo
Rua Dr. Muricy, 542 - 9º andar - sl 905/6
80.020 - Curitiba - Paraná

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR - TURMA DE 1988

NOME	MUNICÍPIO	MOVIMENTO DO QUAL PARTICIPA
Ademir Alves Coutinho	Londrina	Pastoral Operária, Associação de Moradores
Adenival Gomes	Curitiba	Centro Comunitário de Manutenção – CECOMA e Movimento de Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – MAB. Coordenador do Xapinhal
Andréa Eunice Hass	Toledo	Movimento de Mulheres. Arquiteta, participou da Equipe de Coordenação da segunda turma do Curso em 1989
Agnaldo Ogata	Vila Macedo, Piraquara	Conselho Comunitário, Partido dos Trabalhadores
Aparecida Mendes dos Santos	Foz do Iguaçu	Associação de Moradores, Compras Comunitárias
Daniel Valtolini	Foz do Iguaçu	Associação de Moradores
Dirce Campos Pires da Cruz	Toledo	Movimento de Mulheres
Clemente Ganz Lúcio	Curitiba	Membro da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Assessor do MAB. Sociólogo, Participava da Equipe de Coordenação

NOME	MUNICÍPIO	MOVIMENTO DO QUAL PARTICIPA
Cícero Dantas de Oliveira	Piraquara	Associação de Moradores, Pastoral da Juventude
Eliana F. da Silva Neves	Curitiba	Membro da Equipe de Educação Popular do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Professora, participava da Equipe de Coordenação
Elsa Maria Pereira Santana	Rio Branco do Sul	Associação de Moradores
Izolde Ebert	Londrina	Pastoral Operária
Izalnir Tasca	Cascavel	Grupo de Jovens
João Camilo Valter	Piraquara	Compras Comunitárias, Pastoral da Juventude
José Fortunato	Corbélia	Associação de Moradores
João Batista de Oliveira	Curitiba	Associação de Moradores
José Ailton Alves Moreira	Curitiba	Associação de Moradores
José Moreira	Curitiba	Movimento de Negros. Seminarista
Jucimara José Dobrila	Rio Branco do Sul	Grupo de Jovens
Luiz Renato Scremin	Piraquara	Secretário contratado pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Participava da Equipe de Coordenação
Maristela Mitsue Nakagawa	Toledo	Sindicato dos Bancários
Maria Aparecida Pereira	Rio Branco do Sul	Associação de Moradores
Maria Elenir Nardi	Toledo	Associação de Moradores, Grupo de Estudantes

NOME	MUNICÍPIO	MOVIMENTO DO QUAL PARTICIPA
Marinéia Rosa Galdino	Piraquara	Associação de Moradores
Manoel Proença	Curitiba	Associação de Moradores, XAPINHAL
Nair Lemos Prado Gonçalves	Piraquara	Associação de Moradores
Zumary Tabitta Novaski	Almirante Tamandaré	Associação de Moradores

DETALHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO DAS ETAPAS DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA LIDERANÇAS DO MOVIMENTO POPULAR TURMA DE 1988

PRIMEIRA ETAPA

1 - Apresentação.

2 - Formação das equipes de trabalho.

3 - Apresentação dos objetivos do Curso.

4 - Debate em grupos abordando as seguintes questões:

- Quais os problemas que estamos enfrentando hoje nos movimentos populares em termos local, regional e nacional?
- Entre esses problemas quais são os principais?

5 - Relato dos grupos e síntese em plenário.

6 - Trabalho em grupos para debater a origem de cada participante - história de vida.

7 – A partir das histórias individuais montar a história coletiva do grupo, elaborando um texto que sirva de apoio para a apresentação através de uma peça de teatro.

8 - Apresentação das peças de teatro.

9 – Debate em plenário sobre as peças apresentadas.

10 - Comentários, por parte da Equipe de Coordenação, contextualizando as histórias individuais, a história coletiva do grupo e elementos da história do Brasil.

11 - Sábado à noite – realização de um debate sobre a questão da mulher.

12 - Festa.

13 - Palestra e debate sobre a formação e o desenvolvimento das cidades.

14 - Apresentação da proposta geral do Curso, enfocando prioritariamente a metodologia a ser utilizada.

15 - Avaliação oral e voluntária desta etapa do Curso.

16 - Avaliação geral, por escrito, da primeira etapa do Curso.

Questões:

- Quais as descobertas que essa primeira etapa trouxe para você?
- Quais as falhas que você aponta nessa primeira etapa?

- Que sugestões você faz para as próximas etapas?
- Por que você acha que foram convidados participantes do movimento popular de várias regiões do Estado?
- E da metodologia usada, o que você tem a dizer?
- Avalie detalhadamente os seguintes pontos: técnicas usadas; plenários; grupos; exposições; lazer; local; convite; refeições. Equipes de Trabalho: limpeza, horário, animação, secretaria e coordenação.

17 - Encaminhamento da pesquisa para ser realizada como preparação da segunda etapa do Curso.

Questões:

- Como surgiu seu bairro? Por que ele surgiu?
- Quais os primeiros e principais problemas que surgiram?
- Como eles foram resolvidos?
- Quais as lutas na defesa dos problemas dos bairros/cidade que já aconteceram?
- Qual foi o resultado de cada luta?
- Quais os principais problemas existentes hoje em seu bairro/cidade?
- Como a população está enfrentando esses problemas?

SEGUNDA ETAPA

1 - Apresentação.

2 - Formação das equipes de trabalho.

3 - Divisão em grupos, compostos por pessoas de cidades diferentes, para debater as seguintes questões:

- Como a pesquisa foi feita?
- As dificuldades encontradas. O porquê destas dificuldades.
- O que deu certo na forma de fazer a pesquisa?
- O que não deu certo? Por quê?

4 - Apresentação, em plenário, do resultado dos trabalhos em grupos através de peças de teatro.

5 - Síntese do plenário.

6 - Plenário sobre a utilização de uma pesquisa como forma de conhecer a realidade, enfatizando as principais técnicas de investigação.

7 - Apresentação do resultado das pesquisas.

8 – A partir das apresentações das pesquisas, debate e análise em grupo das questões:

- Como surgiram os bairros e os problemas das cidades?
- Por que esses problema existem? Quais os interesses que estão envolvidos?
- De que lado se coloca a prefeitura e o governo de forma geral?

9 - Apresentação do resultado do trabalho em grupo através de cartazes.

10 – Plenário para debate a respeito da questão urbana.

11 - Apresentação sobre os objetivos do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo.

12 - Debate de sábado à noite: A participação do jovem no trabalho popular.

13 - Festa.

14 – Plenário para levantamento das principais formas de enfrentamento da questão urbana. Debate sobre as lutas populares.

15 – Apresentação por parte da Equipe de Coordenação de outras formas de organização do movimento popular, em tremos estadual e nacional.

16 - Análise da metodologia utilizada no Curso.

17 - Encaminhamento da pesquisa proposta para ser realizada para a terceira etapa do Curso.

Questões:

A – Características dos moradores do bairro:

- Nível salarial.
- Tipo de casa.
- Onde e no que trabalha.
- Estuda? Onde? O quê?
- Tem carro?
- Igreja que freqüenta?
- Como se veste?

- Lazer?
- O que tem dentro de casa (TV, geladeira, telefone etc.)?
- Quem mora no bairro?

B - Quais interesses são defendidos?

C - Como a prefeitura está presente no bairro? De que forma atua?

- Quem apoia a atuação da prefeitura?

D – Quem tem as informações no bairro?

18 - Avaliação da segunda etapa do Curso.

Questões:

- De qual parte você gostou mais? Por quê?
- De qual parte você menos gostou? Por quê?
- De qual parte você participou mais?
- Que sugestões você faz para as próximas etapas?
- O que você lê: Livros? Jornal? Revistas? Material popular?
- Você lê: Às vezes? Uma vez por mês? Diariamente?
- Avalie o local (refeições, quartos, banheiros, áreas externas etc.).

TERCEIRA ETAPA

1 - Apresentação.

2 - Formação das equipes de trabalho.

3 - Análise da estrutura e das relações sociais através do Jogo das Estrelas (Anexo 2).

4 - Debate das questões levantadas no Jogo das Estrelas.

5 - Divisão em grupos para debater qual a principal divisão da sociedade e, a partir desta divisão, classificar os personagens sugeridos.

6 - Plenário para a apresentação e debate dos trabalhos em grupos.

7 - Debate de sábado à noite: Como se faz uma rádio popular.

8 - Festa Junina.

9 – Exposição, por parte de membros da Equipe de Coordenação, sobre a estrutura de classes da sociedade.

10 – Plenário para debate e análise das pesquisas feitas nos bairros.

11 – Introdução de noções sobre a questão do Estado.

12 - Encaminhamento da pesquisa proposta para ser realizada entre a terceira e a quarta etapa do Curso.

Questões:

- Quais os organismos, movimentos, entidades e organizações que existem no seu bairro? E na sua cidade?
- Quais deles defendem os trabalhadores, os patrões ou que estão "em cima do muro"?
- Como eles se organizam e quais os seus objetivos ?
- Que interesses eles defendem?

13 - A avaliação desta etapa do Curso foi realizada, a pedidos dos próprios participantes, em pequenos grupos, analisando as seguintes questões: dinâmicas de grupos, participação, compreensão dos debates, animação, recreação e conteúdos. A Equipe de Coordenação solicitou que também fossem abordados outros aspectos e feitas sugestões, caso o grupo julgasse necessário. O resultado dos debates foi, posteriormente, apresentado em plenário.

QUARTA ETAPA

1 - Apresentação.

2 - Formação das equipes de trabalho.

3 - Plenário para levantamento de dúvidas e esclarecimentos referentes à leitura do livro "O que é ideologia", de Marilena Chauí, sugerido como forma de subsidiar os debates.

4 - Retomada do debate realizado na terceira etapa do Curso sobre a base econômica da sociedade.

5 – Exposição, por parte de membros da Equipe de Coordenação, sobre ideologia e sistema capitalista.

6 - Apresentação do vídeo "A origem da riqueza" seguida de debate em plenário.

7 - Debate em pequenos grupos sobre como e onde o trabalhador é explorado (como trabalhador, cidadão e pessoa).

8 - Apresentação dos trabalhos em grupos.

9 - Debate, em plenário, sobre a questão da produção e do consumo.

10 - Trabalho em grupos para elaboração de uma síntese das pesquisas realizadas, respondendo às seguintes questões:

- Quais os movimentos existentes em seu bairro e/ou cidade?
- Quais são os seus objetivos?
- Que interesses defendem?
- Quais as classes sociais que eles representam e/ou organizam?

11 - Apresentação dos trabalhos dos grupos através de cartazes e realização de plenário para debatê-los.

12 – Síntese, em plenário, do debate sobre os movimentos sociais pesquisados.

13 - Debate de sábado à noite: Relação entre associações de moradores e partidos políticos.

14 - Festa.

15 – Exposição, por parte de membros da Equipe de Coordenação, sobre o que são movimentos sociais e movimentos populares.

16 - Trabalho em grupo para debater as questões:

- O movimento popular transforma a sociedade? Como? Por quê?
- Qual o papel dos movimentos sociais e populares na transformação da sociedade?
- Como eles fazem isso?
- Qual o papel do movimento de bairros neste processo?

17 - Plenário para apresentação do resultado dos trabalhos em grupo.

18 - Síntese do plenário, enfatizando a questão: os movimentos sociais transformam a sociedade?

19 - Encaminhamento da pesquisa a ser realizada para a quinta etapa do Curso.

A Equipe de Coordenação propôs que a partir de uma situação hipotética fosse elaborado um planejamento de atuação junto à comunidade.

O CASO DA VILA ESPERANÇA

Estamos na Vila Esperança. A Vila fica a 15 quilômetros do centro da cidade. Grande parte da população que mora nesta vila trabalha em outros bairros da cidade, tendo portanto que utilizar ônibus para ir ao trabalho. O ônibus passa na rua ao lado da Vila. Ali existe somente um ponto para ser utilizado por todos os moradores. Atualmente são aproximadamente 1.000 famílias que moram na Vila.

A Vila se originou de um loteamento clandestino/irregular. A população foi ocupando os lotes adquiridos de uma imobiliária, na esperança de que logo viria a luz, a água, a valeta, a rua, a escola, o posto de saúde etc. O tempo passou e nada disso veio. Assim, hoje as ruas não estão abertas. A população circula por um caminhos que ela própria abriu. A prefeitura já prometeu passar a patrola para abrir pelo menos algumas ruas, mas até hoje nada. Tem um vereador que vive andando pela Vila no seu carro, anunciando algumas melhorias que ele está encaminhando pelos moradores.

Mas, a realidade é difícil. Não tem água. A luz só chegou na rua principal. A COPEL diz que não pode instalar os postes porque as demais ruas não estão abertas. Ao mesmo tempo quer cobrar Cr$ 30.000,00 para ligar a luz em cada casa, pois diz que os moradores terão que pagar pelos postes que a imobiliária não pagou. A Prefeitura diz que só abrirá as ruas depois que o projeto do loteamento for aprovado, ainda assim por favor, pois isso era responsabilidade do dono do loteamento. Posto de saúde e creche nem se fala. Esgoto é supérfluo.

Na vila já existem quatro igrejas: Católica, Assembléia de Deus, Batista e Cristo Vive. Tem uma mercearia e três bares. A Escola mais próxima fica a 2 quilômetros, sem acesso por ônibus. Os moradores vivem reclamando desses problemas, mas até hoje ninguém fez nada.

Você é uma pessoa que fez, através de sua associação, contato com esta vila. Neste caso, o que você faria? Explique detalhadamente seu plano de trabalho .

20 - Avaliação da quarta etapa do Curso.

A Equipe de Coordenação apresentou ao grupo uma questão geral: Que tipo de trabalho fazemos no movimento popular? Esta pergunta deveria ser respondida através de cinco outras:

A – Em que movimento você atua?

B – Há quanto tempo? Como você entrou no movimento?

C – Descreva o que você faz neste trabalho?

D – Relacione os problemas que existem neste trabalho que dificultam seu avanço.

E – Relacione os problemas que você encontra na sua atuação. Dificuldades na sua prática.

QUINTA ETAPA

1 - Apresentação.

2 - Formação das equipes de trabalho.

3 - Trabalho em pequenos grupos sobre o planejamento para o caso da Vila Esperança, respondendo as seguintes questões:

- Como fizeram o planejamento?
- Quais as dificuldades encontradas?

4 - Plenário para debate sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas que não fizeram o planejamento.

5 - Plenário para apresentação dos grupos que fizeram o planejamento. Relato das dificuldades encontradas e das questões levantadas durante a realização deste trabalho.

6 - Debate sobre o primeiro capítulo do livro "Construindo o poder popular" de Plínio de Arruda Sampaio, intitulado "Justiça da reivindicação e a força para conseguir que seja vitoriosa", sugerido como forma de subsidiar os debates.

7 - Trabalho em grupos destacando no planejamento qual o objetivo do trabalho a ser realizado na Vila Esperança.

8 - Plenário para apresentação e sistematização dos trabalhos em grupos.

9 – Debate sobre táticas e estratégias utilizando a dinâmica de grupo: "A guerra dos sexos".

10 - Plenário para debate sobre o que são adversários e aliados.

11 - Trabalho em grupos para definir, no caso da Vila Esperança, quem são os aliados e quem são os adversários.

12 - Apresentação e síntese, em plenário, dos trabalhos em grupos.

13 - Debate de sábado à noite: Articulação estadual e nacional dos movimentos populares.

14 - Festa.

15 – Exposição em plenário, por parte de membros da Equipe de Coordenação, sobre a importância do planejamento para o trabalho desenvolvido junto ao movimento popular.

16 - Trabalho em grupo para elaborar um planejamento (com objetivos, estratégia e políticas) para os seguintes movimentos populares: solo urbano, transporte coletivo, mulheres, saúde e educação. Explicar o processo de organização proposto para cada um destes movimentos.

17 - Plenário para exposição dos resultados dos trabalhos em grupos.

18 - Comentários feitos pela Equipe de Coordenação sobre os planejamentos apresentados.

19 - Trabalho em grupo para debater a falta de tempo na atuação das lideranças junto aos movimentos populares.

20 - Plenário para apresentação das sínteses dos grupos.

21 – A avaliação da quinta etapa do Curso foi realizada através da formação de dois grupos. Um deles apresentou de forma desagradável aquilo que de mais engraçado aconteceu durante a realização do Curso. O outro grupo apresentou de forma bem engraçada aquilo que foi considerado o fato mais desagradável.

22 - A Equipe de Coordenação propôs que, como forma de encaminhar a sexta etapa do Curso, os participantes elaborassem uma proposta de planejamento para o trabalho que desenvolviam junto aos movimentos populares. Para tanto, deveriam utilizar as informações obtidas no debate realizado na quinta etapa a respeito de objetivo geral e objetivos intermediários, táticas e estratégias, aliados e adversários.

SEXTA ETAPA

1 - Apresentação.

2 - Formação das equipes de trabalho.

3 - Trabalho em grupo para debater: articulação, organização, mobilização e capacitação do movimento popular.

4 - Apresentação em plenário do resultado dos trabalhos em grupos.

5 – Comentários, por parte da Equipe de Coordenação, a respeito das apresentações dos grupos.

6 - Avaliação dos trabalhos em grupos por parte de todos os participantes do Curso.

7 - Festa de encerramento, com entrega de certificado de participação no Curso.

8 - Avaliação detalhada do Curso como um todo.

A - Avaliação individual:

Questões:

a) Pesquisas, leituras e "trabalhos de casa".

- Você fez todas as pesquisas? Por quê? Quais as dificuldades encontradas?
- O que significou pesquisar para fazer este Curso?
- No que a pesquisa ajudou o Curso?
- Você respondeu aos questionários? Quais as dificuldades encontradas?
- Você fez as leituras? Por quê?

b) Conteúdo e metodologia:

- Relacione os assuntos que você lembra e que foram discutidos durante o Curso.
- O que você achou dos assuntos/conteúdos do nosso Curso? Por quê?
- Qual o assunto de que você mais gostou? Por quê?
- Qual o assunto de que você menos gostou? Por que?
- Qual o assunto que você achou mais importante? Você acha que ele foi estudado/debatido de forma satisfatória?
- Qual o assunto que faltou? Por que ele é importante no Curso?
- Qual o assunto que poderia ser retirado? Por quê?
- O que você achou da metodologia utilizada? Comente tudo o que achar importante.
- Que mudanças você faria na forma de conduzir o Curso?

- O Curso respondeu às suas expectativas? Sim – Quais? Não – Quais?

C - Dê notas de 0 a 10 para cada um dos itens: coordenação; secretaria; animação e festa; debates de sábado à noite; correspondências; fotos; material à venda; lugar e comida.

B - Avaliação em grupos.

Questões:

- Numa próxima turma o conteúdo seria o mesmo?
- Para um novo Curso se utilizaria a mesma metodologia?

C – Na avaliação realizada em plenário foram debatidos o planejamento para o próximo ano, o encaminhamento de uma segunda turma do Curso, a realização de uma oficina para a construção de fantoches e a participação no próximo encontro da Articulação Nacional dos Movimentos Populares - ANAMPOS.

- Cada grupo deverá escolher um líder que possa executar todas as ordens subseqüentes. Só o líder dirige-se ao Juiz.
- Cada participante receberá um crachá que o distingue de acordo com o grupo a que pertence (quadrados, estrelas e triângulos).
- O líder recebe as fichas e as distribui livremente entre os participantes de seu grupo. As fichas são distribuídas de tal forma que o grupo dos quadrados tenha fichas de maior valor, o grupo das estrelas fichas de menor valor e o grupo dos triângulos fichas com valores intermediários (os participantes não sabem disso).
- O jogo será executado em rodadas de até 5 minutos.

C – REGRAS DO JOGO

- Feita a distribuição e dadas todas as explicações necessárias, inicia-se o jogo conforme as regras que se seguem. As regras do jogo devem ser colocadas em um cartaz em local visível.

1 - Ganhar de qualquer forma.

2 - Não mostrar as fichas, em hipótese nenhuma, a ninguém, nem depois da negociação terminada.

3 - Obedecer às autoridades (juiz, promotor e fiscais). Só o líder do grupo pode falar com o promotor. Só o promotor pode falar com o Juiz.

4 - Jogar de mãos dadas. Uma vez aceita a troca não é permitido desistir.

5 - Não abandonar a sala sob nenhum pretexto.

6 - Quem violar as regras será penalizado.

7 - Será considerado vencedor o grupo que, no final do jogo, tiver somado o maior número de pontos.

- Colocar em um cartaz o valor das fichas:
  - 5 fichas da mesma cor - + 30 pontos
  - 4 fichas da mesma cor - + 20 pontos
  - 3 fichas da mesma cor - + 10 pontos

D - AS TROCAS

As trocas de fichas se darão da seguinte maneira:

- Dar a mão e propor a troca, negociando as fichas.
- Uma vez aceita a intenção de trocar, não é permitido recuar na negociação.
- Procurar realizar o máximo de trocas.

E – DESENVOLVIMENTO DO JOGO

- No final da primeira rodada cada integrante do grupo conta seus pontos, e é computado o total do grupo. O resultado final é anotado no quadro geral do jogo por um dos fiscais. Este procurará favorecer o grupo dos quadrados (classe dominante), fazendo, às vezes, o mesmo com a classe média. Esta atitude deve ser tomada de forma velada, e deve sempre ficar implícito que está tudo sendo feito de maneira correta. Não devem ser aceitas as reclamações das equipes que se sintam lesadas, mas, às vezes, o fiscal pode negociar, atendendo a uma ou outra equipe, de forma a parecer imparcial.
- O procurador trocará de grupo a pessoa que tiver menos pontos nos quadrados (classe dominante) com aquele que tiver mais pontos entre as estrelas (classe popular). Os dois devem deixar suas fichas em seu grupo de origem.
- No final da segunda rodada o procurador entrega três fichas extras ao líder de cada grupo, nesta ordem: ao que tiver mais pontos – três fichas verdes, ao segundo colocado - três azuis, e ao terceiro colocado – três amarelas.
- No final da terceira jogada o procurador autoriza a mudança das regras do jogo ao grupo que tiver mais pontos, que serão os quadrados (classe dominante).
- A punição, por qualquer situação considerada irregular, é a perda de pontos, que podem ou não ser transferidos para outro grupo.
- Em caso de reclamação, a equipe deverá pronunciar-se através de seu líder, que se dirige ao promotor e este ao juiz, que, em geral, tomará decisões que favoreçam o grupo dos quadrados (classe dominante). Porém, às vezes acatará as reclamações feitas pelos líderes das estrelas (classe popular) e dos triângulos (classe média).

Quando isso ocorrer, o Juiz deverá tomar, durante o desenvolvimento do jogo, outras atitudes que prejudiquem os grupos dos triângulos e das estrelas, ou que anulem as decisões tomadas anteriormente que os favoreciam.

- Quando alguém do grupo dos triângulos (classe média) começar a destacar-se, seja por estar reclamando dos erros cometidos durante o jogo ou procurando organizar as outras pessoas de seu grupo, o fiscal deverá retirá-lo desta equipe e passá-lo para a equipe dos quadrados (classe dominante). O mesmo deve ocorrer caso aconteça entre a equipe das estrelas (classe popular). Sempre que a pessoa trocar de grupo, deve deixar suas fichas no grupo de origem.
- Ao final de cada rodada os fiscais devem verificar se o grupo seguiu as regras procurando argumentos que favoreçam a equipe dos quadrados (classe dominante) ou manter sob controle a equipe dos triângulos (classe média), prejudicando a equipe das estrelas (classe popular). Esta última só deve ser favorecida quando a situação se tornar insustentável.
- Os fiscais devem estar atentos para saber quem são as lideranças em cada grupo, para, sempre que possível, manipulá-las.

F – ANTES DE TERMINAR O JOGO É PRECISO VERIFICAR:

- As pessoas já notaram a manipulação? Já estão revoltadas com esta situação?
- Os grupos estão organizando-se para alterar esta situação?
- Já opuseram-se à outra equipe (classe social) de forma organizada, procurando ganhar?
- Estão roubando nas jogadas com o objetivo de ganhar o jogo?
- Os participantes do jogo já perceberam que as equipes representam as classes sociais e quais são elas?

G – DEPOIS DO JOGO:

- Há um primeiro nível de análise onde cada participante pode falar sobre alguns aspectos relativos ao jogo, como por exemplo:

- Gostou de jogar?
- Como se sentiu no grupo em que estava?
- Como sentiu os companheiros do grupo? Aquele que só ganhava? Aquele que só perdia?
- Como se sentiu ao ser trocado de grupo?
- Foi enganado alguma vez. Como? O que sentiu? O que fez depois?
- Você enganou alguma vez no jogo? Por quê? Como se sentiu?
- Como se sentiu enquanto liderança?
- Como se sentiu em relação aos outros grupos?
- Como se sentiu em relação aos fiscais? Secretários? Promotor? Juiz?
- Como se sentiu em relação ao autoritarismo do Juiz e às manipulações dos fiscais na contagem dos pontos?
- Como se sentiu em relação ao fato de não poder falar diretamente com o Juiz? E quando o líder não representava seus interesses ou o do grupo, ou quando representava e não era atendido pelo Juiz?
- Por que não propuseram mudar as regras do jogo, mesmo quando elas foram manipuladas favorecendo algum grupo?
- O que precisava ser feito para alterar as regras do jogo?
- Quais os mecanismos que permitem que o jogo que se realize?
- Que papel acreditam que desempenharam durante o jogo – individualmente e em grupo?
- De que forma é possível identificar o jogo com a sociedade em que vivemos?

Num segundo momento é possível solicitar que os participantes do grupo façam comentários complementares, se julgarem necessário.

FOTOS

Foto - Maysa Dias Garcia

Foto 1 – I Assembléia Geral do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, Curitiba, 7 de agosto de 1983.

Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 2 - Reunião da Comissão de Creches do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, com a Prefeitura de Curitiba, Curitiba, maio de 1984.

Foto - Maysa Dias Garcia

Foto 3 – Apresentação de Teatro de Bonecos, Comissão de Creches do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, Curitiba, 1984.

Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 4 – Manifestação do Movimento de Transporte contra o aumento da tarifa de ônibus, Comissão de Transporte do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB, Curitiba, Curitiba, 1983.

Foto - Maysa Dias Garcia

Foto 5 – Assembléia na área ocupada no Pinheirinho, Xapinhal, Curitiba, outubro de 1988.

Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 6 – Delimitação dos lotes na área ocupada no Pinheirinho, Xapinhal, Curitiba, outubro de 1988,

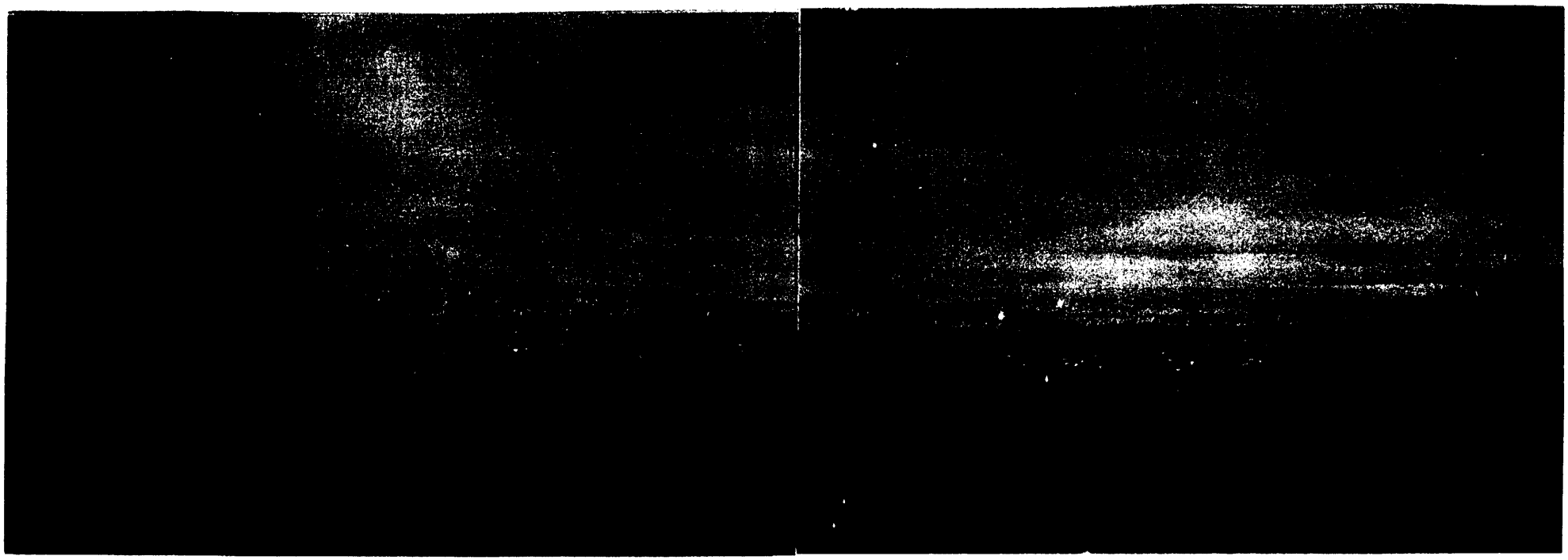


Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 7 - Vista geral da área ocupada no Pinheirinho, Xapinhal, Curitiba, outubro de 1988.

Foto - Maysa Dias Garcia

Foto 8 – Assembléia do Movimento de Moradia, Xapinhal, Curitiba, 1987.

Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 9 – Ocupação da Prefeitura de Curitiba pelo Movimento de Luta Contra o Desemprego – MLCD, reivindicando a volta dos passes de ônibus para aos desempregados, Curitiba, abril 1986.

Foto - Maysa Dias Garcia

Foto 10 – Assembléia para debate sobre a reforma da Rodoviária Velha, Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana – MAB e Movimento de Luta Contra o Desemprego, MLCD, Curitiba, 1984.

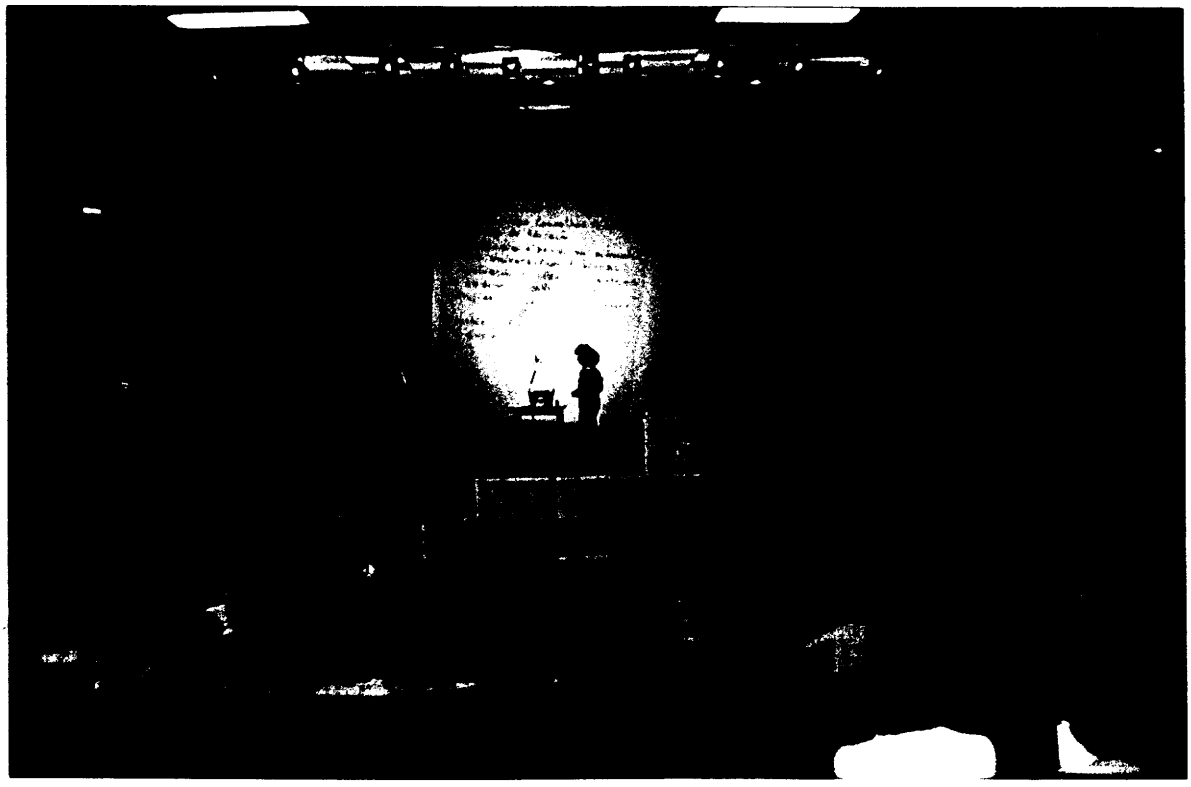


Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 11 – I Assembléia Constituinte Popular, Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte – MPPC, Curitiba, 7 de setembro de 1986.

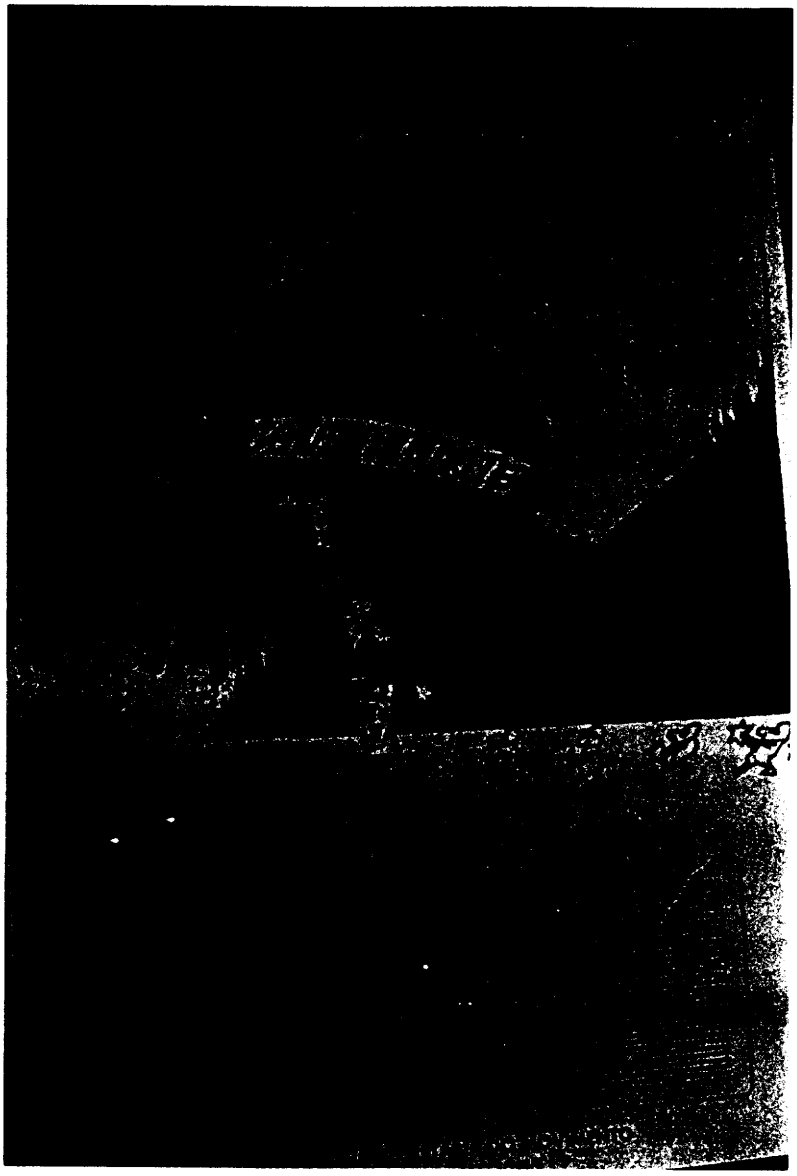


Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 12 – Cartaz da I Assembléia Popular Constituinte, Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC, Curitiba, 7 de setembro de 1986.

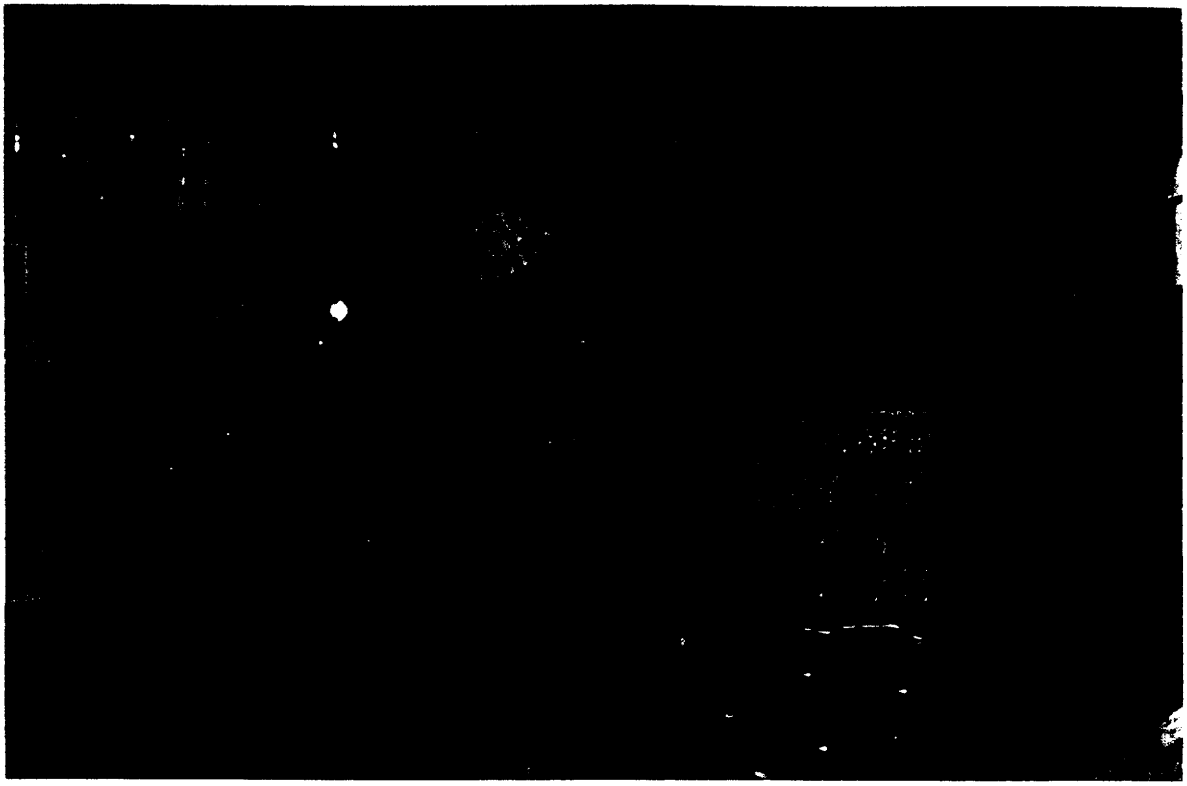


Foto - Maysa Dias Garcia

Foto 13 – Apresentação de trabalho em grupo através de dramatização e através de cartazes, Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, 1988.

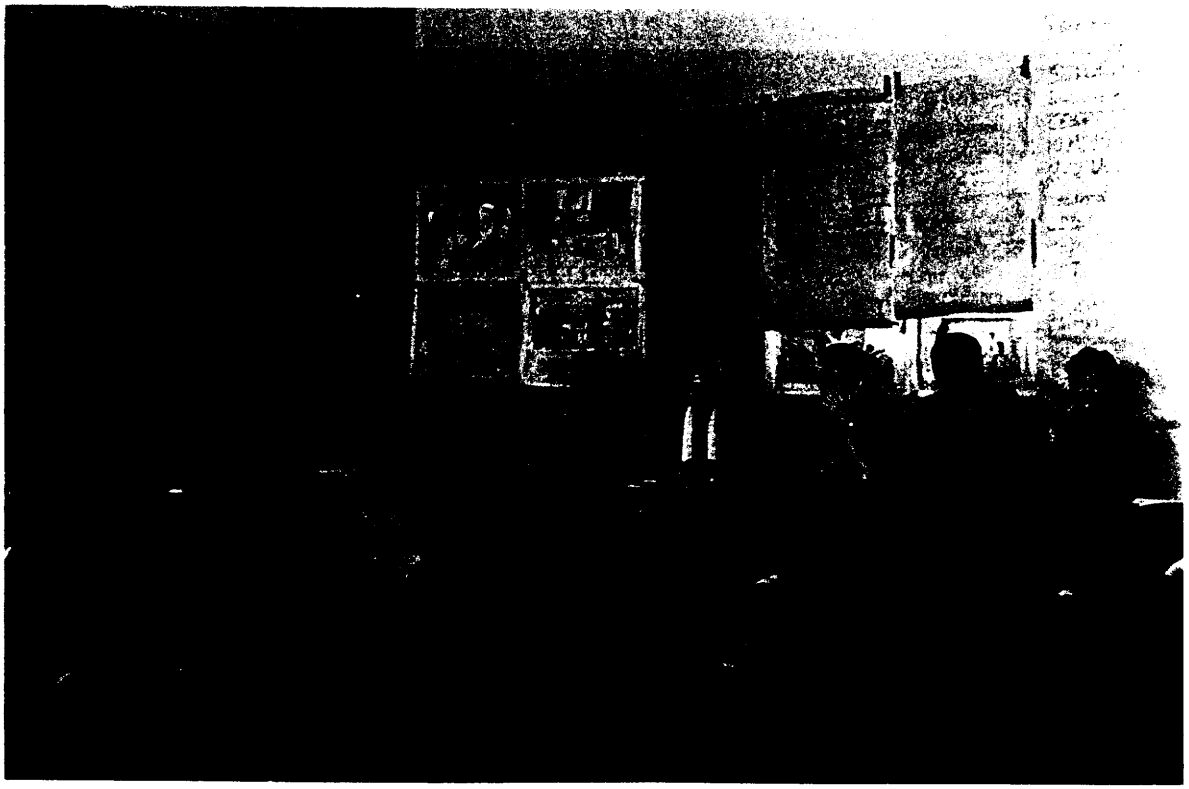


Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 14 – Plenário com cartazes apresentando o resultado dos trabalhos em grupos, Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, 1988.

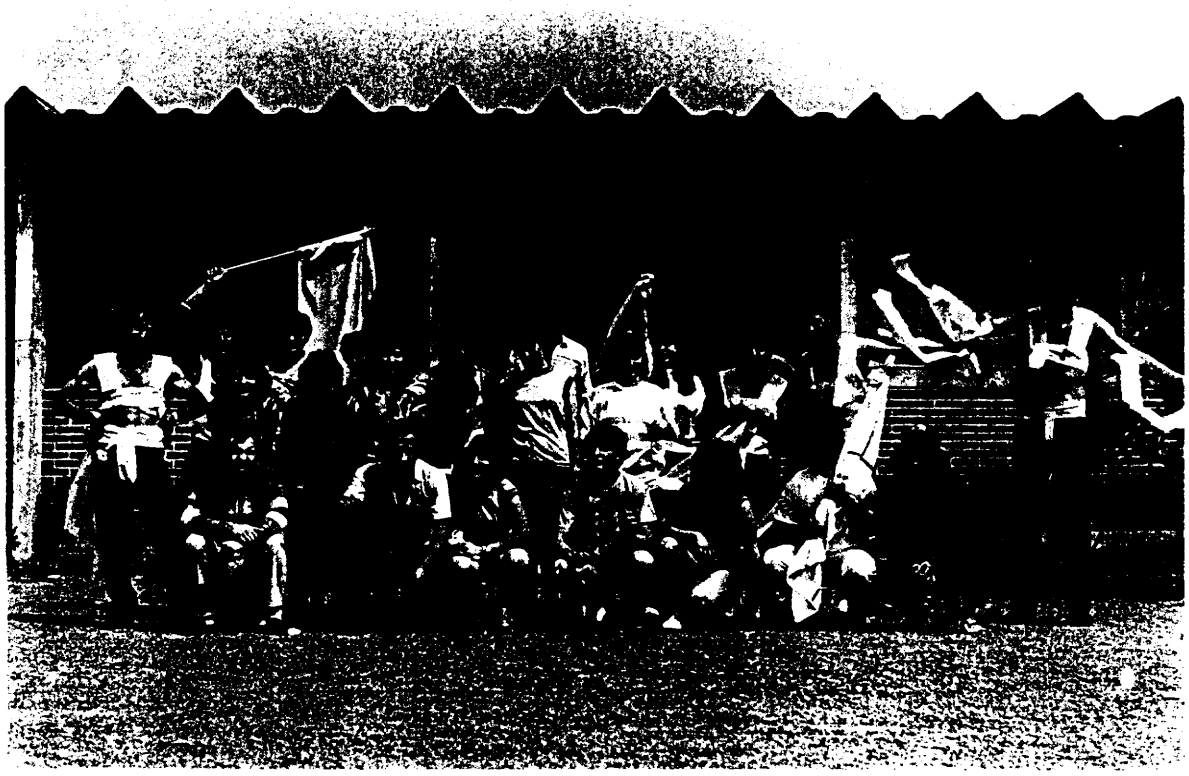


Foto - Maysa Dias Garcia

Foto 15 – Jogo de futebol, Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, 1988.

Foto – Maysa Dias Garcia

Foto 16 – Festa Junina, Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, Curitiba, 1988.

Foto – Clemente Ganz Lúcio

Foto 17 – Turma do Curso de Capacitação para Lideranças do Movimento Popular, com certificados de participação, Curitiba, 1988.